

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Dissertação

**Espaço arquitetônico e urbanístico
em conjuntos habitacionais de
interesse social em cooperativas:
Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) –
Uruguai**

Carolina Ritter

Pelotas, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação

Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai

Carolina Ritter

Pelotas, 2019

Carolina Ritter

Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Helena Castro Gonsales

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R614e Ritter, Carolina

Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas : Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai / Carolina Ritter ; Célia Helena Castro Gonsales, orientadora. — Pelotas, 2019.

199 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Teoria da arquitetura e do urbanismo. 2. Espaço arquitetônico e urbanístico. 3. Habitação de interesse social. 4. Complexo Habitacional Bulevar Artigas. 5. Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela. I. Gonsales, Célia Helena Castro, orient. II. Título.

CDD : 728

Carolina Ritter

Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 12 de junho de 2019.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Célia Helena Castro Gonsales (Orientadora)
Doutora em Arquitetura pela Universidad Politecnica de Cataluña

Prof. Dr. André de Oliveira Torres Carrasco
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Luiza Adams Sanvitto
Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

À minha família, minha mãe Marly Heiden Ritter, meu pai Enio Ritter e meus irmãos Marina Ritter e Eduardo Ritter, meu ponto de partida nessa cruzada da vida. Sem o apoio de vocês, eu não teria chegado neste momento de agradecimentos da conclusão de uma dissertação. Amo vocês.

À minha orientadora Célia Gonsales. Na verdade, não cabe em palavras toda a gratidão que sinto neste momento, por toda a parceria durante o mestrado, pela dedicação, pela paciência, pela confiança, pelo incentivo, pela inspiração, pela amizade, e *pelos ensinamentos que extravasam esta dissertação*.

Aos professores da banca, que se dispuseram a fortalecer e potencializar este trabalho.

Aos professores, colegas e funcionários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Aos amigos que fizeram a caminhada do mestrado ser *mais acolhedora, menos solitária e mais divertida*: Adriana Braga, Anderson Aires, Auriele Cuti, Lorena Resende, Luana Detoni, Mariana Rotta, adoro muito vocês.

Aos amigos Cristiane Neutzling, Keine Gambeta, Letícia Scheik, Monica Wilges, Oscar Paniz, também adoro muito vocês.

Aos moradores do Complexo Habitacional Bulevar Artigas e da Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela, por permitirem que eu *viajasse em suas casas*. E por todas histórias que me contaram.

E pelo apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me propiciou dedicação integral para o desenvolvimento deste trabalho e ao meu percurso no mestrado.

Muito obrigada!

Resumo

RITTER, Carolina. **Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

Inserida no contexto das cooperativas habitacionais uruguaias, a pesquisa tem como objetivo investigar a presença da crítica à cidade funcionalista, estabelecida a partir dos anos 1950, nas estratégias projetuais de dois conjuntos habitacionais uruguaios, da década de 1970 – o Complexo Habitacional Bulevar Artigas e a Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela. Esses conjuntos são considerados exemplos bem-sucedidos no campo da habitação social. Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que, ainda que o processo cooperativo tenha sido fundamental, as questões arquitetônicas e urbanísticas, conformadas no contexto de críticas antes referido – estabelecido por volta dos anos 1950 e 1960, dentro (Team 10) e fora dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna – , colaboraram efetivamente no processo de apropriação dos moradores com seu habitat. Como objetivos específicos, foram realizadas a) análises do contexto arquitetônico e urbanístico internacional, pós Segunda Guerra Mundial e b) análises das cooperativas habitacionais uruguaias, as particularidades do sistema, sua inserção no contexto uruguio, as reverberações do cenário internacional no contexto dessas cooperativas, etc. Essas análises foram realizadas a partir de revisões bibliográficas. Em seguida, através de análises arquitetônicas e urbanísticas, foi identificada e corroborada a influência do cenário internacional analisado no objetivo a), nas estratégias projetuais dos conjuntos habitacionais que são os objetos desta pesquisa – objetivo específico c). Para a realização dessas análises, elaborou-se um roteiro específico: a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960. Esse roteiro está embasado no referencial teórico utilizado na investigação, qual seja, essencialmente, as ideias desenvolvidas no contexto arquitetônico e urbanístico internacional do segundo pós-guerra. Uma quarta etapa do trabalho tratou de analisar a realidade dos conjuntos estudados, através de visitas a esses conjuntos e do contato com alguns de seus moradores. Os resultados da pesquisa indicam de que maneira ocorrem as aproximações entre os projetos do Bulevar Artigas e da Zona 1 do JPV e o contexto de críticas foco desta pesquisa, aprofundando essa relação citada pela bibliografia e aponta potencialidades dos projetos para que sejam considerados exitosos. O contato com a realidade dessas cooperativas também comprovou, em certa medida, que os moradores desses conjuntos possuem um sentimento de apropriação em relação ao seu habitat. Por fim, conclui-se que o êxito desses conjuntos é muito em função do sistema cooperativo por trás desses projetos e da vivência coletiva dessas cooperativas. Mais importante para esta pesquisa foi comprovar que também os seus projetos, qualificados e potentes, possibilitam que essa vivência coletiva aconteça e gerem satisfação por parte de seus moradores em viver nesses conjuntos.

Palavras-chave: teoria da arquitetura e do urbanismo; espaço arquitetônico e urbanístico; habitação de interesse social; Complexo Habitacional Bulevar Artigas; Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela.

Abstract

RITTER, Carolina. **Architectural and urban space in housings of social interest in cooperatives:** Bulevar Artigas and José Pedro Varela (Zone 1) – Uruguay. Dissertation (Master Degree in Architecture and Urbanism) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

In the context of Uruguayan housing cooperatives, the research aims to investigate the presence of critics to the functionalist city, established in the 1950s, in the design strategies of two Uruguayan housing of the 1970s – the Bulevar Artigas Housing Complex and the Zone 1 of the José Pedro Varela Housing Complex. These sets are considered successful examples in the area of social housing. This research works with the hypothesis that, although the cooperative process was fundamental, the architectural and urban strategies conformed in the aforementioned context of criticism – established around 1950s and 1960s, within (Team 10) and outside the International Congresses of Modern Architecture – effectively collaborated in the process of appropriation of the residents with their habitat. As specific objectives were carried out a) analyzes of the architectural and urban international context after World War II and b) analyzes of Uruguayan housing cooperatives, the particularities of the system, its insertion in the Uruguayan context, the reverberations of the international scenario in the context of these cooperatives, etc. These analyzes were carried out based on bibliographic reviews. Then, through the analysis of architecture and urban planning, it was identified and corroborated the influence of the international scenario analyzed in objective a), in the design strategies of the housing complexes that are the objects of this research – specific objective c). In order to carry out these analyzes a specific guide was elaborated: the idea of a city in the 1950s and 1960s. This guide is based on the theoretical framework used in the investigation, which is essentially the ideas developed in the international architectural and urbanistic context after World War II. A fourth stage of the work attempted to analyze the reality of the studied housings, through visits to these housings and the contact with some of their residents. The results of the research indicate how the approximations between the Bulevar Artigas and Zone 1 of JPV and the context of critical focus of this research, deepening this relationship cited by the bibliography and points out the potential of the projects to be considered successful. The contact with the reality of these cooperatives also proved, to a certain extent, that the residents of these housings possess a sense of appropriation in relation to their habitat. Finally, it is concluded that the success of these housings is very much in function of the cooperative system behind these projects and the collective experience of these cooperatives. More important for this research was to prove that also their projects, qualified and potent, allow this collective experience to happen and generate satisfaction on the part of its residents to live in these housings.

Key-words: theory of architecture and urbanism; architectural and urban space; social housing; Bulevar Artigas Housing Complex; Zone 1 of the José Pedro Varela Housing Complex.

Lista de Abreviaturas e Siglas

BAAD	Baixa altura, alta densidade
CEDAS	Centro de Assistência Técnica e Social
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CIDE	<i>Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico</i> / Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico
CCU	Centro Cooperativista Uruguaio
DINAVI	<i>Dirección Nacional de Vivienda</i> / Direção Nacional de Vivenda
FADU	<i>Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo</i> / Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo
IHA	<i>Instituto de Historia de la Arquitectura</i> / Instituto de História da Arquitetura
INVE	<i>Instituto Nacional de Viviendas Económicas</i> / Instituto Nacional de Vivendas Econômicas
IS	Internacional Situacionista
JPV	José Pedro Varela (o Complexo Habitacional)
MARS	<i>Modern Architecture Research Society</i> / Sociedade Moderna de Pesquisa em Arquitetura
PREVI	<i>Proyecto Experimental de Vivienda</i> / Projeto Experimental de Vivenda
UdelaR	<i>Universidad de la República (Uruguay)</i> / Universidade da República (Uruguai)

Sumário

Introdução.....	8
1 Contexto arquitetônico e urbanístico dos anos 1950 e 1960 – proposições teóricas e projetuais do cenário internacional	15
1.1 Movimento Moderno	15
1.2 Mudança de paradigmas	18
1.3 Team 10	26
1.3.1 Alison e Peter Smithson	28
1.3.2 Aldo van Eyck	36
1.3.3 Ralph Erskine	39
1.3.4 Giancarlo de Carlo	43
1.4 Metabolismo	46
2 Contexto das cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970	51
2.1 Cooperativas habitacionais uruguaias	51
2.2 Reverberações do cenário internacional	56
2.2.1 Sobre os arquitetos do Bulevar Artigas e do José Pedro Varela	62
2.2.2 Outras cooperativas habitacionais uruguaias relevantes	63
3 Análises arquitetônicas e urbanísticas	67
3.1 Roteiro de análise – a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960	67
3.1.1 Primeira escala: a cidade	68
3.1.2 Segunda escala: o bairro – o conjunto, seus edifícios e espaços coletivos descobertos	68
3.1.3 Terceira escala: a rua	69
3.1.4 Quarta escala: a casa – o âmbito privado e o espaço coletivo imediato	70
3.1.5 Considerações	71
3.2 Glossário	71
3.3 Complexo Habitacional Bulevar Artigas	73
3.3.1 O projeto do conjunto habitacional Bulevar Artigas	76
3.3.2 O Bulevar Artigas e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960	84
3.4 Complexo Habitacional José Pedro Varela (Zona 1)	115
3.4.1 O projeto do conjunto habitacional José Pedro Varela (Zona 1)	120
3.4.2 O José Pedro Varela (Zona 1) e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960	122
4 A realidade das cooperativas habitacionais uruguaias	153
4.1 Viagem 1	154
4.2 Viagem 2	161
4.3 Alguns pontos de destaque.....	175
4.4 Para encerrar o relato.....	181
5 Conclusões	183
Referências.....	193

Introdução

A habitação social foi tema recorrente na Arquitetura Moderna. Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAMs), instituídos no final da década de 1920, foram palco essencial de discussões sobre o assunto. O Team 10, um grupo de arquitetos formado nos anos 1950 dentro do próprio CIAM, contesta várias questões relativas à habitação e à cidade consagradas pelas gerações anteriores. Esse grupo se manteve, entre os anos de 1954 e 1984, questionando principalmente os fundamentos universalistas da arquitetura e urbanismo modernos, os quais deixavam o homem e suas relações sociais mais diretas em segundo plano. Também defendia que a arquitetura deveria estar estreitamente relacionada com os problemas sociais, culturais e políticos de cada lugar. Nesse quadro, o conceito de “comunidade” foi adotado como essencial.

Embora o Team 10 tenha uma atuação fundamental no campo da arquitetura e urbanismo e se constitua como referência central deste trabalho, outros movimentos, grupos e autores, também criticaram em diferentes níveis, principalmente, a atuação universalista e o excesso de racionalismo do pensamento moderno. Então, também serão citados no contexto geral desta pesquisa, autores como Jane Jacobs e Christopher Alexander, a Internacional Situacionista, o grupo Archigram, os metabolistas; etc.

Pôde-se observar, através do desenvolvimento do trabalho, que esse cenário de mudanças de paradigmas também se estabelece, de alguma forma, na América Latina, e em particular, no Uruguai. Vários autores indicaram reverberações desse cenário, Blechman e Casaravilla (2012), Schelotto (2008), Del Castillo (2015), Vigliecca & Associados (2019)¹, Rubano et. al (2012), Fernández (2015), entre outros.

É nesse contexto que se localiza esta pesquisa, que possui como objeto de estudo conjuntos habitacionais idealizados pelas cooperativas habitacionais uruguaias. Essas cooperativas foram institucionalizadas em 1968, através da Lei nº 13.728², conhecida como Lei Nacional de Habitação. Particularmente, a investigação analisa dois conjuntos habitacionais materializados na década de 1970, através daquele sistema: o Complexo Habitacional Bulevar Artigas (1971-74) e a Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela (JPV) (1971-75).

¹ Site do escritório Vigliecca & Associados, com sede em São Paulo, Brasil, onde um dos arquitetos do Bulevar Artigas (um dos conjuntos habitacionais analisados aqui) – Héctor Vigliecca – possui sociedade em conjunto com Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler e Neli Shimizu.

² Atualmente, as cooperativas habitacionais também são regulamentadas pela Lei nº 18.407, de 14 de novembro de 2008. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosleyes/leyes/ley/18407>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Hipótese

Sabia-se inicialmente, através de relatos na bibliografia, que as cooperativas habitacionais uruguaias são consideradas exemplos bem-sucedidos no campo da habitação social, pelo fato de seus moradores possuírem um forte sentimento de pertencimento ao seu lugar e uma apropriação intensa e constante dos espaços coletivos. Nesta pesquisa, o conceito de apropriação não é entendido como uma ideia de posse, mas como uma ideia de que determinado espaço coletivo, quando apropriado, atende às necessidades do grupo que o utiliza. Assim como, a noção de um sentimento despertado no morador, que diz respeito a sentir um espaço – neste caso, o coletivo – como seu, que lhe pertence como cidadão, e por isso é por ele cuidado e protegido.

Observava-se também que o processo de cooperação e participação dos futuros moradores das cooperativas habitacionais, que se dá desde a criação da própria cooperativa e passa pela concepção arquitetônica e urbanística – e em alguns conjuntos, também da construção –, e continua ocorrendo através da autogestão dessas cooperativas, colaborou efetivamente para o sucesso em termos de qualidade de vida alcançado por esses conjuntos. Os trabalhos de Almeida e Pintos (2015), Del Castillo (2015), entre outros, confirmam esse cenário.

Nesse sentido, esta pesquisa trabalha com a hipótese de que, ainda que o processo cooperativo tenha sido fundamental, as questões arquitetônicas e urbanísticas, conformadas em um contexto de críticas à “cidade funcionalista”, colaboraram efetivamente no processo de apropriação dos moradores com seu habitat. A ideia de cidade funcionalista – bastante divulgada e consolidada através da Carta de Atenas – seria aquela com uma rígida organização funcional, pontuada por edifícios de grande altura em grandes espaços livres, homogêneos e indiferenciados, e com altas densidades. Uma cidade que rompe totalmente e com as categorias da cidade tradicional. A ideia de cidade funcionalista faz parte dos posicionamentos conhecidos como dominantes e mais dogmáticos do Movimento Moderno.

Objetivos

O objetivo geral do trabalho é investigar a presença da crítica à cidade funcionalista, estabelecida a partir dos anos 1950, nas estratégias projetuais de dois conjuntos habitacionais uruguaios, da década de 1970 – o Bulevar Artigas e a Zona 1 do José Pedro Varela.

Nessa perspectiva, os objetivos específicos da investigação são: a) analisar o contexto arquitetônico e urbanístico internacional, pós Segunda Guerra Mundial; b) analisar as cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970, as particularidades do sistema, sua inserção no contexto uruguaio e na América Latina. Como também, relatar as

reverberações – encontradas em relatos de críticos e de arquitetos – do cenário internacional anteriormente analisado, no contexto dessas cooperativas; c) identificar e corroborar – através da realização de análises arquitetônicas e urbanísticas – a influência, novamente, do cenário internacional analisado no item a), nas estratégias projetuais dos conjuntos habitacionais que são os objetos desta pesquisa.

Embora os objetivos desta pesquisa estejam voltados principalmente para o desenvolvimento de análises teóricas e projetuais, ao longo do processo de desenvolvimento do trabalho, teve-se o intuito de também realizar alguma aproximação com a realidade das cooperativas habitacionais estudadas. Buscou-se observar, principalmente, como se dá atualmente a apropriação dos espaços coletivos desses conjuntos, entre outras coisas. Nesse sentido, foram realizadas interações/ diálogos com os moradores desses conjuntos, com o intuito de potencializar as conclusões desta dissertação. Então, um dos capítulos deste trabalho – **A realidade das cooperativas habitacionais uruguaias** – que optei em chamar, neste momento, de *viagens* aos conjuntos, narra *minhas impressões* desses encontros, de maneira bastante livre, fazendo-se uma *apropriação mais abrangente* dos resultados.

Justificativa

Embora se encontrem muitos estudos sobre o processo cooperativo habitacional uruguaio – exemplo são os trabalhos de autores uruguaios, como Nahoum (2010, 2013), e brasileiros, como o de Baravelli (2006) –, o estudo dos processos projetuais desenvolvidos nos conjuntos habitacionais, fruto desse sistema, tem tido uma abrangência limitada. Nesse âmbito, existem algumas contribuições importantes de Arias (2009), Del Castillo (2015), Del Castillo e Vallés (2015), Risso e Boronat (1992), Selbach (2017). Esses estudos abordam e analisam diversas urbanizações, entre elas, as duas ou uma das duas aqui analisadas; porém, suas análises são mais descritivas, quantitativas e gerais. Destacam-se também os relatos de dois arquitetos do conjunto José Pedro Varela: Jorge di Paula e Norberto Cubría – Cubría (1998); Cubría; Di Paula (1973, 1999) –, bastante citados neste trabalho, pelas informações arquitetônicas e urbanísticas, mas predominantemente mais pontuais, trazidas em relação ao conjunto.

Risso e Boronat (1992) – **La vivienda de interés social en el Uruguay: 1970-1983** – e Del Castillo e Vallés (2015) – **Cooperativas de vivienda en Uruguay. Medio siglo de experiências** – são dois importantes livros que trazem, dentre outros assuntos, uma ideia geral e abrangente em relação ao sistema cooperativo habitacional uruguaio e suas materializações em projetos arquitetônicos e urbanísticos. Mais especificamente em relação às cooperativas abordadas por esses trabalhos, Risso e Boronat (1992) trazem uma síntese de diversos projetos (não só projetos de cooperativas, mas também

provenientes de outros sistemas de provisão de habitação de interesse social no Uruguai, realizados após a aprovação da Lei Nacional de Habitação, até o marco de 1983), onde a análise de cada projeto é breve e mais informativa. A seleção de projetos das autoras não procurou destacar apenas conjuntos que possuíam certa relevância arquitetônica, mas um panorama abrangente de projetos fruto do sistema cooperativo habitacional uruguaio.

Arias (2009) faz um trabalho de análise arquitetônica e urbanística mais aprofundada do Complexo Habitacional Bulevar Artigas, com a presença de descrições e análises gráficas, mas o trabalho não detalha aspectos do espaço urbano e arquitetônico que interessam a este trabalho e que os caracterizaria de maneira mais clara. Del Castillo (2015) traz breves relatos descritivos de algumas relevantes cooperativas habitacionais de Montevidéu – incluídos os conjuntos aqui estudados –, na mesma publicação onde Del Castillo e Vallés (2015) expõem suas fichas técnicas, imagens e partes de seus projetos arquitetônicos, em um último capítulo de apresentação de casos.

Selbach (2017), artigo publicado após o início desta pesquisa, constitui-se de outra análise do Bulevar Artigas, focada em detalhar seus aspectos arquitetônicos, embora relate também, mais sumariamente, aspectos gerais do projeto como um todo. O trabalho de análise é realizado por meio da elaboração de redesenhos do projeto: de sua implantação geral e dos diferentes tipos de plantas baixas do conjunto. No entanto, a análise das plantas baixas das unidades habitacionais aborda somente aspectos quantitativos e relações de proporção das áreas dos compartimentos. O relato em relação a sua implantação aborda alguns parâmetros de projeto levados em conta quando de sua realização, e também breve investigação quantitativa entre as áreas do terreno, a área edificada, etc.

Por outro lado, a escolha dos conjuntos Bulevar Artigas e José Pedro Varela (JPV) como objetos de estudo se deve a vários aspectos – dentre a mostra de cooperativas habitacionais uruguaias. Primeiro, é importante destacar que são exemplos significativos dentro do sistema cooperativo uruguaio – é recorrente a menção desses conjuntos em estudos que abordam o campo da habitação social do país.

Consideramos também mais potente a discussão em relação à estratégias projetuais em conjuntos habitacionais que demandam maior densidade, e assim tenham que resolver as questões espaciais nos projetos das unidades habitacionais aglomeradas em edifícios em altura. Nesse sentido, ambos conjuntos se desenvolvem a partir de edificações de vários pavimentos: os edifícios do Bulevar possuem no mínimo oito pavimentos, e no caso da Zona 1 do JPV, escolheu-se a área da zona que possui edifícios com quatro pavimentos.

Os dois conjuntos estão localizados em diferentes zonas da cidade, o Bulevar em uma área mais central de Montevideu, e o JPV, mais periféricamente. Isso permitirá um estudo abrangente e comparativo no decorrer da pesquisa. De maneira geral, os conjuntos aqui estudados se constituem de bons exemplos no campo do sistema cooperativo e da habitação social, nesse sentido, suas análises irão evidenciar aspectos projetuais que podem ser tomados como referenciais no campo da arquitetura e do urbanismo.

Metodologia

Esta pesquisa aplicada e exploratória, inserida na área de conhecimento das ciências sociais aplicadas é de natureza qualitativa, e o delineamento é um estudo de caso. Importante destacar um dos cuidados quando da realização de estudos de caso: não generalizar seus resultados (GIL, 2017). A abordagem qualitativa desta pesquisa possuiu uma análise de dados, principalmente, interpretativa e qualitativa.

Nesse sentido, para se alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas as seguintes etapas. Primeiramente, para se analisar o contexto arquitetônico e urbanístico internacional, pós Segunda Guerra Mundial, e para se analisar as cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970 e as reverberações daquele contexto nos projetos dessas cooperativas, citadas por arquitetos e críticos – objetivos específicos a) e b) –, foram elaboradas **revisões bibliográficas**. E para identificar e corroborar a influência do cenário internacional estudado nas estratégias projetuais dos conjuntos habitacionais que são os objetos desta pesquisa – objetivo específico c) –, foram realizadas **análises arquitetônicas e urbanísticas**.

Essas análises contaram com a) coletas de dados – documentais e bibliográficas, e por meio de visitas aos conjuntos habitacionais estudados – e com a utilização de b) instrumentos de análise – um roteiro de análise, redesenhos e esquemas gráficos.

a) Coleta de dados

Quanto ao **levantamento documental**, teve-se acesso à imagens digitalizadas de implantações, plantas baixas, fachadas, cortes, etc., de partes dos projetos dos conjuntos estudados – disponibilizadas pelo Instituto de História da Arquitetura (IHA), da Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) de Montevideu, Uruguai –; e a um levantamento arquitetônico do Complexo Habitacional Bulevar Artigas, em arquivo digital editável, fornecido pela própria cooperativa.

As **pesquisas bibliográficas** buscaram complementar as informações em relação aos conjuntos habitacionais analisados. Um importante material bibliográfico foi consultado na biblioteca da FADU, em Montevideu. Tanto os materiais documentais, como bibliográficos, foram utilizados como base para a elaboração de redesenhos e de esquemas gráficos dos conjuntos (instrumentos das estratégias de análise). E através de

visitas às cooperativas estudadas, conseguiu-se: perceber o espaço dos conjuntos a partir da escala do observador; observar detalhes que puderam auxiliar no desenvolvimento dos redesenhos e no entendimento geral dos projetos; realizar um levantamento fotográfico das cooperativas habitacionais estudadas.

b) Instrumentos de análise

Foi elaborado um roteiro de análise, que teve como referência as proposições teóricas e projetuais trazidas na revisão bibliográfica realizada neste trabalho, ou seja, proposições dos próprios arquitetos envolvidos na crítica à cidade funcionalista antes referida. O **Roteiro de análise – a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960**, elaborado para essa etapa, é apresentado no início do capítulo das análises dos conjuntos, o capítulo 3.

Também como instrumento, para a realização das análises arquitetônicas e urbanísticas, foram elaborados **redesenhos e esquemas gráficos** dos projetos das cooperativas habitacionais estudadas. Um dos motivos para o interesse na técnica do redesenho residiu na criação de ilustrações dos objetos da pesquisa, que poderiam ser manipuladas – possibilitando a criação de esquemas gráficos, que auxiliaram na ilustração das análises/ interpretações realizadas.

O uso do redesenho, como ferramenta em investigações arquitetônicas, é relativamente recente. No entanto, diversos autores, entre eles Vázquez Ramos (2016), Lima e Vieira (2017), têm estudado a potencialidade do redesenho como instrumento de análise, constatando que ao se redesenhar determinado projeto, compreende-se de maneira mais eficiente a obra, tornando mais fácil sua interpretação. Por exemplo, Lima e Vieira (2017, p. 42) relatam que, esse método, quando utilizado, “constrói um tipo de conhecimento que não poderia ser atingido por outra via”.

Estrutura da dissertação

Capítulo 1: **Contexto arquitetônico e urbanístico dos anos 1950 e 1960 – proposições teóricas e projetuais do cenário internacional**. Constitui-se da análise do contexto arquitetônico e urbanístico internacional, pós Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 2: **Contexto das cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970**. Constitui-se da análise das cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970. Contempla as particularidades do sistema, sua inserção no contexto uruguaio e na América Latina. Também relata as reverberações – encontradas em relatos de críticos e de arquitetos – do cenário internacional anteriormente analisado, no contexto dessas cooperativas.

Capítulo 3: **Análises arquitetônicas e urbanísticas**. Apresenta o roteiro da análise principal realizada pela pesquisa. Apresenta também as análises arquitetônicas e urbanísticas dos dois conjuntos habitacionais objeto de estudo, identificando e

corroborando a influência do cenário internacional analisado no primeiro capítulo, nas estratégias projetuais daqueles conjuntos.

Capítulo 4: **A realidade das cooperativas habitacionais uruguaias**. Narra *minhas impressões* da realidade das cooperativas habitacionais uruguaias, através das *viagens* aos conjuntos.

Capítulo 5: **Conclusões**. Resgata o objetivo geral da pesquisa, retomando os principais resultados das análises dos projetos dos conjuntos habitacionais estudados, e as relações entre essas análises e a realidade observada nessas cooperativas. O percurso do trabalho também é retomado brevemente.

1 Contexto arquitetônico e urbanístico dos anos 1950 e 1960 – proposições teóricas e projetuais do cenário internacional

Como indicado anteriormente, o contexto crítico dos anos 1950 e 1960 teve influência na realidade arquitetônica e urbanística uruguaia. Assim, neste capítulo, destacaremos os principais movimentos de inflexão teórica da época, que se acredita terem uma relação bastante próxima com as ideias aplicadas pelos profissionais arquitetos no Uruguai.

1.1 Movimento Moderno

No final da década de 1920 se consolida o chamado Movimento Moderno, que havia irrompido com o intuito de resolver os problemas da sociedade emergente, desenvolvendo resoluções universais que se encaixassem em qualquer contexto. Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAMs) surgiram, na Europa, em 1928, como uma instância de reflexão e divulgação desse movimento. No entanto, o Movimento Moderno não foi um movimento que possuiu uma linearidade e unidade em seus ideais. É recorrente em bibliografias, principalmente posteriores aos anos 1970, o relato de que entre 1930 e 1960 houve, na verdade, uma série de “movimentos” com posicionamentos teóricos e práticos distintos.

Esses posicionamentos se refletiam nos temas discutidos nos CIAMs. Frampton (1997) indica três estágios nos congressos. Do I CIAM (1928, em Frankfurt) – quando é assinada a Declaração de La Sarraz –, até o III CIAM (1930, em Bruxelas), o autor caracteriza os encontros como em sua primeira fase, a mais doutrinária. A Declaração de La Sarraz defende a utilização de critérios de racionalização, de padronização e de funcionalidade na arquitetura e no planejamento urbano. Nessa primeira fase, houve também um predomínio de tendências mais socialistas dos arquitetos alemães, assim como um foco na habitação mínima, e na altura ideal e no espaço ideal entre as edificações multifamiliares (FRAMPTON, 1997).

Quanto à segunda fase – entre 1933 (IV CIAM) e 1947 (VI CIAM) –, destaca-se o papel-chave de Le Corbusier e a predominância do tema do planejamento urbano (FRAMPTON, 1997). Desse CIAM IV surgiu uma das publicações mais difundidas do Movimento Moderno: a Carta de Atenas – versão do arquiteto Le Corbusier³. Publicada

³ A apresentação de uma das publicações da carta – Le Corbusier (1993) –, por Rebecca Scherer, traz um breve histórico em relação às versões que houveram da carta. A carta também pode ser facilmente acessada através da publicação: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Atenas**. Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, nov. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 11 jan. 2019.

quase dez anos depois do congresso, ela traz interpretações, ênfases e tópicos do arquiteto, baseado nas discussões que houveram naquele CIAM.

Algumas considerações trazidas pela Carta de Atenas merecem destaque – principalmente porque virão a ser contestadas. Primeiramente, destacam-se as reflexões contidas na carta em relação às cidades existentes naquele momento: suas habitações não satisfaziam as necessidades físicas e morais de seus moradores; as densidades das aglomerações eram de entre 1.000 e 1.500 habitantes por hectare, densidade que prejudicaria a vida urbana em diversos sentidos – destacando-se a falta de contato das moradias com áreas externas. Entendeu-se então que, supridas essas deficiências formais, as necessidades físicas e morais seriam atendidas. A carta também expressa questões ideológicas, como exemplo, que essas condições ideais de moradia na cidade deveriam estar ao alcance de todos, independentemente de questões econômicas.

Em relação à casa, a carta indica que se deve permitir a entrada de sol e ar, assim como uni-las em “unidades habitacionais” – unidades de vizinhança – com adequadas dimensões e com a presença dos serviços comuns para atender a essas moradias. Sendo que, no solstício de inverno, um mínimo de duas horas de sol deveria adentrar à moradia. Questões – apenas – higienistas deveriam determinar a localização dos setores habitacionais na cidade. E a relação da rua com a casa deveria se tornar distante:

A casa então deixará de ser unida à rua através da calçada. A casa se erguerá em seu meio próprio, onde poderá desfrutar de sol, de ar puro e de silêncio. A circulação irá se desdobrar por meio de vias de percurso lento para uso dos pedestres e vias de percurso rápido para uso dos veículos. Cada uma dessas vias desempenhará sua função respectiva, aproximando-se das casas apenas ocasionalmente⁴ (LE CORBUSIER, 1971, p. 46-47, tradução nossa).

As quatro funções apresentadas pela carta – habitar, trabalhar, recrear e circular – são consideradas como as “chaves do urbanismo”, e a cidade em si como uma “unidade funcional”. As aglomerações habitacionais em altura devem ser bastante espaçadas entre si, liberando grandes espaços livres. Ainda assim, a densidade deve ser elevada a ponto de viabilizar suas instalações coletivas. Em relação à questão da densidade demográfica e construída, criticava-se a ideia de cidade jardim, chamando-a de uma “solução irracional”, por suas baixas densidades. Já em relação ao patrimônio histórico, afirmava-se que esse deveria ser conservado, desde que não prejudicasse as condições de vida das pessoas.

A última fase apontada por Frampton (1997) é a que mais interessa a este trabalho. Existiu um “rompimento decisivo” em 1953, no IX CIAM, quando uma nova geração de

⁴ Entonces la casa dejará de estar soldada a la calle a través de la acera. La vivienda se alzará en su propio medio, donde disfrutará de sol, de aire puro y de silencio. La circulación se desdoblará por medio de vías de recorrido lento para uso de los peatones y vías de recorrido rápido para uso de los vehículos. Cada una de estas vías desempeñará su función respectiva, aproximándose a las viviendas sólo ocasionalmente.

arquitetos contestou – liderados por Aldo van Eyck e por Alison e Peter Smithson –, principalmente, o zoneamento funcional da Carta de Atenas e a criação de espaços sem limites da cidade moderna. Essa nova geração também se colocava contra o idealismo da velha geração, conformada por Le Corbusier e Walter Gropius. Neste período, começa-se a lançar novos conceitos que deveriam ser incorporados ao planejamento das cidades, como o sentido de pertencimento e identidade, necessidades básicas do homem, segundo esses novos arquitetos. Já em 1956, o X CIAM, realizado em Dubronvnik, foi organizado sob a responsabilidade do grupo de arquitetos dessa nova geração, então agora conhecido como **Team 10** (FRAMPTON, 1997).

Mais especificamente em relação à ideia de cidade, pode-se identificar também três diferentes momentos dentro do Movimento Moderno. Segundo Gonsales (2012), um primeiro momento estaria situado no período entre guerras – quando se sobressai o conceito de cidade funcional (Le Corbusier e o grupo ASCORAL⁵); um período intermediário – quando aparece a ideia do coração das cidades e do centro cívico (grupo MARS⁶) e; um terceiro período – bastante crítico, quando se começa a defender “outros graus de relações urbanas sobre os funcionais” (p. 3) (Team 10).

Nesse sentido, pode-se dizer que parte da crítica aos posicionamentos dominantes nas fases iniciais do Movimento Moderno surgiu dentro dos próprios CIAMs, sobretudo, através do Team 10. No entanto, esse contexto de críticas também se estabeleceu em esferas além dos congressos. A **Mudança de paradigmas**, que ocorre nesse momento, será um item deste capítulo que abordará de maneira geral e mais resumida alguns movimentos e autores, que também se identificaram com a crítica aqui abordada. O **Team 10** e o **Metabolismo** são itens à parte desse contexto, pela sua relevância no contexto internacional, e pelas potencialidades de relação de seus posicionamentos teóricos e estratégias projetuais com as cooperativas habitacionais aqui estudadas.

Importante destacar que a crítica trabalhada nesta pesquisa se dá no seio do próprio Movimento Moderno, não se constituindo ainda como uma “crítica pós-moderna”, assim como, que os textos e autores em seguida abordados também já vieram a ser contestados, questionados, etc. E por fim, deseja-se ainda salientar que as teorias apresentadas neste capítulo devem ser interpretadas a partir do contexto daquele período da história da arquitetura e do urbanismo, e não devem ser utilizadas como referências na contemporaneidade – por volta de meio século depois – sem devidas contextualizações e atualizações.

⁵ Grupo francês dentro dos CIAMs, vinculado aos ideais de Le Corbusier (BARONE, 2002).

⁶ *Modern Architecture Research Society* (Sociedade Moderna de Pesquisa em Arquitetura). Grupo inglês, da “geração do meio” dos CIAMs.

1.2 Mudança de paradigmas

As décadas de 1950 e 1960 são um importante marco de mudança de paradigmas, sobretudo em relação àqueles que embasavam os ideais da chamada primeira geração do Movimento Moderno. Para Montaner (2011), a arquitetura sempre teve a necessidade de possuir paradigmas para se legitimar, os quais foram se modificando ao longo do tempo. Depois da Segunda Guerra Mundial, vê-se então uma dessas quebras, quando princípios universais do pensamento moderno vão sendo superados, e “paulatinamente, a linguagem metafórica da máquina é substituída pela linguagem metafórica do orgânico” (p. 56). Surge um novo panorama, com referência principalmente no humanismo, influenciado pela filosofia do existencialismo e pela nova relevância dada às disciplinas como antropologia, sociologia e psicologia. As culturas locais e a arquitetura vernácula são revalorizadas. Surge também,

uma defesa do ‘homem comum’, concreto, autêntico, real e individual frente ao homem universal e abstrato, sem atributos, sem necessidades psicológicas, que a sociedade produtiva de Frederick W. Taylor e Henry Ford tentou gerar, e para qual a arquitetura do Movimento Moderno tinha pensado os seus projetos. O homem agora é concreto e imperfeito, é homem comum, o homem da rua (MONTANER, 2011, p. 18).

Segundo esse autor, no final da década de 1940, existe ainda uma grande disseminação de planos urbanos e regionais, que levaram em conta o zoneamento por funções, mas em seguida, na década de 1950, começa a surgir um entendimento de que esse tipo de planejamento poderia ser nefasto. Um novo pensamento vai de encontro à segregação das cidades e vem defender a sobreposição e a mistura de suas funções, e a procura de um equilíbrio urbano (MONTANER, 2011).

Para Jacques (2003), a década de 1960 foi um marco temporal de “manifestações revolucionárias” e “reivindicações sociais e culturais” (p. 13). A autora também expõe a existência, na época, de diversos grupos “utopistas” e irônicos. Nesse sentido, a autora faz um relato sobre a Internacional Situacionista (IS), grupo muito ativo nesse período e que criticava a ideologia universalista do Movimento Moderno. Já Banham (2001) destaca a importância dos anos 1960, entre outros motivos, pelo surgimento do termo megaestrutura e pelo substancial impacto do grupo Archigram nesse momento.

Correa (2008) considera a década de 1960 como um período em que houve uma renovação no interesse pelo estudo da habitação, já que foi nessa época, segundo o autor, que se tomou consciência da escala das moradias autoconstruídas nas periferias das cidades do Terceiro Mundo. Embora o Movimento Moderno tenha sido o motor das preocupações com a habitação social, o autor defende que nessa época os agentes haviam mudado, mencionando como exemplo, a jornalista Jane Jacobs – destacando seu

trabalho de análise de bairros densos e com edificações de baixa altura nos Estados Unidos –; a experiência das *new towns* britânicas – onde se teria estudado, segundo o autor, a “real” relação entre alturas de edifícios e densidades, e também “suas variações segundo o contexto: no próprio local, no nível do bairro e na escala da cidade⁷” (p. 150, tradução nossa); e finalmente, o trabalho de Alison e Peter Smithson, membros do Team 10, que estavam trabalhando com a temática das habitações em Londres, Inglaterra.

Por outro lado, esse contexto de quebra de paradigmas ocorreu – principalmente no continente americano –, em consonância com a continuidade do pensamento moderno mais ortodoxo, particularmente, através da grande difusão da Carta de Atenas. Essa continuidade, na verdade, teria prevalecido, em muitos casos, se comparada ao contexto de revisões do Movimento Moderno. Porém, este trabalho aponta o caso uruguaio como uma das exceções dentro desse contexto.

A partir de agora serão destacados, resumidamente, alguns movimentos, experiências urbanas, grupos e autores do cenário de inflexão teórica, foco desta pesquisa, como o *new empirism* (novo empirismo), as *new towns* (novas cidades), o Novo Brutalismo, o grupo Archigram; e os autores Jane Jacobs e Christopher Alexander. Todos eles, de alguma maneira, estiveram presentes no contexto uruguaio no período em estudo. Os preceitos do Team 10 e o Metabolismo, por sua maior relevância nesse mesmo contexto, serão vistos com mais detalhe.

Nas décadas de 1940 e 1950, o *new empirism* – um movimento dos países escandinavos (Finlândia, Noruega, Suécia) –, tornou-se um modelo de inspiração para países como a Grã-Bretanha, manifestando-se como influência na arquitetura das *new towns*. A arquitetura, proveniente desse movimento, procurava uma certa humanização da arquitetura moderna (MONTANER, 2011). O *new empirism* também é caracterizado como um movimento de reação ao “rígido formalismo”, onde se procura

a espontaneidade, a adaptabilidade do edifício aos materiais tradicionais e ao lugar. Busca-se a recuperação da comodidade doméstica, o sentido comum, a textura e as cores tradicionais, a fantasia, o gosto pela decoração, o valor do bom artesanato (MONTANER, 2011, p. 84).

O arquiteto finlandês Alvar Aalto vai exercer um papel de destaque na arquitetura escandinava do pós-guerra. Sua arquitetura se posiciona contra o Estilo Internacional e visa certa “humanização” do funcionalismo. Também busca considerar as reais necessidades da sociedade, procura mesclar tecnologia e tradição vernacular, dá grande destaque aos aspectos culturais e abre espaço para o organicismo (AZEVEDO

⁷ [...] sus variaciones según el contexto: en el propio solar, a nivel de barrio y a escala de la ciudad.

COUTINHO, 2015). Um exemplo importante de sua obra, do final dos anos 1940, é o MIT Baker House Dormitory (1948) (Figuras 1 e 2).

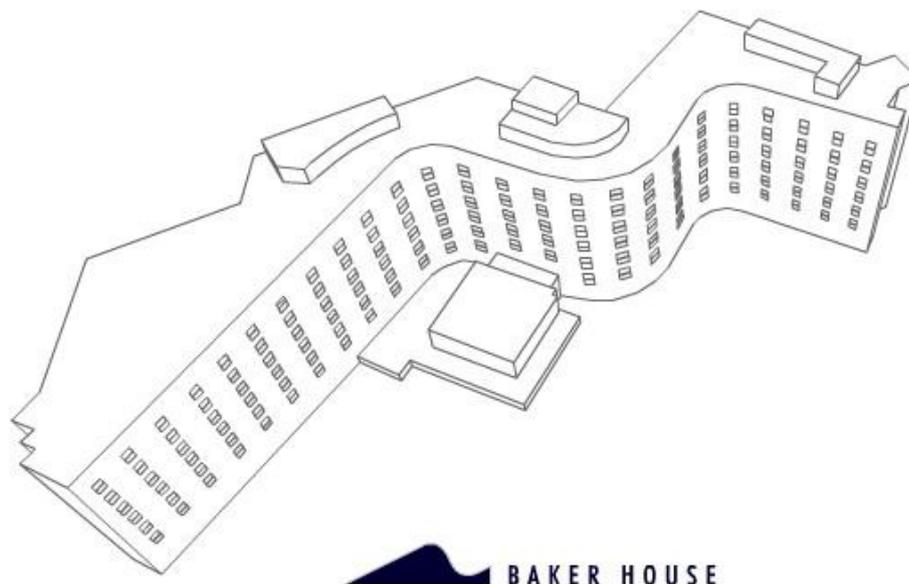


Figura 1: Um dos primeiros esboços do MIT Baker House Dormitory. Disponível em: <https://www.archdaily.com/61752/ad-classics-mit-baker-house-dormitory-alvar-aalto>. Acesso em: 5 fev. 2019.



Figura 2: Fotografias do MIT Baker House Dormitory. Disponível em: <https://www.archdaily.com/61752/ad-classics-mit-baker-house-dormitory-alvar-aalto>. Acesso em: 5 fev. 2019.

Outra experiência desse momento – também surgida na década de 1940 –, no campo da arquitetura e do urbanismo, e citada pelos arquitetos uruguaios, são as chamadas **new towns** britânicas. As *new towns* fizeram parte de uma operação urbana com o intuito de descongestionar a cidade de Londres: “um processo de organização regional baseado na descentralização, no controle do crescimento de Londres e na criação de novas cidades ao seu redor” (MONTANER, 2011, p. 72). Em sua primeira fase – também chamada de protótipo I –, entre 1945 e 1951, foram fundadas dez *new towns* na Inglaterra, entre elas, a cidade de Harlow em 1947 (Figura 3) (LANDAU, 1969).



Figura 3: À esquerda, um dos planos de Harlow. Disponível em: <https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205133033>. À direita, casas em Harlow. Disponível em: <http://gallery.nen.gov.uk/gallery1513-.html>. Acessos em: 4 mar. 2019.

Apesar dessas primeiras *new towns* possuírem características como baixas densidades e a ideia de unidade de vizinhança (LANDAU, 1969), elas também vão apresentar algumas características que as relacionam com o contexto arquitetônico estudado nesta pesquisa. Por exemplo, a conformação de unidades habitacionais⁸ em fita, procurando um melhor aproveitamento do terreno e aumentando a densidade – em comparação com as propostas de casas isoladas da cidade-jardim. Essa organização configurava ambientes externos mais protegidos, bem orientados e com uma escala que contribuía para melhorar a qualidade do espaço público.

Já nas cidades do chamado protótipo II – segundo Landau (1969), a urbanização Hook, não construída, e Cumbernauld (1955) –, houve um aumento das densidades e se abandonou a ideia de unidade de vizinhança. Na terceira fase das *new towns*, no começo dos anos 1970, as cidades ganham uma maior flexibilidade no planejamento urbano e diversidade na arquitetura residencial. Milton Keynes e Runcorn são exemplos dessa fase (MONTANER, 2011).

Segundo Montaner (2011), no decorrer dessas três fases, conforme as experiências vinham sendo concretizadas, elas vinham sendo aprimoradas. O autor também comenta que jovens arquitetos ingleses iniciaram seus posicionamentos críticos, avaliando as experiências das *new towns*. Como exemplo, “Alison e Peter Smithson basearam suas propostas teóricas na crítica a esta experiência [...] que rapidamente se mostrariam sem alma, sem vida urbana, sem identidade” (MONTANER, 2011, p. 73). Na publicação intitulada *Uppercase* (Maiúsculas), de 1960, de autoria dos Smithson, o casal aponta que a concepção dessas cidades era demasiado “rígida” (SMITHSON, 1966). Montaner (2011, p. 76) também relata que outros textos dos Smithson criticam as *new towns*, e que, por

⁸ As casas eram geralmente de tijolos à vista, possuíam telhados inclinados e algumas possuíam varandas. O cenário era pitoresco, e sua arquitetura tinha inspiração sueca (LANDAU, 1969).

exemplo, Milton Keynes vai então possuir certa inspiração nas teorias do casal: “a flexibilidade do ‘Strategic Plan’, em Milton Keynes, obedecerá em parte ao conceito smithsoniano do ‘modelo de crescimento’”.

Se nos conjuntos objetos de estudo desta pesquisa, a influência das *new towns* não é tão evidente, pode-se encontrá-la de maneira mais clara em cooperativas habitacionais uruguaias de baixa densidade e com edificações em fitas de dois pavimentos, bastante comuns nesse contexto uruguaio, e está presente, por exemplo, no setor não estudado da Zona 1 do conjunto José Pedro Varela. De todas as formas, na descrição do projeto do Bulevar Artigas, por parte de um de seus autores – em Vigliecca & Associados (2019) –, há uma indicação de que “se notam características brutalistas e certas influências britânicas, **precedentes especialmente das new towns dos anos 1970**, ainda que colocadas a limites difíceis de imaginar nos conjuntos ingleses” (grifo nosso).

O **Novo Brutalismo** também foi reconhecido como uma versão mais humanizada do Movimento Moderno (FRAMPTON, 1997). Sua arquitetura é caracterizada pela “estrutura do edifício aparente, a valorização dos materiais por suas qualidades inerentes e a expressão de cada um dos elementos técnicos” (MONTANER, 2011, p. 73). Conforme Landau (1969), a primeira obra do Novo Brutalismo foi o projeto dos Smithson para uma escola em Hunstanton (Figura 4, à esquerda), de 1949, na Inglaterra. Naquela época, o casal estava reagindo criticamente à arquitetura pitoresca do *new empirism* e ao “aformalismo”. A escola evidenciou uma arquitetura nova no contexto de seu país e do segundo pós-guerra, e estava inspirado no projeto de Mies van der Rohe para o Instituto de Tecnologia de Illinois, EUA (Figura 4, à direita) (LANDAU, 1969).



Figura 4: À esquerda, escola em Hunstanton. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/25831000@N08/with/3007466057/>. À direita, Instituto de Tecnologia de Illinois. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Crown_Hall_1.jpg. Acessos em: 11 mar. 2019.

O grupo inglês **Archigram**, a partir da década de 1960, divulgou ideais contrários aos rígidos princípios do pensamento moderno e à prática convencional da arquitetura. Seus projetos se direcionavam para “o uso inventivo de novas tecnologias para repensar

a sociedade e suas formas de habitação⁹” (UNIVERSITY OF WESTMINSTER, 2010¹⁰, tradução nossa). Aparecem em suas propostas megaestruturas, cápsulas, elementos infláveis, componentes projetuais não convencionais, entre outros (UNIVERSITY OF WESTMINSTER, 2010). A ideia de megaestrutura tem diversas definições, mas sempre envolvem uma concepção de cidade conformada por grandes elementos estruturais – como elementos fixos – que ordenariam toda a urbanização, que então abarcaria todos os outros elementos da cidade em si – os elementos móveis e passíveis de câmbio. Nesse sentido, a ideia coloca em grande evidência o papel dos elementos estruturais das cidades.

Os principais nomes do grupo são: David Greene, Peter Cook, Mike Webb, Dennis Crompton, Warren Chalk e Ron Herron. Mas a lista de colaboradores do grupo – porque auxiliaram nas revistas publicadas pelo Archigram, em projetos, etc. – é bastante extensa. Citam-se Ralph Erskine (Team 10); Yona Friedman; alguns metabolistas, como Kisho Kurokawa, Kenzo Tange, Kiyonori Kikutake (UNIVERSITY OF WESTMINSTER, 2010). Como principais projetos do grupo, destacam-se: *Plug-in City*, *Instant City* e *Walking City* (Cidade Interconexa, Cidade Instantânea e Cidade Andante).

No projeto *Plug-in City* (1963-64) (Figura 5) aplicaram o conceito de “vida aproveitável”, onde os componentes da cidade eram projetados já se prevendo sua substituição em determinado tempo (LANDAU, 1969). Nesse projeto, as unidades habitacionais eram em forma de cápsulas, sendo que essas eram fixadas pela estrutura da cidade (BANHAM, 2001). *Instant City* (1969) (Figura 6) seria como uma cidade itinerante, com certa analogia a ideia de circo; Silva (2004) caracteriza a proposta como uma “arquitetura do acontecimento”, que visitaria cidades pequenas mais afastadas das metrópoles, levando informações culturais, eventos¹¹. *Walking City* (1964) (Figura 7) era uma cidade que poderia flutuar (LANDAU, 1969), possibilitando que a cidade pudesse “vagar” por diversos locais (BANHAM, 2001).

⁹ [...] the inventive use of new technologies to rethink society and its forms of habitation.

¹⁰ Site de autoria da Universidade de Westminster, Inglaterra, que disponibiliza informações, trabalhos, etc. do grupo Archigram.

¹¹ Como será mostrado no seguinte capítulo, *Instant City* e *Plug-in City* são citadas como temas de aulas dos arquitetos uruguaios.

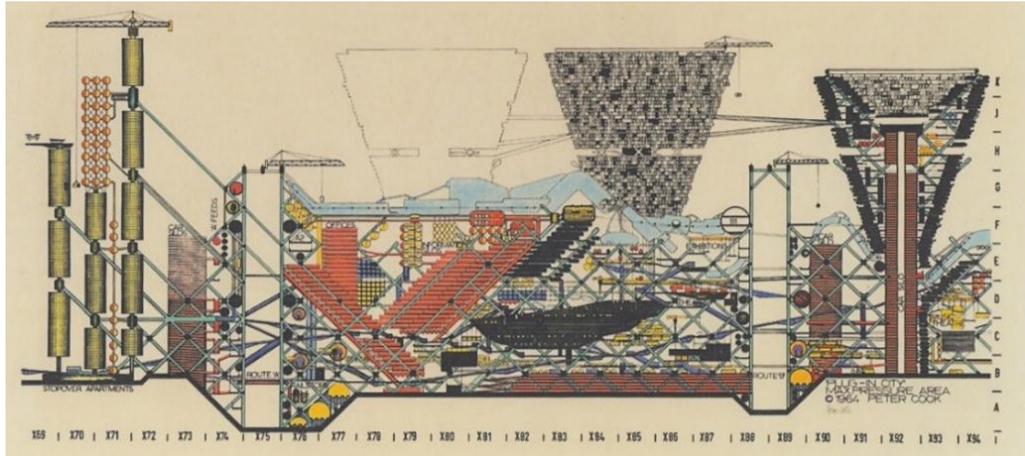


Figura 5: *Plug-in City*. Disponível em: <https://relationthought.wordpress.com/2012/05/21/1100/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

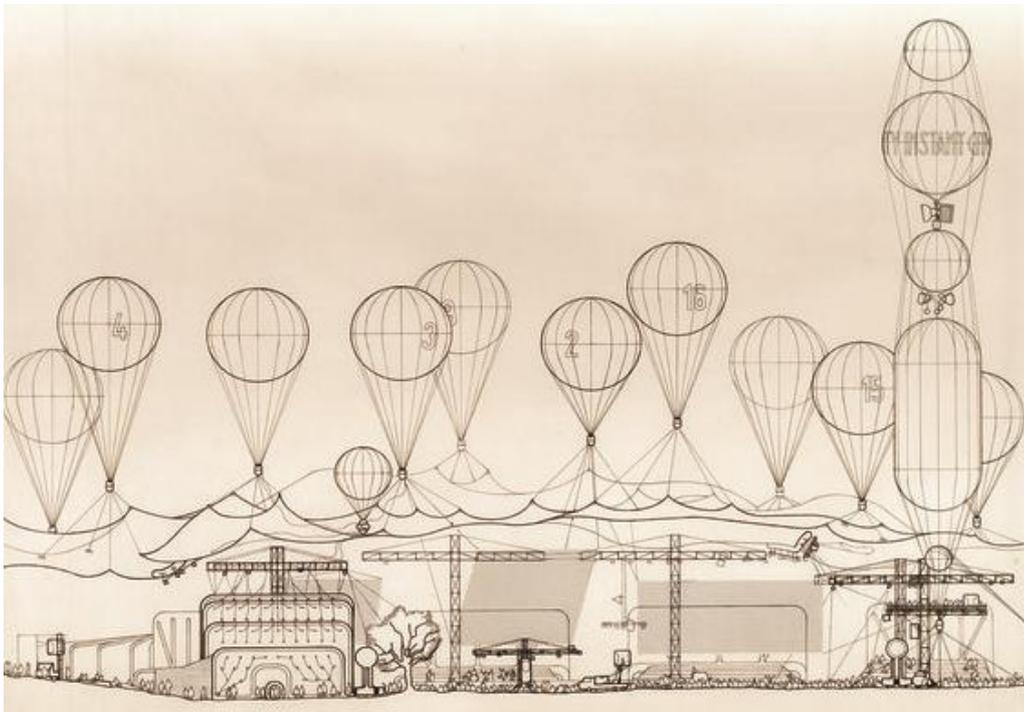


Figura 6: *Instant City*. Fonte: UNIVERSITY OF WESTMINSTER, 2010.



Figura 7: *Walking City*. Fonte: UNIVERSITY OF WESTMINSTER, 2010.

Por outro lado, no continente americano, a jornalista **Jane Jacobs**, em 1961, lança nos Estados Unidos o conhecido livro *The death and life of great american cities* (Morte e vida de grandes cidades americanas). Como pontos principais abordados pela autora, destacam-se a crítica ao urbanismo moderno e ortodoxo; a crença de que a diversidade de usos é uma condição que faz com que exista “vida” nas cidades; a importância atribuída ao papel das ruas nas cidades como potencializadoras da vida em comunidade e de suas relações sociais. Em relação à configuração das cidades, essas são caracterizadas como um organismo vivo e complexo, e não como um elemento fixo e inerte (JACOBS, 2003).

Também residente nos Estados Unidos, outro relevante autor para esse cenário de inflexão foi o arquiteto **Christopher Alexander**. Ele esteve presente em alguns encontros do Team 10 e participou do concurso para o PREVI (Projeto Experimental de Vivenda), no Peru – posteriormente comentado neste trabalho. Destaca-se, no contexto da pesquisa, um artigo de sua autoria, publicado na década de 1960, chamado *A city is not a tree*¹² (Uma cidade não é uma árvore).

Nessa publicação, Alexander (1968) expõe dois tipos de princípios ordenadores presentes nas cidades poderiam apresentar: a cidade como uma “árvore” ou como uma “semitrama” (*semi-lattice* em sua versão na língua original e *semitrama* em espanhol). A semitrama seria um princípio presente nas cidades naturais – aquelas com um crescimento espontâneo ao longo do tempo –; a árvore seria um princípio das cidades artificiais – aquelas que estavam sendo planejadas seguindo princípios do urbanismo moderno. O autor é incisivo ao dizer que uma cidade viva é aquela ordenada por uma semitrama, ou seja, por uma estrutura complexa, enquanto a cidade como uma árvore possuiria conexões mais restritas (ALEXANDER, 1968).

Os diagramas de Christopher Alexander (Figura 8) ajudam a compreender melhor suas definições. Pode-se complementar que, na cidade como uma árvore, “nenhuma parte de qualquer unidade estará conectada com outras unidades, exceto através e por meio daquela unidade como um todo¹³” (ALEXANDER, 1966, p. 9, tradução nossa). Fazendo certa analogia, pode-se comparar o conceito de árvore com uma relação hierárquica em que os pares não se ligam entre si, mas sempre com outra hierarquia maior, e é apenas através dessa hierarquia maior que as partes podem então se conectar.

¹² Texto publicado originalmente na revista “Architectural Forum”, dividido em duas partes, a parte I em 1965 e a parte II em 1966. Para este trabalho, teve-se acesso ao artigo em uma versão em espanhol – Alexander (1968) – e outra em inglês – Alexander (1966). A última aqui citada é uma reimpressão de outra revista, a “Design”.

¹³ [...] no piece of any unit is ever connect to other units, except through the medium of that unit as a whole.

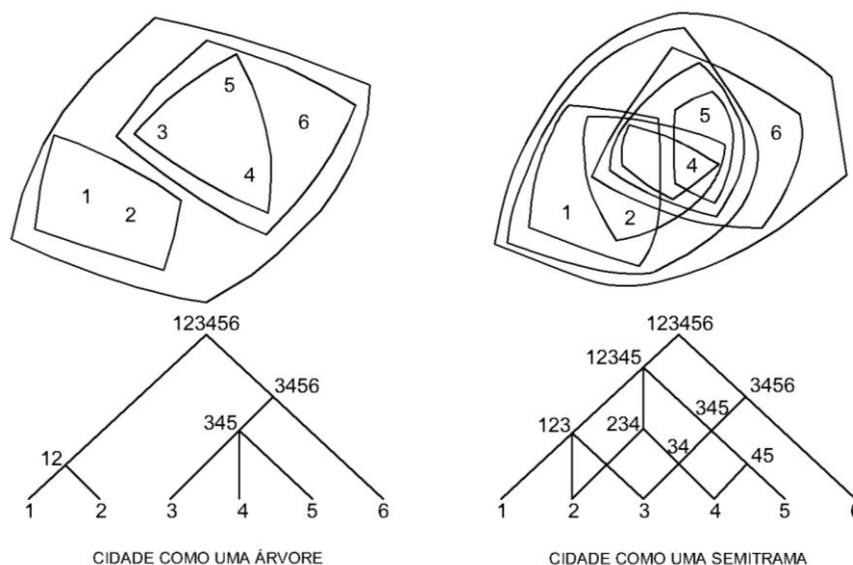


Figura 8: Esquemas de cidade de Christopher Alexander. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2018.

1.3 Team 10

O Team 10¹⁴, formado em meados dos anos 1950, e composto por arquitetos da chamada terceira geração do Movimento Moderno, critica os posicionamentos dominantes e mais dogmáticos do movimento, defendidos pelas gerações anteriores. O grupo tem como uma das principais pautas a oposição à cidade funcionalista, rejeitando seu espaço universal e sua organização a partir das quatro funções da Carta de Atenas.

Dentre seus membros, destacam-se aqui: Aldo van Eyck; Alexis Josic; Alison e Peter Smithson; Georges Candilis; Giancarlo De Carlo; Jaap Bakema; Jerzy Soltan; Ralph Erskine; Shadrach Woods; etc. Como participantes mais ocasionais e convidados, entre outros: Christopher Alexander; Kisho Kurokawa; Fumihiko Maki; James Stirling; Kenzo Tange (TEAM..., 2019).

O grupo defendia que as escolhas projetuais deveriam depender, além de fatores intrínsecos à demanda do próprio projeto, também de fatores extrínsecos, como o lugar, a cultura dos moradores e as características da região. Apesar do grupo não querer ignorar os avanços adquiridos pelo Movimento Moderno, procuravam introduzir novos conceitos e novas discussões no contexto arquitetônico e urbanístico da época. Jerzy Soltan, em 1960 – disponível em Smithson (1966) –, comenta essa situação em que o Team 10 “combatia” um adversário interno, enquanto os primeiros CIAMs, em sua época, combateram um adversário considerado externo ao Movimento Moderno.

¹⁴ O grupo adotou esse nome em 1954, quando ficou responsável pela organização do décimo CIAM. As bibliografias divergem ao chamar o grupo de Team X; ou Team 10; ou até Team Ten, a modo dos historiadores da França. Não existe uma maneira oficial de como chamar o grupo (TEAM..., 2018). Neste trabalho, será recorrente usar a designação para a equipe como Team 10, porém através do relato de outros autores, poderá ser encontrado também o uso de Team X.

Se os primeiros arquitetos modernos tratavam a sociedade de maneira mais abstrata e idealizada, e a vida de maneira mais simplificada, o Team 10 queria prever as necessidades “reais” da sociedade. Procuraram “expor a complexidade da vida urbana” e “encontrar uma **relação precisa** entre a forma física e a necessidade social e psicológica das pessoas” (MONTANER, 2011, p. 30, grifo nosso). O autor ainda resume o “laço comum” que unia o grupo, expressado

em sua visão da cidade – tentando recuperar a vida urbana –, da tradição – contemplando-a com respeito, mas com distância, sem nunca fazer citações literais mas sim através da interpretação –, da arquitetura – sobre a que se propõe essencialmente uma revisão formal – e do papel social do arquiteto (MONTANER, 2011, p. 34).

Outra pauta importante era o tema da “identidade”. A respeito do assunto, o grupo indicava que “o homem se organiza em comunidades, o qual desenvolve a necessidade de se diferenciar, se **identificar** com o local onde habita, criar vínculos sociais e apreender o espaço a partir de seus próprios valores culturais” (BARONE, 2002, p. 61, grifo nosso). De maneira semelhante, o Team 10, ao se opor também à ideia do “coração da cidade”¹⁵, como espaço de ressignificação urbana, tem como um de seus argumentos centrais o que destaca Colquhoun (2005, p. 219, grifo nosso, tradução nossa):

a chave da **comunidade** na cidade não residia em um 'centro urbano' separado, composto de edifícios públicos representativos, mas sim no âmbito da própria residência, onde relações mais imediatas poderiam ser estabelecidas entre o núcleo familiar e a comunidade¹⁶.

O Team 10 possuía uma diversidade de ideais, às vezes até contraditórias, expressadas através de cada membro. Nesse sentido, a ideia não era se chegar a teorias e manifestos que expressassem o discutido em cada encontro – com exceção da existência do Manifesto de Doorn –, pois suas reuniões possuíam uma dinâmica diferenciada em relação ao que ocorria até então nos encontros CIAM. As discussões e reflexões se baseavam nos projetos particulares apresentados. O grupo se utilizava de um método científico empírico e experimental, analisando-se cada caso em particular (MONTANER, 2011).

O Manifesto de Doorn¹⁷, escrito em 1954, constituiu-se de uma síntese das primeiras discussões do grupo. Nesse texto, indica-se que o “habitat” seria conformado na relação entre casa e comunidade, onde a primeira deve ser tratada como uma “casa

¹⁵ O “coração da cidade” foi o tema do CIAM VIII, realizado no ano de 1951, em Hoddesdon, Inglaterra. Nesse momento, reconhecia-se a importância de um espaço urbano não estritamente funcional configurado por espaços cívicos e culturais, para a existência de uma genuína vida pública na cidade.

¹⁶ [...] la clave de la comunidad en la ciudad no residía en un 'centro urbano' separado, compuesto de edificios públicos representativos, sino en el ámbito de la propia vivienda donde se podían establecer unas relaciones más inmediatas entre el núcleo familiar y la comunidad.

¹⁷ O manifesto pode ser encontrado em diversas publicações. Teve-se acesso ao disponível em: TEAM 10 online. Disponível em: <http://www.team10online.org/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

particular”, inserida em uma comunidade específica, sendo “inútil considerar a casa, exceto como parte da comunidade, devido à interação entre elas”. Desse modo, escreviam os arquitetos, “não devemos perder tempo codificando os elementos da casa enquanto a outra relação não tenha sido cristalizada¹⁸”. O manifesto também refletia a discussão sobre o problema da separação estremada entre arquitetura e cidade – intensificada, segundo esse grupo, pelos preceitos urbanísticos estabelecidos pelas gerações anteriores. A superação dessa “fenda” se constituiu como base de grande parte das reflexões propostas e implementadas nesse momento.

Fuão (2000) expõe que pesquisas em culturas primitivas (africanas, marroquinas, peruanas) também foram importantes para o grupo, principalmente, para recolher informações em relação a modelos de estruturação espacial.

Os Smithson’s, juntamente com Aldo van Eyck, Bakema, Candilis, que estudavam os padrões das sociedades primitivas acabaram por propor padrões novos de composição e organização formal como, a rua corredor externa e aérea [rua elevada], formas novas de associação volumétricas, formas abertas, acopláveis para estruturação do crescimento, aproximando-se assim dos metabolistas japoneses, das propostas do grupo *Archigram* e de todas utopias tecnológicas (FUÃO, 2000).

Os membros do Team 10 possuíam alguns temas gerais em comum, mas cada integrante também tinha suas pautas mais específicas. Nesse sentido, **Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, Ralph Erskine e Giancarlo de Carlo** serão destacados no contexto desta pesquisa, por suas importantes contribuições teóricas e projetuais, e também pelas contribuições para o contexto das cooperativas habitacionais uruguaias.

1.3.1 Alison e Peter Smithson

Por ocasião do IX CIAM, em 1953, os Smithson vão defender que as funções da Carta de Atenas deveriam ser substituídas pela “hierarquia de associações humanas” – casa, rua, bairro e cidade (MUMFORD, 2002, p. 124). Mais tarde, vão corroborar essa ideia ao dizer, em 1956, que o pensamento puramente analítico não dava conta da construção das cidades, assim como as relações humanas “escapavam” das quatro funções da carta. Defendem também que o urbanismo deve possuir uma organização clara, no sentido de criar uma **comunidade compreensível** no todo e nas partes, e que as subdivisões dessa comunidade possuam suas particularidades (SMITHSON, 1966).

Nesse sentido, a hierarquia de associações humanas é um dos temas ao qual os Smithson dedicam mais tempo, aparecendo em muitos dos seus escritos. Em um desses

¹⁸ [...] useless to consider the house except as a part of a community owing to the inter-action of these on each other. We should not waste our time codifying the elements of the house until the other relationship has been crystallized.

escritos, explicam essas escalas de associação – casa, rua, bairro e cidade: “a rua implica um contato físico comunitário, o distrito/ bairro é um conhecimento comunitário e a cidade um contato intelectual comunitário¹⁹” (SMITHSON, 1966, p. 19, tradução nossa).

Seguindo na ideia de se formar “comunidades compreensíveis”, os Smithson, em 1959 – disponível em Smithson (1966) –, escrevem seis condições para que isso ocorra:

a) desenvolver um tecido urbano a partir de uma “infraestrutura”, sendo ela os sistemas de circulação e comunicação da cidade. Essa infraestrutura teria uma força de unificação para a comunidade, devendo-se compreender, considerar, a influência dessa força – fluxos e movimentos – na arquitetura;

b) entender que a ideia de mobilidade também implica dispersão – e não apenas uma concentração de fluxos;

c) estabelecer ciclos de mudanças diferentes para cada função do ambiente;

d) adaptar a estética, de modo geral, de maneira que seja congruente às técnicas da construção mecanizada;

e) desenvolver habitações em massa que expressem uma imagem tecnológica que pertença ao século XX e que sejam confortáveis e seguras;

f) estabelecer maneiras de se projetar em massa que não afetem o bem-estar das pessoas, e que se leve em conta não somente critérios higienistas.

Os Smithson, junto aos arquitetos de sua geração, estavam então preocupados em criar uma nova ordem espacial para as cidades, a partir de uma estrutura que gerasse significados e proporcionasse ao cidadão a compreensão de seu habitat. O termo “infraestrutura” – ao invés da expressão “megaestrutura” com a qual vão trabalhar os metabolistas – dava forma a essas ideias (VAN EYCK, 1962). Assim complementam os arquitetos ingleses, em 1956, em relação à sua ideia sobre as infraestruturas urbanas:

propusemos um sistema alternativo no qual a ‘infraestrutura’ (caminhos e serviços) era a única coisa fixa. Procurou-se que o desenho do sistema de caminhos fosse simples e proporcionasse iguais facilidades de acesso a todas as partes.

Este tema do sistema viário como base da estrutura da comunidade foi explorado mais tarde, entre 1957 e 1959, na ideia da Cluster City [Cidade Cluster], no Plano Hauptstadt de Berlim em 1958, e no Estudo Viário de Londres em 1959²⁰ (SMITHSON, 1966, p. 21, tradução nossa).

¹⁹ [...] la calle implica un contacto físico comunitario, el distrito un conocimiento comunitario, y la ciudad un contacto intelectual comunitario.

²⁰ [...] propugnamos un sistema alternativo en el cual la ‘infraestructura’ (camino y servicios) era la única cosa fija. El diseño del sistema de caminos se procuró que fuese simple y proporcionara iguales facilidades de acceso a todas las partes.

Este tema del sistema vial como base de la estructura de la comunidad fue explorado más tarde, en 1957 y 1959, en la idea de la Cluster City, en el Plan Hauptstadt de Berlín en 1958, y en el Estudio Vial de Londres en 1959.

Ainda por ocasião do CIAM IX, o casal apresentou a grelha *Urban Reidentification* (Reidentificação Urbana) (Figura 9). Fotos de Nigel Henderson mostrando a “apropriação” da rua por parte das crianças em um bairro de Londres eram colocadas ao lado das categorias sintéticas casa, rua, bairro e cidade – a já comentada “hierarquia de associações humanas” – como base da exposição de uma “proposta de cidade”: o projeto Golden Lane, comentado em seguida.

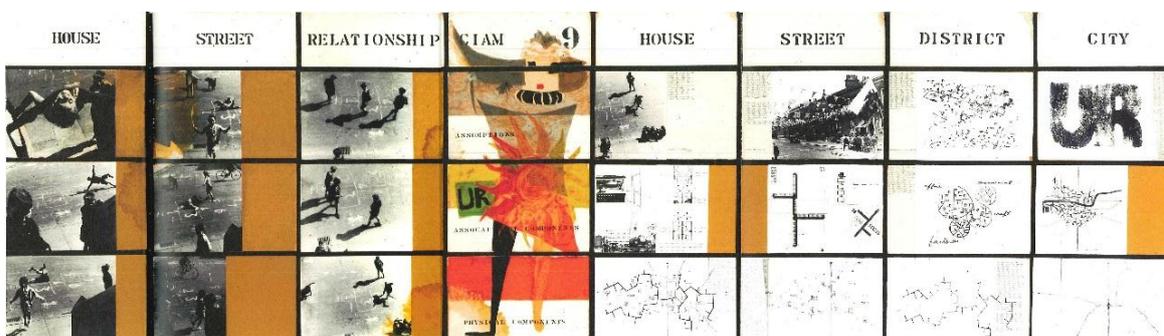


Figura 9: Grelha *Urban Reidentification*. Disponível em: <https://relationalthought.files.wordpress.com/2012/01/alison-and-peter-smithson-urban-re-identification-grid-1953.jpg>. Acesso em: 4 jan. 2019.

O texto que acompanhava a grelha reforçava o tema da “identidade”. Dentro de uma ideia geral de “mobilidade” como potencializadora da coesão entre todas as escalas de associação, reforça a proposta das *streets-in-the-air* (ruas-no-ar) – chamadas doravante neste texto de “ruas elevadas” – como uma das alternativas para as grandes cidades: formas de circulação em prédios de grande altura, relacionando os habitantes com os espaços coletivos e, conseqüentemente, com a cidade (MUMFORD, 2002).

Em 1953, também haviam escrito *An urban project*²¹ (Um projeto urbano), onde declaravam sua rejeição ao conceito de “unidade de vizinhança”, criadora de núcleos urbanos isolados. Defendiam que a formação de verdadeiros grupos sociais se dava com o “afrouxamento” dos limites dos agrupamentos e com a facilidade de comunicação. Refletiam sobre a relação entre casa e rua, defendendo a volta da “ideia de rua”, que criava o que chamaram de “grupos-espacos”, locais com capacidade de satisfazer as necessidades humanas de identificação e pertencimento. Nesse sentido, a ausência de espaços de comunicação horizontal, na edificação em altura, criava uma grande dificuldade para a construção desses espaços (SMITHSON; SMITHSON, 1953).

Ainda indicavam a necessidade de tornar visíveis os agrupamentos sociais – rua, bairro, cidade – como “realidades plásticas finitas”. O projeto Golden Lane – comentado nesse texto pelos arquitetos – representaria a aplicação desses princípios aqui destacados. Isso representava uma “reorientação do pensamento urbano”, uma inflexão na teoria

²¹ Esse artigo, assim como *Cluster City. A new shape for the community*, estão disponíveis no apêndice de: Amorim (2008, p. 128-148).

utilizada até aquele momento pelo CIAM (SMITHSON; SMITHSON, 1953). Nesse contexto de valorização da ideia de rua, apresentam algumas considerações em relação à rua elevada.

Cada rua deve ser acessada por um número suficiente de pessoas para se tornar uma entidade social [...].

Ruas devem ser **lugares** e não corredores ou sacadas. Vias onde existam lojas, correios, quiosques de telefones²² (SMITHSON; SMITHSON, 1953, p. 50, tradução nossa).

A rua – ainda neste caso a rua elevada – era um dos elementos que, de alguma maneira, podia cobrir a “cisão-fenda”, que para os Smithson havia “entre as relações humanas espontâneas e sua representação formal²³” (COLQUHOUN, 2005, p. 219, tradução nossa). Em Smithson (1966), a rua elevada é apresentada pelos arquitetos ingleses como uma estratégia projetual que garantiria a “liberdade de movimento”, em cidades com edifícios em altura. Em relação à rua, de maneira geral, os Smithson destacam, em *Uppercase*, que “a rua não é somente um meio de acesso, mas **uma arena para a expressão social**²⁴” (SMITHSON, 1966, p. 44, grifo nosso, tradução nossa).

Outro conceito fundamental que sofre exaustivas reflexões por parte de Alison e Peter Smithson é o de *cluster* – diretamente conectado às escalas de associação – casa, rua, bairro e cidade. Em *Cluster City. A new shape for the community* (Cidade *Cluster*. Uma nova forma para a comunidade), os arquitetos defendiam uma ideia de cidade mais complexa e menos geométrica – em alusão crítica aos planos axiais de Le Corbusier –, onde o posicionamento dos elementos urbanos estivesse relacionado aos fluxos e às conexões. De acordo com os Smithson, o conceito de *cluster* atenderia esses requisitos (SMITHSON; SMITHSON, 1957).

O *cluster* pode ser traduzido como agrupamento, aglomerado; é definido pelos Smithson como

uma malha muito coesa, complicada, agregação frequentemente em movimento, mas uma agregação com uma estrutura distinta. Isso é talvez o mais perto que se possa chegar da descrição do novo ideal em planejamento arquitetônico e urbanístico²⁵ (SMITHSON; SMITHSON, 1957, p. 334-336, tradução nossa).

O *cluster* deveria ter uma estrutura livre e que permitisse crescimentos, assim como ser compreendida em todos estágios de desenvolvimento possíveis. Nesse sentido, qualquer agrupamento seria um *cluster*, um grupo de casas formando uma rua, um grupo

²² Each street to have a sufficient number of people accessed from it become a social entity [...]. Streets would be **places** and not corridors or balconies. Thoroughfares where there are shop, post box, telephone kiosks.

²³ [...] entre las relaciones humanas espontáneas y su representación formal.

²⁴ [...] la calle no es solamente un medio de acceso, sino una arena para la expresión social.

²⁵ [...] a closet knit, complicated, often moving aggregation, but an aggregation with a distinct structure. This is perhaps as close one can get to a description of the new ideal in architecture and town planning.

de ruas e casas formando um bairro e assim por diante – a ideia de conexão entre os agrupamentos é fundamental (SMITHSON; SMITHSON, 1957). O conceito acaba tendo relação direta com a ideia logo antes aqui apresentada: a importância da existência de comunidades claras e compreensíveis.

Este conceito é como uma palavra-chave que se repete em diversos momentos quando a temática abordada é o contexto arquitetônico e urbanístico do segundo pós-guerra. Outras diversas definições de *cluster* podem ser encontradas. Davi (2009, p. 80) diz que o *cluster* consiste em um “elemento ramificado, relacionando todos os elementos do complexo, que se desenvolve como um esquema onde tudo está conexo e criando espaços de relação”. Já Barone (2002) indica que *cluster* consiste em cachos articulados, que conformam territórios, lugares, para a comunidade. Solà-Morales (1995a, p. 48, tradução nossa) o define como sendo “a associação daquilo que vive conjuntamente, intercambiando seus fluxos vitais em uma coexistência que dá significado ao indivíduo como parte inseparável de um grupo humano mais amplo²⁶”.

No projeto do Golden Lane (Figura 10), de 1952, Alison e Peter Smithson aplicaram a ideia de *cluster* como forma de agregação, de criação de territorialidades. Ruas elevadas (Figura 11) e jardins (espaços coletivos descobertos) como “territórios de identidade”, e como locais de encontro, conformariam agrupamentos em comunicação mútua e restituíam nesses espaços coletivos da comunidade, parte da relação entre casa e rua que ocorre na cidade tradicional (BARONE, 2002). Ruas elevadas e unidades habitacionais formando um primeiro *cluster* – o edifício como um primeiro nível de relação entre as pessoas. Edifício e espaços coletivos conformando um segundo nível de *cluster*, e então o conjunto – com certa potencialidade de relação com o tecido urbano do entorno.

O encontro dos edifícios conforma nós de conexão, sendo que nesses locais – e nos extremos dos edifícios – situam-se as circulações verticais. Esses nós conectam todas as partes (os edifícios) – como *clusters* – entre si. No nível do solo, os jardins “mais fechados” a partir da conformação dos edifícios, substituem o espaço abstrato moderno, por lugares do acolhimento, e também pelas ruas elevadas estarem voltadas para esses pátios.

²⁶ [...] la asociación de aquello que vive conjuntamente, intercambiando sus flujos vitales en una convivencia que da sentido al individuo como parte inseparable de un grupo humano más amplio.

A ideia de flexibilidade e crescimento estava presente nas suas unidades habitacionais tipo duplex: um pátio-jardim no mesmo nível da rua elevada – nível de acesso às habitações – poderia proporcionar dois dormitórios extras, ou um dormitório extra e um terraço às unidades. No texto *An urban project*, os arquitetos indicam várias outras possibilidades de usos desse pátio-jardim: meio de acesso às habitações, lugar de jardinaria, atividades várias e até comércio.

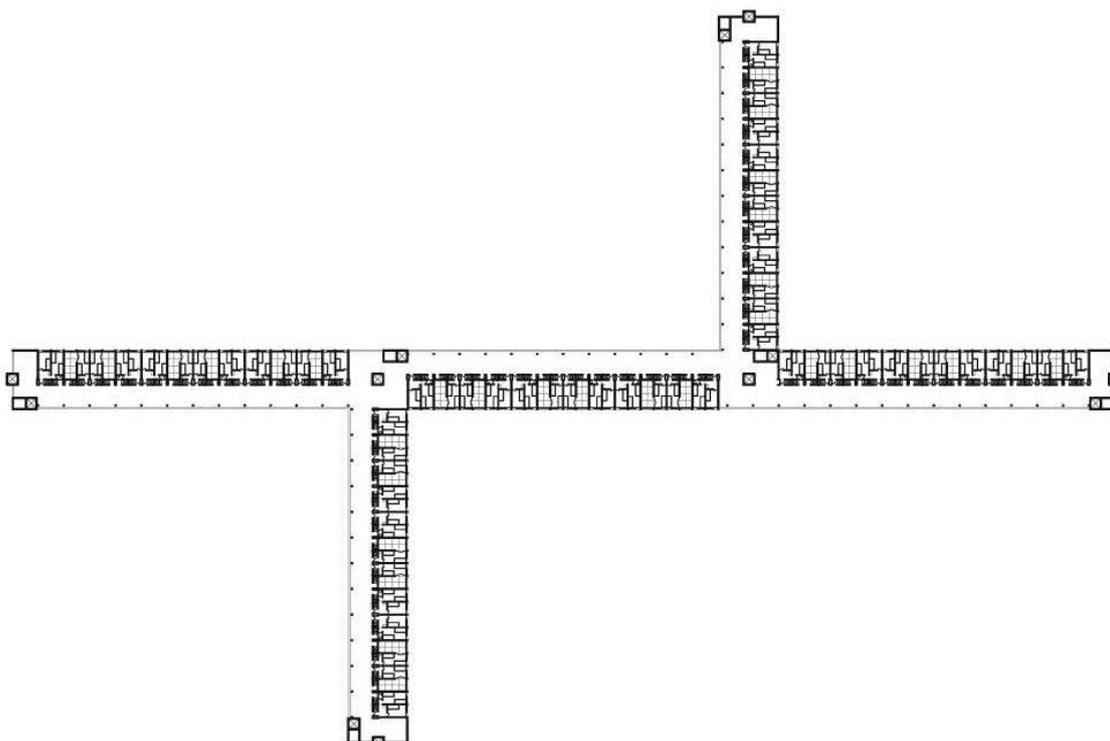


Figura 10: Planta de um dos pavimentos do Golden Lane. Disponível em: <https://relationalthought.wordpress.com/2012/01/18/151/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

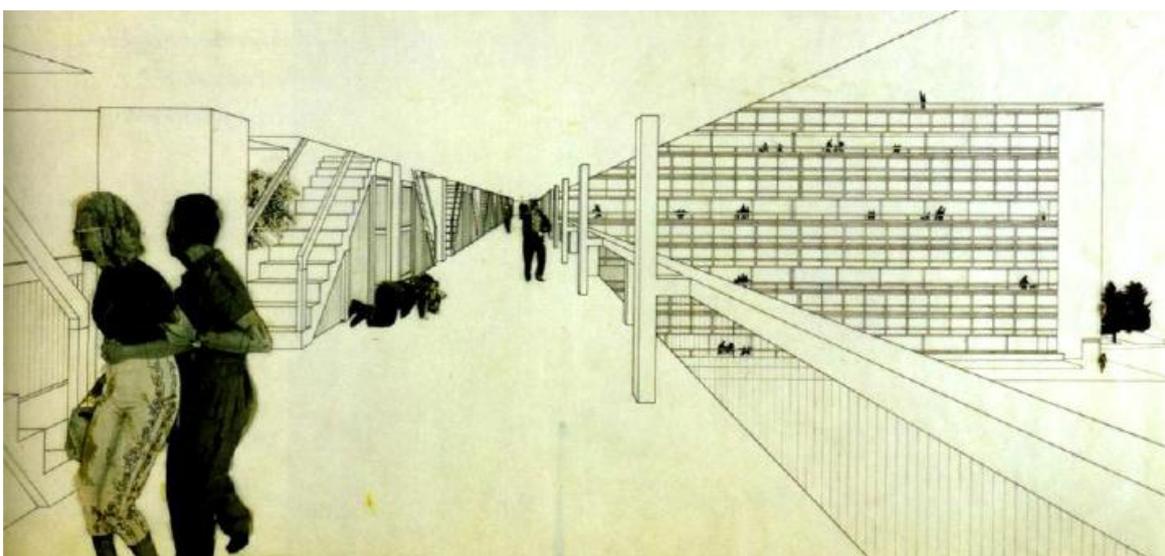


Figura 11: Croqui ilustrando as ruas elevadas do Golden Lane. Fonte: DAVI, 2009, p. 72.

No projeto construído, o **Robin Hood Gardens**²⁷ (1962-1972) (Figuras 12 e 13) – uma concretização das teorias do casal –, a implantação dos blocos segue o desenho dos limites do terreno e forma um grande espaço descoberto central de uso coletivo. Neste caso, as ruas elevadas (Figura 14) de seus dois edifícios estão voltadas para o entorno, potencializando a relação entre edifício e cidade. Essas ruas elevadas, assim como no Golden Lane, visavam criar um lugar de relação social imediato à habitação, ao privado. Suas unidades habitacionais do tipo duplex possibilitam que essas circulações horizontais para o acesso às habitações não necessitem ocorrer em todos os pavimentos. Os acessos para as habitações se localizam em reentrâncias do desenho da rua elevada. Nas pontas e nas articulações dos edifícios se localizam as circulações verticais, funcionando como conectores espaciais importantes.

Os arquitetos procuram refletir a ideia de variação e flexibilidade através do projeto de diferentes tipos de unidades – 2 a 6 moradores – e através das unidades de apenas um nível no térreo, para idosos. O programa do conjunto inclui garagens, comércios, playground, lavanderias comunitárias, etc.

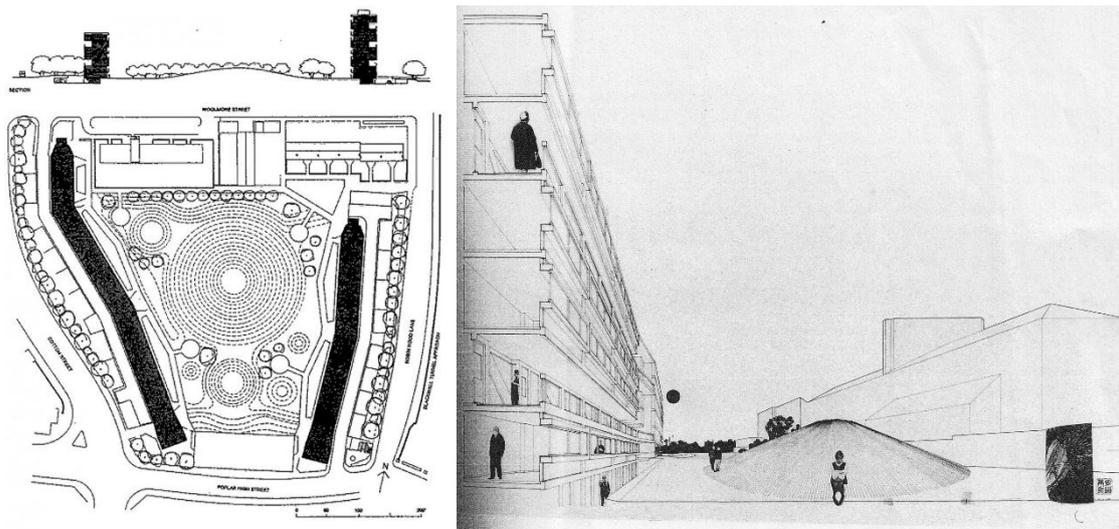


Figura 12: À esquerda, planta baixa e corte do projeto Robin Hood Gardens. À direita, corte *collage* do projeto Robin Hood Gardens. Disponíveis em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-rob-in-hood-gardens-alison-e-peter-smithson>. Acesso em: 23 jan. 2019.

²⁷ O conjunto está em processo de demolição. O site do Google Maps (2019) já mostra imagem de satélite em que o edifício maior não existe mais.



Figura 13: Vista de um dos edifícios do Robin Hood Gardens, a partir do espaço coletivo central. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Robin_Hood_Gardens. Acesso em: 4 jan. 2019.



Figura 14: À esquerda, vista de um dos edifícios do Robin Hood Gardens, a partir das ruas do entorno. À direita, vista da cidade e da rua elevada. Disponíveis em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Robin_Hood_Gardens. Acesso em: 4 jan. 2019.

A relevância expressiva que deveria ser dada aos sistemas de circulação, tanto horizontais como verticais, tão defendida pelos arquitetos e que aparece claramente nesses exemplos anteriores, pode ser observada na **Universidade de Sheffield** (Figura 15), de 1953, emblemática em relação a esse tema. Nesse projeto, conforme relata Montaner (2011, p. 78), a presença de ruas elevadas se expressa nas fachadas e são essencialmente necessárias “para enfatizar esta ideia de edifício como artefato mecânico que está estruturado para o movimento interno das pessoas e que, inclusive, pode crescer”.

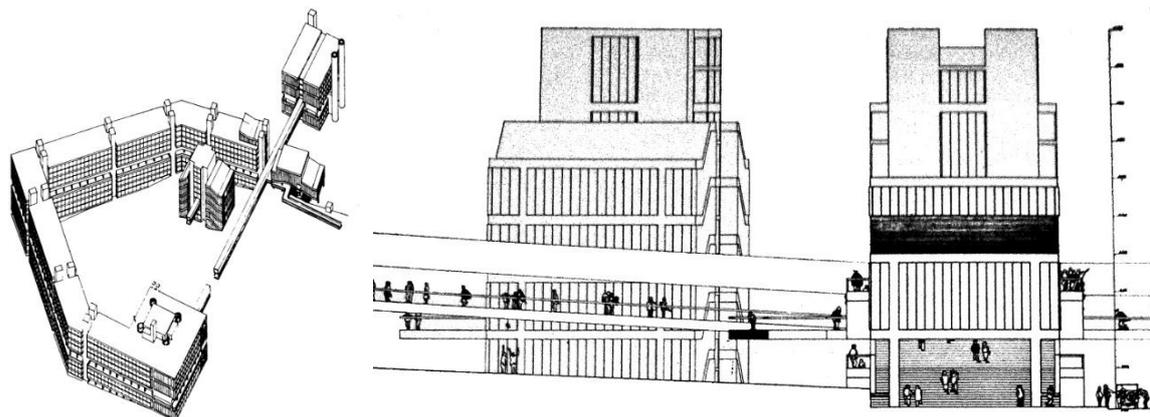


Figura 15: Imagens do projeto da Universidade de Sheffield. Disponível em: <http://artchist.blogspot.com.br/2015/05/universidad-de-sheffield-alison-smithson.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

1.3.2 Aldo van Eyck

Aldo van Eyck, arquiteto holandês, trabalhou com uma base interdisciplinar, buscando referências na antropologia, na sociologia e nas artes plásticas. A partir da reflexão sobre a dificuldade das pessoas se apropriarem de seu habitat em meados do século XX, discute a relação da arquitetura com a cidade; a articulação entre locais de distintas naturezas e escalas; os lugares intermediários/ de transição entre “opostos”, e a ideia de apropriação e pertencimento. Nesse caminho, conceitos como “comunidade” e “identidade” vão sustentar a proposta de criação de “lugares”, que está na base de toda a sua arquitetura.

Dentro do contexto deste trabalho, é importante destacar também que Van Eyck estava interessado nos temas da habitação “informal” e nos processos de autoconstrução e autoajuda – esse último processo se dá quando um grupo de pessoas constrói suas casas coletivamente. Prova disso é seu depoimento em uma entrevista realizada por Araújo e Fernandes (1999), onde relata sua participação em um “contracongresso” organizado por estudantes. Esse evento tratava do tema da habitação de interesse social, construída informalmente, em contraponto com o tema do “congresso oficial” que ocorria neste mesmo momento em Buenos Aires, Argentina, em 1968: a habitação social promovida pelo governo.

Van Eyck era um crítico dos resultados gerados pela arquitetura e urbanismo modernos e os excessos higienistas e simplificadores que carregava. Em texto publicado nos anos 1960 – (SMITHSON, 1966) – o arquiteto diz que os arquitetos, tentando substituir a confusão e a corrupção das cidades tradicionais, conseguiram chegar apenas ao “tédio da higiene”:

Expulsaram todo senso de lugar. [...] fizeram de todas as coisas uma superfície plana, para que nenhum micróbio pudesse sobreviver ao aspirador cívico; eles transformaram um edifício em uma sequência aditiva de belas superfícies [...] com nada além de vazio em ambos lados. E tais arquitetos tendem a falar devotadamente sobre o espaço, enquanto, na realidade, eles estão castrando-o e transformando-o em vazio²⁸ (p. 17, tradução nossa).

Van Eyck discute suas ideias em várias publicações – sendo a revista *Forum* um importante meio. Em 1959 publica *The story of another idea* (A história de uma outra ideia); em 1960-61, *The medicine of reciprocity tentatively illustrated* (A medicina da reciprocidade tentativamente ilustrada); *Door and window* (Porta e janela), de 1960. Em 1962 – como um amadurecimento de temas estudados – Van Eyck publica um importante artigo: *Steps toward configurative discipline*²⁹ (Passos em direção à disciplina configurativa) (VAN EYCK, 1962).

Nesse último texto, o arquiteto refletia sobre o que considerava a questão fundamental para a apropriação da cidade pelo morador: a inter-relação do que chamou de “fenômenos gêmeos”, “unidade e diversidade, parte e todo, pequeno e grande, muitos e poucos, simplicidade e complexidade, mudança e constância, ordem e caos, individual e coletivo³⁰” (VAN EYCK, 1962, p. 348, tradução nossa). A necessidade fundamental da inter-relação entre esses “opostos”, representada em uma configuração e expressão física clara³¹ – um espaço e não uma fronteira distinguível – (VAN EYCK, 1962), tem consequências diretas na relação entre o que o arquiteto chamou de diferentes “estágios multiplicativos” – cada estágio é entendido como um fenômeno gêmeo, por exemplo, a casa como o individual e um agrupamento de casas o coletivo – que de alguma maneira correspondem às “escalas de associações humanas” indicadas pelos Smithson. Os estágios multiplicativos de Van Eyck também possuem relação com a ideia de *cluster*, onde tudo também está em relação.

Para Van Eyck, cada estágio multiplicativo ainda deveria “alcançar sua adequada **identificação**, assimilando espontaneamente, dentro de seu padrão estrutural, as instalações públicas que esta etapa requer e que lhe pertencem inseparavelmente³²” (VAN EYCK, 1962, p. 350, grifo nosso, tradução nossa). E a configuração das inter-relações –

²⁸ Expulsaron todo sentido de lugar. [...] hicieron de todas las cosas una superficie plana, de modo que ningún microbio pudiera sobrevivir a la aspiradora cívica; transformaron un edificio en un secuencia aditiva de superficies bonitas [...] con nada más que vacío a ambos lados. Y tales arquitectos acostumbran a hablar devotadamente sobre el espacio, mientras que, en realidad, están castrándolo y transformándolo en vacío.

²⁹ Teve-se acesso a uma publicação que não é a original da Revista *Forum*.

³⁰ [...] unity and diversity, part and whole, small and large, many and few, simplicity and complexity, change and constancy, order and chaos, individual and collective [...].

³¹ “Realidades plásticas finitas” chamariam os Smithson, reforçando sempre uma proposta que encara o espaço como algo peculiar, em sua realidade habitável, afastando assim, o pensamento moderno que trata o espaço como uma entidade abstrata.

³² [...] achieve its appropriate identify by assimilating spontaneously within its structural pattern those public facilities this stage requires and which inseparably belong to it.

aquela configuração e expressão física clara – deveria então se dar através de “lugares intermediários” – *inbetween places* – “espaços abertos”³³ para a expressão das reciprocidades dos “fenômenos gêmeos” (VAN EYCK, 1962). Nesse “espaço aberto”, um fenômeno avança sobre o outro, adquire algo do outro, e por isso há uma semelhança configurativa entre eles: “A casa, por exemplo, é assim também parte da rua, enquanto a rua, reinterpretada, é incluída na casa [...]. Todos os ingredientes são redefinidos e estreitamente mesclados³⁴” (VAN EYCK, 1962, p. 351-352, tradução nossa). A palavra **umbral** é um importante termo utilizado por Van Eyck (SMITHSON, 1966). O umbral está relacionado com o espaço de transição, mas é mais específico e pontual, enquanto que o *inbetween place* é mais amplo.

Esse tema dos espaços de transição também está relacionado de alguma maneira com a questão da relação entre diferentes escalas – à qual Van Eyck dedicou especial atenção – “a natureza urbana de uma casa e a natureza doméstica de uma cidade³⁵” (VAN EYCK, 1962, p. 350, tradução nossa). Essas expressões indicam, como já foi apontado anteriormente dentro do contexto de pensamento do Team 10, a preocupação com o problema da relação – ou da cisão – entre as disciplinas da arquitetura e do urbanismo.

Como antes já se havia também mencionado, a ideia de lugar é central no pensamento de Aldo van Eyck, entendido sempre em oposição ao espaço moderno indiferenciado e abstrato. Para Van Eyck, o habitante do lugar substitui o usuário do espaço. O lugar, como destaca também Solà-Morales (1995a, 1995b), é algo reconhecível e delimitado – onde se enxerga bordas, níveis e configurações.

Van Eyck relaciona claramente sua ideia de lugar e pertencimento com o conceito de “*cluster*”³⁶:

Quando falo da casa ou da cidade como de um agrupamento [*cluster*] de lugares, simplesmente assinalo que não se pode deixar um lugar sem entrar em outro – se é que trata de um ‘agrupamento’ [*cluster*] verdadeiro –.

Demorar-se é humano [...]. É tarefa do planejador assegurar que todos tenham seu ‘retorno ao lugar’, e sustentar um sentimento de **pertencimento**: daí a evolução de uma arquitetura do lugar, cenário para cada ocasião, determinada ou espontânea³⁷ (SMITHSON, 1966, p. 38-39, grifo nosso, tradução nossa).

³³ Esse espaço aberto não é o “vazio [que] tem espaço para nada além de mais vazio” (VAN EYCK, 1962, p. 348), referência clara ao “urbanismo moderno”. É um vazio dotado de identidade.

³⁴ The house, for instance, is thus also part of the street, whilst the street, whilst the street, reinterpreted, is included in the house [...]. All ingredients are redefined and closely meshed.

³⁵ The citylike nature of a house and the houselike nature of a city.

³⁶ Entende-se que Van Eyck se refere ao conceito de *cluster* por uma questão de tradução. O *cluster* pode ter sido traduzido – da versão original da publicação em inglês para a versão em espanhol, que se teve acesso nesta pesquisa – como *racimo*. E a tradução de *racimo* para o português pode ser “agrupamento”.

³⁷ Cuando hablo de la casa o de la ciudad como de un racimo de lugares, simplemente señalo que no se puede dejar un lugar sin entrar a otro – si es que se trata de un ‘racimo’ verdadero –.

Uma obra que representa a estrutura teórica de Aldo van Eyck é seu projeto para o Orfanato de Amsterdã (1956-1960) (Figura 16). Nesse projeto, o arquiteto propõe uma arquitetura de “espaços de transição”, em que se “segue a concepção de um sistema reticulado, dessa vez em cubos que se repetem e se alternam em áreas cobertas e descobertas, paredes opacas e transparentes, formas abertas e fechadas e variações” (BARONE, 2002, p. 121). Os espaços intermediários evidenciam o que é significativo de cada lado desses “fenômenos gêmeos”.

Essa reunião de opostos gera uma “clareza labiríntica” – conceito bastante relacionado aos “fenômenos gêmeos” –, combinando “o que é aparentemente incompatível; aquilo que é claro com o que é labiríntico; aquilo que é aberto com aquilo que é fechado ou o simples com o complexo” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1999, p. 129), onde a geometria simples dos módulos quadráticos do projeto se organiza de maneira mais complexa – forma clara/ organização labiríntica, geometria simples/ organização complexa. Consequentemente, o orfanato acaba criando uma “esteira” – um “*mat-building*”³⁸ – que se espalha pelo terreno e, potencialmente, pela cidade, conectando arquitetura com o território mais amplo no seu entorno.

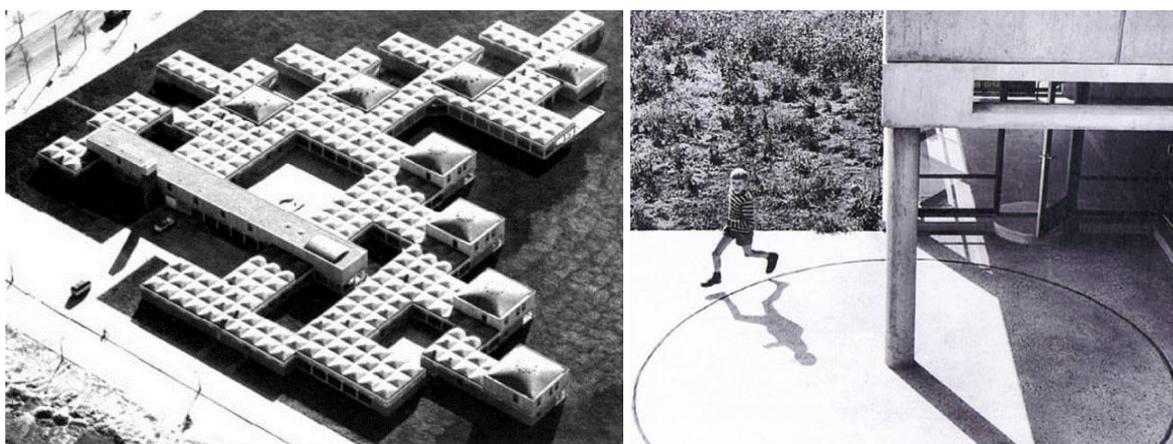


Figura 16: Orfanato de Amsterdã. Fonte: FRACALOSSO, 2013.

1.3.3 Ralph Erskine

Ralph Erskine, arquiteto inglês – mas que teve grande parte do seu trabalho desenvolvido na Suécia –, era integrante do Team 10, e assim, alinhado com a ideia de buscar uma arquitetura mais próxima ao seu contexto de inserção, um contexto mais real e não um contexto abstrato ou idealizado, mais próprio do Movimento Moderno.

Demorarse es humano [...]. Es tarea del planificador procurar que todos tengan su ‘vuelta al hogar’, y sostener un sentimiento de pertenencia: de aquí la evolución de una arquitectura del lugar, escenario para cada ocasión, determinada o espontanea.

³⁸ Termo atribuído a Alison Smithson. A arquiteta o define em um de seus artigos: *How to Recognise and Read Mat-Building. Mainstream Architecture as it has Developed Towards the Mat-Building*, publicado na revista *Architectural Design*, em 1974. Ver mais sobre em: Calabuig, Gomez e Ramos (2013).

Sua aproximação com o entorno físico se dava essencialmente através do cuidado com as questões climáticas do lugar. Já uma característica fundamental de sua abordagem era considerar a participação dos futuros moradores no processo de projeto, como uma parte vital do exercício do arquiteto ante a comunidade (COLLYMORE, 1983). Esse método de trabalho foi aplicado em vários projetos³⁹, sendo o mais conhecido deles a **remodelação do bairro Byker** (1969-1981), Newcastle, Inglaterra – projeto em seguida comentado.

Mesmo que o processo de participação do morador não traga grandes inovações arquitetônicas como resultado, o processo em si é relevante para Erskine. O contato entre arquiteto e o futuro morador cria “uma atmosfera de compromisso que é positiva e ao mesmo tempo dá aos futuros ocupantes uma compreensão valiosa das escolhas e limitações incluídas no projeto⁴⁰” (COLLYMORE, 1983, p. 21, tradução nossa). Na escala do bairro, sua preocupação era voltada a criar estruturas físicas que propiciassem experiências sociais, colaborando na orientação e identificação “do lugar” e “da comunidade” (COLLYMORE, 1983).

A proposta de remodelação de Byker se afastou dos paradigmas do Movimento Moderno. Houve a preocupação de conservar os aspectos culturais e da “vida do bairro”, pois depois da remodelação, a mesma população ia ali seguir vivendo. Também, as características físicas do local foram levadas em consideração pelo arquiteto: a topografia, as vistas para as montanhas do entorno e a orientação solar. Ainda de maneira geral, houve uma preocupação em criar lugares mais apropriáveis, mesclando usos e utilizando uma plástica mais artesanal e mais próxima aos moradores.

Esse projeto de remodelação é composto por novos edifícios de diversos tipos, por algumas edificações que foram conservadas no bairro e pelo mais conhecido edifício do projeto: o Byker Wall (Figura 17). Pela localização desse “edifício muro” mais ao norte, os demais edifícios menores ao sul não são por ele sombreados. O edifício possui 1500 m de comprimento, altura variável – entre quatro e oito pavimentos –, e é atravessado por diversas ruas. Foi projetado para ser um bloqueio acústico de uma via que não veio a ser construída. Às vezes, ele se conecta por meio de passarelas metálicas (Figura 18, à esquerda), com os chamados edifícios de conexão, que então se conectam com casas menores (DELGADO PEREIRA, 2018). O edifício muro também possui a intenção de servir

³⁹ Erskine recorreu à participação dos moradores pela primeira vez em 1948, em um projeto de ampliação de um *pueblo* em Estocolmo, Suécia. Depois, utilizou a participação em diversos outros projetos, como exemplo, em seu projeto para o povoado de Resolute Bay, Canadá; no intitulado Märsta 70 (1968), Suécia; em um projeto em Studlands Park, Inglaterra. Para a remodelação de Byker, Erskine pediu um mês para ficar em contato com o bairro, para extrair as especificidades do local. Também instalou lá seu escritório durante o projeto, assim, a população que ali já vivia, tinha um estreito contato com o arquiteto (COLLYMORE, 1983).

⁴⁰ [...] una atmosfera de compromisso que es positiva y al mismo tiempo dará a los futuros ocupantes una valiosa comprensión de las elecciones y las limitaciones incluídas en el proyecto.

como uma barreira física para os ventos frios, dando-se assim a sensação de que ele é um elemento de proteção para o resto do bairro (COLLYMORE, 1983).

Mosaicos com tijolos de diferentes cores desenharam a fachada norte (Figura 18, à direita) dando um caráter próprio ao edifício muro. Alvenaria e madeira revestem a fachada sul, que também possui varandas em madeira. A madeira e o tijolo também foram escolhidos como materiais dos demais edifícios do bairro, a madeira como aproximação da arquitetura da Escandinávia – onde o arquiteto também trabalhava – e os tijolos da arquitetura tradicional da Inglaterra (DELGADO PEREIRA, 2018). Erskine também se interessa pelo tema das ruas elevadas, bastante discutido no final dos anos 1950, principalmente pelo Team 10, e faz uso delas no Byker Wall (Figura 19).



Figura 17: Vista superior de parte do bairro Byker, entre os anos de 1968 e 1982. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Byker_Wall. Acesso em: 4 dez. 2018.



Figura 18: À esquerda, passarelas que conectam o edifício muro com outros edifícios. À direita, fachada norte do edifício muro. Disponíveis em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Byker_Wall. Acesso em: 4 dez. 2018.



Figura 19: Ruas elevadas do edifício muro. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Byker_Wall. Acesso em: 4 dez. 2018.

Erskine se utiliza de diversas estratégias – usos, funções, características – para tornar a rua elevada do edifício muro um local bastante apropriado pelos seus moradores e dotada de estímulos variados – semelhante ao que ocorre em uma rua tradicional. No projeto, a largura da rua elevada, excluindo-se suas eventuais reentrâncias e saliências, é de por volta de 1,50 m. Elas não se situam em todos os pavimentos, pela existência de habitações duplex, tratando-se de uma estratégia projetual para justamente concentrar esses acessos em menos pavimentos. Segundo Delgado Pereira (2018), a quantidade de acessos nas ruas elevadas do edifício muro gera um fluxo alto na rua elevada – pelo menos no recorte do projeto que foi foco de seu estudo –, favorecendo possíveis relações e encontros entre os moradores.

Delgado Pereira (2018) destaca que a rua elevada do edifício muro seria “o que mais possibilidades de êxito – para o encontro social – apresenta em seu funcionamento, porque concentra múltiplos mecanismos em um espaço muito reduzido⁴¹” (p. 20, tradução nossa). Ainda nesse sentido, a rua elevada é projetada por Erskine para ser uma extensão do “espírito de vizinhança”, nesse local mais residencial, no acesso das habitações, podendo ser caracterizada também como modelo de espaço público. Delgado Pereira (2018) também chama a rua elevada de uma “grande varanda compartilhada” e a destaca como o melhor lugar do conjunto para contemplação e contato com o exterior.

⁴¹ [...] el que más posibilidades de éxito – para el encuentro social – presenta en su funcionamiento, pues concentra múltiples mecanismos en un espacio muy reducido.

A monotonia do caminho das ruas elevadas no edifício é quebrada pelas curvas e pela presença de reentrâncias onde se localizam as aberturas das habitações (duas em cada reentrância). Frente às circulações verticais (escadas e elevadores) foram previstos alargamentos das ruas elevadas, agora, saliências – observar Figura 20, à esquerda – que então alargam e geram outra variação no caminho da rua elevada. Neste local, foram colocados bancos e jardineiras, para também propiciar a permanência, o diálogo, ou seja, é criado um local mais reservado na circulação horizontal, para incentivar o desenvolvimento de atividades outras além da passagem. As concavidades das curvas também permitem um melhor contato visual entre as pessoas que utilizam a rua elevada, como também, conformam alguns espaços descobertos de uso coletivo “abraçados” pelo edifício muro, espaços que podem ser caracterizados como “lugares” (Figura 20, à direita).



Figura 20: À esquerda, ruas elevadas e suas saliências. Disponível em: <https://bykercommunitytrust.org/iconic-byker-wall-receives-new-facelift-successful-completion-9-7m-refurbishment/>. À direita, espaço coletivo envolto pelo edifício muro. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Byker_Wall. Acessos em: 5 mar. 2019.

1.3.4 Giancarlo de Carlo

Giancarlo de Carlo é um arquiteto importante para este trabalho porque, além de ser membro do Team 10 e estar alinhado de maneira geral com os ideais dessa nova geração, teve contato direto com o contexto uruguaio. Esse contato se deu por meio de um encontro – relatado em Universidad de la República (1987) –, ocorrido em 1967, entre De Carlo e um grupo de estudantes de arquitetura uruguaio – Grupo de Viagem CEDA (Centro de Estudantes de Arquitetura) I60 –, e seu professor, Thomas Sprechmann – um dos arquitetos que projetou o Complexo Bulevar Artigas. O grupo uruguaio conversou informalmente com o arquiteto italiano em seu estúdio em Milão, Itália, tendo sido publicado o relato desse encontro pela primeira vez em 1972.

De Carlo insistia que a arquitetura, ao ser inserida em determinado lugar, deveria ser coerente com o contexto econômico, social e cultural da comunidade; deveria seguir as tradições do lugar, os materiais comumente utilizados e buscar certa simplicidade,

garantindo a livre expressão dos moradores. Para ele, todos esses aspectos deveriam ser considerados em conjunto com a linguagem da arquitetura daquele tempo, a arquitetura moderna (BARONE, 2002).

Defendia também a participação coletiva dos futuros moradores no processo de projeto. Através do projeto participativo, procurava ampliar o repertório arquitetônico das comunidades, dando subsídios para a escolha dos moradores, pois acreditava que através desse processo, poderia se chegar a resultados melhores e mais adaptados à realidade local. Em seu projeto para a Villa Matteotti (1964-1974), realizado para funcionários de uma fábrica, em Terni, Itália, aplicou na prática suas teorias de participação no processo de projeto (BARONE, 2002).

O projeto para a Villa Matteotti também é importante porque resgata questões da cidade tradicional e porque está alinhado com as questões discutidas por outros membros do Team 10. Como exemplo, o resgate da ideia de rua, a importância das conexões entre os elementos arquitetônicos e a criação de espaços intermediários. Nesse sentido, De Carlo propõe passarelas elevadas cruzando transversalmente as ruas do conjunto habitacional, assim como circulações externas elevadas longitudinais – como ruas elevadas. Estratégias projetuais que aumentam a possibilidade de integração espacial e de encontro entre as pessoas (Figuras 21, 22 e 23).

Outro fato de destaque é que para a Villa Matteotti – projetada para cerca de 800 famílias – foram desenhados quinze diferentes tipos de unidades habitacionais, todas com no máximo três pavimentos, sendo que cada uma delas poderia sofrer três variações em seu *layout*, conforme o desejo dos futuros moradores. Nesse projeto, De Carlo contrapôs a regularidade no desenho geral do conjunto com o caráter mais complexo e expressivo das unidades habitacionais (BARONE, 2002), manifestando-se na dinâmica de seus volumes, por meio de reentrâncias e saliências.



Figura 21: Vila Matteotti e uma de suas ruas internas. Ao fundo, passarela transversal. Fonte: GOOGLE EARTH, 2012.



Figura 22: Vila Matteotti, a partir de passarela transversal. Disponível em: <https://zaquadrato.com/villaggio-matteotti-giancarlo-de-carlo>. Acesso em: 2 jan. 2019.



Figura 23: Vila Matteotti, a partir de passarela longitudinal. Disponível em: <https://zaquadrato.com/villaggio-matteotti-giancarlo-de-carlo>. Acesso em: 2 jan. 2019.

1.4 Metabolismo

O Metabolismo, instituído em 1960 no Congresso Mundial de Design, em Tóquio (Japão), através do manifesto “Metabolismo 1960: Propostas para um novo urbanismo”, também foi um movimento importante no cenário dos anos 1960, e teve sua repercussão no Uruguai. Arquitetos como Kiyonori Kikutaki, Kisho Kurokawa, Fumihiko Maki, Masato Ohtaka, Noboru Kawazoe, sob a liderança de Kenzo Tange, defendiam uma cidade concebida como um elemento vivo e orgânico, em eterno crescimento e mudança, utilizando-se de metáforas biológicas, como indicava o próprio nome do movimento.

Nesse contexto, Kenzo Tange propõe – em um de seus textos, originalmente publicado 1961 –, uma cidade composta de “infraestrutura”, os equipamentos de transporte e comunicação – o tronco de uma árvore – e elementos da “estrutura”, as obras arquitetônicas – as folhas da árvore. A estrutura teria um ciclo metabólico mais curto, se comparado com o ciclo da infraestrutura. Isto significava planejar as cidades dividindo-as em elementos de caráter permanente e em elementos transitórios, que estariam em constante relação (TANGE, 1970a). Tange vai aplicar essas ideias em seu projeto para a **Baía de Tóquio** (1960) (Figura 24), que vai se tornar projeto símbolo do metabolismo e exemplo fundamental da ideia de “megaestrutura”.



Figura 24: Projeto para a baía de Tóquio. Disponível em: https://en.tangeweb.com/works/works_no-22/. Acesso em: 14 fev. 2019.

Além desse conhecido projeto de Kenzo Tange, outra proposta emblemática, e que expressa certa analogia orgânica, é a **Cidade Oceânica** (Figura 25), de 1962, projeto de Kurokawa:

imensas torres cilíndricas que se constituem de ‘árvores’ das quais brotam e caem, como folhas, as habitações individuais, seguindo a escala de tempo natural para o seu próprio metabolismo e todas elas assentadas em ilhas flutuantes de concreto, para mitigar o esgotamento de terras urbanas no Japão⁴² (BANHAM, 2001, p. 46, tradução nossa).

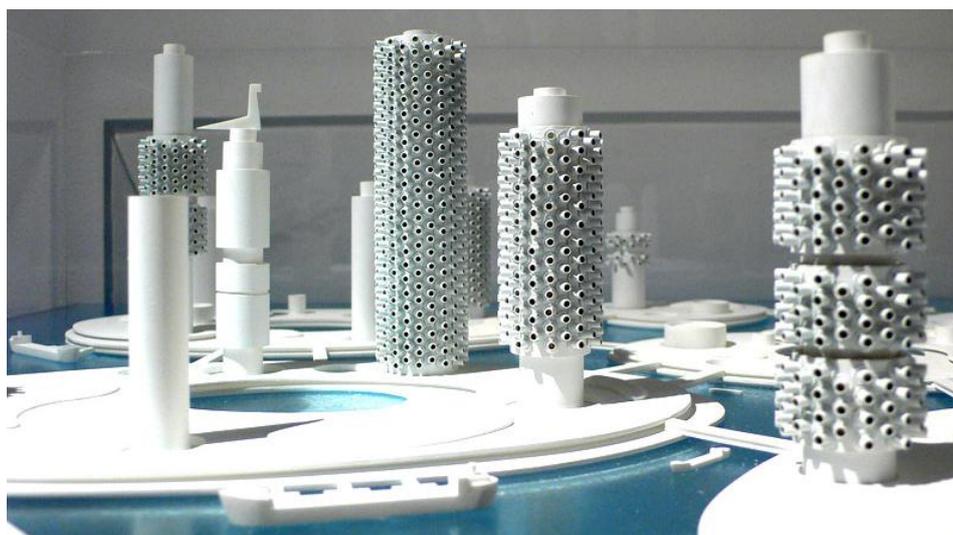


Figura 25: Cidade oceânica. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/transphormetic/231450732/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Kenzo Tange também propõe a criação de ligações tridimensionais em obras arquitetônicas de grande porte, criando conexões entre, por exemplo, os vigésimos andares de dois edifícios distintos (TANGE, 1970a). Nesse sentido destaca: “algumas pessoas consideram seriamente a construção de cidades espaciais. Tudo isso significa que somos confrontados com a necessidade de criar relações inteiramente novas entre

⁴² [...] descomunales torres cilíndricas que constituyen los ‘árboles’ de los que brotan y caen, cual estalaciones ‘hojas’, las viviendas individuales, según la escala de tiempo natural a su propio ‘metabolismo’, y asentadas todas ellas sobre islas flotantes de hormigón, para mitigar la agobiante escasez de solares urbanos en el Japón.

elementos de infraestrutura e estrutura⁴³ (p. 148, tradução nossa). Coincidindo com princípios do Team 10 e dos Smithson, nessas propostas estavam latentes as ideias de “mobilidade e comunicação”.

Para o arquiteto japonês, seria essencial criar um “nexo orgânico” – como a ideia de lugar intermediário ou de espaço de transição de Van Eyck – entre os elementos da infraestrutura e da estrutura das cidades, cada vez mais afastados entre si – confirmando a preocupação desse período com o “afastamento” entre arquitetura e urbanismo –, contemplando a ideia de que a cidade também precisaria de espaços não organizados e mais livres, para serem enriquecidos com o passar do tempo (TANGE, 1970b).

Os metabolistas, de alguma forma, tentaram conectar princípios universais com modelos mais tradicionais. Dentro dessa linha de pensamento, Maki e Ohtaka (1964), em *Collective form – three paradigm* (Forma coletiva – três paradigmas), ampliavam as possibilidades de atuação na cidade contemporânea, apresentando três abordagens de formas coletivas: a “forma composicional”, a “megaestrutura” ou “megaforma” e a “forma de grupo” (Figura 26) – abordagens que poderiam aparecer combinadas ou mescladas.



Figura 26: Três abordagens da forma coletiva. Fonte: Edição de C. Ritter, sobre imagem disponível em: <https://archcritik.wordpress.com/2015/05/24/fumihiko-maki-and-collective-form-three-paradigms/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

A primeira estratégia de agrupamento, a **forma composicional**, seria aquela em que os elementos são considerados de modo individualizado, em uma “abordagem estática”. Esse tipo de agrupamento segue um padrão formal já pré-determinado, e cria um modelo de espaço urbano como o proposto pelo urbanismo moderno: espaço público amorfo e sem gradação entre público/ privado. Segundo os autores, a cidade de Brasília representaria esse tipo de agrupamento espacial. Os dois outros tipos de agrupamento se constituiriam em “novas” abordagens, que refletiam a procura de relações espaciais que atendessem a possibilidade de crescimento e mudança (MAKI; OHTAKA, 1964).

⁴³ Algunas personas consideran seriamente la construcción de ciudades espaciales. Todo esto significa que nos enfrentamos con la necesidad de crear relaciones enteramente nuevas entre la infraestructura y los elementos de estructura.

A **megaestrutura** é definida como “uma grande estrutura, na qual todas as funções de uma cidade, ou parte de uma cidade, estão abrigadas⁴⁴” (MAKI, OHTAKA, 1964, p. 8, tradução nossa). A megaestrutura ideal seria aquela que possuísse mais elementos independentes entre si, e mesmo assim, mantivesse sua ordem visual com a modificação (acréscimo ou subtração) desses elementos. Nesse sentido, a megaestrutura/ megaforma deveria ser então flexível e aberta, com muitas possibilidades de conexão entre as partes, plural, aberta à mobilidade, configurando “sistemas funcionais independentes adequados e lhes dando uma interdependência ideal através da provisão de juntas físicas em pontos críticos⁴⁵” (MAKI; OHTAKA, 1964, p. 12, tradução nossa). Como também diz Tange (1970a, p. 148, tradução nossa), em conexão com as ideias de sua geração, a real natureza do urbano “implica diversidade, intercâmbio, flexibilidade, escolha de contatos⁴⁶”.

É evidente a semelhança desse esquema de megaestrutura aberta com a proposta de cidade como “semitrama”⁴⁷ de Christopher Alexander. A semitrama também se constitui de uma estrutura complexa e com os elementos em constante interconexão. Já a megaestrutura, com uma estrutura hierárquica, possui mais relação com a cidade como “árvore” de Alexander – uma cidade com conexões mais limitadas (Figura 27).

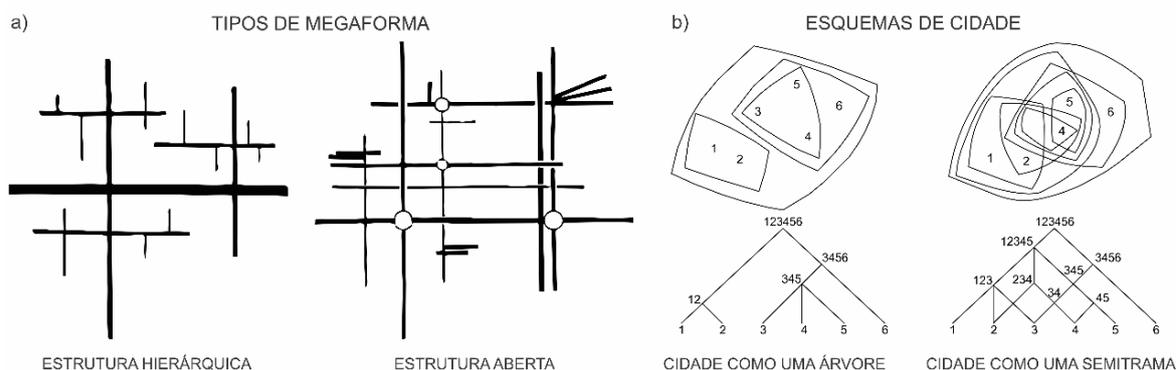


Figura 27: a) Tipos de megaforma (MAKI; OHTAKA, 1964); b) Esquemas de cidade de Christopher Alexander (ALEXANDER, 1968). Fonte: Edição e redesenho de C. Ritter, 2018.

Para Maki e Ohtaka (1964), o que une os elementos da **forma de grupo** é intrínseco à própria forma. O elemento individual é o que sugere a maneira como o todo irá crescer. A forma “cresce” e se “modifica”, não possui uma simples adição de elementos. Desse modo, a formação do agrupamento se dá de maneira mais semelhante “a padrões de formações cristalinas ou divisões biológicas do que à rigidez estatística de uma grade estrutural⁴⁸” (p. 21, tradução nossa). Os autores usam, como exemplo de forma de grupo,

⁴⁴ [...] a large frame in which all the functions of a city or part of a city are housed.

⁴⁵ [...] functional systems and to give them optimum interdependency through the provision of physical joints at critical points.

⁴⁶ [...] implica diversidad, intercambio, flexibilidad, elección de contactos.

⁴⁷ A cidade como uma “semitrama” e como uma “árvore” foram apresentadas nas páginas 26 e 27.

⁴⁸ [...] to patterns of crystal formations or biological divisions than to the statistic rigidity of a structural grid.

villages japonesas, onde, “a unidade da casa é geradora da forma de aldeia, e vice-versa. Uma unidade pode ser adicionada sem alterar a estrutura básica da aldeia⁴⁹” (p. 18, tradução nossa).

Maki e Ohtaka (1964), ao apresentarem as diversas definições para sua ideia de forma de grupo, criticam a arquitetura e o funcionalismo de Le Corbusier:

Se a função do design urbano é o padrão das atividades humanas, pois elas expressam estar vivas nas cidades, então **os padrões funcionais são padrões de atividade cristalizados**. Le Corbusier **limita as qualidades humanas generativas na arquitetura urbana ao ‘ar’, ‘verde’ e ‘sol’**, enquanto expoentes da forma de grupo encontram uma miríade de atividades sugestivas para adicionar essa lista⁵⁰ (p. 21, grifos nossos, tradução nossa).

Ainda no contexto das investigações referentes à forma coletiva, Fumihiko Maki, e agora Jerry Goldeberg, apresentam e definem em seu texto cinco maneiras básicas de vinculação entre os elementos da cidade: mediar, definir, repetir, fazer um caminho funcional e selecionar (MAKI; GOLDEBERG, 1964). Destaca-se aqui a ideia da repetição, onde se introduz “um fator comum em cada uma das partes dispersas de um projeto ou de uma situação existente⁵¹” (p. 39, tradução nossa), fazendo com que esse elemento comum passe a ser sempre identificado como pertencente de determinado projeto. De maneira semelhante, a repetição pode também ser explicada a partir da ideia de “grão” de Kevin Lynch: quando o tamanho e a forma dos espaços de um determinado projeto se repetem, esse aglomerado se torna identificável a partir dessa sua particularidade (MAKI; GOLDEBERG, 1964).

⁴⁹ [...] the house unit is generator of the village form and vice versa.

⁵⁰ If the function of urban design is the pattern of human activities as they express being alive in cities, then the functional patterns are crystallized activity patterns. Le Corbusier limits generative human qualities in urban architecture to ‘air’, ‘green’ and ‘sun’ while exponents of group form find a myriad of suggestive activities to add to that list.

⁵¹ [...] one common factor in each of the dispersed parts of a design, or of an existing situation.

2 Contexto das cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970

Na América Latina, na segunda metade do século XX, verifica-se um crescente inchaço populacional, resultando no aumento da demanda por habitações nas cidades, culminando em um quadro de discussões de estratégias que buscavam suprir esse déficit. Nesse contexto, por volta dos anos 1960, em vários países como Uruguai, Peru e Colômbia¹, observa-se a repercussão do cenário de mudança de paradigmas internacional – disseminado por pensadores desse momento, principalmente através dos arquitetos do Team 10 – adaptado à realidade dos seus países.

Por exemplo, as cooperativas habitacionais uruguaias surgiram contemporaneamente a outro projeto de destaque da habitação social na América Latina, o Projeto Experimental de Vivenda (PREVI), em Lima, Peru. O PREVI foi realizado a partir de um concurso de projetos, no qual participaram importantes nomes do contexto internacional e também envolvidos com a crítica à cidade funcionalista. Merecem destaque alguns participantes: Aldo van Eyck, Alexis Josic, Christopher Alexander, James Stirling, Georgis Candilis, e Shadrach Woods – Team 10; Fumihiko Maki, Kisho Kurokawa e Kiyonori Kikutake – metabolistas.

O PREVI começou a ser idealizado em 1966 e trazia em sua essência certas características diferenciadas – em relação ao que foi disseminado pelo Movimento Moderno em seus primeiros anos – para o campo arquitetônico e urbanístico da habitação social. Dentre as inovações estavam: baixa altura e alta densidade (BAAD); módulos habitacionais projetados para comportar intervenções futuras; casas aglomeradas na forma de *clusters*; etc. O projeto buscou seguir também a tradição peruana (CORREA, 2008; LAND, 2008).

2.1 Cooperativas habitacionais uruguaias

O Uruguai estava em crise na década de 1960. O fim do Estado de Bem-Estar desencadeou um aumento nas mobilizações populares, sendo a moradia uma das demandas dessas mobilizações (ALMEIDA; PINTOS, 2015). Uma profunda crise se dava nas esferas social, política e econômica. Nesse sentido, o país estava à procura de alternativas, visando se reestruturar. Surge então, nesse cenário, o cooperativismo de

¹ Em Buenos Aires, Argentina, já em meados dos anos 1970 e início dos 1980, destaca-se uma experiência “alternativa” de ensino em arquitetura: “La Escuelita” (1976-81), grande influenciadora no contexto arquitetônico argentino. Essa experiência ocorreu consoante com um dos períodos ditatoriais do país, tendo sido formada por professores que foram expulsos da Faculdade de Arquitetura, em decorrência do golpe (DEJTIAR, 2017).

habitação: “um autêntico sistema de produção e gestão social do habitat” (VALLÉS, 2015, p. 16). Essa organização coletiva viabilizou a construção de habitações para populações que não possuiriam condições de fazê-lo individualmente.

O cooperativismo habitacional uruguaio surgiu então em um contexto de estagnação da construção civil, recessão geral, alta inflação, fracas políticas habitacionais, etc. – por meio de três experiências, ocorridas alguns anos antes de sua institucionalização: a Cooperativa 25 de Maio, localizada em Isla Mala; a Cooperativa Êxodo de Artigas, localizada em Frey Bentos; a Cooperativa Cosvam 1, situada em Salto.

Esses experimentos foram assessorados pelo CCU (Centro Cooperativista Uruguaio) e materializaram cem residências. A intenção era observar se todo o processo de financiamento público, a organização do trabalho dos sócios, o assessoramento técnico e a autogestão do empreendimento funcionariam na prática. Em relação aos projetos dessas primeiras experiências, bastante relevante foi a participação do arquiteto Mario Spallanzani (DEL CASTILLO, 2015).

O sistema é cooperativista em dois sentidos. Primeiro, porque possibilita a conformação de cooperativas de crédito e de ajuda entre as partes envolvidas e, segundo, pela associação dos futuros moradores que se tornam agentes promotores do seu projeto (PORTILLO, 2010). O cooperativismo em si era uma tradição já existente no Uruguai nos anos 1960, mas para a concepção das cooperativas habitacionais o país se inspirou principalmente nas experiências do Chile, das quais foram tiradas inspirações para a formulação da Lei Nacional de Habitação e para a efetivação do sistema (NAHOUM, 2010). Gorelik (2005) menciona que o Chile serviu como uma espécie de laboratório nos anos 1950 e 1960, referente ao desenvolvimento de ações de reforma urbana, sendo um dos mais importantes na América Latina. Nesse sentido, como comenta Martin (2003), o cooperativismo habitacional não foi um fenômeno que surgiu de modo isolado no Uruguai, mas se tratou de um movimento que estava inserido no contexto internacional.

Como já comentado, a bibliografia existente em relação às cooperativas habitacionais uruguaias é bastante extensa. Destacam-se aqui Portillo (2010), que faz uma síntese da atual situação social das habitações uruguaias, e Nahoum (2010), que realiza um panorama histórico sobre as cooperativas. Seu relato aborda mudanças e permanências do sistema, discorre sobre os principais aspectos das cooperativas para elas funcionarem plenamente, e as dificuldades que o sistema enfrentou e ainda enfrenta. Vale lembrar o que destaca o autor: para sua consolidação e sucesso, todo o processo precisou ser apropriado pelos uruguaios para ser bem-sucedido. Houve uma confluência de forças e incentivos.

Baravelli (2006) é também um importante referencial sobre o tema do cooperativismo, pois aborda particularidades das experiências das cooperativas habitacionais uruguaias. Porém, o estudo foca no relato da primeira experiência brasileira de mutirão², inspirada nas cooperativas habitacionais do país vizinho – assim como seus respectivos contextos políticos, econômicos.

Em 1965 foi formulado o primeiro Plano Nacional de Vivendas. Elaborado pela Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico (CIDE), o plano visava definir princípios e normas em relação ao tema da habitação. Nesse contexto, existiam dois objetivos básicos: direito universal à habitação e políticas habitacionais ligadas ao desenvolvimento econômico geral. Três anos depois, a **Lei Nacional de Habitação, nº 13.728**³ é sancionada, atendendo as diretrizes do Plano Nacional (RISSO; BORONAT, 1992). Segundo Nascimento (2011), em toda a América Latina, no campo do direito à habitação, essa lei uruguaia é o meio legislativo mais completo.

A lei cria a figura da cooperativa habitacional e os Institutos de Assistência Técnica. Risso e Boronat (1992), através de um trecho da Lei Nacional de Habitação, definem as cooperativas habitacionais como sociedades que são

regidas pelos princípios do cooperativismo, têm por objetivo principal prover de alojamento adequado e estável aos seus associados, mediante a construção de habitações [...] e proporcionar serviços complementares à habitação⁴ (p. 18, tradução nossa).

Os Institutos de Assistência Técnica se constituem em equipes interdisciplinares, sem fins lucrativos,

responsáveis por brindar às Cooperativas toda a assistência técnica necessária para o sucesso de seus objetivos, promovendo o desenvolvimento da autogestão social e econômica, e a participação dos sócios na abordagem dos aspectos urbanos e arquitetônicos dos projetos (CECILIO, 2015, p. 32).

Destacam-se dois institutos neste relato: o Centro de Assistência Técnica e Social (CEDAS) e o já citado Centro Cooperativista Uruguaio (CCU). O CEDAS, criado em 1971, supera a legislação e auxilia as cooperativas habitacionais além do processo de concretização dos conjuntos, ou seja, durante o período de convivência na cooperativa. Já o CCU iniciou a trabalhar em 1965 no âmbito da habitação. Atende cooperativas de

² Baravelli (2006), em “O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha”, diz que o Complexo Vila Nova Cachoeirinha foi a primeira experiência de construção de moradia de interesse social através de mutirões autogeridos em São Paulo, na década de 1980.

³ A Lei nº 13.728, no Uruguai, é conhecida como *Ley Nacional de Vivienda* ou *Ley General de Vivienda*, neste trabalho, se convencionará chama-la de Lei Nacional de Habitação.

⁴ [...] regidas por los principios del cooperativismo, tienen por objeto principal proveer de alojamiento adecuado y estable a sus asociados, mediante la construcción de viviendas [...] y proporcionar servicios complementarios a la vivienda.

Poupança e Empréstimo e de Ajuda Mútua. Atua desde o início da cooperativa até a entrega das residências (RISSO; BORONAT, 1992).

Almeida e Pintos (2015) dizem que a lei também possuía o intuito de

estabelecer uma política planejada de habitação, integrada aos planos de desenvolvimento econômico e social, sendo dirigida especificamente à população de recursos escassos. Se busca também, a integração social dos conjuntos, dotando-os de espaços públicos, serviços sociais, culturais e recreativos, além de unidades comerciais ou de produção agrária quando pertinente⁵ (p. 46, tradução nossa).

A Lei Nacional de Habitação também estrutura o Fundo Nacional de Habitação, administrado pelo Banco Hipotecário do Uruguai (BHU) – que auxilia financeiramente as cooperativas habitacionais. A lei também cria a Direção Nacional de Habitação (DINAVI), que, entre outras competências, controla as atividades de todas as outras estruturas que possuem relação com o campo da habitação (RISSO; BORONAT, 1992).

Destacam-se aqui dois tipos de cooperativas: as de **Ajuda Mútua** e as de **Poupança e Empréstimo**. No primeiro tipo, a mão de obra de seus sócios é utilizada na construção das habitações. Nessa modalidade, existe o desenvolvimento de um trabalho comunitário entre os sócios, sob a direção da cooperativa (RISSO; BORONAT, 1992). O trabalho dos cooperados precisa absorver um custo de 15% da obra; os sócios trabalham em conjunto com os operários, geralmente em fins de semana ou horários fora do expediente normal. Esse aporte dos sócios não se limita ao canteiro de obras, mas também pode ocorrer nas tarefas administrativas e de gestão (DEL CASTILLO, 2015).

As cooperativas de Poupança e Empréstimo não utilizam a mão de obra de seus cooperativados no empreendimento. Essa modalidade também é chamada de Poupança Prévia. Cecilio (2015) indica que a Ajuda Mútua seria destinada à população com renda mais baixa, já que no sistema de Poupança e Empréstimo, seus ingressantes precisam ter uma renda média e uma poupança. Importante relatar que, nas cooperativas de Poupança e Empréstimo, o terreno é adquirido através da poupança prévia dos cooperativados, nas de Ajuda Mútua, é o BHU que financia a compra, assim como a construção (RISSO; BORONAT, 1992). Ou seja, no sistema cooperativo uruguaio, 15% do custo repassado à família do cooperado é aportado por poupança ou pelo seu trabalho (NAHOUM, 2015); o resto do custo é financiado.

Segundo Vallés (2015), imprescindível para o sucesso das cooperativas habitacionais é toda a **participação coletiva** que possuem. Portillo (2010) destaca o que

⁵ [...] establecer una política planificada de vivienda, integrada a los planes de desarrollo económico y social, siendo dirigida especialmente a la población de escasos recursos. Se busca también, la integración social de los conjuntos habitacionales, dotándolos de espacios públicos, servicios sociales, culturales y recreativos, además de unidades comerciales o de producción agraria cuando corresponda.

implica essa participação dentro da estrutura, mais especificamente, na modalidade de Ajuda Mútua:

a participação dos usuários na definição da solução a se colocar em prática é uma necessidade de eficácia e é um objetivo político em si mesmo, já que é uma forma de contribuir para a inclusão social de grupos que são muitas vezes totalmente marginalizados⁶ (p. 91, tradução nossa).

Dentro do sistema cooperativo habitacional uruguaio ainda existem duas modalidades de propriedade: as **cooperativas de usuários** – onde a propriedade é coletiva – e as cooperativas de proprietários – onde a propriedade é individual. A propriedade coletiva é umas das características mais diferenciadas do sistema. Segundo Vallés (2015), a maioria das cooperativas possuem essa modalidade no Uruguai. Conforme Nahoum (2010), quando a propriedade coletiva foi apresentada aos uruguaios, eles estavam em um contexto dicotômico entre a propriedade estatal e a privada. A referência do modelo veio da Europa, e o Uruguai foi um local disposto a recebê-lo. E segundo Nahoum (2013), na propriedade coletiva, os direitos individuais de cada cooperativado, perante a residência em que possui propriedade de uso, são praticamente os mesmos quando de uma propriedade privada. Por exemplo, o direito de uso pode ser transmitido através de herança ou para terceiros (VALLÉS, 2015).

Nesse sistema, não existe espaço para especulação imobiliária. O sócio não pode alugar suas residências, pois é ele e sua família que devem nela habitar. Nesse cenário, a residência passa a ser considerada mais como um bem social e menos como uma mercadoria (NASCIMENTO, 2011). A propriedade coletiva se torna também um “um elemento de união entre os cooperativistas, o que ajuda a valorizar outras coisas que também pertencem a todos, como os espaços comuns, esses grandes esquecidos dos complexos habitacionais⁷” (NAHOUM, 2013, p. 24, tradução nossa). Entende-se então que, conseqüentemente, há uma potencial melhoria nos projetos de conjuntos provenientes desse sistema, já que esses são pensados para virem a ser um bem de uso e não do capital.

De maneira semelhante, Otero (2015) destaca três fatores que teriam contribuído para que os conjuntos habitacionais, executados através do sistema cooperativo, tenham se tornado referência quando o assunto é a habitação social: a) gestão coletiva do solo, que acaba por ser uma vantagem para o acesso à moradia da população com renda mais baixa, e também a participação social que o sistema exige; b) o desenvolvimento de

⁶ La participación de los usuarios en la definición de la solución a poner en práctica es una necesidad de eficacia y es un objetivo político en sí mismo, dado que es una forma de contribuir a la inclusión social de grupos muchas veces totalmente marginados.

⁷ [...] es un elemento de unión entre los cooperativistas, que ayuda a poner en valor otras cosas que también son de todos, como los espacios comunes, esos grandes olvidados de los conjuntos habitacionales.

alternativas em relação à construção tradicional, objetivando diminuir custos e tempo de construção; c) qualidades arquitetônicas de implantação e a presença de equipamentos comunitários, que acabam por qualificar a área circundante desses conjuntos.

Nesse mesmo sentido, é claro também o papel da arquitetura para a consolidação de toda a experiência que envolveu o cooperativismo habitacional uruguaio. Pois

se foi potente o imaginário em termos de gestão e produção, muito mais impactante resulta sua tradução em uma arquitetura de enorme criatividade, de um gestual forte e claro, e cuja contundência e coerência, tanto no quesito morfológico quanto no tecnológico, consolidou rapidamente códigos que, até hoje, são sinais inconfundíveis de identidade nacional, na produção habitacional (VALLÉS, 2015, p. 16-17).

Outro fator fundamental dessas urbanizações foi a possibilidade de incorporação de referenciais formais e construtivos mais tradicionais do país, criando uma arquitetura e urbanismo coerentes de maneira geral com seu contexto.

Para encerrar este item, destaca-se que nos primeiros anos de vigência da Lei Nacional de Habitação, “o sistema cooperativo foi o que deu maior impulso à construção de habitações de interesse social, em quantidade e qualidade⁸” (RISSO; BORONAT, 1992, p. 28, tradução nossa). Portillo (2010) cita que, nesse período inicial, mais de 100 cooperativas materializaram seus projetos. Para Vallés (2015, p. 20), que informa que participa da experiência há 25 anos, essa significou “uma rica e gratificante tarefa profissional, carregada de sentido social e humanista e tão desafiadora como motivadora”. O autor ainda indica, quando de seu relato, que o sistema ainda possui vitalidade e vigência no país; e ainda que, em 50 anos, esse sistema cooperativo habitacional havia materializado por volta de 30 mil unidades habitacionais no Uruguai.

2.2 Reverberações do cenário internacional

Neste item, tem-se o objetivo de corroborar o que se afirma em seguida nas análises desta investigação – através do testemunho de críticos e dos arquitetos dos conjuntos estudados –, relatando-se as reverberações do cenário internacional da época, caracterizado naquele momento pela crítica à cidade funcionalista do Movimento Moderno. Reverberações tanto no contexto arquitetônico e urbanístico uruguaio, como no âmbito específico das urbanizações em estudo aqui, no período dos anos de 1960 e 1970.

Os então professores de projeto na FADU/ UdelaR, no início dos anos 1970, Villaamil, Viglicca, sob a direção de Bascans, Sprechmann, e outros – que viriam a ser os projetistas do Bulevar Artigas, um dos objetos desta pesquisa –, abordaram temáticas em

⁸ [...] el sistema cooperativo fue el que dio mayor impulso a la construcción de viviendas de interés social, en cantidad e cualidad [...].

suas aulas que merecem destaque: os projetos do Archigram (a *Plug-In City* e suas estruturas móveis, a *Instant-City*) e o projeto para a baía de Tóquio de Kenzo Tange. Porém ficaram realmente conhecidos no contexto uruguaio pela apresentação de uma proposta de projeto – sem Vigliecca por estar em Roma, e em conjunto com outras pessoas –, no concurso realizado para o Conjunto Habitacional Piloto 70 (MÉNDEZ; BERMÚDEZ, 2015).

A proposta trazia claramente a adesão dos arquitetos aos ideais urbanísticos do Team 10:

propunha uma estrutura urbana fluida, a revitalização da rua, espaços multifuncionais, flexibilidade, estruturas abertas e a vitalização social, ao mesmo tempo que questionava a desintegração volumétrica, o verde indiferenciado, a zonificação, a hierarquização e a poética formal do Movimento Moderno⁹ (MÉNDEZ; BERMÚDEZ, 2015, p. 49, tradução nossa).

Além disso, segundo Méndez e Bermúdez (2015), o Bulevar Artigas acabou sendo a concretização dos ideais daqueles arquitetos, ideais inspirados na junção entre os trabalhos de Alison e Peter Smithson – em nota de rodapé de Méndez e Bermúdez (2015), os autores relatam que os próprios arquitetos citam como referência para o Bulevar os projetos Golden Lane e Robin Hood Gardens –, de Jane Jacobs e de Cedric Price.

Conforme relato – presente no estudo de Medvedovski (1998) – de Arturo Dorner Linne, arquiteto uruguaio que trabalhou na Intendência de Montevideu entre 1958 e 1977, existia, naquela instituição, uma crítica à arquitetura “mais modernista”, aquela com a implantação de edifícios em altura em um espaço inteiramente coletivo. O arquiteto também afirmou que, no final dos anos 1970 no Uruguai, conheciam-se a produção dos arquitetos Alison e Peter Smithson.

Alguns autores, como exemplo, Almeida e Pintos (2015), Blechman e Casaravilla (2012), Risso e Boronat (1992) e Vallés (2015), apontam diretamente as ideologias do Team 10 como influenciadoras no contexto arquitetônico e urbanístico das cooperativas habitacionais uruguaias, por volta dos anos 1970, dentre outras questões relativas ao cenário internacional. Nesse âmbito, destaca-se primeiramente que o sistema cooperativo não foi o único meio de provisão de moradia na época da aprovação da Lei Nacional de Habitação. Almeida e Pintos (2015) então relatam que, entre os anos de 1969 e 1974, houve uma importante produção também nos setores privado e público, mas citam que essa, em sua maioria, possuía embasamento na lógica dos CIAMs e se tratavam de conjuntos conformados por blocos isolados, implantados de maneira repetitiva. Já na produção de conjuntos habitacionais através do sistema cooperativo

⁹ [...] proponía una estructura urbana fluida, la revitalización de la calle, espacio multifuncionales, flexibilidad, estructuras abiertas y la vitalización social, al tiempo que cuestionaba la desintegración volumétrica, el verde indiferenciado, la zonificación, la jerarquización y la poética formal del Movimiento Moderno.

observa-se uma maior atenção no tratamento dos espaços externos, como ruas para pedestres e jardins, bem como um melhor estudo da gradação do espaço público para o privado. A arquitetura desses anos é carregada com a bagagem ideológica do **Team X**, mas isso é tomado de forma crítica. Buscava-se relacionar os conjuntos com a cidade existente¹⁰ (ALMEIDA; PINTOS, 2015, p.47, grifo nosso, tradução nossa).

Blechman e Casaravilla (2012) relatam que as habitações executadas pelo sistema cooperativo uruguaio, durante o período das décadas de 1970 e 1980, receberam “uma maior e mais direta influência do pensamento desenvolvido na Europa Central, promovido principalmente pelo **Team X**”¹¹ (p. 50, grifo nosso, tradução da autora). Risso e Boronat (2012) destacam a variedade e a importância dos conjuntos habitacionais executados através do sistema cooperativo uruguaio; que esses conjuntos propuseram “novos espaços urbanos, tomando como base teórica, as reformulações feitas pelo **TEAM X**, buscando revalorizar a rua e os espaços de relação comum, tanto abertos quanto fechados”¹² (p. 202, grifo nosso, tradução nossa).

Vallés (2015) indica que nos primeiros conjuntos do sistema cooperativo estavam presentes arquitetos que possuíam uma sensibilidade perceptível, comprometimentos sociais e com grandes conhecimentos, indicando também a presença de docentes da universidade – como exemplo os arquitetos dos conjuntos aqui estudados. Nesse sentido, esses profissionais puderam se utilizar de sua flexibilidade e criatividade em projetos de habitação social. Vallés (2015) também relata que houve uma forte influência no Uruguai, no início dos anos 1960, do que ele chamou de “revisonismo do **Team X**”. Também houve, segundo esse autor, certo contato com experiências habitacionais que vinham ocorrendo na Europa, Holanda e Inglaterra, em conjunto com certa inspiração em Alvar Aalto. Essas influências se misturaram com a produção uruguaia, através de figuras de destaque locais, como Eladio Dieste, Leborgne e Mario Paysse Reyes.

Assim sendo, nos anos 1960, “várias áreas intermediárias e periféricas de Montevidéu viraram verdadeiros laboratórios de potentes ensaios de habitação social à escala urbana” (VALLÉS, 2015, p. 17). Nesse contexto, foram consolidadas certas inovações, em relação aos tipos de edificações e às disposições tipológicas, que se tratavam de modelos que propunham uma ruptura bastante explícita em relação à arquitetura ligeiramente anterior, produzida nesse contexto da habitação social.

¹⁰ [...] se observa un mayor cuidado en el tratamiento de los espacios exteriores, como calles peatonales y jardines, además de un mejor estudio de la graduación desde el espacio público al privado. La arquitectura de dichos años viene cargada del bagaje ideológico del Team X, pero éste se toma de forma crítica. Se busca relacionar a los conjuntos con la ciudad existente.

¹¹ [...] una mayor y más directa influencia del pensamiento desarrollado en Europa Central, promovido principalmente por el TEAM X.

¹² [...] nuevos espacios urbanos, tomando como base teórica, las reformulaciones hechas por el TEAM X, buscando revalorizar la calle y los espacios de relación comunal, tanto abiertos como cerrados.

Em relação à Zona 1 do José Pedro Varela (JPV), Cubría e Di Paula (1999) dizem que as escolhas projetuais do conjunto estavam baseadas em correntes urbanísticas “novas”, as quais indicavam as ruas e os centros de quadra como fundamentais para a cidade. Segundo os autores, isso se reflete no JPV. Os autores ainda citam que, “as referências dessas propostas foram exemplos isolados na arquitetura nacional no início do século e mais tarde da escola inglesa¹³” (p. 166, tradução nossa).

Mais especificamente em relação ao Bulevar Artigas, Schelotto (2008) destaca o conjunto dentro da produção do chamado Plano de Vivendas do Uruguai, por ser um exemplo que expressa ser inspirado no “espírito do **Team X**”. Segundo o autor, houve meios de aplicação de um contexto de críticas em relação às experiências inspiradas no Movimento Moderno da Europa e da América. Nesse mesmo sentido, segundo Del Castillo (2015), o Bulevar Artigas é um dos projetos mais importantes do CCU, o qual apresenta notável complexidade e se inspira nos ideais do Team 10.

Outro importante relato sobre o projeto do Complexo Bulevar Artigas é uma entrevista com um dos arquitetos do conjunto, Thomas Sprechmann, realizada e publicada por Fernández (2015). Logo no início da entrevista, Sprechmann já indica que o Bulevar não foi projetado para alguém sem cara, sem desejos ou sem ideais, além de ter sido criado para além de ser apenas um local para se habitar, mas para possuir uma carga idealista bastante forte. Para complementar, o entrevistado menciona que o projeto trata, de certo modo, de uma ruptura, que chamou de inédita no país, em relação ao que se vinha projetando com inspiração no Movimento Moderno (FERNÁNDEZ, 2015).

Sprechmann, ao ser então questionado sobre o que faz o Bulevar ser diferente se comparado com os demais projetos realizados em Montevideú, responde: o projeto busca romper com o difundido por Le Corbusier, um urbanismo problemático, que gerou afastamentos entre as pessoas, através da conformação de blocos independentes, por exemplo. Relata também que as soluções para as unidades habitacionais, ao serem flexíveis, e não “genéricas”, gerou, também nesse sentido, um rompimento com o Movimento Moderno. O arquiteto ainda acrescenta que não é frequente que haja tantas variações nas unidades habitacionais, como ocorreu no Bulevar. O arquiteto também aponta que o conjunto foi um “projeto autodidata, relacionado a correntes recentes, a chamada **arquitetura metabolista**¹⁴” (FERNÁNDEZ, 2015, grifo nosso, tradução nossa).

Sprechmann indica ainda que o aspecto mais importante do Bulevar é a integração entre os blocos. Oposto do realizado em outros projetos uruguaios, como exemplo, o

¹³ Los referentes de estas propuestas fueron ejemplos aislados en la arquitectura nacional en principios de siglo y posteriores de la escuela inglesa.

¹⁴ [...] proyecto autodidacta, afín a corrientes recientes, a la llamada arquitectura metabolista.

Parque Posadas e o Malvín Alto (Figura 28), que organizam os blocos independentes entre si, unidos apenas pelo “verde”. Sprechmann complementa que, o desafio do projeto não era a criação das unidades habitacionais em si, mas a criação de um espaço onde a vida coletiva fosse relevante e vinculada com a própria cidade (FERNÁNDEZ, 2015). Para Arias (2009), um dos aspectos de maior destaque do Bulevar Artigas é seu uso aberto e público.



Figura 28: À esquerda, Parque Posadas. Disponível em: http://www.stonek.com/index_banco_en.php?outside=5330. À direita, Malvín Alto. Disponível em: <http://www.elbocon.com.uy/noticias/articulo/2635/--dictadura-en-la-administracion-parque-malvin-alto-#prettyPhoto>. Acessos em: 5 mar. 2019.

Rubano et al. (2012) apontam que o projeto do Bulevar se apropria de uma hipótese dos ingleses Alison e Peter Smithson: a ideia de que as “ruas elevadas” possibilitam as “associações humanas”, associando essas ruas elevadas “à ideia dos clusters aleatórios [...] menos racionais que as estruturas desejadas pelos modernos” (p. 74).

Nesse momento de inflexão dos anos 1950, reconhece-se a cidade em seu tempo histórico, sua cultura e com seus “reais” habitantes. Interessa justamente esse descontentamento com a hegemonia “do pós-guerra (regido essencialmente pela Carta de Atenas) e a postura frente aos processos humanos e urbanos reais que passam a ser reconhecidos como estímulos teóricos para a ação projetual” (RUBANO et al., 2012, p. 74). Esses temas estariam presentes no projeto do Complexo Habitacional Bulevar Artigas.

Em entrevista, o arquiteto Héctor Vigliecca conta que, diferente do que observou ocorrer no Brasil, no Uruguai eles estavam sempre a par do que vinha ocorrendo na Europa, em relação ao que pensavam os ingleses, o grupo Archigram, etc. Relata também que a proximidade com Buenos Aires e sua “vitalidade incrível” propiciou aos uruguaios o contato com a Revista Summa, editada naquele país, que trazia traduções de interessantes estudos e reflexões dos ingleses e espanhóis. A revista era bastante acessível no Uruguai e divulgava, segundo Vigliecca, trabalhos de Alison e Peter Smithson, do Team 10 e de Yona Friedman, do Archigram (GRUNOW; SERAPIÃO, 2009).

Na biblioteca da Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, da UdelaR, em Montevideu, vários números da revista **Cuadernos Summa - Nueva Visión** foram encontrados. Todas publicações datadas de 1968, divididas em duas Séries: *El diseño del*

entorno humano (O desenho do entorno humano) e *Tendencia de la arquitectura actual* (Tendência da Arquitetura Atual). Algumas trazem agradecimentos às publicações originais por cederem seus artigos: às revistas *Architectural Design*, *Architectural Record*, *Domus*, *Perspecta*, *Zodiac*, *Bauen & Wohnen*; e ao livro *The pedestrian City* (A cidade pedestre).

Por informações trazidas em algumas revistas, sabe-se que a série “O desenho do entorno humano” traz textos de arquitetos relacionados ao Archigram: Yona Friedman, Peter Cook, Warren Chalk, David Greene; de Cedric Price; um número com textos de Christopher Alexander, já comentado aqui; entre outros. Na série “Tendência da arquitetura atual”, os números trazem textos de Alison e Peter Smithson, James Stirling, Candilis, Josic e Woods (Team 10); um número sobre a arquitetura metabolista e um sobre as visões e obras de Kiyonori Kikutake; um número sobre a *new town* Cumbernauld; outro com obras de Louis Kahn; entre outros (Figura 29).



Figura 29: Números 8 e 14 da Cuadernos Summa - Nueva Visión. Fonte: Reproduções de C. Ritter, 2018.

Para finalizar, o próprio processo de participação, que ocorre nas cooperativas habitacionais uruguaias, pode ter sofrido influência europeia e do contexto aqui estudado. Como exemplo, o processo foi utilizado em projetos de Ralph Erskine – na remodelação de Byker – e Giancarlo de Carlo – na Villa Matteotti –, participantes do Team 10. Por outro lado, como anteriormente destacado, houve um encontro de De Carlo com um grupo de arquitetos uruguaios.

2.2.1 Sobre os arquitetos do Bulevar Artigas e do José Pedro Varela

Destacam-se aqui algumas informações encontradas em relação aos arquitetos das cooperativas habitacionais estudadas. Em relação aos arquitetos do conjunto **Bulevar Artigas** – Arturo Villaamil, Héctor Vigliecca, Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann – a maioria das informações encontradas tratam de Vigliecca. Em Méndez e Bermúdez (2015), uma breve introdução apresenta os arquitetos do conjunto. Arturo Villaamil se formou em 1972, entre 1970 e 1974 trabalhou no CCU; foi professor e profissional liberal; desde 1987 está radicado na França. Héctor Vigliecca se formou em 1968, em seguida foi para Roma (Itália), em 1970, para realizar pós-graduação sobre urbanismo, e mora no Brasil desde 1975. Atualmente é um reconhecido arquiteto, através do escritório Vigliecca & Asociados, localizado em São Paulo.

Já Ramiro Bascans, que faleceu em 2012, trabalhou como arquiteto na oficina de Educação Secundária, na produção cooperativa, e durante a ditadura trabalhou no meio privado. Após o fim da ditadura, voltou a atuar no meio público. Sua atuação na área acadêmica da arquitetura contribuiu para a formação de muitos arquitetos. Thomas Sprechmann se formou em 1969. Até o período ditatorial uruguaio, foi professor de projeto, retornando a lecionar depois do fim desse período (MÉNDEZ; BERMÚDEZ, 2015).

Sprechmann é especializado em projetos de hospitais e na área de urbanismo. Também é autor de um vasto trabalho bibliográfico na área da arquitetura e do urbanismo (SPRECHMANN-DANZA, 2017). Segundo Sprechmann, a cidade e os hospitais possuem certas semelhanças com o Bulevar:

estão vivos, eles mudam, eles precisam crescer, eles se adaptam. Portanto, não se podem resolver com modelos estáticos, ideológicos ou estabelecidos a priori. [...] Para que os projetos sejam consistentes e façam sentido, devem ser resolvidos com propostas específicas para seu contexto. A arquitetura não pode ser resolvida com receitas ou ideias replicadas de forma não-reflexiva¹⁵ (FERNÁNDEZ, 2015, tradução nossa).

Vigliecca projetou, também contratado pelo CCU, mas não com as mesmas parcerias que atuou no Bulevar, outros três projetos de habitação coletiva em Montevideu, ainda no início da década de 1970: Conjunto Habitacional Santo Antônio (1972), Edifício Ellauri (1973-74) e Conjunto Habitacional Hurasú (1974-75) (VIGLIECCA, 2014).

A respeito dos arquitetos do conjunto **José Pedro Varela** – Jorge di Paula, Norberto Cubría, Walter Kruk –, não foram encontradas muitas informações. Jorge di Paula e Norberto Cubría escreveram diversos relatos sobre o projeto (CUBRÍA, 1998; CUBRÍA; DI

¹⁵ [...] están vivos, cambian, tienen que crecer, adaptarse. Por tanto no se pueden resolver con modelos estáticos, ideológicos o establecidos a priori. [...] Para que los proyectos sean consistentes y tengan sentido deben estar resueltos con propuestas específicas a su contexto. La arquitectura no se puede resolver con recetas ni ideas replicadas de manera irreflexiva.

PAULA, 1973, 1999). Em Cubría e Di Paula (1999), uma nota introdutória de cada autor/arquiteto apresenta, de forma resumida, as ocupações de cada um na época da publicação. Jorge di Paula era diretor na Unidad Permanente de Vivienda da FADU/UdelaR, e também é citada sua participação como diretor do Departamento de Arquitetura do Instituto Técnico CEDAS. Recentemente, Di Paula veio a falecer.

Norberto Cubría foi professor na FADU/ UdelaR e naquele momento era integrante do Conselho Diretivo da faculdade. Assim como Di Paula, foi diretor do Departamento de Arquitetura do CEDAS e também diretor geral desse instituto (CUBRÍA; DI PAULA, 1999). Em outro texto da mesma publicação (KRUK, 1999), uma nota também apresenta o arquiteto Walter Kruk, que também possuía ligação com a FADU/ UdelaR, sendo professor titular de Construção, na época.

2.2.2 Outras cooperativas habitacionais uruguaias relevantes

Parte relevante da experiência do cooperativismo habitacional uruguaio não se limita aos dois casos aqui estudados. Neste momento, pretende-se citar alguns outros exemplos relevantes do sistema, também localizados em Montevideú, comentando alguns aspectos projetuais, os quais demonstram que o Bulevar Artigas e a Zona 1 do José Pedro Varela não são exemplos isolados dentro do panorama uruguaio. Dessa forma, corrobora-se os relatos dos autores que universalizam as cooperativas habitacionais da década de 1970 como exemplos “bem-sucedidos”, inspirados em teorias disseminadas pela terceira geração do Movimento Moderno e no contexto internacional de críticas ao movimento, dos anos 1950 e 1960.

A **COVIMT 1** (1971-72) (Figura 30) foi uma das primeiras cooperativas de Ajuda Mútua, projetada por Mario Spallanzani, arquiteto de destaque no contexto da habitação social uruguaia. Relativamente pequeno, o conjunto possui 29 sobrados e uma casa térrea. O número de dormitórios varia nas unidades habitacionais, que estão estruturadas em dois arcos espelhados, conformando assim um diferenciado espaço coletivo central. Possibilidades de crescimentos futuros foram previstos no projeto (DEL CASTILLO, 2015).



Figura 30: Implantação e fotografia da COVIMT 1. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4288>. Acesso em: 11 dez. 2018.

O conjunto **Mesa 1** (1971-75) (Figura 31), cooperativa de Ajuda Mútua, projeto de José Luis Livni, possui unidades habitacionais de um a quatro dormitórios; blocos com duas alturas: dois e três andares; tiras edilícias de diferentes tamanhos e às vezes escalonadas entre si (DEL CASTILLO, 2015). Destaca-se nesse conjunto a presença de ruas elevadas/ circulações horizontais externas.



Figura 31: Implantação e fotografia do Mesa 1. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4290>. Acesso em: 11 dez. 2018.

A **VICMAN** (1971-73) (Figura 32), exemplo de cooperativa de Poupança e Empréstimo, projeto de Nebel Farini, também possui variações no número de dormitórios de suas unidades habitacionais. Nesse conjunto, existem dois tipos edifícios: tiras de sobrados – situados no centro da implantação – e blocos com quatro andares – ao redor. Neste caso, destaca-se a maneira como se dá sua implantação, formando diferentes recintos, alargamentos de alguns espaços de passagem (DEL CASTILLO). Ainda nesse sentido, “a volumetria irregular do conjunto e a disposição das unidades, em níveis intermediários, geram variedade e interesse dentro dos padrões de regularidade que organizam o conjunto” (p. 77).



Figura 32: Implantação e fotografia VICMAN. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4287>. Acesso em: 11 dez. 2018.

A **CUTCSA 1** (1971-75) (Figura 33) é uma cooperativa do programa de Fundos Sociais, projeto de N. Inda, I. Singer, J.C. Vanini, possui unidades de dois e três dormitórios, em habitações duplex. Além da presença de ruas elevadas, os seus dois edifícios estão conectados por passarelas, unindo as circulações entre si. As circulações verticais encontram-se nas pontas dos edifícios (DEL CASTILLO, 2015). Adições nos volumes regulares dos edifícios movimentam as fachadas.

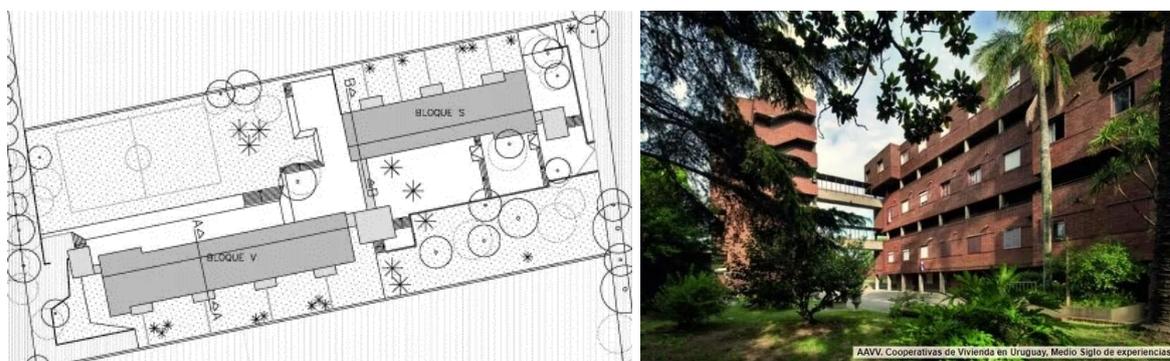


Figura 33: Implantação e fotografia da CUTCSA 1. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4291>. Acesso em: 11 dez. 2018.

A **UCOVI** (1972-77) (Figura 34), cooperativa de Poupança e Empréstimo, que também foi um projeto de N. Inda, I. Singer, J.C. Vanini, possui nove blocos, com quatro, sete e onze pavimentos, com unidades habitacionais de um nível e duplex. A presença de passarelas teve o intuito de diminuir o número de elevadores no projeto (DEL CASTILLO, 2015). Os volumes de seus edifícios também possuem um jogo de adições que dá movimento às fachadas.



Figura 34: Planta baixa do nível das passarelas elevadas e fotografia da UCOVI. Fontes: À esquerda, DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015, p. 154. À direita, disponível em: <http://www.leonardofinotti.com/projects/ucovi/image/5982-160131-098d>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Recorrente nesses exemplos aqui citados são implantações não regulares, formando espaços diversos, em contraposição com o espaço universal moderno; variações tipológicas nas plantas baixas e na volumetria dos edifícios; a presença de ruas elevadas e passarelas elevadas conectando edifícios entre si; relevância expressiva para os elementos de circulação vertical e horizontal; uso de materiais da tradição local como os tijolos à vista. A presença de comércios, serviços, equipamentos de uso comum, etc., também ocorre nesses exemplos, por exigência da legislação.

Todos esses aspectos teóricos e projetuais também serão evidenciados, aprofundados, e relacionados com o contexto arquitetônico e urbanístico internacional estudado, quando das análises dos dois conjuntos objetos da pesquisa. Acredita-se que, cada um desses exemplos renderia uma análise com o mesmo potencial das realizadas nesta pesquisa.

3 Análises arquitetônicas e urbanísticas

Neste capítulo são apresentadas as análises arquitetônicas e urbanísticas dos conjuntos Bulevar Artigas e Zona 1 do José Pedro Varela. A análise foi dividida em dois momentos: uma apresentação inicial, que faz uma caracterização mais geral, informativa, de cada de conjunto, e logo em seguida, a análise principal para esta pesquisa, estruturada através de um roteiro específico, em seguida apresentado.

3.1 Roteiro de análise – a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960

A partir do referencial teórico abordado no Capítulo 1 desta pesquisa, foi estruturado o roteiro de análise. Entende-se que um dos aspectos mais relevantes daquele referencial, por sua abrangência e viabilidade de aplicação, é a divisão dos elementos da cidade em **escalas de Associação – casa, rua, bairro e cidade –**, indicado pelos arquitetos ingleses Smithson. Nesse sentido, a unidade da casa, e os agrupamentos sociais, rua, bairro e cidade, são os grandes itens desse roteiro – que no decorrer da análise estão citados na ordem inversa: cidade, bairro, rua e casa, pois, por opção, buscou-se primeiramente ter um entendimento do todo e, logo, de suas partes. Outro conceito que embasa toda a análise é a ideia de **cluster**. Em seguida, esses e outros conceitos serão resgatados em um glossário.

Dentro desses itens – escalas –, o estudo verifica: a) se os agrupamentos sociais se constituem como “realidades plásticas finitas”: se estão claros, se são visíveis, se conformam “lugares”, e analisa a unidade habitacional; b) se existe “mobilidade” e conexão – “afrouxamento”, relações/ conexões entre escalas, entre polaridades (privado-público, dentro-fora, aberto-fechado). Entende-se também que, se as duas condições se dão, há uma associação entre diferentes escalas, e portanto, tem-se presente a ideia de *cluster*.

Dependendo da escala, a conexão terá duas ou três possibilidades de desdobramentos em sua manifestação: a) em termos de fluxos – mas por meio de caminhos espacializados; b) na potencialidade de crescimentos; c) na conformação de – também – “lugares” (coerente com o entendimento teórico deste período de que onde há fluxo, também podem se configurar lugares).

Nesse sentido, a análise será estruturada pelas escalas de agrupamento (às vezes divididas em *clusters* e *subclusters*) e suas relações. Dentro desses elementos, serão verificadas, então, as aproximações entre o contexto arquitetônico e urbanístico estudado e cada conjunto analisado.

3.1.1 Primeira escala: a cidade

a) A cidade como uma realidade plástica finita

Como a escala da cidade em si não é analisada nesta pesquisa – o foco é o conjunto habitacional –, este item não terá desdobramentos.

b) As relações/ conexões entre as escalas da cidade e do bairro

De maneira geral, aqui se observa como a implantação do conjunto se comporta em relação ao entorno. Nesta escala, as relações/ conexões podem se manifestar de três maneiras: a) em termos de fluxos – por meio de caminhos e vias espacializados – que conectam interior e entorno do conjunto; b) na potencialidade de crescimento e conexão do conjunto em relação ao tecido e traçado urbano circundantes; c) na conformação de espaços qualificados – “lugares” – na interface entre bairro e cidade, criando possibilidades de relação/ conexão espacial, e uma contiguidade em relação à cidade, ou uma potencialidade de relação, criando assim “lugares intermediários” entre as duas escalas.

Neste item, também se verifica a existência de aspectos formais da “cultura arquitetônica” do entorno – por exemplo, como se dá a conformação dos edifícios no entorno imediato –, assim como a materialidade das edificações do entorno – materiais construtivos, revestimentos.

3.1.2 Segunda escala: o bairro – o conjunto, seus edifícios e espaços coletivos descobertos

a) O conjunto habitacional como uma realidade plástica finita

Neste item, verifica-se a conformação do conjunto, seus edifícios e seus espaços coletivos. Analisa-se, apesar das possíveis características mais racionais – geométricas, simétricas, regulares – de modulação na conformação do conjunto, se aparecem também características mais orgânicas, irregulares, complexas. Por exemplo, o conjunto pode ser formado por um conjunto de elementos lineares, mas que se arranjam não-linearmente em sua totalidade.

Observa-se se há regaste de elementos e categorias da cidade tradicional (rua, tecido). Verifica-se como as ruas e espaços urbanos do conjunto se conformam, avaliando se existem características que o aproximam de uma ideia de cidade mais tradicional. Por exemplo, se existem ruas-corredor e alguma conformação de quarteirão em oposição ao espaço ilimitado e as superquadras da cidade funcionalista. Observa-se também a presença de usos mistos.

Observa-se se os espaços descobertos e coletivos do conjunto se conformam de modo mais compartimentado. Se existem espaços coletivos com formas distintas pelo conjunto, e/ ou mais reduzidos. Se o espaço coletivo possui uma configuração determinada (com borda, níveis). Se há uma sensação de maior intimidade, privacidade. Verifica-se se existe uma condição mais doméstica da cidade, com (uma rede de) recantos e pequenas praças.

Verifica-se a presença de uma ideia de **cidade metabolista** (infraestrutura e estrutura; megaforma ou forma de grupo) ou de cidade como uma **semitrama** ou como uma **árvore** (Alexander) – sendo que os dois conceitos também podem vir relacionados.

b) As relações/ conexões entre escalas – conexão entre os espaços coletivos

De maneira geral, aqui se observa como se relacionam entre si os espaços coletivos. Nesta escala, as relações/ conexões podem se manifestar de duas maneiras: a) em termos de fluxos – por meio de caminhos e vias espacializados – que conectam os diversos espaços entre si; b) na conformação de espaços qualificados – “lugares” – entre os espaços coletivos, criando possibilidades de relação/ conexão espacial e contiguidades, ainda que cada espaço mantenha sua identidade, criando assim “lugares intermediários”.

3.1.3 Terceira escala: a rua

Esta escala se refere às circulações horizontais e verticais em contato mais próximo com a escala casa, ou seja, os sistemas de circulação situados dentro dos volumes dos edifícios e/ ou bastante próximos. Este item terá uma estrutura um pouco diferenciada dos demais, pois dificilmente se pode falar desta escala, a “rua”, como uma **realidade plástica**, sem comentar também o seu papel como **fluxo/ conexão** e, ao mesmo tempo, como **lugar**. Então, em seguida, as relações/ conexões analisadas serão entre a “rua” (os edifícios) e os espaços coletivos descobertos.

a) A rua como uma realidade plástica finita, como lugar e como conexão

Neste item, verifica-se a conformação dos sistemas de circulação dos edifícios e suas conexões mais próximas. Verifica-se, principalmente, a presença de **ruas elevadas** como locais onde se estabelecem relações sociais e várias funções. Observa-se a relação dos sistemas de circulação com todos os usos do conjunto – habitacionais, comércio, serviços, etc. E observa-se o protagonismo da “rua” nos edifícios do conjunto.

b) As relações/ conexões entre os edifícios e os espaços coletivos descobertos

De maneira geral, aqui se observa como se dá a relação entre os edifícios e os espaços coletivo descobertos. Nesta escala, as relações/ conexões podem se manifestar de duas maneiras: a) em termos de fluxos – por meio de caminhos espacializados – que conectam os espaços coletivos descobertos com o edifício; b) na conformação de espaços qualificados – “lugares” – na conexão entre os edifícios e os espaços coletivos descobertos, criando possibilidades de relação/ conexão espacial e uma contiguidade, ainda que cada espaço mantenha sua identidade, criando assim “lugares intermediários”.

3.1.4 Quarta escala: a casa – o âmbito privado e o espaço coletivo imediato

Neste item, analisam-se os diferentes tipos, possíveis variações, de plantas baixas das unidades habitacionais, e como eles se distribuem nos edifícios. Assim como, observa-se a localização no conjunto dos usos comerciais e de serviço.

a) A casa

Verifica-se como se dá a conformação das unidades habitacionais e dos demais usos do conjunto. Os projetos de unidades habitacionais, mesmo em altura, podem possuir variações tipológicas, às vezes, sem até mesmo romper a modulação dos edifícios. Nesse sentido, analisa-se como se dá a variação tipológica, se há variações no número de dormitórios das habitações, etc., conferindo como essa variedade se relaciona com a estrutura do edifício.

Verifica-se também a possibilidade de crescimento e mudança (flexibilidade), evidenciando como se consegue essa flexibilidade, descrevendo as estratégias projetuais que garantem esse atributo.

b) As relações/ conexões entre escalas – entre as unidades habitacionais e/ ou entre as unidades e os espaços coletivos mais imediatos

De maneira geral, aqui se observa como se dá a relação entre as unidades habitacionais e/ ou entre as unidades e os espaços coletivos mais imediatos. Nesta escala, a) analisa-se como se dá a relação entre as unidades habitacionais e/ ou entre as unidades e os espaços coletivos mais imediatos; b) analisa-se a conformação de espaços qualificados – “lugares” – entre os espaços privados (a unidade habitacional) e o espaço coletivo do edifício, em contato direto com a unidade, criando possibilidades de relação/

conexão espacial e uma contiguidade, ainda que cada espaço mantenha sua identidade, criando assim “lugares intermediários”.

3.1.5 Considerações

Resume-se como se dá a gradação entre o espaço público da cidade até o privado da unidade habitacional, apresentando o caminho que o habitante e/ ou visitante percorre da cidade à casa. Destacam-se também os aspectos mais relevantes apontadas no decorrer da análise, que aproximam cada conjunto analisado ao contexto de críticas à cidade funcionalista – o foco desta pesquisa.

3.2 Glossário

Afrouxamento: termo utilizado pelos Smithson para designar uma flexibilidade e abrandamento dos limites, entre os agrupamentos sociais.

Árvore e Semitrama: são os dois tipos de princípios ordenadores que as cidades podem apresentar, segundo Christopher Alexander. Para Alexander (1968), uma cidade viva é aquela ordenada por uma “semitrama”, por uma estrutura complexa, enquanto a cidade como uma “árvore” possui conexões mais restritas. A árvore seria um princípio das cidades artificiais – aquelas que estavam sendo planejadas seguindo princípios do urbanismo moderno.

Cluster e subcluster: *cluster* pode ser traduzido como agrupamento, aglomerado. Deveria ter uma estrutura livre e que permitisse crescimentos, assim como ser compreendida em todos estágios de desenvolvimento. Qualquer agrupamento seria um *cluster*, onde a ideia de conexão entre grupos é fundamental (SMITHSON; SMITHSON, 1957). Definiu-se, nesta pesquisa, que os agrupamentos intermediários – em relação às quatro grandes escalas de associação dos *Smithsons* – seriam chamados de subcluster. Van Eyck (1962) se utiliza desse termo, o *subcluster*, referindo-se também a uma ideia de grupo.

Escalas de associação – ou escalas de agrupamento, hierarquia de associações humanas: proposta de um entendimento dos agrupamentos urbanos através das escalas casa, rua, bairro e cidade, vindo a substituir as quatro funções da Carta de Atenas.

Infraestrutura e Estrutura: para os metabolistas, a cidade deveria ser formada por elementos de caráter mais permanente – a “infraestrutura” – e por elementos de caráter mais transitório – a “estrutura”. A infraestrutura seriam os elementos de circulação, de comunicação, e a estrutura, os elementos arquitetônicos (TANGE, 1970a).

Lugar: A ideia de “lugar” está ligada à oposição aos espaços abstratos, aos espaços universais, aos espaços ilimitados. Implica uma relação de identidade. Para Van Eyck, o habitante do lugar substitui o usuário do espaço. O lugar, como destaca também Solà-Morales (1995a, 1995b), é algo reconhecível e delimitado – onde se enxerga bordas, níveis e configurações claras.

Lugar intermediário ou lugar de transição: Os *inbetween places* de Van Eyck. Local onde os “fenômenos gêmeos” – individual/ coletivo, pequeno/ grande, etc. – expressam suas reciprocidades (VAN EYCK, 1962). Lugar onde há uma mescla entres opostos/ diferentes escalas.

Megaforma ou Megaestrutura e Forma de grupo: paradigmas da “forma coletiva”, segundo Maki e Ohtaka (1964). A “megaestrutura”, em oposição à “forma de grupo”, possui um “esqueleto” que ordena sua composição, a qual, preferencialmente, deveria possuir certa independência e, ao mesmo tempo, determinadas conexões entre os elementos. A forma de grupo possui uma conformação mais orgânica, onde as partes indicam como o todo irá se formar.

Realidade plástica finita: Os agrupamentos sociais – rua, bairro, cidade – como agrupamentos “visíveis”, identificáveis a partir de uma configuração específica (SMITHSON; SMITHSON, 1953).

Ruas elevadas: As *streets in the air* dos Smithson, uma das alternativas para as grandes cidades formadas por edifícios de vários pavimentos: propõem-se a resgatar algo da rua tradicional em prédios de grande altura, configurando-se não apenas como circulação, mas também como “lugar”, espaços de encontros sociais. Relaciona os habitantes com os espaços coletivos e, conseqüentemente, com a cidade (MUMFORD, 2002).

3.3 Complexo Habitacional Bulevar Artigas

O Complexo Habitacional Bulevar Artigas (Figuras 35, 36 e 37) se localiza em Montevidéu, Uruguai, foi projetado e construído entre os anos de 1971 e 1974 (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1986) e inaugurado em 25 de agosto de 1975 (FERNÁNDEZ, 2015). A cooperativa que promoveu o conjunto é formada pela união de outras três: OLIMAR, FLORIDA e AFAF (*Filial de la Asociación de Bancarios, Cooperativa Territorial e Asociación de Funcionarios de Asignaciones Familiares*), sendo o CCU o Instituto de Assistência Técnica contratado pela cooperativa. Os arquitetos foram Arturo Villaamil, Héctor Viglicca, Ramiro Bascans e Thomas Sprechmann (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1986) – todos jovens profissionais na época.

A forma de propriedade é coletiva e o tipo de cooperativa é de Poupança e Empréstimo. A densidade é 638 habitantes/ ha e 126 viviendas/ ha (ARIAS, 2009). O conjunto é considerado no Uruguai um *bien de interés departamental* (MÉNDEZ; BERMÚDEZ, 2015). A placa da obra do conjunto (Figura 38) demonstra que o projeto envolveu uma grande equipe. Além dos arquitetos e diretores da obra, os atores envolvidos foram outros profissionais ligados à construção, assistentes sociais – todos profissionais ligados ao CCU – e os próprios cooperativistas, por meio do sistema participativo.



Figura 35: Edifícios do conjunto, a partir da avenida do entorno. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2019.



Figura 36: Edifícios do conjunto, a partir das ruas do entorno. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019 e 2018.



Figura 37: Edifícios do conjunto, a partir do espaço coletivo interno. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 38: Placa de obra do conjunto. Fonte: CANOURA, 2015, p. 41.

O conjunto se localiza em zona central, entre a Avenida Bulevar General Artigas – uma avenida de destaque na cidade –, a Rua Caribes – perpendicular à avenida – e a Rua Quijote – paralela à avenida (Figura 39). O terreno possui uma forma retangular, com a subtração de um retângulo no extremo sudoeste, totalizando uma área de 24.265,63 m²

(COMPLEXO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS, [201-]). Até 1971, o proprietário do terreno era o Ministério da Defesa. Nesse ano, a gleba serviu como parte de um pagamento dado à Igreja de Montevideú, pela aquisição do Seminário Arquidiocesano Cristo Rey. A igreja então vendeu o terreno à cooperativa (MÉNDEZ; BERMÚDEZ, 2015).



Figura 39: Localização do conjunto em Montevideú, Uruguai. Fonte: Edição de C. Ritter, 2018, sobre GOOGLE EARTH, 2015.

Quando da realização do projeto, em seu grande entorno se concentravam atividades diversas: um centro comercial a 300 m de distância, uma estação de televisão, uma escola militar, indústrias de pequeno porte, porém, era uma área com pouca ocupação habitacional. A implantação do conjunto possuía o intuito de dinamizar a área (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1986). Em seu entorno mais imediato, também próximo da época de sua implantação, observa-se a presença de algumas edificações de poucos pavimentos, alguns pontos com massas arbóreas, assim como algumas ruas parcialmente consolidadas e sem pavimentação (Figura 40).

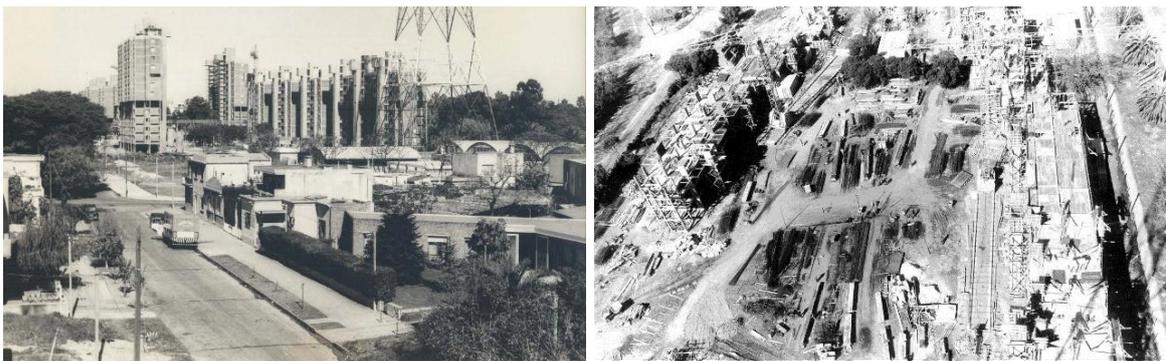


Figura 40: À esquerda, entorno do conjunto. À direita, conjunto em obras. Fonte: CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 1971-1974.

Segundo Del Castillo (2015), o Bulevar foi pensado para ser “um dispositivo dinamizador da vizinhança” (p. 79). Risso e Boronat (1992) complementam que, na época do relato dos autores, outros conjuntos residenciais haviam se implantado na área, comprovando o caráter do conjunto como o estopim da revitalização da zona. Esses novos conjuntos também acabaram por movimentar as atividades de comércio e serviço do Bulevar.

3.3.1 O projeto do conjunto habitacional Bulevar Artigas

O projeto é bastante complexo quando observado com maior atenção, precisando ser quase desvendado, pelas características diferenciadas entre as partes do conjunto e em relação ao todo. Sua implantação (Figura 41) se aproxima de uma forma radial. A presença de um edifício central, de onde divergem quatro edifícios lineares com comprimentos variáveis, levemente escalonados e perpendicularmente colocados em relação àquele volume central, sugerem essa composição. Esses “braços” possuem uma simetria inversa – os dois braços menores e os dois maiores se posicionam em diagonal entre si. Apesar dos recuos em relação aos limites do terreno, os edifícios também conformam praças/ espaços descobertos coletivos internos de consideráveis proporções.

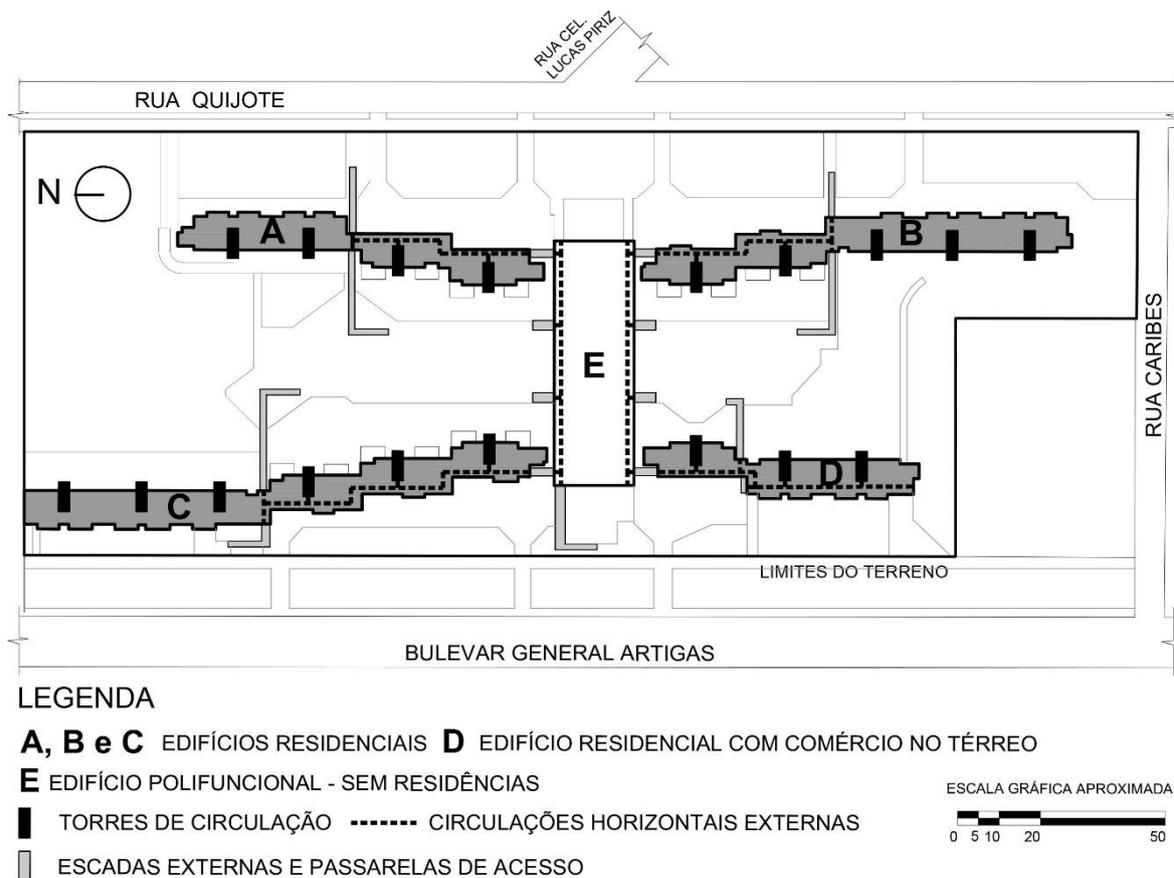


Figura 41: Implantação do conjunto. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019¹.

A volumetria dos edifícios lineares (A, B, C e D) também é complexa (Figura 42). As unidades habitacionais se localizam a partir da distribuição de dezoito torres de circulação verticais, contendo elevadores e escadas, sendo que essas torres possuem acabamentos diferenciados em relação aos tijolos à vista do fechamento das unidades. Uma grelha estrutural tridimensional acolhe escalonamentos verticais em função da localização de unidades habitacionais de maior área nos pavimentos superiores, e da presença de circulações horizontais externas em um dos pavimentos (Figura 43), além de pavimentos térreos com pilotis. O edifício central (E) é formado por dois volumes de dois andares, separados por uma praça coberta com pé direito duplo.

¹ A implantação do conjunto foi redesenhada a partir de material encontrado em Centro Cooperativista Uruguayo (1971-1974) e complementada com informações do material Complexo Habitacional Bulevar Artigas [201-]. Os demais esquemas ilustrados neste trabalho foram desenvolvidos a partir dessa implantação redesenhada.



Figura 42: Edifícios do conjunto. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.



Figura 43: À esquerda, edifício C, circulação horizontal externa no centro da imagem. À direita, praça coberta do edifício central. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

Segundo Vigliecca & Associados (2019), a decisão de construir edifícios em altura se deveu à vontade de liberar mais espaço no solo para atividades sociais. Nesse site, o arquiteto do conjunto destaca que, se por um lado, a alta densidade do conjunto poderia indicar um prejuízo à qualidade de vida dos moradores, por outro, a implantação periférica de seus edifícios, formando um distanciamento amplo entre eles, fez com que o espaço interno não se tornasse opressivo. Sprechmann – outro arquiteto do conjunto –, quando questionado sobre o impacto do conjunto na época (FERNÁNDEZ, 2015), defende a sensatez das decisões de projeto ao indicar que, ainda que a zona se caracterizasse pela baixa altura, o terreno estava localizado em uma área bastante central da cidade, na borda de uma importante avenida, sendo um local propício para altas densidades.

O conjunto possui 332 unidades habitacionais, 304 do padrão econômico e 28 do padrão médio, sendo que cada padrão possui 4 e 6 tipos diferentes, respectivamente. Os diferentes tipos diferem em relação ao número de dormitórios – podendo ser de um a quatro

– e pela presença ou não de um ambiente de 7 m², previsto para ser, por exemplo, um dormitório “extra”. Grosso modo, cada tipo ainda poderia sofrer 8 variações distintas em planta baixa, sendo construídas finalmente um total de 42 variantes de plantas.

As unidades habitacionais possuem dupla orientação (para leste e oeste) – exceto as unidades de um dormitório –, ou três orientações, caso das situadas nas pontas dos edifícios (norte ou sul). Estão localizadas nos edifícios indicados como A, B, C e D (Figura 44).

Espaços de uso comum, comércio e serviços também foram previstos no projeto: uma creche, uma lavanderia, doze espaços para comércio e dois salões de uso múltiplo (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1986), localizados no edifício central e no térreo do edifício D.

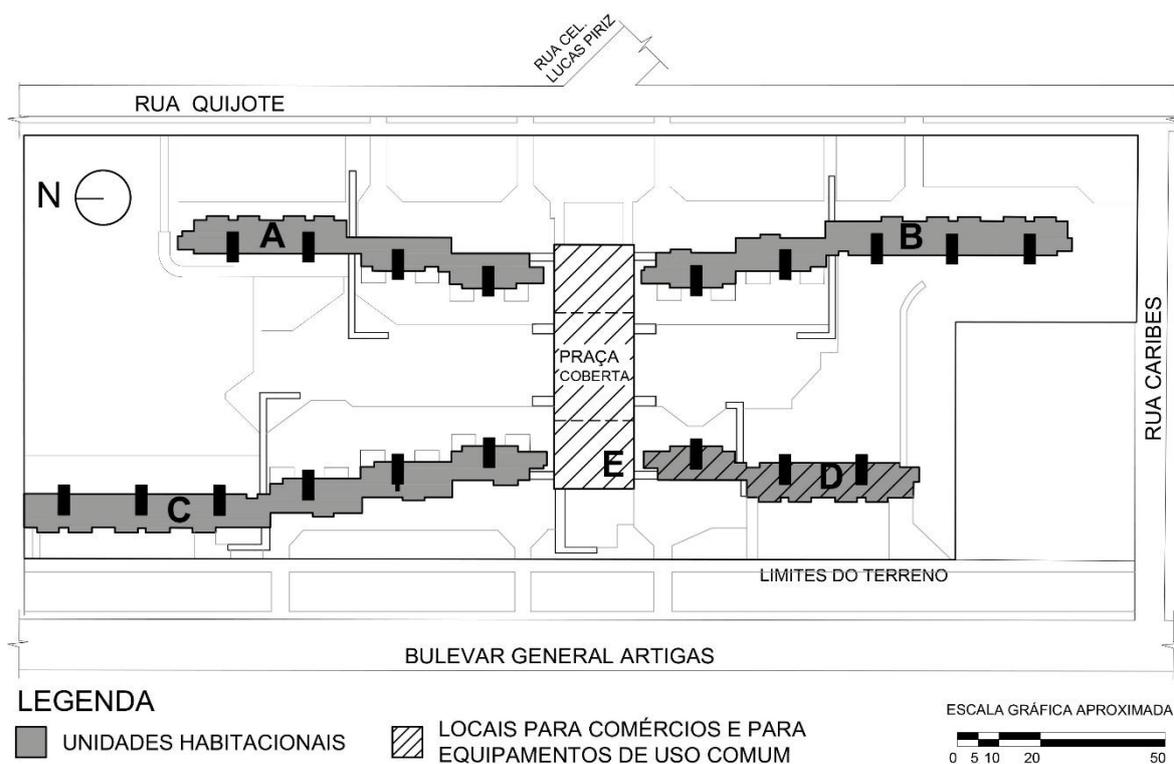


Figura 44: Localização dos usos do conjunto. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019.

Em geral, os pavimentos térreos dos edifícios lineares possuem pilotis, e no segundo nível, em metade do edifício, situam-se as circulações horizontais externas (que se conectam com as passarelas elevadas do edifício central e com o térreo, através de escadas) e as habitações de um dormitório (Figura 45). Na outra metade do pavimento, situam-se as habitações que preenchem todo o pavimento. Nos pavimentos acima se localizam as demais habitações.

Em função do terreno possuir desníveis, existem variações no número de pavimentos dos edifícios e no número de pavimentos de um mesmo edifício – o edifício A possui 13, o B em parte 9 e em parte 8, o C 9 e o D 12 pavimentos. No pavimento com

pilotis, abaixo das habitações de um dormitório e das circulações horizontais externas, a passagem para o interior do conjunto é interrompida pela existência de depósitos e de grades. Na outra metade, a passagem é livre.

Exceções ocorrem no edifício B e D. No B, apenas metade do edifício – aquela mais próxima ao edifício central –, segue o usual no conjunto: possui um pavimento térreo com pilotis abaixo do pavimento da circulação horizontal externa. Na outra metade, a continuação da circulação horizontal externa se transforma em pavimento térreo, com pilotis – em função do desnível do terreno –, permitindo a passagem para o interior do conjunto (Figura 46). No caso do edifício D, o pavimento térreo é onde se situa a circulação horizontal externa, não havendo pilotis. Neste caso, a circulação externa vai de ponta a ponta do edifício, e ao invés de habitações de um dormitório, situam-se em todo esse pavimento os usos não habitacionais. Ver esquema na Figura 47.



Figura 45: Pavimento térreo e pavimento superior com circulação horizontal externa de um dos edifícios do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.



Figura 46: Edifício B. À esquerda, circulação horizontal externa e pavimento inferior com pilotis, apenas em metade do edifício. À direita, continuação da circulação horizontal externa que se transforma em pavimento térreo. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

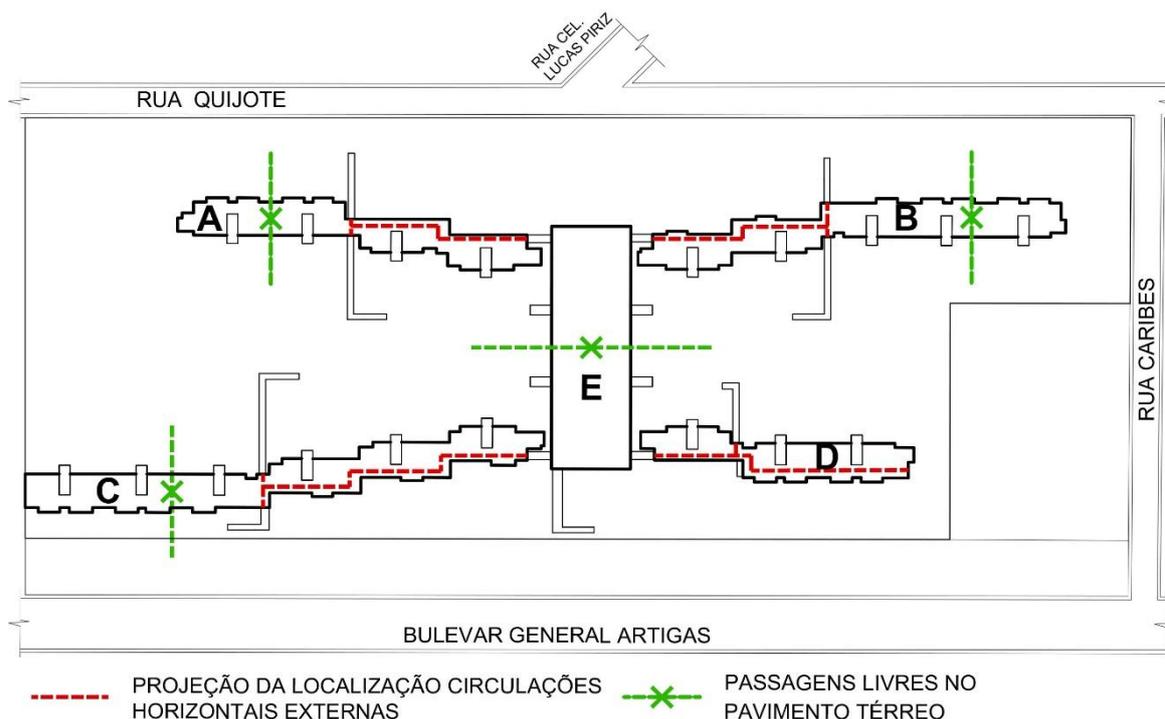


Figura 47: Esquema ilustrando a projeção das circulações horizontais externas e as passagens livres nos térreo dos edifícios do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

Grande relevância no projeto possuem seus sistemas de circulação horizontal e vertical, pois existe uma grande variedade de caminhos para se acessar aos espaços do conjunto – ilustrados esquematicamente na Figura 48². Além da permeabilidade do conjunto, dada pelos pilotis, o que permite uma livre circulação pelo conjunto – estratégia projetual de muitos conjuntos modernistas –, existem também caminhos e trajetos mais espacialmente delimitados, que serão mais detalhados e analisados no decorrer deste texto. Destaca-se também a particularidade do volume central na trama da circulação interna, sendo possível circular na periferia térrea do volume central e no segundo nível, onde existem passarelas longitudinais.

² Ver também Figuras 55 a 58.

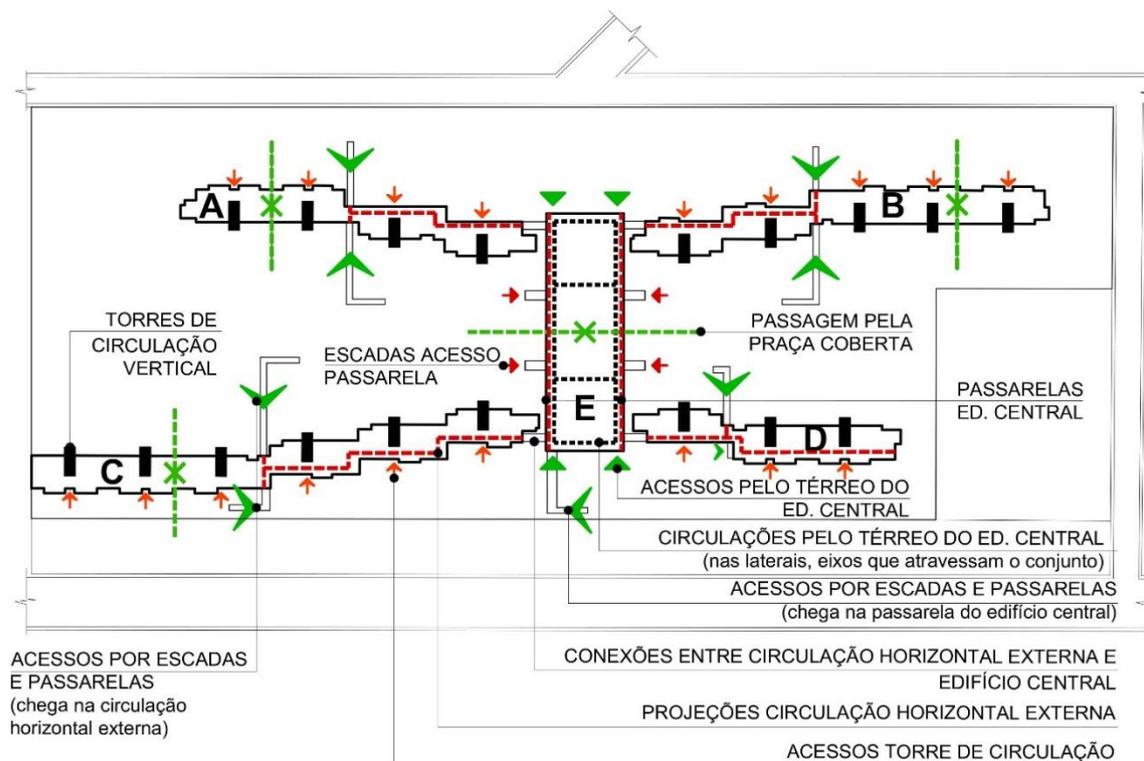


Figura 48: Esquemas de acessos e circulações do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

Todas as unidades habitacionais são acessadas por meio das torres de circulação verticais. Como será detalhado depois, essas torres podem ser acessadas através de diferentes caminhos, sendo que suas aberturas estão voltadas para o entorno do conjunto. Os elevadores das torres possuem paradas a meio nível (Figura 49) e apenas quem acessa as unidades de um dormitório, a partir da circulação horizontal externa, não precisa subir ou descer algum lance de escada na torre de circulação vertical, mas mesmo assim, ainda é necessário o acesso à torre, para se chegar à porta da habitação.

Nesse sentido, em geral, cada patamar de acesso atende a duas unidades habitacionais, mas cada parada do elevador, quatro. Além disso, acessando-se a circulação vertical, do nível térreo ou do nível da circulação horizontal, um lance de escadas separa esses níveis do acesso ao elevador – embora haja duas paradas seguidas a meio nível acima do térreo e a meio nível acima da circulação horizontal externa. Existem também, em algumas entradas das torres de circulação vertical, pequenos lances de escadas³.

³ Importante destacar que questões de acessibilidade não eram tratadas com a devida relevância naquela época.

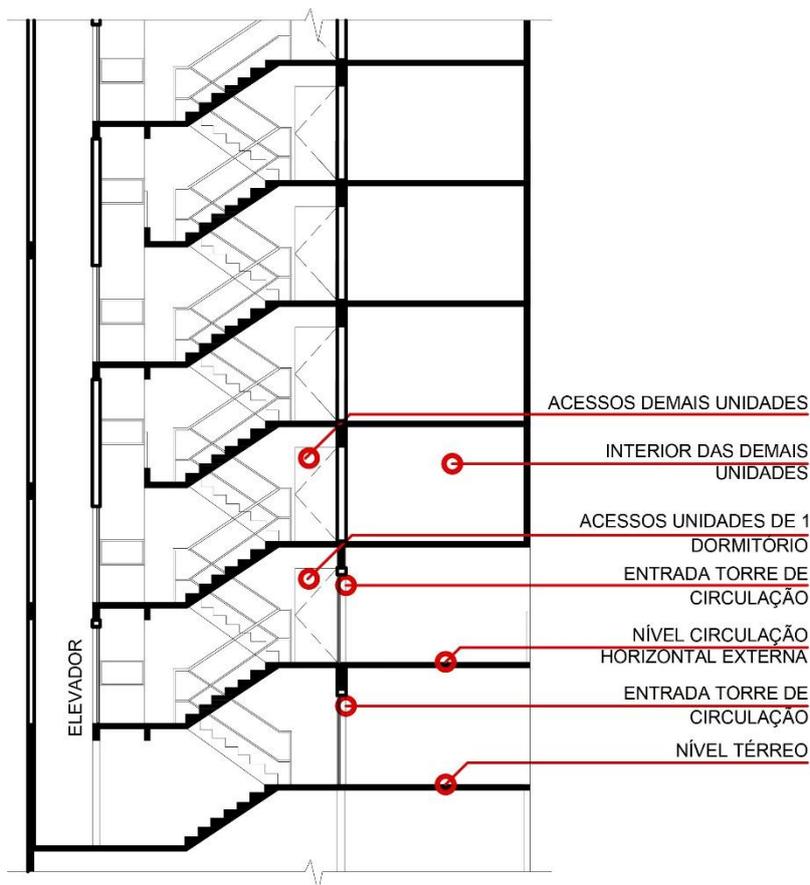


Figura 49: Corte esquemático de uma torre de circulação vertical. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, adaptado a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

O sistema construtivo predominantemente é composto por estrutura em esqueleto de concreto armado e fechamento em alvenaria de tijolos à vista. Os edifícios lineares possuem fechamento externo em parede dupla e coberturas de laje plana. As torres de circulação vertical são em concreto armado, com parte do fechamento em chapas de ferro galvanizado, e com aberturas nas laterais. Diferentemente dos quatro volumes que compõem a parte residencial do conjunto, o edifício central possui, além da estrutura em concreto armado aparente, uma cobertura composta por treliça metálica espacial e variações nos fechamentos: alvenaria de tijolos aparentes e fachadas em vidro (Figura 50).

Quanto à composição das fachadas dos edifícios lineares, a localização das aberturas reflete o posicionamento simétrico das unidades habitacionais em relação às torres de circulação vertical. Mesmo com as variantes tipológicas, a posição das aberturas segue um mesmo alinhamento em quase todos os níveis desses edifícios. De maneira geral, as principais janelas são composições de um mesmo módulo quase quadrático.

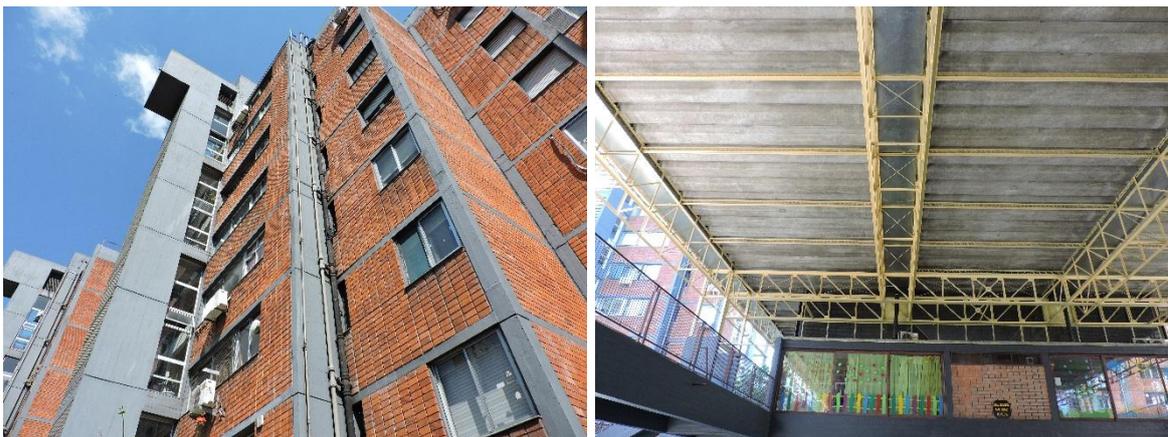


Figura 50: À esquerda, detalhes de um dos edifícios lineares do conjunto. À direita, cobertura do edifício central. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

3.3.2 O Bulevar Artigas e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960

São bastante evidentes os pontos de confluência de alguns conceitos presentes nas estratégias projetuais do Bulevar Artigas com o contexto internacional mencionado em capítulo anterior. Neste conjunto, dentre outras questões, destacam-se a complexidade presente na conformação da implantação, nos sistemas de circulação, nos diferentes tipos – e suas variantes – de unidades habitacionais, etc.

Como indicado no roteiro apresentado, a análise será estruturada a partir das grandes “escalas de associação” – cidade, bairro, rua e casa –, conforme ilustrado na Figura 51.

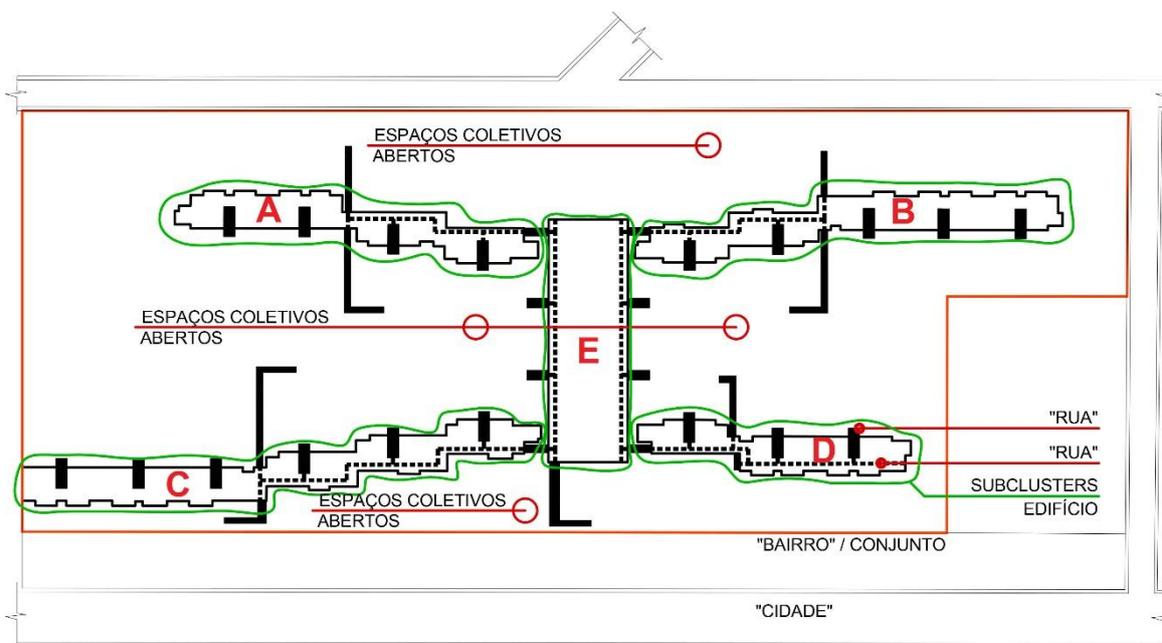


Figura 51: Implantação do conjunto e indicações das escalas de associações. Fonte: C. Ritter, 2019.

3.3.2.1 Primeira escala: a cidade

a) As relações/ conexões entre as escalas da cidade e do bairro

Como já indicado, existem diversas possibilidades de acesso ao Bulevar Artigas. Destaca-se aqui os acessos/ caminhos que estão espacializados, como “realidades plásticas finitas”, induzindo e potencializando a conexão do conjunto com o entorno. Exemplo disso são as escadas e passarelas de acesso às circulações horizontais externas dos edifícios lineares e a uma das passarelas do edifício central. Para se aproximar das ruas públicas, as escadas de acesso se afastam do volume dos edifícios – como se o edifício estendesse seus acessos –, materializando-os e aproximando-os do entorno (Figuras 52, 53 e 54).

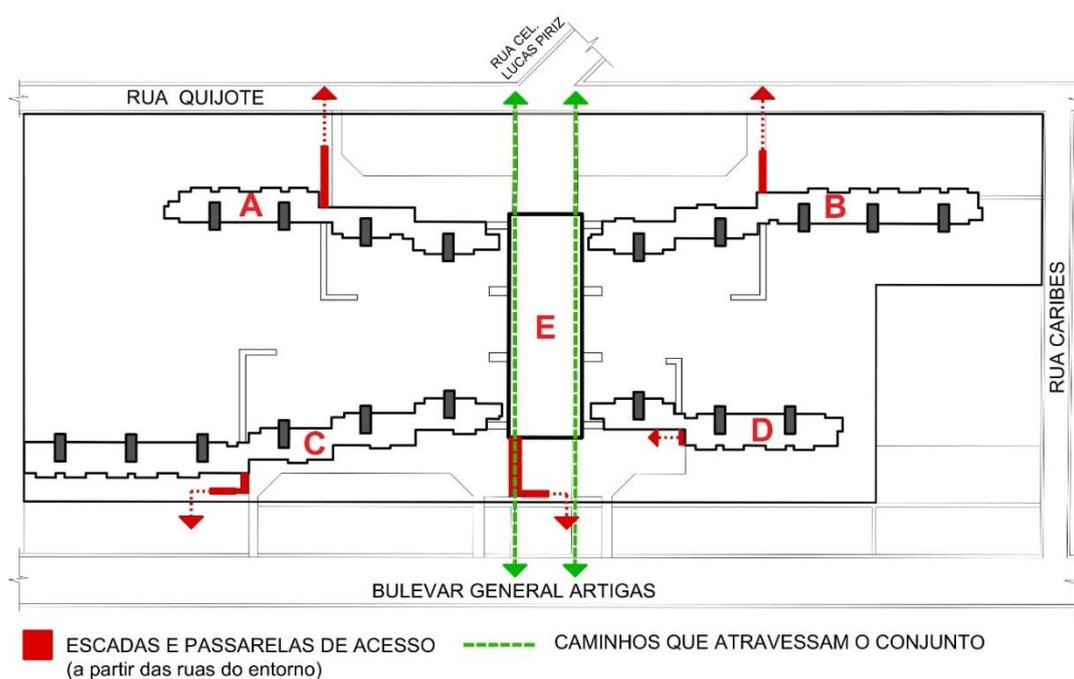


Figura 52: Esquema destacando os caminhos de acesso ao conjunto, espacializados. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 53: À esquerda, escada de acesso ao edifício B. À direita, mesma escada, a partir da circulação horizontal externa do edifício. Fonte: Fotografias de C. Ritter e C. Gonsales, 2018.



Figura 54: Escada e passarela de acesso ao volume central. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019 e 2018.

Outro caminho que conecta o conjunto com seu entorno – ver novamente esquema da Figura 52 –, e também induz a que seja utilizado como uma rua que atende à cidade, é o que está materializado no térreo do edifício central, através de uma pavimentação diferenciada em relação ao resto do pavimento – sendo a mesma utilizada em outros caminhos do conjunto, como nas passarelas e nas circulações horizontais externas. Essa pavimentação também extrapola a projeção do edifício central, chegando até as calçadas do entorno, caracterizando de maneira clara o caminho como parte da rua (Figura 55).

Assim, essa travessia central funciona como uma rua de pedestres atendendo ao bairro, diminuindo a quadra onde se situa o conjunto e outras construções, e assemelhando a distância entre as passagens transversais do entorno, que possuem quadras menores (Figura 56). O Bulevar possui uma grande permeabilidade em relação ao usufruto de suas instalações: tanto os usos comerciais e de serviço – situados no edifício central (Figura 57) e no térreo do edifício D –, quanto seus espaços coletivos internos, podem ser utilizados por pessoas da redondeza.

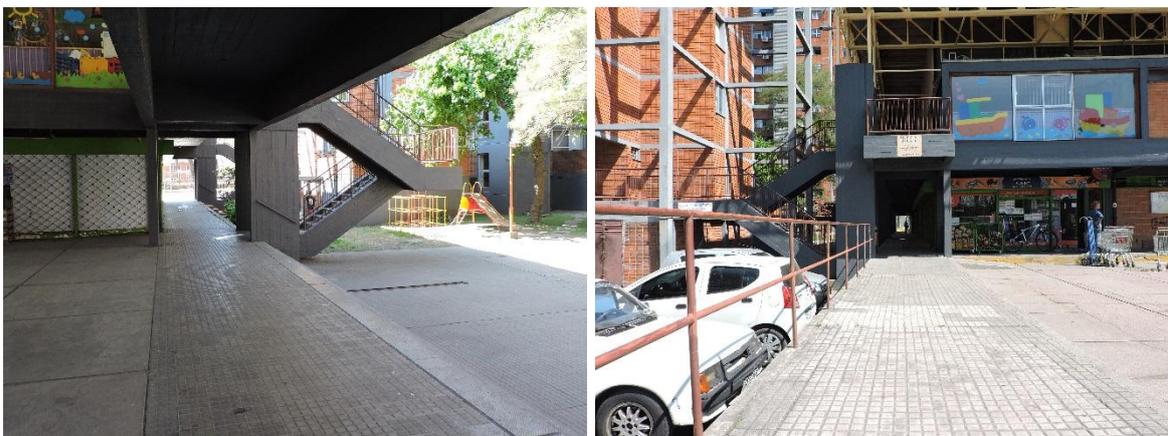


Figura 55: Caminho que atravessa o edifício central longitudinalmente, e segue sua pavimentação até as calçadas do entorno. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 56: Esquema destacando as conexões transversais nas ruas do entorno do conjunto e a passagem que atravessa o conjunto. Fonte: Edição de C. Ritter, 2018, sobre GOOGLE EARTH, 2015.



Figura 57: Edifício central. Fachada voltada à Rua Quijote. Fonte: Fotografias de C. Gonsales, 2018.

Nesse sentido, observa-se que, entre o objeto e seu entorno, os limites possuem um “afrouxamento”, através da permeabilidade real que existe entre cidade e conjunto: passagens por pilotis, passagens entre edifícios lineares e edifício central, circulações horizontais externas e voltadas à cidade. Por outro lado, a própria implantação do conjunto não possui limites rígidos em relação ao seu entorno – a cidade –, mas sim sua forma potencialmente se expande em direção à cidade, a partir do edifício central.

Em relação à conexão do conjunto com a cidade, através de espaços qualificados, que então potencializam essa ligação espacial, tem-se um recuo de relativas proporções – em função do escalonamento horizontal dos edifícios –, que se configura como uma extensão do espaço “interior” do conjunto ao mesmo tempo que poderia ser uma extensão do espaço público da calçada. A forma desse espaço se alarga próximo ao centro do

conjunto (o edifício central), gerando um “lugar intermediário” entre as duas escalas – cidade e conjunto (Figuras 58 e 59). Esse local também se caracteriza como um lugar de potencial utilização pública – não só coletiva dos moradores do Bulevar –, e induz o morador/ visitante/ transeunte a acessar o conjunto por aquele centro, onde há, o já comentado, caminho que conecta a Av. Bulevar Artigas e a Rua Quijote.

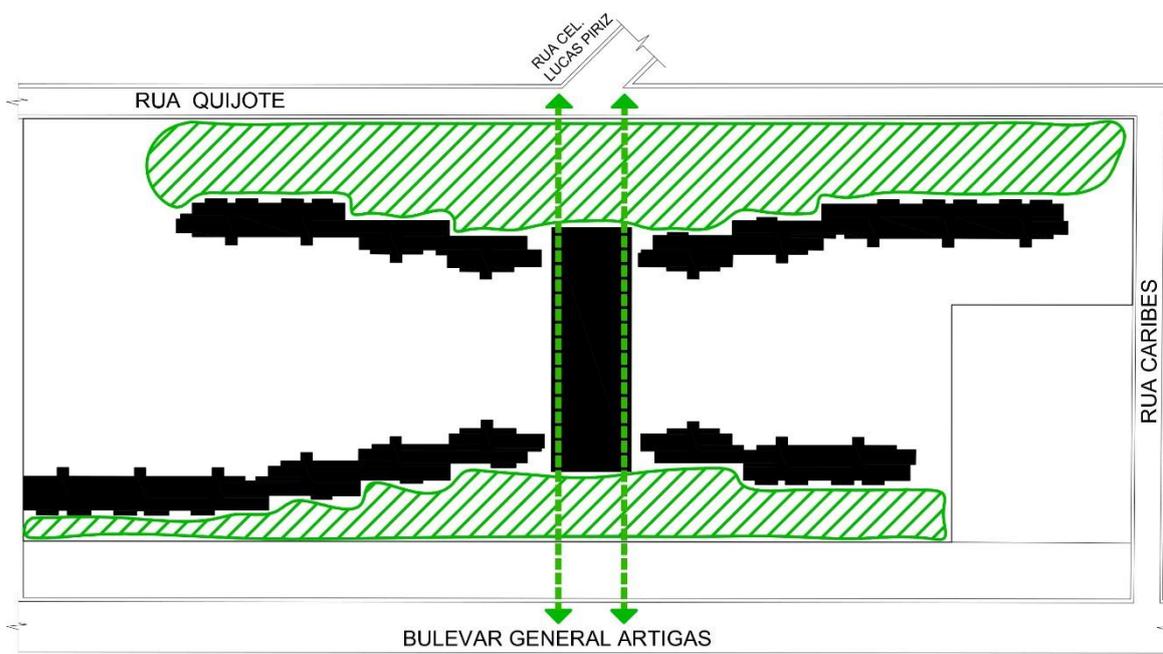


Figura 58: Esquema destacando os lugares intermediários entre conjunto e cidade, e caminhos pelo edifício central. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 59: Lugar intermediário em contato com a Av. Bulevar Artigas. Fonte: Fotografia de C. Gonsales, 2018.

Por fim, do ponto de vista da conexão entre a escala conjunto/ bairro-cidade, destaca-se também que as paredes de tijolos aparentes do Bulevar realizam um diálogo com a cidade de Montevideu, pois seu uso é bastante recorrente ainda hoje. Castillo (2015) relata que o uso desse material começou a se alastrar pelo país após as primeiras experiências habitacionais concretizadas pelo sistema cooperativo, e como justificativa para sua recorrência, entre outros pontos, aponta que o tijolo é produzido localmente e tem a vantagem de demandar pouca manutenção.

O emprego dos tijolos à vista também pode significar uma aproximação com o artesanal, com a simplicidade, com o vernáculo. Aproxima também essa cooperativa, que possui edifícios de maior altura e alta densidade, com as demais cooperativas habitacionais de Montevideu em que o uso do tijolo à vista é recorrente. De Carlo havia insistido em que a arquitetura deveria justamente seguir as tradições do lugar, usar materiais comumente utilizados, buscar certa simplicidade, desde que ainda se utilizasse da linguagem da arquitetura daquele tempo, a arquitetura moderna.

3.3.2.2 Segunda escala: o bairro – o conjunto, seus edifícios e seus espaços coletivos descobertos

a) O conjunto como uma realidade plástica finita

Inicialmente, destaca-se a relação que se pode fazer entre a ideia de cidade metabolista e a ideia de cidade dos Smithson, pois os princípios metabolistas vão ao encontro de uma proposta urbana composta por uma estrutura clara e legível, criando “comunidades compreensíveis” (os Smithson), a partir de uma organização que diferenciava o fixo do transitório – que poderiam se configurar como elementos unificadores do tecido urbano.

No Complexo Bulevar, a existência de partes fixas mais duradouras, e de partes móveis mais variáveis, observa-se quando analisado o conjunto como um todo. Entende-se que sua “infraestrutura” (a parte fixa) seriam as circulações horizontais e verticais e, sua “estrutura” (a parte móvel), as demais partes que formam todo o conjunto, as unidades habitacionais, comércios, etc. Elementos esses que possuem uma relação e dependência constante entre si (Figura 60) (cidade metabolista). Entre esses elementos (infraestrutura e estrutura), as circulações horizontais externas trazem também a ideia de criação de um “nexo orgânico” (Tange) – um espaço entre infraestrutura e estrutura.

Importante citar neste momento o que diz Sprechmann, um dos arquitetos do conjunto, em uma entrevista em relação ao Bulevar Artigas – em Fernández (2015) –: que o conjunto possuiria certa relação com a “arquitetura metabolista”.

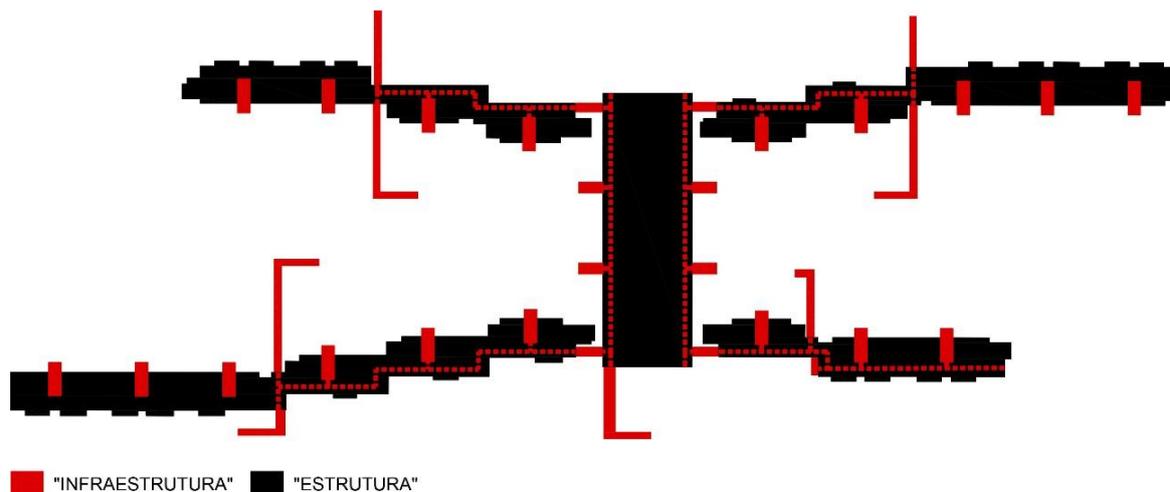


Figura 60: Esquema da “infraestrutura” e “estrutura” do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

A “megaestrutura” neste conjunto possui uma “estrutura mais aberta” – em comparação com a megaestrutura com uma “estrutura hierárquica” (Maki e Ohtaka) –, pois, além das conexões entre os edifícios através do edifício central, existem conexões transversais que interligam os edifícios lineares entre si, sem a necessidade de acesso àquele eixo. Essa conexão é possível através de passarelas e escadas, que partem do nível das circulações horizontais externas dos edifícios lineares, e chegam no térreo dos espaços coletivos descobertos (Figura 61). Nesse sentido, a implantação se aproxima também de uma ideia de cidade como uma “semitrama” – sistema de conexões mais diversas, complexas – e se afasta de uma ideia de cidade como uma “árvore” – conexões bastante limitadas – (Alexander).

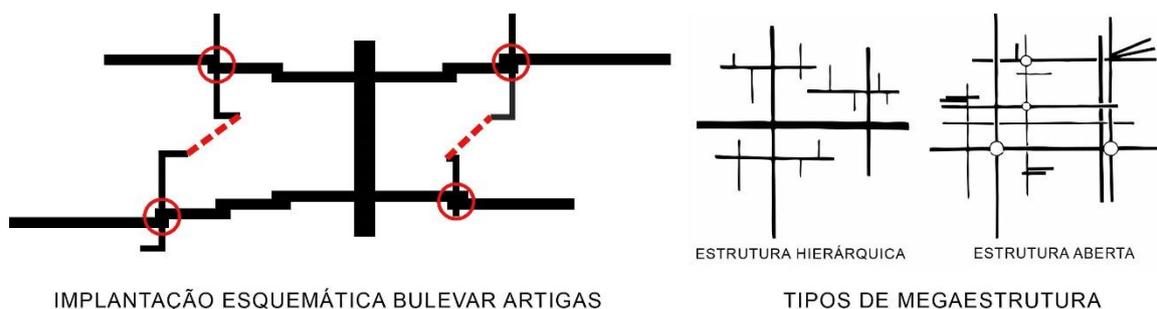


Figura 61: À esquerda, esquema da implantação do conjunto. À direita, tipos de megaestrutura (Maki e Ohtaka). Fonte: C. Ritter, 2018.

Por outro lado, apesar da modulação expressa na estrutura em esqueleto e da repetição de determinados elementos, observa-se na conformação plástica do Bulevar Artigas, seguindo os preceitos da época, uma ruptura com as geometrias mais rígidas próprias do início do Movimento Moderno. Aqui se propõe, a partir da composição da forma radial e da decomposição da barra “moderna” utilizada em edifícios de habitação coletiva, dotar a urbanização de uma complexidade espacial e um caráter mais pitoresco. E mesmo com a repetição de certos módulos, os grandes elementos – edifícios – não são iguais

entre si. De alguma maneira, essa estratégia compositiva configura fechamentos e demarcações de limites, criando uma forma espacial definida (um agrupamento visível: realidade plástica finita) que rememora a quadra tradicional com miolo central – conformando espaços coletivos descobertos “internos” (Figura 62).

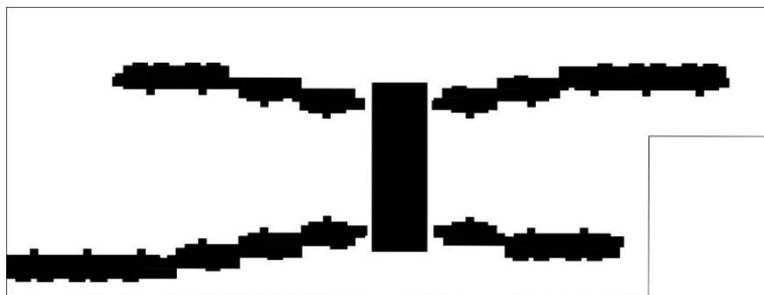


Figura 62: Implantação esquemática do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

Nesse sentido, em contraponto com a formação de espaços uniformes e abstratos – cidade funcionalista –, a conformação da implantação do conjunto cria espaços coletivos que podem ser compreendidos diferenciadamente (Figura 63). Aquele em contato com as ruas do entorno, que mesmo coletivo, caracteriza-se como um espaço com caráter mais público, aqui chamado de “externo”, e o espaço entre os edifícios – “interno” –, que se caracteriza como um espaço coletivo mais reservado dentro do conjunto, embora se insista em frisar que o conjunto é aberto para a cidade. Esse último é um “lugar” mais introspectivo, pela sua posição abraçada pelos edifícios – em três de seus lados, em função do edifício central. Apesar de amplos, provocam uma sensação de acolhimento. São delimitados, possuem bordas (Solà-Morales).

Sprechmann chama de espaço semipúblico esse espaço entre os edifícios, caracterizando-o como um lugar de encontro, cheio de possibilidades. Sua presença representaria uma antítese em relação ao que era projetado no período, baseado no urbanismo moderno (FERNÁNDEZ, 2015).



Figura 63: À esquerda da imagem, espaço coletivo “externo”, à direita, espaço coletivo “interno”. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/obras-nacionales/obras/complejo-bulevar-artigas/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

Atualmente, os usos destinados para os espaços coletivos descobertos no Bulevar são diversos⁴, o que acaba estimulando a utilização desses locais no contexto do conjunto e caracterizando-os como locais de determinadas atividades – novamente, caracterizando-os como “lugares”, espaços potencializados pela presença das pessoas que os utilizam.

Dentre seus usos, destacam-se os espaços ajardinados em contato com as ruas do entorno – aquele espaço coletivo mais “aberto” ao público, já comentado anteriormente. Cita-se ainda a presença, na parte norte do terreno, de quadras para prática de basquete e de futebol. No espaço interno, situado logo à direita do edifício central – para quem adentra ao conjunto pela Av. Bulevar Artigas –, situam-se brinquedos para crianças, mais adiante, um local coberto com mesas e *parrillas*. À esquerda do edifício central, ainda um brinquedo de balanço, equipamentos de ginásticas, bancos, uma quadra de vôlei. Todos esses espaços possuem todo um cuidado no ajardinamento e na arborização; mesas com bancos também se espalham pelos espaços do conjunto (Figuras 64 e 65).



Figura 64: À esquerda, quadras para prática de esportes. À direita, brinquedos para crianças. Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019.



Figura 65: À esquerda, local com mesas e *parrillas*. À direita, balanços e bancos. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019 e 2018.

⁴ Em relato de Universidad de la República (1986), consta que os usos dos espaços sociais do conjunto foram definidos por critérios de idade e de gênero. Através das visitas ao conjunto, soube-se também que os usos desses espaços coletivos descobertos foram sendo determinados/ melhorados no decorrer da vida do conjunto.

A forma e a ideia por trás da conformação dos espaços coletivos internos do Bulevar Artigas aproximam o conjunto do Robin Hood Gardens (1962-1972) dos Smithson (Figura 66). Esses espaços coletivos descobertos, pensados no conjunto londrino como um lugar para que exista uma associação da comunidade, pode ser caracterizado, do mesmo modo, no Bulevar. Verifica-se a presença de desníveis na topografia dos espaços descobertos dos dois conjuntos (Figura 67). Também no projeto de Erskine, o Byker Wall, nas concavidades do grande edifício, situam-se lugares coletivos abraçados pelas construções.

Nesse sentido, de maneira geral, o espaço central do Bulevar é como um local de identificação e de criação de vínculos sociais, para quem utiliza o conjunto, suprimindo essa necessidade considerada muito importante nesse momento e tão destacado pelos integrantes do Team 10, por exemplo.



Figura 66: Esquemas dos conjuntos Bulevar Artigas e Robin Hood Gardens. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 67: Desníveis no relevo dos espaços coletivos. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

Na mesma escala de bairro/ conjunto, as “partes”, formadas pelos edifícios, respondem a conceitos muito semelhantes ao “todo” conjunto. Como já comentado, os edifícios lineares não estão configurados como prismas regulares. São concebidos a partir de uma grelha estrutural tridimensional e aparente, que conforma prismas horizontalizados e delgados, com a adição de torres verticais – as circulações verticais –, as quais são sobressalentes em relação ao volume dos prismas.

Novamente aqui, como uma “megaestrutura”, os edifícios possuem uma “parte fixa” – a grelha estrutural tridimensional aparente e as torres de circulação – e uma “parte

móvel”, potencialmente cambiante – seus preenchimentos (as habitações, os demais usos). O preenchimento dessa grelha ocorre de forma dinâmica: as vedações não preenchem todos os vãos da estrutura e esse preenchimento se dá de maneira que os apartamentos de maior área estão nos níveis mais altos, e os de menor área, mais próximos ao solo. Algumas partes da estrutura dos edifícios lineares seguem até o térreo sem preenchimento, levando a um realce ainda maior do esqueleto estrutural.

Além dessas variações volumétricas – em decorrência em grande parte das variações tipológicas das unidades – as circulações horizontais externas também geram uma subtração longitudinal em parte dos volumes dos edifícios. Por outro lado, alguns elementos superiores e inferiores extravasam o volume dos prismas, existindo, então, diversas subtrações e adições nos volumes dos edifícios lineares. Novamente, essas características que dão complexidade aos volumes, afastam o conjunto de uma concepção volumétrica mais regular, monótona, e mais “modernista” (Figuras 68, 69 e 70). O escalonamento vertical dos volumes residenciais seria um parâmetro que gera “uma desmaterialização do volume [...] enriquecendo a experiência espacial”, impedindo a monotonia (DEL CASTILLO, 2015, p. 79).

Nesse sentido, os vazios dessa grade – contrários à gravidade – sugerem conceitualmente que poderiam ser, um dia, preenchidos, conforme o ciclo de vida do conjunto demandasse ampliações nas unidades, ou até esvaziado, quando desnecessário algum preenchimento, criando-se então, outros vazios. Essa estratégia projetual pode ter um cunho formal, mas, por fim, também simplifica e modula o sistema estrutural do edifício, facilitando a inserção dos diferentes tipos de unidades habitacionais do projeto dentro de uma estrutura modular.

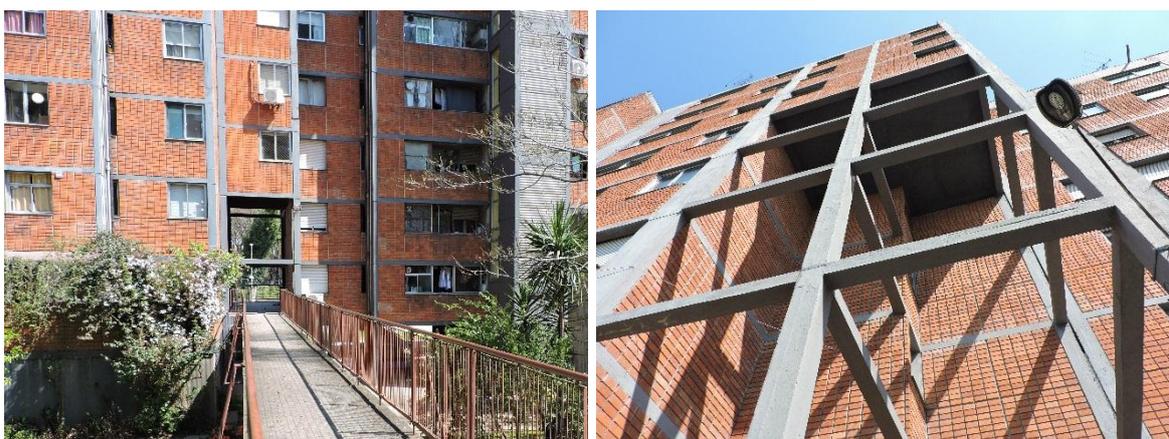


Figura 68: Vazios no preenchimento da estrutura dos edifícios. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

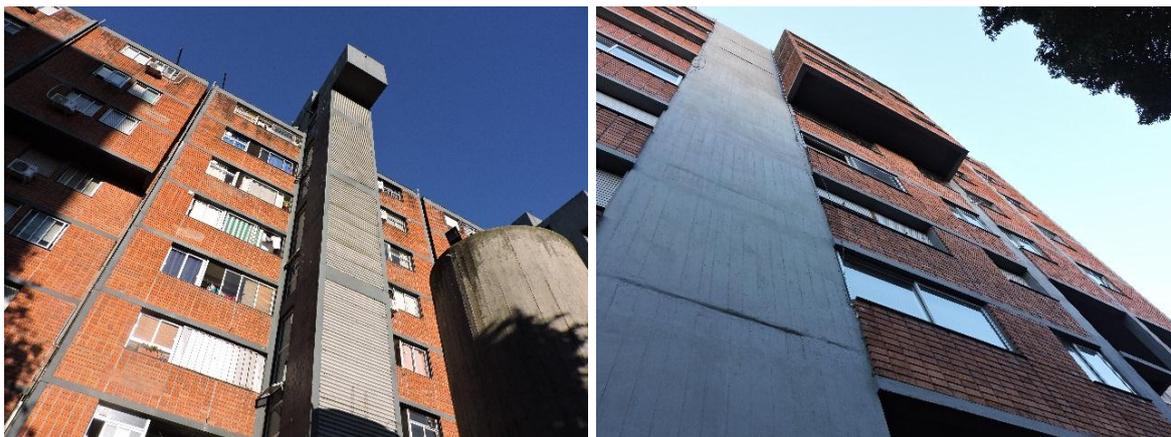


Figura 69: Elementos que “extravassam” a estrutura dos edifícios. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.

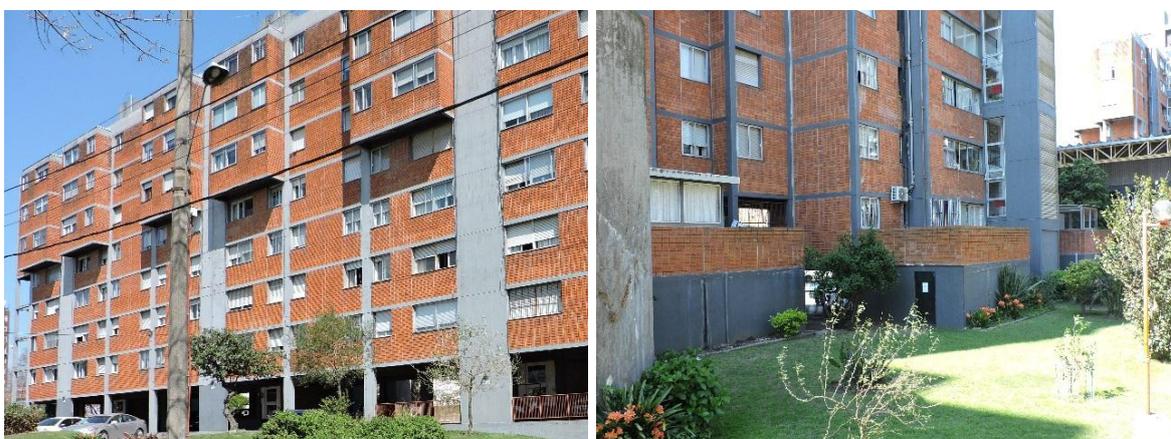


Figura 70: Elementos que “extravassam” a estrutura dos edifícios. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

Ainda em relação aos aspectos volumétricos dos edifícios lineares, o Bulevar pode ser comparado com um projeto metabolista, a torre Nakagin (1972) (Figura 71), projeto de Kisho Kurokawa. O edifício fica localizado em Tóquio, Japão, e possui unidades habitacionais que são cápsulas – a “estrutura” –, as quais se agregam à “infraestrutura” do edifício (circulações verticais, instalações de serviço), formando um prisma bastante irregular, que lembra a desmaterialização dos volumes no Bulevar (Figura 72).

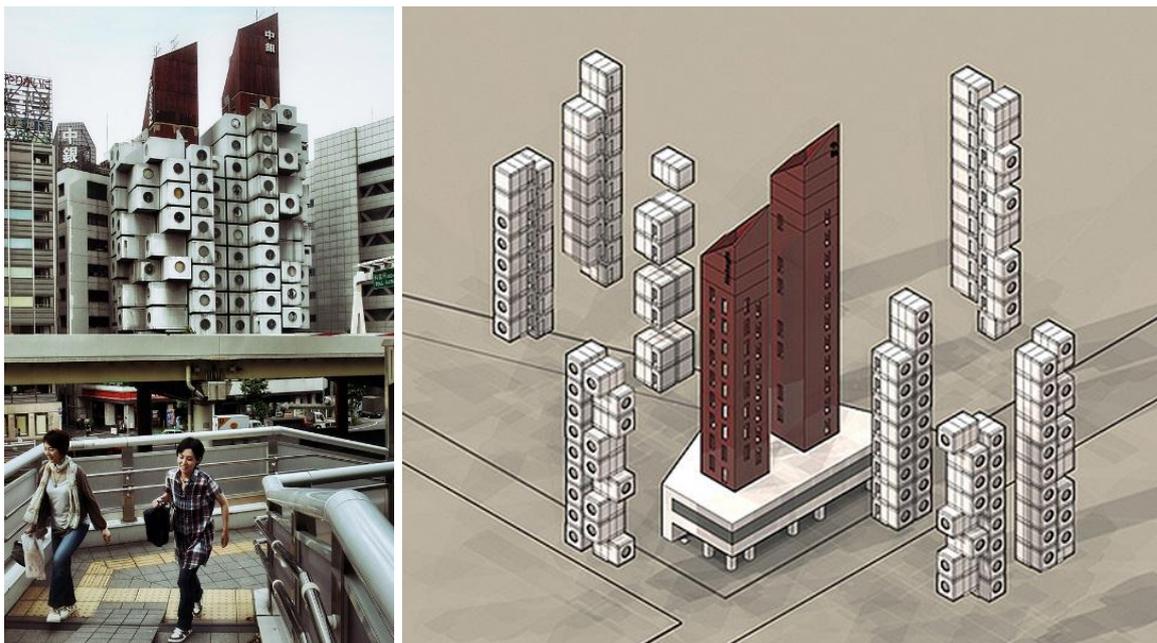


Figura 71: Torre de cápsulas Nakagin e esquema construtivo. Disponível em: <http://arquiscopio.com/archivo/2013/12/08/torre-de-capsulas-nakagin/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2018.



Figura 72: Detalhes dos edifícios do conjunto. Fonte: Fotografias de C. Ritter e C. Gonsales, 2018.

b) As relações/ conexões entre escalas – os espaços coletivos entre si

O edifício central divide e conecta o espaço coletivo descoberto situado entre os edifícios lineares do conjunto, conservando uma clara comunicação através da praça coberta, que possui pé-direito bastante alto. Já os espaços coletivos “internos” e “externos” do conjunto se conectam: através de passagens mais livres nos pavimentos térreos com pilotis; pelas passagens no entorno do edifício central – aquelas situadas na projeção da cobertura desse edifício central, na periferia de seus volumes –; pelas escadas e passarelas situadas no espaço coletivo externo – que, como já comentado no item da

escala da cidade, conectam edifício e cidade –, que se conectam com outras passarelas e escadas situadas no espaço coletivo interno do conjunto. Nesse sentido, principalmente esse último caminho – especializado – formado pelas escadas e passarelas conformam uma importante ligação entre cidade-edifício-espaço coletivo interno.

Destaca-se também que a praça coberta e os pavimentos com pilotis, que permitem a passagem, também geram uma permeabilidade visual entre os espaços/ lugares do conjunto (Figura 73). Neste caso, a praça coberta pode ser considerada um “lugar”, e não apenas uma passagem entre os espaços coletivos descobertos internos. Ela possui grandes proporções, e se comporta como espaço de encontro e conexão no conjunto: entre os espaços coletivos internos, e entre os espaços coletivos externos e internos – um “lugar intermediário” entre cidade e conjunto. A praça coberta é um espaço coletivo coberto, parcialmente fechado, sendo também um lugar de passagem e de encontro protegido das intempéries.

As passarelas e escadas de conexão entre os espaços coletivos internos e externos são também um “lugar” de passagem potencializado pela concentração de fluxo, e assim, pela geração de encontros. Cria-se um importante eixo de conexão quando as passarelas internas e externas se ligam na projeção do edifício e se conectam com as circulações horizontais externas dos edifícios (conectadas com o edifício central⁵) (Figura 74).



Figura 73: À esquerda, edifício central e praça coberta, a partir de um dos espaços coletivos descobertos. À direita, praça coberta. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.

⁵ Essas conexões serão melhor explicadas no item da escala da rua.



Figura 74: No centro das imagens, o eixo de encontro entre passarelas externas e internas na projeção de um dos edifícios. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

3.3.2.3 Terceira escala: a rua

Neste item serão analisadas as circulações verticais (torres de circulação), as circulações horizontais externas dos edifícios lineares e as passarelas do edifício central. Salieta-se a importância dos demais caminhos e conexões presentes no conjunto, aqueles caminhos especializados já comentados anteriormente, fechando o sistema circulatório do conjunto, em contraponto com a circulação livre e mais afastada da unidade habitacional da “cidade funcionalista”.

a) A rua como uma realidade plástica finita, como conexão e como lugar

Quanto às circulações verticais, destacam-se as **torres de circulação** dos edifícios lineares, bastante expressivas e destacadas nos volumes, pelos seus materiais e revestimentos e pela sua forma. No lado voltado para o interior do conjunto, elas se sobressaem claramente em relação à volumetria dos edifícios. Na face que dá para as ruas do entorno, faixas em concreto (com a mesma largura das torres na face oposta) demarcam a posição das torres de circulação e seus acessos, como também, fracionam o volume externamente, mas neste caso, sem se sobressaírem volumetricamente (Figura 75). Nesse sentido, as torres⁶ possuem um protagonismo na volumetria dos edifícios, sendo então facilmente localizadas pelo observador.

⁶ Os espaços internos dessas torres serão analisados no item da escala da casa.



Figura 75: Torres de circulação vertical no volume dos edifícios. À esquerda, uma das fachadas internas do conjunto, à direita, fachada voltada ao entorno. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

As **circulações horizontais externas**, presentes em um dos níveis dos edifícios lineares, podem ser entendidas como as “*streets in the air*”: ruas “para manter a liberdade de movimento [...] conectando onde fosse necessário com os locais de trabalho e com os elementos no nível do solo que sejam necessários a cada nível de associação”⁷ (SMITHSON, 1966, p. 33, tradução nossa). Essas ruas (Figura 76), aqui chamadas de **ruas elevadas**, além do seu papel de potencial conexão com o entorno – por estarem abertas e visíveis para qualquer observador do entorno e do espaço coletivo em contato com as ruas do entorno –, conectam o exterior dos edifícios com as torres de circulação vertical⁸ (espaço coletivo mais próximo das unidades habitacionais).

Nesse sentido, a rua tem um importante papel na **conexão** entre público/ coletivo/ privado – exterior e interior –, sendo então um dos espaços intermediários entre as escalas de associação cidade, bairro e casa. Isso porque a rua elevada é um espaço intermediário entre os espaços coletivos descobertos internos e o espaço coletivo coberto e fechado e mais internalizado das torres de circulação. Ao mesmo tempo, para quem acessa a rua elevada a partir do entorno do conjunto, ela é um espaço intermediário entre as mesmas torres de circulação e o espaço público.

⁷ [...] conectando en donde fuere necesario con los sitios de trabajo e y con elementos al nivel del suelo que sean necesarios a cada nivel de asociación.

⁸ No próximo conjunto analisado, a rua elevada está em contato direto com as unidades habitacionais, estratégia projetual que parece ter realmente potencializado o uso dessa rua, em comparação com essa rua elevada do Bulevar.



Figura 76: Rua elevada do edifício B. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

O desenho das ruas elevadas do conjunto é bastante dinâmico. Suas larguras variam – por volta de 2,20 m a 3,95 m (as maiores dimensões são das ruas no térreo do edifício D, em contato com os usos não habitacionais) e o recorrido possui mudanças de direção – acompanhando o escalonamento horizontal dos edifícios. Os volumes das habitações também geram saliências e reentrâncias em seu caminho, e as entradas das torres de circulação se situam em reentrâncias na superfície dessa rua (Figuras 77 e 78). Assim, a amplidão desse espaço no Bulevar não parece ter sido pensada apenas para servir como um local de passagem, mas para ser também um “**lugar**”, que potencialmente pudesse abarcar outras funções além da circulação. Nos projetos Golden Lane e Robin Hood Gardens, dos Smithson, suas ruas elevadas também possuem larguras para potencialmente abarcar mais de uma função.



Figura 77: Trechos de ruas elevadas pelo conjunto. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 78: À esquerda, rua elevada do edifício D (em frente aos usos não habitacionais). À direita, entrada da torre de circulação vertical, no pavimento da rua elevada. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

Mesmo que presentes em apenas um nível e em parte dos edifícios lineares, as ruas elevadas propiciam uma chance a mais de comunicação entre as torres de circulação vertical – através de um caminho que é uma “realidade finita” –, além da comunicação livre que existe entre as torres de circulação nos níveis térreos⁹. Essa rua é então um lugar que aumenta as possibilidades de encontro entre as pessoas, e assim as possibilidades de relações sociais. Lugar que resgata a ideia da rua tradicional (rua em contato mais próximo com a habitação) para dentro da escala do edifício (os Smithson). Por fim, também é um lugar que intermedia a relação entre “opostos” (Van Eyck).

Na Vila Matteotti de De Carlo, as ruas elevadas e suas passarelas de conexão entre volumes também representam essa intenção de criar meios “extras” de conexão entre os elementos arquitetônicos, gerando um aumento das possibilidades de integração espacial. Neste caso uruguaio, essas ruas elevadas, em conjunto com as passarelas elevadas do edifício central – em seguida abordadas mais detalhadamente – são importantes pontos de “conexão tridimensional” (Tange) entre os elementos do conjunto. As diversas possibilidades de circulação pelo conjunto também remetem à criação de um elemento arquitetônico que possui “intercâmbios” diversos, “flexibilidade” e “escolhas de contato” (cidade metabolista/ Tange).

Também nesse sentido, observam-se, de maneira geral, possíveis concentrações e dispersões das pessoas que acessam ou saem do conjunto. Como comentado, as concentrações visam potencializar as relações sociais. Mas a dispersão, que também está presente no conjunto, pode ser justificada pela alta densidade do conjunto, a qual pode ser propícia no sentido de não acumular muitas pessoas em um mesmo caminho. Delgado

⁹ Traduzindo em números, quase 60% (58,43%) das unidades habitacionais podem ser acessadas por quem passa pelas ruas elevadas – 14 unidades de um dormitório e mais 180 nos níveis superiores, totalizando 194 unidades habitacionais, das 332 habitações no total. Destaca-se ainda que os comércios e serviços do edifício D são acessados diretamente pela rua elevada.

Pereira (2018) comenta essa estratégia projetual utilizada no projeto do Byker Wall, de Erskine: “o modo como as circulações se desenvolvem e sua disposição, desde a aproximação ao prédio até as áreas mais domésticas, configura diferentes itinerários que favorecem a concentração ou dispersão das pessoas¹⁰” (p. 10, tradução nossa). Os Smithson também vão sugerir a mobilidade como dispersão – e não apenas concentração de fluxos –, importante característica para formar “comunidades compreensíveis”.

Embora a maioria das ruas elevadas do Bulevar não tenham um contato direto com suas unidades habitacionais, uma das ruas elevadas, a presente no edifício D (Figura 79), fica em contato imediato com os usos comerciais e de serviço ali localizados. Neste caso, essa rua elevada resgata mais fortemente as intenções de trazer para o interior do edifício a ideia de rua da cidade tradicional.



Figura 79: Rua elevada do edifício D. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019.

Como já citado, o edifício central tem um importante papel no sistema de circulação do Bulevar. Suas **passarelas elevadas** (Figura 80), além de conectarem e permitirem o acesso dos usos situados em seu segundo pavimento, interligam, mesmo que através de um lance de escadas, os edifícios lineares – por meio das ruas elevadas. E ao descer mais um lance escada, chega-se ao térreo do edifício central¹¹. Nesse sentido, essas escadas situadas entre os edifícios lineares e o edifício central, são nós de conexão de destaque no conjunto (Figura 81). Importante mencionar que as passarelas elevadas do edifício central não se conectam entre si – porém grandes aberturas nas salas de uso comum superiores criam uma conexão eventual entre essas duas circulações longitudinais.

¹⁰ El modo en que se desarrollan las circulaciones y su disposición, desde la aproximación al edificio hasta alcanzar las áreas más domésticas, configura diferentes itinerarios que favorecen la concentración o la dispersión de personas.

¹¹ Uma exceção ocorre no acesso das circulações horizontais do edifício D: essa circulação não se conecta com a passarela superior do edifício central, ela é acessada por apenas um lance de escada que sobe do nível térreo do volume central.



Figura 80: Passarelas elevadas do edifício central. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.



Figura 81: Lances de escadas que conectam o edifício central com os edifícios lineares. Fonte: Fotografias de C. Ritter e C. Gonsales, 2018.

Por fim, evidencia-se que esses elementos de circulação, a rua do conjunto, são elementos de destaque formal e expressivos – as torres de circulação são claramente localizáveis à distância, assim como as ruas elevadas são abertas nas laterais voltadas às ruas do entorno dos edifícios. Essas estratégias projetuais são coincidentes com as intenções dos Smithson, que defendem a valorização e expressão dos elementos de circulação – como por exemplo ocorre no projeto deles para a Universidade de Sheffield. Já no Byker Wall de Erskine, as circulações se localizam nas mudanças de altura do extenso “edifício muro”, o que as tornam localizáveis a distância.

b) As relações/ conexões entre os edifícios (principalmente através das ruas elevadas dos edifícios lineares e das passarelas do edifício central) e os espaços coletivos descobertos

No espaço descoberto no interior do conjunto existem escadas e passarelas – caminhos materializados e expressivos dentro do conjunto: como uma “realidade plástica finita” – que então conectam o edifício (através da rua elevada) com esses espaços coletivos descobertos situados entre os edifícios. Essas escadas também se afastam do

volume desses edifícios, inserindo-se mais internamente nos espaços coletivos, induzindo seu uso a partir daqueles espaços (Figuras 82 e 83). Outra conexão – especializada – entre esses espaços coletivos descobertos e os edifícios ocorre através de duas escadas situadas dos lados do edifício central, no sentido longitudinal de seu volume. Essas escadas conectam o térreo do edifício central, em contato direto com os espaços coletivos descobertos, com as passarelas daquele edifício (Figura 84). Ver esquema na Figura 85.

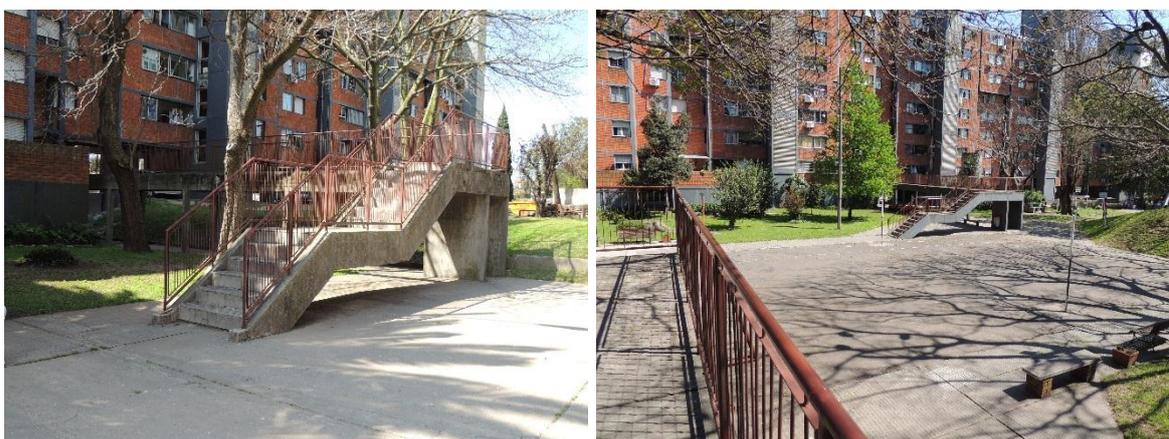


Figura 82: Escadas e passarelas internas. Fonte: Fotografias de C. Gonsales, 2018.



Figura 83: Escadas e passarelas internas. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 84: Escadas laterais do edifício central. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

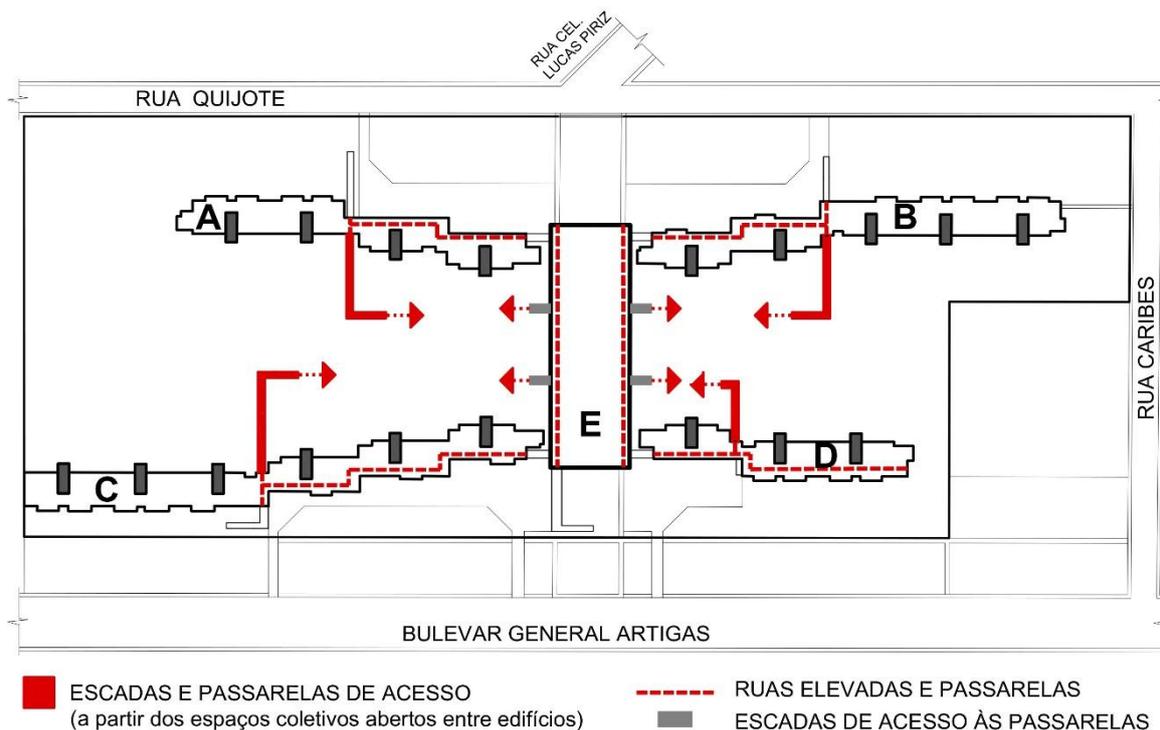


Figura 85: Esquema destacando o contato entre os edifícios e os espaços coletivos descobertos entre os edifícios. Fonte: C. Ritter, 2019.

3.3.2.4 Quarta escala: a casa – o âmbito privado e o espaço coletivo imediato

Neste item serão analisadas as diferentes – os tipos e suas variações – plantas baixas das unidades habitacionais, assim como a relação das unidades com o espaço imediato às portas de acesso: escadas e patamares da torre de circulação vertical. Também será estudado a maneira como os diferentes tipos das unidades habitacionais se distribuem em cada edifício.

a) A casa

Primeiramente, destaca-se que a participação dos moradores no processo de projeto do conjunto habitacional Bulevar Artigas – executado através do sistema cooperativo habitacional – garantiu a adaptação das plantas baixas de acordo com a demanda de cada família cooperativada. Possibilidades de mudança e crescimento estão sempre presentes nas propostas dos arquitetos críticos ao dogmatismo do Movimento Moderno. Estratégias projetuais que envolvem flexibilidade no desenho das unidades habitacionais estão presentes, por exemplo, no projeto Golden Lane, dos Smithson, onde as habitações ainda poderiam crescer em área, no decorrer da utilização do conjunto, e no projeto da Vila Matteotti, de De Carlo, com uma larga gama de variação tipológica das unidades.

Neste conjunto uruguaio, essas estratégias são exploradas exaustivamente. As variações tipológicas (em área) das unidades habitacionais foram inseridas dentro de um sistema estrutural modulado, sendo que a presença de diferentes tipos fica evidente em adições e subtrações, em alguns andares dos prismas dos edifícios lineares – como já apresentado. Esses tipos podem sofrer também outras pequenas variações que não interferem no volume final dos edifícios. Nesse sentido, Vigliecca & Associados (2019) destacam a “flexibilidade funcional” do conjunto, referindo-se às diferentes possibilidades de plantas baixas que foram pensadas (80 propostas diferentes) para serem escolhidas pelos cooperativados de acordo com suas necessidades.

Diante dessa variante de opções de unidades habitacionais, os cooperativados tiveram o auxílio de assistentes sociais na escolha da planta baixa que constituiria sua futura residência (RISSO; BORONAT, 1992). A escolha da localização final de cada família era determinada por meio de sorteio e a variação de planta baixa, que poderia ser sorteada, respeitava o padrão socioeconômico de cada família, determinado pelos assistentes sociais (ARIAS, 2009).

Especificamente em relação à organização espacial, verifica-se, em geral, uma repetição no posicionamento da cozinha, banheiros, varanda, em tipos em que variam o número de dormitórios. Primeiramente, nas habitações de padrão **econômico** (Figura 86) de dois a quatro dormitórios, a cozinha, o banheiro e a varanda possuem sempre a mesma posição em planta baixa. Neste caso, a sala de estar e de jantar também possuem a mesma localização, porém, a sala de jantar tem algumas variações em seu desenho – entre os tipos de três e quatro dormitórios, sem o ambiente +7 m², e as demais –, e variam também, é claro, o número de dormitórios, e a presença ou não do compartimento +7 m². Por outro lado, a unidade habitacional de um dormitório possui uma organização específica. As áreas variam de 40 m² (um dormitório) a 85 m² (quatro dormitórios).



Figura 86: Unidades habitacionais do padrão econômico. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material encontrado em CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 1971-1974.

Nas habitações de padrão **médio** (Figura 87), existe uma variação maior na planta baixa das unidades, que possuem dois ou três dormitórios. O compartimento +7 m² pode ser agregado também nesse tipo médio. As unidades de três dormitórios possuem dois banheiros e diferentes posições e formas da cozinha, sala de jantar e varanda, em relação a de dois dormitórios. A mudança na posição da varanda se reflete no desenho da fachada, como se estivesse espelhada em relação às varandas dos demais tipos (Figura 88). Cozinha, banheiro e varanda das unidades de dois dormitórios possuem a mesma posição e forma das unidades de tipo econômico, de dois a quatro dormitórios. Por isso, em seguida, observa-se que existem sobreposições em altura entre unidades do tipo médio e econômico. As áreas das unidades variam de 69 m² (dois dormitórios) a 95 m² (três dormitórios).

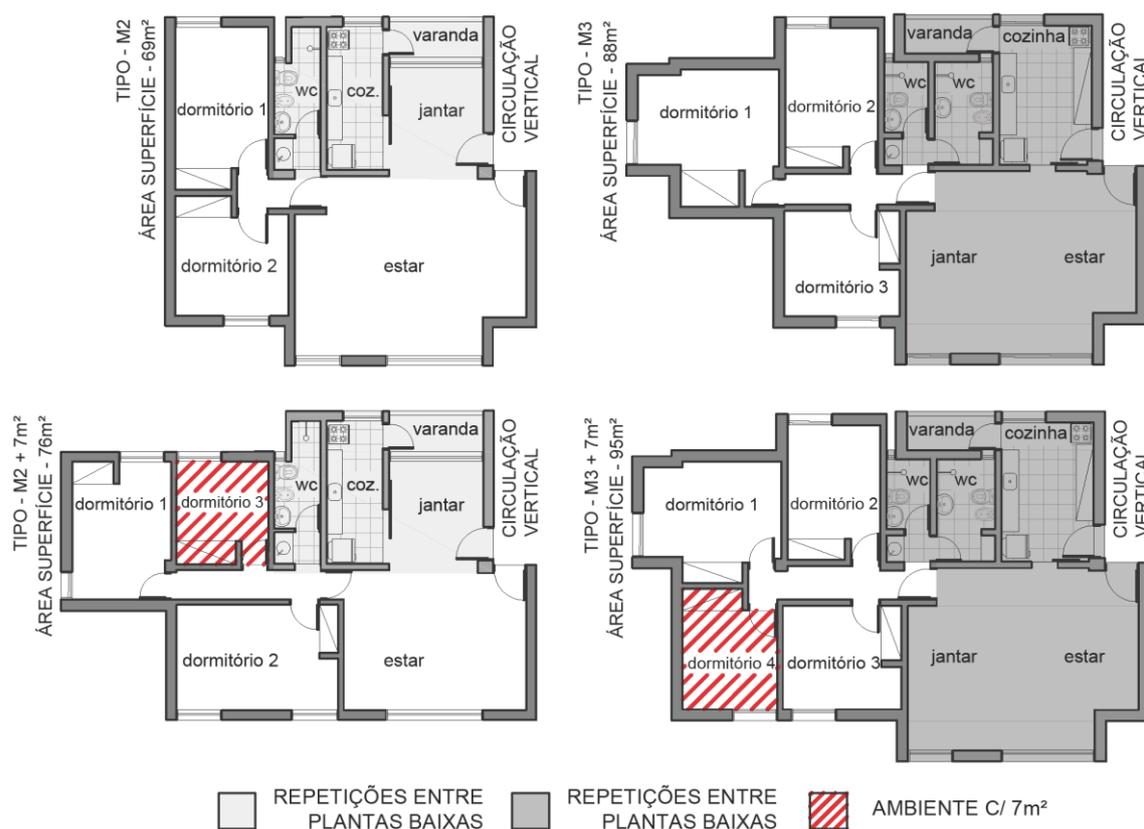


Figura 87: Unidades habitacionais do padrão médio. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material encontrado em CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 1971-1974.



Figura 88: Topo de um dos edifícios lineares. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

Geralmente, as variantes nos tipos das plantas baixas se dão na integração ou não de ambientes; por exemplo, uma das variantes integra os ambientes da sala de estar, de jantar e cozinha, sem a existência de acessos independentes. Outra variação pode ocorrer no ambiente situado ao lado da sala de estar, que nas habitações de dois a quatro dormitórios, é um dormitório de dimensões normais ou o ambiente de 7 m², o qual ainda

poderia se integrar com a sala de estar, através da presença de divisórias leves que podem abrir em sua totalidade. Destaca-se também que as unidades habitacionais, exceto as de um dormitório, possuem duas portas de entrada. Essa estratégia projetual garante – conforme ilustra um exemplo de seis variantes, do tipo econômico com três dormitórios (Figura 89) – que se poderia ter um escritório, onde geralmente se situa a sala de jantar, com a possibilidade de ter um acesso separado do resto da unidade.



Figura 89: Variantes do padrão econômico de três dormitórios. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material encontrado em CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 1971-1974.

No Bulevar Artigas, as repetições/ modulações, destacadas no desenho entre os diferentes tipos das unidades, possibilitam a sobreposição de apartamentos de diferentes áreas finais – que geram as já comentadas variações volumétricas dos edifícios, sem interferir na modulação estrutural desses –, conforme em seguida ilustrado¹².

Nesse sentido, em imagens digitalizadas do projeto que se teve acesso através do IHA, observa-se como se deu a distribuição das unidades habitacionais nos edifícios. No projeto, alguns tipos das pontas dos edifícios tiveram a nomeação de referência como *Punta tipo de bloques (P)*, enquanto a união de algumas duplas de tipos, entre as torres de circulação, de *Union tipo de bloques (U)*.

¹² Importante destacar que, os desenhos que se teve acesso através do IHA, podem não ser as versões construídas do projeto, mas demonstram mesmo assim as intenções e estratégias projetuais dos arquitetos do conjunto em determinada fase do projeto.

As unidades econômicas de 1 dormitório (0), estão situadas apenas no nível das ruas elevadas. Com poucas exceções, a distribuição se dá de maneira que no mínimo três tipos com o mesmo volume estejam sobrepostos, e assim a forma final não ser demasiadamente recortada. As habitações 1 e 2 (E2 e E2 + 7) estão sempre nos níveis mais baixos; a 3 (E3), a 5 (E4), a 6 (M2), a 7 (M2 +7), a 8 (M3) e a 9 (MD +7) nos mais altos; a 4 (E3 +7) em cima ou embaixo. Salienta-se que a sobreposição dos tipos se dá de maneira bastante diversa, sendo essa diversidade possível pelas modulações das unidades habitacionais anteriormente apresentadas (Figuras 90 a 93).

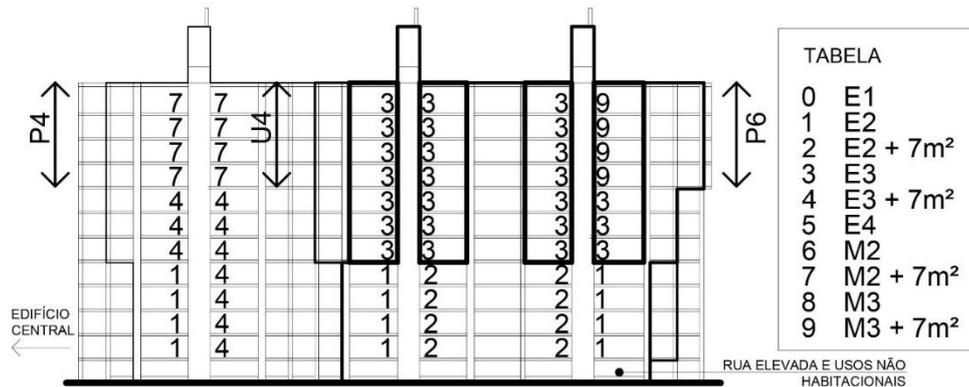


Figura 90: Distribuição dos tipos na fachada do edifício D e tabela com tipo e número de referência. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

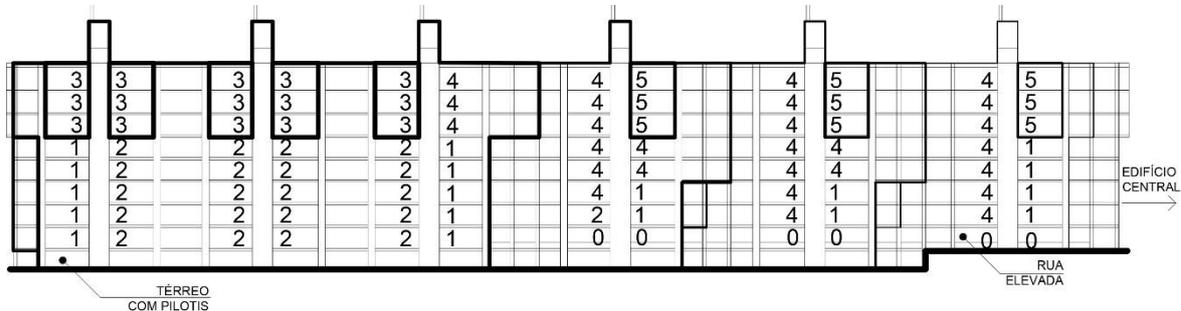


Figura 91: Distribuição dos tipos na fachada do edifício C. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

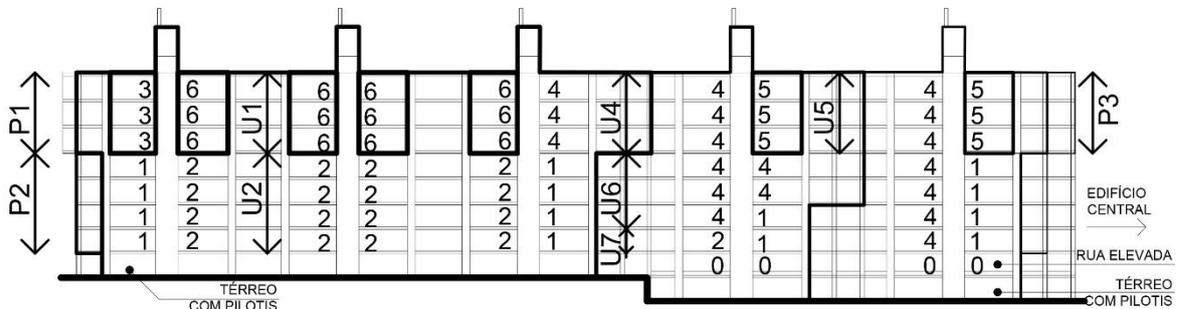


Figura 92: Distribuição dos tipos na fachada do edifício B. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

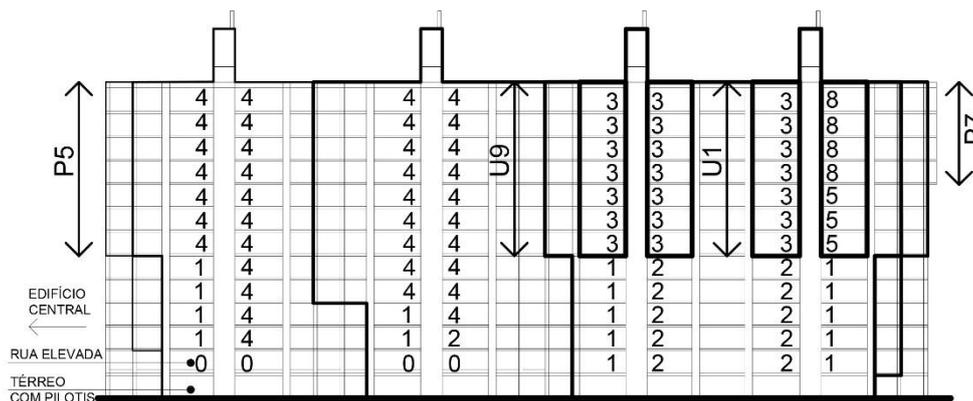


Figura 93: Distribuição dos tipos na fachada do edifício A. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

b) As relações/ conexões entre escalas – as escalas da casa entre si e entre a casa e os espaços coletivos mais imediatos

Diferente da divisão da distribuição das unidades habitacionais nos edifícios conforme as *Punta tipo* e as *Union tipo* do item anterior, pode-se entender uma escala intermediária de associação entre o edifício e a unidade habitacional, formada pelas unidades habitacionais acessadas pela mesma torre de circulação. Esse agrupamento de determinado número de unidades, um *subcluster* – dentro da escala do edifício –, em função do acesso a meio nível do elevador, não é apenas cartesiano (Figura 94), é um *subcluster* de duas habitações a cada dois níveis interligados pelo patamar de saída do elevador. Ou seja, o acesso a meio nível gera uma possibilidade de encontro entre moradores/ visitantes de quatro habitações e não apenas duas¹³ (Figura 95).

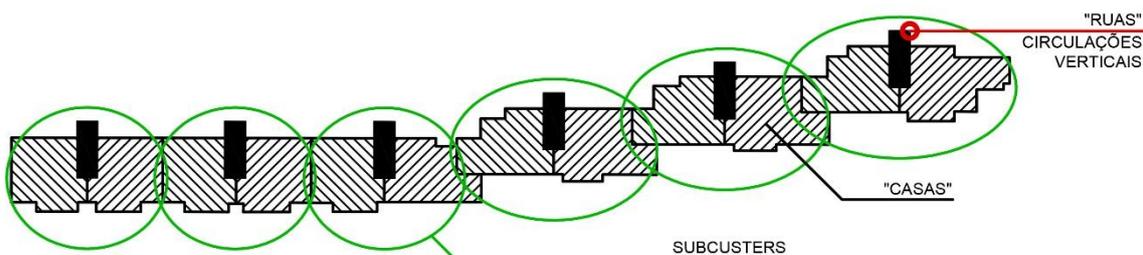


Figura 94: Esquema em planta baixa dos *subclusters* dentro da escala do edifício C. Fonte: C. Ritter, 2019.

¹³ Exceção no caso da primeira parada do elevador, em que a decida do lance de escadas chega no pavimento de entrada no térreo da torre de circulação.

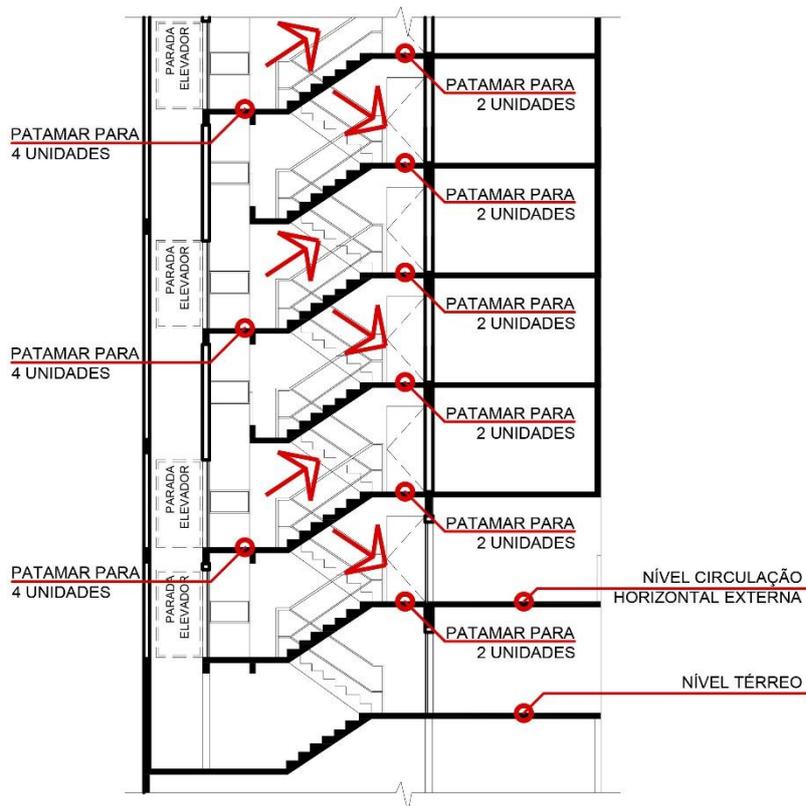


Figura 95: Esquema em corte indicando os *subclusters* dentro do edifício. Fonte: C. Ritter, 2019.

Diferentemente da ideia de “megaestrutura” que a implantação geral do conjunto traz, o agrupamento dos *subclusters* na escala do edifício – visualizado em planta no esquema da Figura 96 – se aproxima da ideia de “forma de grupo” (Maki e Ohtaka). A forma do edifício cresce e se modifica através de alguns escalonamentos desses *subclusters*, e não de uma simples adição desses agrupamentos. O que forma o todo é o agrupamento das próprias partes, ou seja, a hierarquia que ordena a sua forma é o próprio módulo – *subcluster* –, pois é ele quem determina como a forma final será. Potencialmente, esse edifício ainda permite crescimentos sem a perda de sua identidade.

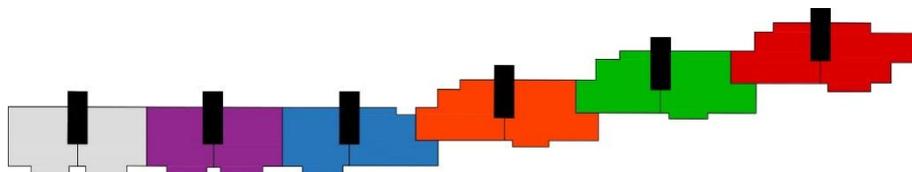


Figura 96: Esquema em planta dos *subclusters* dentro da escala do edifício C, destacando-se cada *subcluster*. Fonte: C. Ritter, 2019.

Em relação à conformação de espaços qualificados dentro da escala do edifício, os patamares dentro da torre de circulação (Figuras 97e 98) podem ser caracterizados como espaços coletivos de caráter mais privado – em comparação com o caráter mais aberto das ruas elevadas, por exemplo –, pela sua proximidade das unidades habitacionais. Nesse sentido, podem ser caracterizados como um “lugar intermediário”, entre coletivo (ruas elevadas, espaços coletivos internos, térreo dos edifícios) e privado (a unidade

habitacional). Interessante destacar que os patamares de saída do elevador, bastante iluminados pelas aberturas das torres, possuem a possibilidade de encontro duplicada (em função das paradas a meio nível dos elevadores), antes da soleira de cada porta, que está situada depois de um lance de escadas – subindo ou descendo – a partir desse primeiro patamar.

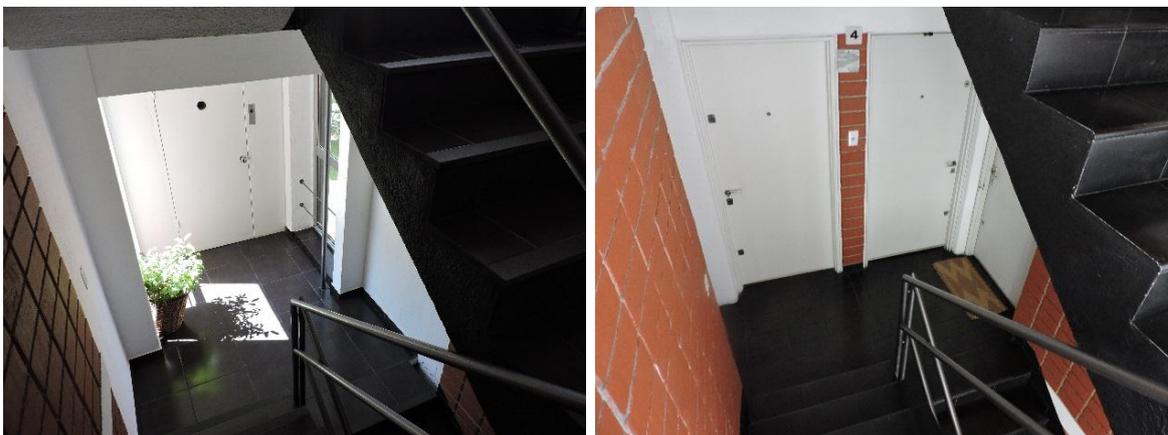


Figura 97: À esquerda, saída do elevador em uma das torres de circulação. À direita, soleiras das unidades habitacionais. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 98: À esquerda, patamar escadas. À direita, vista da saída do elevador a partir do patamar da escada. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

3.3.2.5 Considerações

Enfim, pode-se concluir que o projeto do Complexo Habitacional Bulevar Artigas se propõe a criar uma clara gradação que vai desde o espaço público circundante até o espaço mais privado da casa. Através de uma sucessão de lugares coletivos com maior acesso – e mais abertos espacialmente também –, até aqueles de acesso mais restrito – mais fechados espacialmente –, potencializam-se as possibilidades de uso e identificação. A rede de mobilidade e conexão através de caminhos espacialmente definidos completa esse sistema, tornando o conjunto uma “comunidade compreensível”, ao mesmo tempo que estratégias projetuais garantem uma complexidade em seu conjunto.

Esta análise também evidenciou os aspectos que afastam o Bulevar Artigas de uma arquitetura e urbanismo mais próprios da cidade funcionalista do Movimento Moderno, e o aproximam daquela ideia de cidade difundida pelos arquitetos de sua geração e demais relevantes nomes internacionais do contexto de críticas ao movimento, por volta dos anos 1950 e 1960.

É destaque, nesse sentido, a desmaterialização (horizontal e vertical) dos prismas de seus edifícios; a criação de “lugares” em seus espaços coletivos descobertos; o complexo sistema circulatório, com diversas possibilidades de caminhos – gerando concentrações e dispersões – e sua potencial multifuncionalidade; a presença das ruas elevadas. Em relação à unidade habitacional, destacam-se a grande variedade de tipos e variações de suas unidades habitacionais, atendendo de forma mais próxima as diversidades dos reais futuros moradores desse conjunto.

3.4 Complexo Habitacional José Pedro Varela (Zona 1)

O Complexo Habitacional José Pedro Varela (doravante chamado de JPV) se localiza em Montevideu, Uruguai. A urbanização é formada pelas Zona 1, 3 e 6, sendo a primeira composta por uma área com edifícios de quatro pavimentos, e outra com edifícios de dois andares com apartamentos duplex. Outras zonas também foram previstas no projeto inicial, a 2, a 4 e a 5, mas não chegaram a ser concretizadas (Figura 99). O setor da Zona 1, onde se localizam os edifícios de quatro pavimentos, constitui-se como objeto de estudo desta investigação (Figuras 100 e 101).

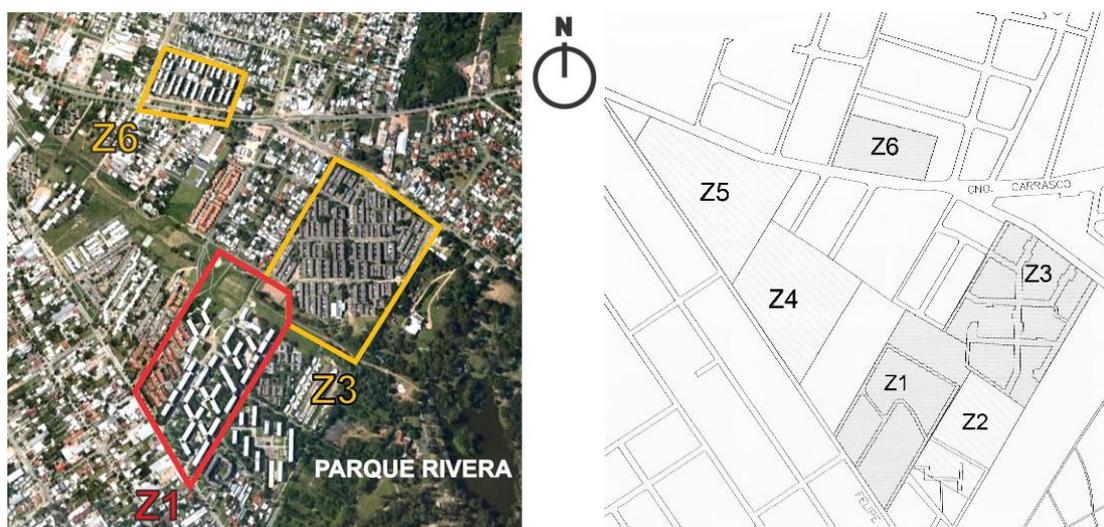


Figura 99: À esquerda, localização das zonas construídas do JPV e do Parque Rivera. Fonte: Edição de C. Ritter, 2019, sobre GOOGLE EARTH, 2015. À direita, posicionamento das seis zonas previstas do JPV. Fonte: Edição de C. Ritter, 2018, sobre DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015, p. 110.



Figura 100: Edifícios e rua interna do setor estudado do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.



Figura 101: Edifícios do setor estudado do conjunto. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

Os projetos das zonas 1, 3 (Figura 102) e 6 (Figura 103) – cuja implantação se propunha como ativadora de um processo de melhoramento da região (CUBRÍA; DI PAULA, 1998) – foram desenvolvidos em sistema cooperativo de Ajuda Mútua, pelo Instituto de Assistência Técnica CEDAS, em conjunto com os arquitetos Jorge di Paula, Norberto Cubría e Walter Kruk e colaboradores. A Zona 1 – seus dois setores – foi concretizada entre os anos 1971 e 1975, possui 710 unidades habitacionais, e densidade de 83 unidades habitacionais por hectare (DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015). O setor estudado possui 350 habitantes por hectare (CUBRÍA; DI PAULA, 1973). Cubría (1998) destaca que foram previstos no projeto da Zona 1, além de unidades habitacionais, serviços comunitários para o uso diário de seus moradores, atendendo mais especificamente à escala da zona; e uma escola e uma creche para atender a todo conjunto JPV.

A proposta urbana também abarcaria a criação de um parque linear, continuação de um parque já existente na região, o Parque Rivera (ver localização na Figura 99, à esquerda), onde estariam localizados equipamentos coletivos para atender a demanda das seis zonas (DEL CASTILLO, 2015).



Figura 102: Zona 3 do JPV. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.



Figura 103: Zona 6 do JPV. Fonte: ALMEIDA; PINTOS, 2015, p. 71-72.

O grupo intercooperativo do setor estudado da Zona 1 é formado pelas cooperativas COVISUNCA 4, 5 e 6 – de trabalhadores da construção civil – e pela COVIADEOM – de funcionários municipais. O grupo teve uma origem sindical, através do *Sindicato Único de la Construcción y Ramas Anexas* (SUNCA). Por intermédio da Direção Nacional de Vivenda (DINAVI), um grande terreno foi cedido à SUNCA para a construção do conjunto. Esse terreno ficava situado em uma zona da cidade com grande número de terrenos vazios, e esse grande vazio urbano gerava uma interrupção no tecido urbano de Montevideu, nos serviços de infraestrutura e em seus serviços coletivos (CUBRÍA; DI PAULA, 1999).

O terreno da Zona 1 do conjunto JPV possui 86.056 m² (DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015) e uma forma aproximada de um trapézio. Está localizado aproximadamente 9,7 Km em linha reta da Praça Independência – ponto central da cidade de Montevideu (Figura 104). Delimitam o terreno as seguintes ruas: a Rua Alberto Zum Felde, à sudoeste; a Rua Agustin Pedroza, à sudeste; a Rua Prudencio Murguiondo, à noroeste – estando os tipos duplex em grande parte do limite da quadra com a rua –; a Rua Congresso de Mercedes, à nordeste.



LEGENDA

PRAÇA INDEPENDÊNCIA
 ZONA 1 - COOP. HABITACIONAL JOSÉ PEDRO VARELA

Figura 104: Localização da Zona 1 do JPV em Montevideu, Uruguai. Fonte: Edição de C. Ritter, 2018, sobre GOOGLE EARTH, 2015.

O desenho da implantação da Zona 1 do JPV que se teve acesso (Figura 105) através do IHA, datado em agosto de 1971, possui algumas diferenças quando comparado com a implantação redesenhada em Del Castillo e Vallés (2015) (Figura 106) e com a imagem de satélite da zona – que retrata o que realmente foi construído (Figura 107). Como os dois últimos parecem se corresponder melhor entre si, o redesenho desenvolvido para ilustrar este trabalho foi embasado em Del Castillo e Vallés (2015). As principais diferenças entre a implantação de 1971 e o redesenho de Del Castillo e Vallés (2015) estão no tamanho e posição de alguns edifícios e na presença de uma casa comunal – não construída – na implantação de 1971, situada no encontro de duas ruas internas do conjunto. E a escola prevista junto à Zona 1 foi construída apenas nos anos 1990.

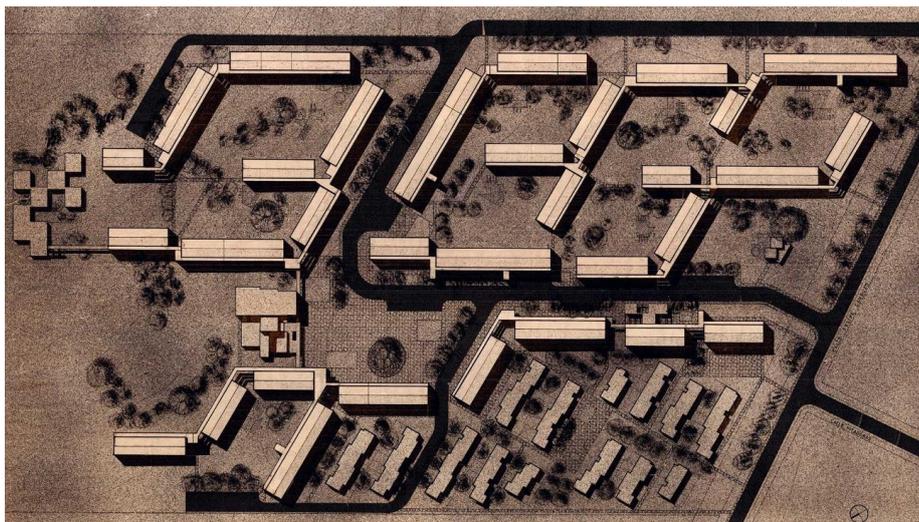


Figura 105: Projeto da implantação da Zona 1, de 1971. Fonte: acervo digital do INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

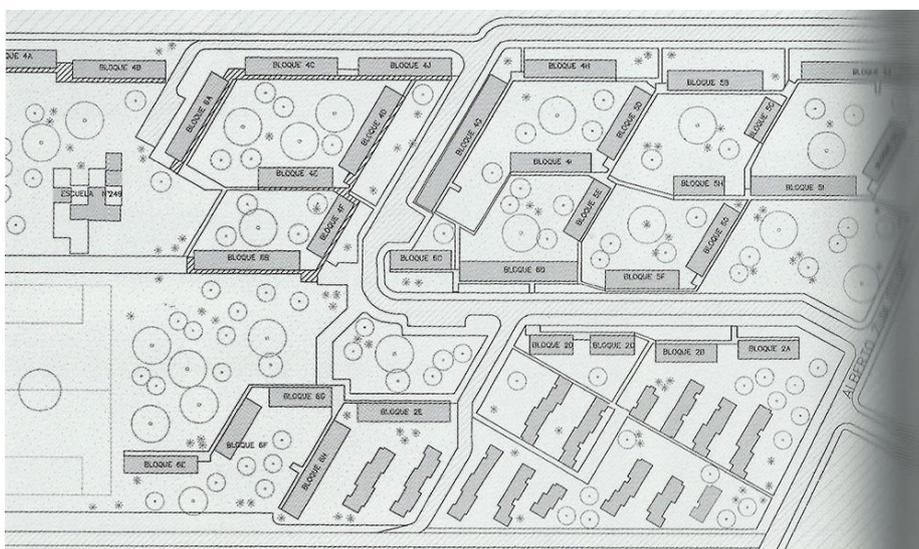


Figura 106: Projeto da implantação da Zona 1. Fonte: DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015, p. 110.



Figura 107: Imagem de satélite da implantação da Zona 1. Fonte: GOOGLE MAPS, 2019.

3.4.1 O projeto do conjunto habitacional José Pedro Varela (Zona 1)

A implantação da Zona 1 do JPV (Figura 108) se dá através da disposição de edifícios lineares de quatro pavimentos, que conformam uma malha com eixos em duas direções principais, formando, além de paralelismos entre alguns edifícios, ângulos de 60° e 120°. A disposição dos edifícios acompanha as direções das ruas que limitam o terreno. Essa malha gera uma série de espaços coletivos descobertos, com interconexões variadas.

Entre si, os edifícios estão conectados por uma rede de circulações horizontais externas – em todos os pavimentos – e verticais, comportando-se essas últimas como rótulas, unindo dois ou três edifícios entre si e esses com o solo. A conexão entre as circulações horizontais dos edifícios e as escadas se dá por meio de passarelas. Algumas circulações verticais foram posicionadas na porção mais central dos edifícios mais longos, mantendo uma distância entre si de no máximo 50 m. O afastamento dos edifícios em relação aos limites do terreno e vias internas se dá de modo variado. Pelas dimensões do conjunto, algumas vias, que grosso modo dividem o terreno da zona em quatro partes, foram previstas para permitir o acesso de veículos internamente.

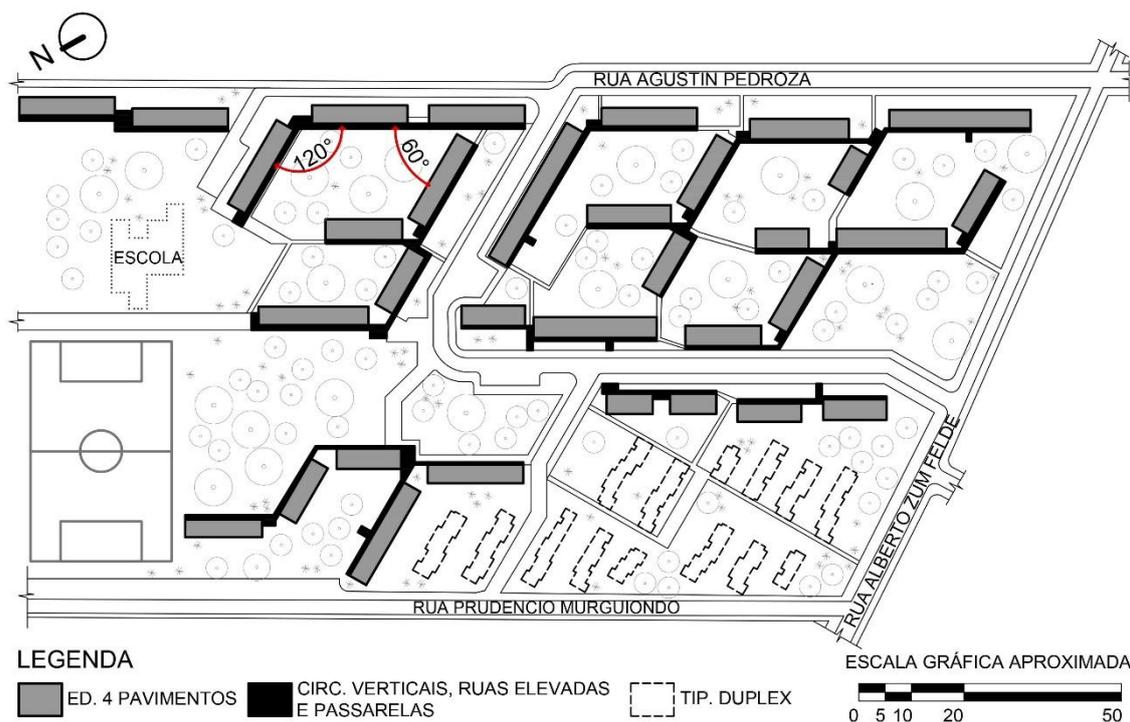


Figura 108: Implantação da Zona 1. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material encontrado em DEL CASTILLO E VALLÉS, 2015, p. 110.

Segundo Cubría e Di Paula (1999), arquitetos do conjunto, a maneira como se deu a implantação garantiria, no mínimo, duas horas de luz nas fachadas durante todos os dias no solstício de inverno. Também se procurou destacar uma das ruas internas como

principal, entre blocos paralelos, inserindo nela os equipamentos de uso comunitário (Figuras 109 e 110).

Nessa rua principal, todos os edifícios estão orientados de modo que as circulações horizontais externas, assim como as entradas dos comércios e serviços, estejam voltadas para ela. No extremo nordeste do terreno estavam previstas a localização dos edifícios da escola e da creche.



Figura 109: Comércios e serviços voltados para a “rua principal”. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.



Figura 110: Comércios e serviços voltados para a “rua principal”. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

O setor estudado possui 633 unidades habitacionais de um a cinco dormitórios. As unidades são de um nível e possuem dupla orientação, sendo que uma de suas faces dá para a circulação horizontal externa. O projeto de todas as unidades possui uma área de serviço aberta na face oposta. O agrupamento das unidades habitacionais, através de suas combinações horizontais e sobreposições verticais, gera edifícios que se constituem de prismas horizontalizados, todos com mesma altura (quatro andares), mas comprimentos

variados. A estrutura é de concreto armado feito *in loco* e os fechamentos dos edifícios são de tijolos cerâmicos revestidos (Figura 111).

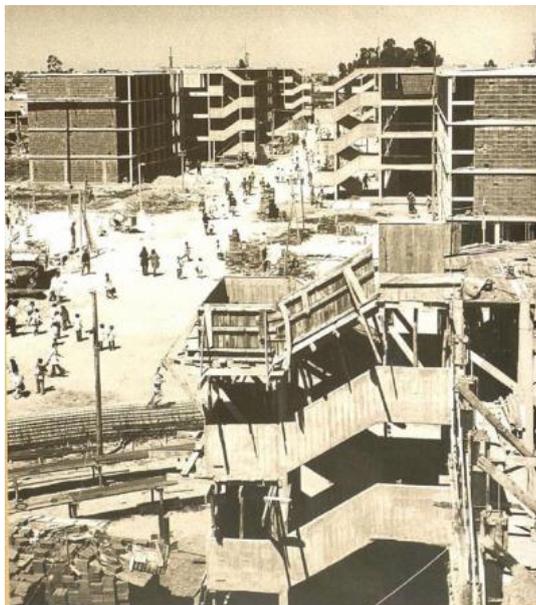


Figura 111: Fotografia da obra da Zona 1. Fonte: CUBRÍA; DI PAULA, 1999, p. 56.

3.4.2 O José Pedro Varela (Zona 1) e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960

São bastante evidentes os pontos de confluência de alguns conceitos presentes nas estratégias projetuais aplicadas na Zona 1 do JPV com o contexto internacional antes mencionado. A organização geral do conjunto, que procura estabelecer relações variadas e ricas, a relação entre diferentes escalas, a expressiva presença das ruas elevadas e a flexibilidade no agrupamento das unidades habitacionais, são alguns dos pontos que refletem, de alguma maneira, as questões colocadas naquele cenário.

Como já indicado no roteiro apresentado, a análise será estruturada a partir das grandes “escalas de associação” – cidade, bairro, rua e casa –, conforme ilustrado e descrito nas Figuras 112 e 113.



Figura 112: Implantação esquemática e indicações das escalas de associações. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 113: Esquema descritivo das escalas de associação do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

3.4.2.1 Primeira escala: a cidade

a) As relações/ conexões entre as escalas da cidade e do bairro

O projeto da Zona 1 do JPV propunha se conectar com a cidade (Figura 114), principalmente, através de suas ruas principais internas (Figura 115) e através de alguns caminhos de pedestres em diferentes pontos das ruas do entorno, partindo de determinados elementos de circulação do conjunto. Por outro lado, conforme Cubría e Di Paula (1999), a continuação da rua principal longitudinal encontraria o parque linear que conectaria as zonas do JPV entre si, e essas ao Parque Rivera (Figura 116).

Atualmente, o conjunto é cercado – intenção que não estava prevista em projeto –, mas ainda se conservam algumas conexões principais e secundárias (com a presença de portões). Existe também uma área verde entre as zonas 1 e 3, mas o caminho que é continuação da rua principal longitudinal e atravessa a área entre as zonas, parece ser secundário. Assim, a conexão mais direta entre as zonas só pode ser feita a pé. De qualquer maneira, é uma interessante conexão proposta entre diferentes zonas do JPV e as áreas verdes da cidade. Por outro lado, a rua transversal, que passa entre os dois

setores da zona e chega na Rua Prudencio Murguiondo, não cumpre mais sua função inicial, pois os dois setores estão cercados separadamente.

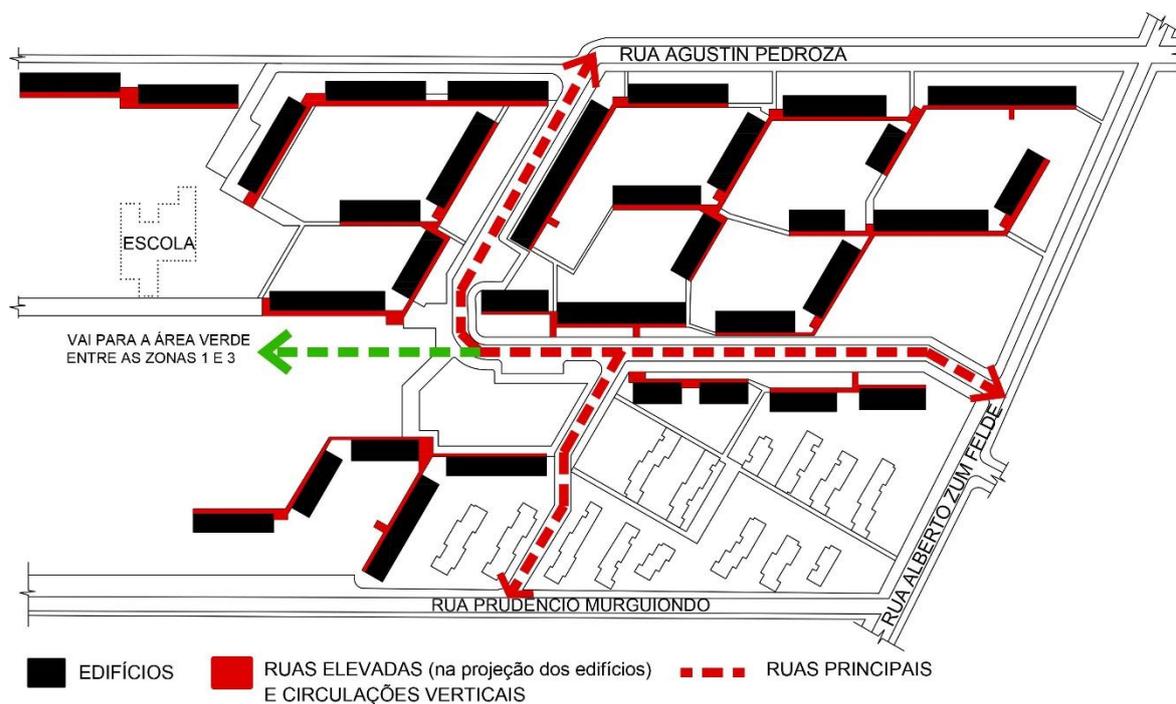


Figura 114: Esquema destacando as ruas internas principais do conjunto e conexão entre o conjunto e a zona vizinha. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 115: À esquerda, início da rua interna principal longitudinal. À direita, rua interna, perpendicular à Rua A. Pedroza. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019.



Figura 116: Localização do parque linear em relação às zonas do JPV e Parque Rivera. Fonte: Edição de C. Ritter, 2019, sobre GOOGLE EARTH, 2015.

A malha formada pela implantação da Zona 1 do JPV gera um esquema que permite um crescimento orgânico e “ilimitado”, com uma potencial capacidade de penetração no tecido urbano circundante e assim de conexão com o entorno (Figura 117). Esse “afrouxamento” ou flexibilização dos limites dos agrupamentos ou a ideia de *mat-building* (os Smithson e Van Eyck), edifício como uma “esteira”, rompe com os limites estritos entre objeto arquitetônico e cidade (Figura 118).



Figura 117: Esquema da implantação com possíveis crescimentos. Fonte: C. Ritter, 2019.

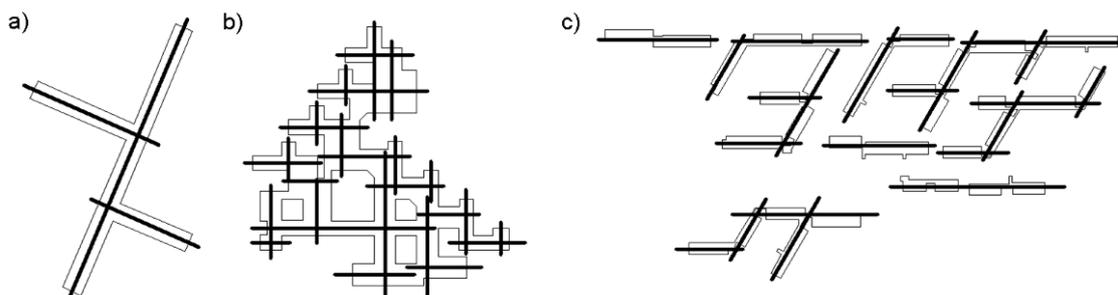


Figura 118: Esquemas da implantação dos projetos a) Golden Lane (casal Smithson) b) Orfanato de Amsterdã (Van Eyck) e c) Zona 1 do JPV. Observar semelhanças conceituais entre os projetos. Fonte: C. Ritter, 2018.

Em relação à conexão do conjunto com o entorno, através de espaços qualificados, destacam-se dois dos espaços coletivos do conjunto – praças. Um, na periferia, faz uma intermediação direta entre entorno e urbanização, contribuindo de algum modo para uma “interpenetração” espacial e fruição entre as duas escalas. O outro, apesar de interiorizado, conecta-se com a comunidade do entorno através das ruas principais de penetração no conjunto (Figuras 119, 120 e 121). Aquela praça em contato também com a Rua Alberto Zum Felde, efetivamente, poderia ser utilizada não só pelos moradores do conjunto, mas ter também um uso público – incentivando também o uso por parte de qualquer pessoa dos comércios e serviços, que se situam no térreo de um dos edifícios em contato com esse espaço descoberto e dos outros situados no decorrer da rua interna longitudinal.

Nessa praça, é como se o conjunto abrisse um de seus espaços para a cidade, criando uma fronteira alargada entre público e coletivo. Nesse sentido, esse local também pode ser caracterizado como um “lugar intermediário” entre as escalas da cidade (o público) e do edifício (o espaço coletivo mais reservado do conjunto).

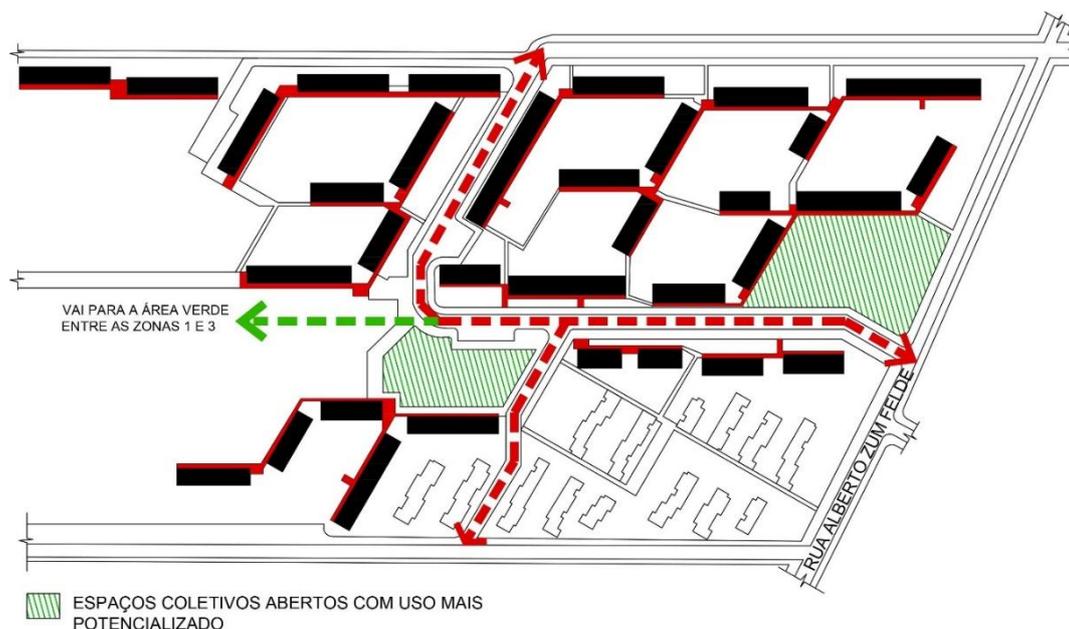


Figura 119: Esquema destacando os espaços coletivos descobertos – praças – com uso mais potencializado. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 120: Praça em contato com a Rua Alberto Zum Felde. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.



Figura 121: Praça em contato apenas com a rua interna. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

3.4.2.2 Segunda escala: bairro – o conjunto, seus edifícios e seus espaços coletivos descobertos

a) O conjunto habitacional como uma realidade plástica finita

Primeiramente, vale mencionar o que dizem os arquitetos do conjunto em um texto que explica a metodologia aplicada no desenvolvimento do projeto do JPV. Segundo Cubría e Di Paula (1973), o campo da habitação deveria ser entendido a partir de três níveis: a célula (a vida privada); os agrupamentos dessas células (a vizinhança como um primeiro nível de relação social) e o conjunto como um todo (o bairro como um segundo nível de relação). Os autores defendem que se deve priorizar um desses níveis durante o processo de projeto. E então, as implicações dessas decisões deveriam ser observadas nos outros níveis também, para que nenhuma estratégia projetual, “ideal” para determinado nível, prejudicasse muito o outro.

Segundo algumas justificativas dos autores e arquitetos do conjunto – por exemplo, pelos interesses comuns dos cooperativados, e pelo número elevado de unidades habitacionais que o conjunto demandava (sendo então inconveniente tomar o nível da vida familiar como prioridade nas decisões projetuais) –, optaram por valorizar o nível de vizinhança na Zona 1 do JPV (Figura 122) (CUBRÍA; DI PAULA, 1973). Essa metodologia em si, já tem relação com a ideia de *cluster* e com as escalas de associação propostas pelos Smithson.

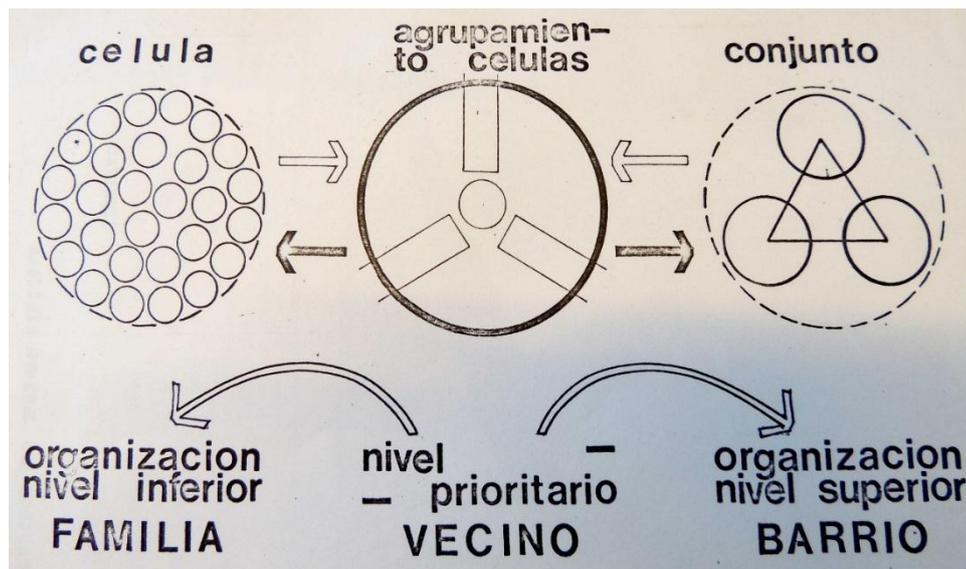


Figura 122: Ilustração dos níveis de agrupamento da habitação coletiva. Fonte: Edição de C. Ritter, 2019, sobre imagem de CUBRÍA; DI PAULA, 1973.

Destaca-se também que foram então realizados estudos das possibilidades de agrupamento partindo-se de três premissas principais: “premissas sociais (potencializar o relacionamento social não compulsivo, por meio de um alto grau de possibilidades de contato), econômicas (possibilidade de construir em altura sem o uso de elevador) e tecnológicas¹⁴” (CUBRÍA; DI PAULA, 1999, p. 170, tradução nossa).

Em relação às características arquitetônicas e urbanísticas do conjunto, pode-se observar que implantação do conjunto JPV expressa ao mesmo tempo padronização e complexidade: os edifícios em si conformam volumes individuais – elementos primários de geometria simples, protótipos bastante parecidos com os consolidados nos CIAMs –, mas são organizados em um arranjo mais “orgânico”, conformando, também, um complexo sistema de circulações horizontais e verticais (Figura 123). Isso também ocorre no orfanato de Amsterdã, de Van Eyck, onde seus módulos quadráticos estão organizados segundo um sistema orgânico e flexível.

¹⁴ [...] premisas sociales (potenciar el relacionamiento social no compulsivo por medio de un alto grado de posibilidades de contactos), económicas (posibilidad de edificación en altura sin empleo de ascensor) y tecnológicas [...].

A ideia de se ter uma visão mais orgânica da cidade – e menos geométrica (os Smithson) – é retomada e considerada essencial pelo Team 10, a fim de se criar inter-relações entre o espaço e as pessoas. Essa estratégia também se aproxima da ideia de “clareza labiríntica” (Van Eyck), uma tentativa de relacionar dualidades, por exemplo, o simples e o complexo, o claro e o labiríntico. Por outro lado, a localização de edifícios em paralelo, de cada lado das ruas internas, conforma um elemento de circulação que resgata parte da espacialidade da rua corredor da cidade tradicional.

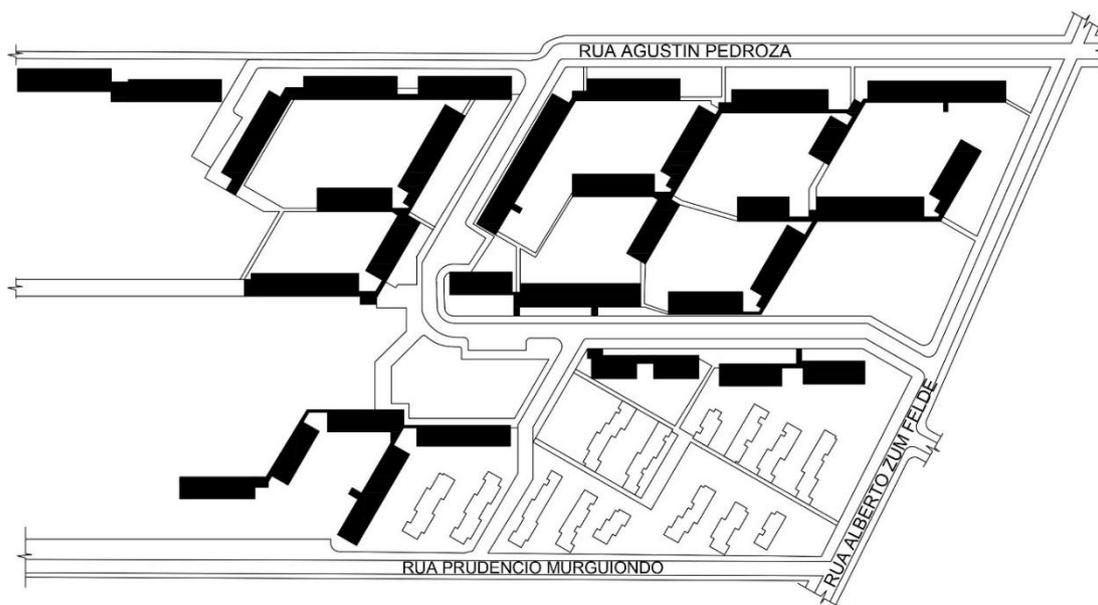


Figura 123: Implantação esquemática do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

A implantação da Zona 1 pode ser dividida entre elementos de caráter mais fixo e permanente e outros de caráter mais transitório (cidade metabolista). Os primeiros estariam constituídos pelas “vias” de comunicação horizontal e vertical – a “infraestrutura”. Os segundos, pelos edifícios lineares de diferentes longitudes, conformados a partir de necessidades mais efêmeras (as necessidades das famílias em relação a sua unidade habitacional) – “a estrutura”. Esses elementos – infraestrutura e estrutura – estão em constante relação entre si (Figuras 124 e 125).

Esse tipo de relação entre partes permanentes e partes mais transitórias – própria também da ideia de “megaestrutura” (metabolistas) –, permite, segundo os autores estudados, uma maior compreensão da cidade. Van Eyck (1962), por exemplo, reconhece que no processo de configuração de grandes agrupamentos uma estrutura mais abrangente seria necessária para conectar as partes com o todo, para relacionar as diferentes escalas e tornar o sistema de relações urbanas compreensível – identificável.

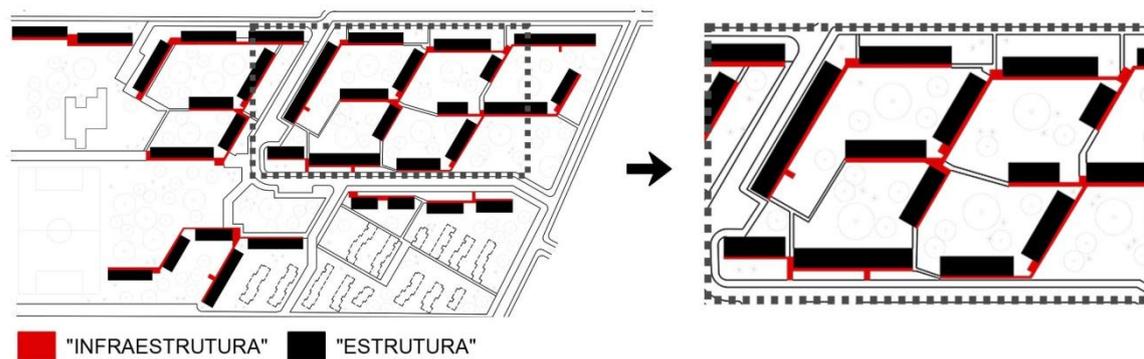


Figura 124: Esquema da “infraestrutura” e “estrutura” do conjunto e detalhe de parte de sua implantação.
Fonte: C. Ritter, 2018.



Figura 125: “Infraestrutura” do conjunto: circulações verticais, passarelas e circulações horizontais externas.
Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019.

Por outro lado, podemos observar que determinados edifícios se conectam entre si através das circulações verticais, formando diferentes agrupamentos – maiores ou menores, com conexões variadas, conformados por edifícios de comprimentos diferentes (mas modulados) –, porém formando espaços coletivos com características formais – de fechamento – semelhantes. E então, esses *subclusters* diferenciados entre si, ao serem inseridos no todo, geram o desenho característico e ordenado da implantação geral (Figura 126).

A implantação da zona, agora sendo entendida como um todo, aproxima-se da ideia de cidade como uma “semitrama”, onde existem conexões entre partes de mesma “hierarquia”, diferentemente de uma ideia de cidade como uma “árvore”, onde as conexões são mais limitadas (Alexander) (Figura 127).

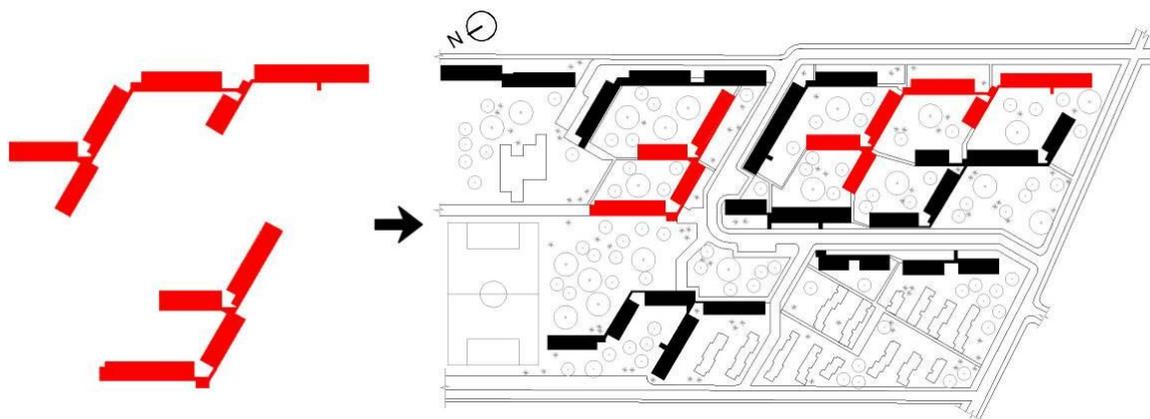


Figura 126: *Subclusters* da implantação do conjunto e *subclusters* em destaque e inseridos em sua implantação. Fonte: C. Ritter, 2018.

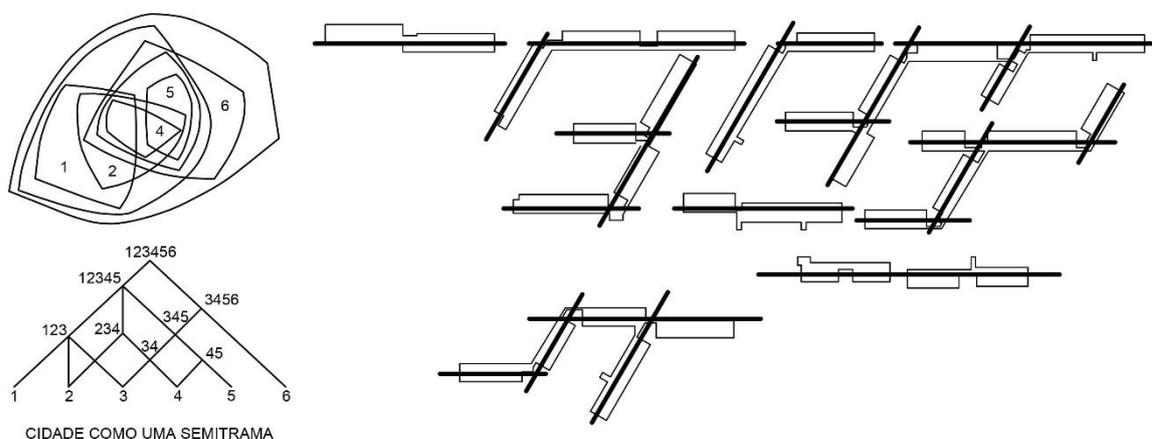


Figura 127: À esquerda, esquema de cidade como uma semitrâma, de Christopher Alexander. À direita, esquema da implantação do conjunto. Fonte: Redesenho e esquema de C. Ritter, 2018.

Maki e Ohtaka (1964) indicaram que a “forma grupo”, um dos “paradigmas da forma coletiva” é aquela em que a forma cresce e se modifica a partir de uma aglomeração das partes, formando uma estrutura que conecta intrinsecamente a parte e o todo. A Zona 1 do José Pedro Varela – diferentemente do Bulevar Artigas –, aproxima-se também a essa ideia de “forma de grupo”.

Essa aproximação pode ser feita porque, como comentado, os *subclusters* do conjunto – primeira escala de agrupamento entre edifícios –, que possuem diferentes conformações, unem-se formando uma identidade no todo, mesmo possuindo uma interdependência entre si. Nesse sentido, a implantação é gerada sem que haja algum elemento principal estruturador – a conformação dos próprios elementos – *subclusters* – é sua estrutura. As formas não foram simplesmente adicionadas, a implantação “evoluiu”. Adições e subtrações de alguns elementos podem ocorrer sem que se perca a identidade do todo, assim como essas podem se dar de maneira flexível, e não seguindo rígidos padrões estruturais e espaciais – conforme mostrado em esquema anterior na Figura 117.

Essa organização da implantação como uma “forma de grupo” cria áreas de convívio coletivo “fechadas” pelos edifícios de seu entorno. Essas áreas se transformam em “lugares” (Van Eyck), em oposição ao espaço abstrato moderno. Os “lugares” do JPV são também delimitados, reconhecíveis, possuem bordas (Solà-Morales), são abraçados pelos edifícios (Figura 128), de forma semelhante como ocorre no Bulevar Artigas e nos exemplos europeus do contexto aqui estudado.



Figura 128: Um dos espaços coletivos descobertos do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Gonsales, 2018.

A “repetição” (metabolistas) e o “grão” (Kevin Lynch) também podem ser analisados na implantação da Zona 1 do JPV: a maioria dos espaços descobertos entre seus edifícios possuem tamanho e forma semelhantes. A ideia da “repetição” trata de introduzir “um fator comum em cada uma das partes dispersas de um projeto ou de uma situação existente¹⁵” (MAKI; GOLDEBERG, 1964, p. 39, tradução nossa), fazendo com que esse elemento comum passe a ser sempre identificado como pertencente a determinado projeto. A conformação da implantação do JPV gera um “padrão peculiar de grão” (Kevin Lynch), próprio do conjunto, que identifica cada parte do conjunto como pertencente do mesmo projeto (Figura 129).

¹⁵ [...] one common factor in each of the dispersed parts of a design, or of an existing situation.

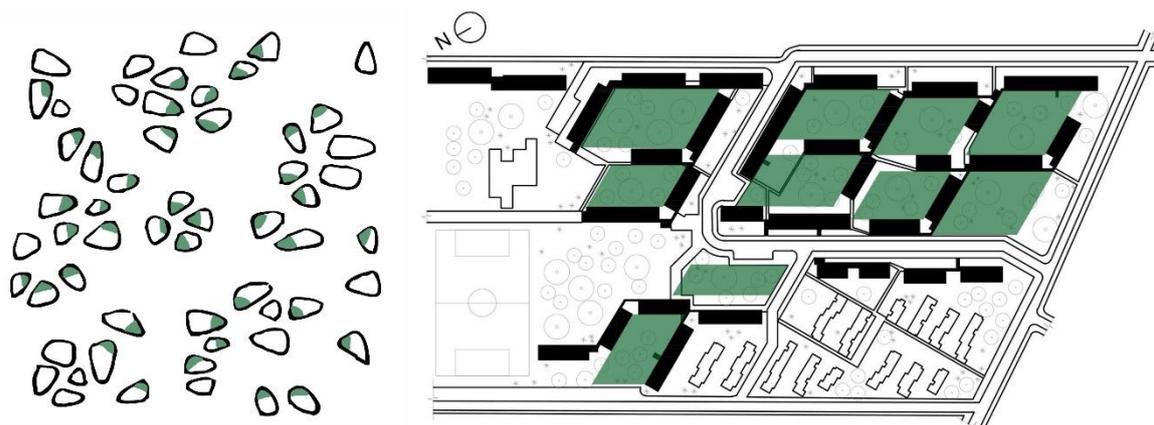


Figura 129: À esquerda, ilustração da ideia de repetição na diversidade. Fonte: Edição de C. Ritter, 2018, sobre imagem de MAKI; GOLDBERG, 1964, p. 39. À direita, a repetição e o grão no conjunto. Fonte: Esquema de C. Ritter, 2018.

No caso da Zona 1 do JPV, a visita ao local revelou a diversidade de usos que foi dado a esses espaços coletivos – o homem contribuindo na transformação do “espaço” em “lugar” (Van Eyck¹⁶) –, em que todos os edifícios acabam tendo contato, ao menos uma de suas faces (caso dos que se situam em contato com a rua). Existem diversos locais com equipamentos para crianças, áreas de convívio com mesas, locais cobertos com *parrillas*, jardins gramados e estacionamentos (Figuras 130, 131 e 132). Cada um desses lugares possui tratamentos e apropriações diferenciadas.



Figura 130: Cenas dos espaços coletivos do conjunto: equipamentos para crianças brincarem. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

¹⁶ Pois, segundo esse arquiteto, “o espaço é uma abstração. Quando o homem é incluído no conceito de espaço, ele se torna um lugar” (VAN EYCK, 1960, p. 108 apud PALACIOS LABRADOR, 2017, p. 53, tradução nossa).



Figura 131: Cenas dos espaços coletivos do conjunto: áreas de convívio, *parrillas* e estacionamento. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 132: Cenas dos espaços coletivos do conjunto: *parrillas* e jardins. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

O conjunto é formado por uma série de edifícios iguais. No entanto, os edifícios apresentam nas faces maiores opostas tratamentos bastante distintos, que, em conjunto com as escadas “esculturais”, dão um dinamismo ao agrupamento geral. Em uma das faces estão situadas as circulações horizontais externas – em todos os pavimentos e sob uma expressiva grelha estrutural de pilares e guarda corpos (Figura 133). Na outra face, existe a conformação de uma fachada perfurada, mais tradicional, com aberturas verticalizadas e com a presença das aberturas maiores da área de serviço (Figura 134). Nas empenas dos prismas se situam aberturas dos banheiros das unidades habitacionais dos cantos dos edifícios. Diferenciações entre os edifícios ocorrem somente no tratamento das fachadas do térreo onde, em alguns deles, situam-se usos não habitacionais – comércio, serviços, usos administrativos, biblioteca.

Tanto a diversificação dos usos nos térreos, quanto a presença das galerias/ circulações nos andares superiores, contribuem grandemente para a dinamização dos espaços coletivos e das ruas do conjunto. O edifício, aqui, tem uma participação ativa na qualificação dos espaços – e assim na conformação de lugares.



Figura 133: Fachada frente e lateral de um dos edifícios do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.



Figura 134: Fachada fundos de um dos edifícios do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

Os edifícios do conjunto são revestidos com argamassa pintada. Del Castillo (2015), como já comentado, aponta que, apesar do uso recorrente de tijolos à vista no Uruguai, neste caso, o grupo cooperativo da COVISUNCA (Cooperativa da União dos Trabalhadores da Construção), achou que uma obra com tijolos aparentes pareceria inacabada. Assim, o consenso foi optar pelo revestimento dos blocos utilizados na construção. As escadas também foram revestidas, para não aparecer o concreto da estrutura (DEL CASTILLO, 2015).

Outra particularidade no tratamento das fachadas da zona é a pintura de parte das esquadrias e de outros detalhes construtivos, utilizando-se diferentes cores nos diversos edifícios: vermelho, amarelo, verde e azul (Figura 135). Desse modo, apesar da uniformidade dos edifícios, as cores são utilizadas como auxílio na identificação dos blocos (Figura 136), e de alguma forma, no fomento à identidade de seus moradores.



Figura 135: Detalhes de alguns edifícios. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 136: Uma das placas de auxílio na localização dos edifícios. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

b) As relações/ conexões entre escalas – conexões entre os espaços coletivos

Os espaços coletivos/ praças do JPV possuem diversas possibilidades de conexão entre si, com passagens bem específicas, através dos espaços entre os edifícios. Mesmo com a presença da circulação vertical unindo alguns dos edifícios, esse elemento – constituído por escadas e passarelas – não cria barreiras visuais fechadas e/ ou barreiras espaciais no nível do solo entre as praças. Na verdade, essas escadas e passarelas criam como se fossem portais de comunicação entre as praças, funcionando também como “lugares de transição” (Van Eyck) entre esses espaços coletivos (Figura 137).



Figura 137: Passagens entre edifícios, entre espaços coletivos descobertos. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

3.4.2.3 Terceira escala: a rua

Neste item, serão analisadas as circulações horizontais externas, presentes em todos os edifícios do conjunto e em todos os pavimentos, e as circulações verticais – suas escadas e passarelas.

a) A rua como uma realidade plástica finita, como conexão e como lugar

Na estratégia de valorização dos espaços coletivos – de transição –, **as circulações horizontais externas**, entendidas aqui como “ruas elevadas”, são um tema muito especial presente na cooperativa uruguaia. A rua elevada é reflexo muito direto do pensamento dos anos 1950 que procura, mesmo em edifícios em altura, aproximar o morador ao espaço público e coletivo por excelência que é a rua. Na Zona 1 do JPV, quem acessa as unidades habitacionais, comércio, etc., passa por esse caminho/ lugar que conecta a unidade habitacional com os espaços coletivos descobertos. Mesmo no nível térreo, há o mesmo caminho dos pavimentos superiores (Figuras 138 e 139). E para se acessar as unidades dos níveis superiores, é preciso acessar as **circulações verticais** – blocos de escadas desagregados dos edifícios, e abertos em suas laterais –, e suas passarelas (Figura 140), que conectam as escadas com as ruas elevadas.



Figura 138: À esquerda, ruas elevadas de um dos edifícios. À direita, caminho no térreo de um dos edifícios.
Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 139: Cenas das ruas elevada do conjunto. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.



Figura 140: À esquerda, passarelas de conexão chegando nas ruas elevadas. À direita, bifurcação de uma passarela. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018.

A “rua” no JPV cria um sistema circulatório fluído e dinâmico, associando usos e atividades entre si. As ruas elevadas, passarelas e circulações verticais criam “conexões tridimensionais” (metabolistas), assim como espacializam conexões no nível do solo – através de caminhos e da cobertura das passarelas (Figura 141) –, estabelecendo novas relações entre as unidades habitacionais, entre os edifícios e entre os edifícios e o solo. Nesse sentido, esse sistema circulatório interliga lugares e atividades individuais e coletivas, em uma relação muito dinâmica. Para Cubría e Di Paula (1973), arquitetos do conjunto, é coerente se utilizar de estratégias projetuais que garantam “flexibilidade circulatória” em agrupamentos habitacionais.

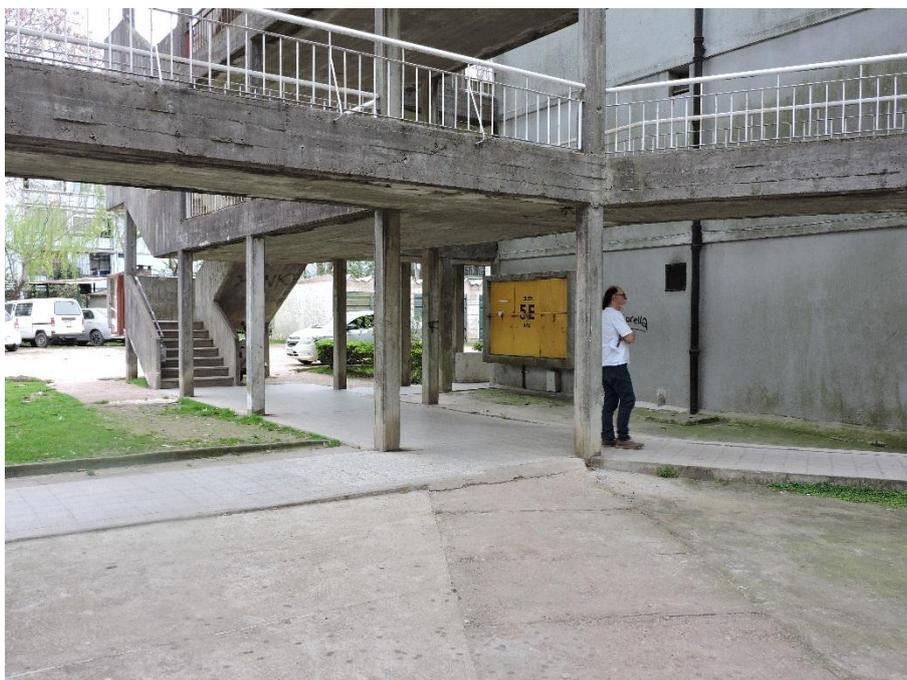


Figura 141: Conexões no nível do solo, sob as circulações verticais e passarelas. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

A “mobilidade” da Zona 1 do JPV, bastante potencializada pela presença das ruas elevadas, garante que existam relações/ “coesões” entre as escalas de associação da cidade (os Smithson) – entre a casa e o coletivo, o habitante e a cidade –, estando esse elemento arquitetônico (as ruas elevadas) presente também em projetos europeus: no Golden Lane e no Robin Hood Gardens dos Smithson, no Byker Wall de Erskine, por exemplo. Também presente em urbanizações uruguaias, do mesmo período que o JPV – no Bulevar Artigas, na Mesa 1, CUTCSA 1, etc. –, e ainda presente em cooperativas habitacionais uruguaias mais recentes.

A existência desses “lugares intermediários” – ou com caráter de transição – entre os espaços coletivos descobertos e privados do conjunto, fazem com que esses dois territórios, os “fenômenos gêmeos”, relacionem-se entre si como espaços complementares, e não como opostos, ao mesmo tempo que também evidenciam o caráter

de cada lado – suas “reciprocidades” (Van Eyck). A rua elevada se configura como um âmbito onde a passagem entre coletivo e privado não se dá de maneira brusca (Van Eyck). Pela proximidade desses espaços com a habitação, a rua elevada possui uma potencial apropriação por parte dos moradores das unidades contíguas. Ao se constituir como um “lugar” (Van Eyck), deixa de ser apenas um local para passagem e acesso às unidades e se torna também um local para a “expressão social” (os Smithson).

No caso da Zona 1, observou-se, assim como no projeto Byker Wall, de Erskine, que essas ruas potencializam o encontro entre moradores/ visitantes, mesmo em um espaço mais reduzido, em comparação com o presente nos projetos dos Smithson. Nesse “lugar”, pode ocorrer também, como no projeto de Erskine, uma “extensão do espírito da vizinhança”, nessa também “varanda compartilhada” (Figura 142).

A presença da rua elevada pode ser entendida como um dos reflexos da prioridade dada – segundo os próprios arquitetos do conjunto (CUBRÍA; DI PAULA, 1973) – para estratégias projetuais que valorizam as relações em um primeiro nível de vizinhança. Por fim, a rua elevada na Zona 1 do JPV se caracteriza, então, como circulação – permitindo conexões variadas –, mas também como um “lugar”, como um local de encontro e de apropriação.



Figura 142: Cenas das ruas elevadas do conjunto. Fonte: Fotografias de C. Gonsales, 2018.

As ruas elevadas e as circulações verticais da Zona 1 do JPV, além de possuírem um protagonismo funcional – passagem, lugar, encontro, apropriação –, também se sobressaem expressivamente nos volumes dos edifícios, sendo que, essas ruas elevadas se destacam pela presença recorrente em todos os edifícios. Por outro lado, as circulações verticais são como elementos escultóricos espalhadas pelo conjunto: possuem um protagonismo por estarem desprendidas dos volumes dos edifícios, possuem configurações distintas e diferentes meios de conexão com os edifícios.

Essas escadas e suas passarelas de conexão com as ruas elevadas dos edifícios, são um dos elementos que quebram a monotonia no conjunto (Figuras 143, 144 e 145). Novamente destaca-se, de um lado o racionalismo dos edifícios e de suas ruas elevadas, e do outro, a organicidade na posição e configuração das circulações verticais.

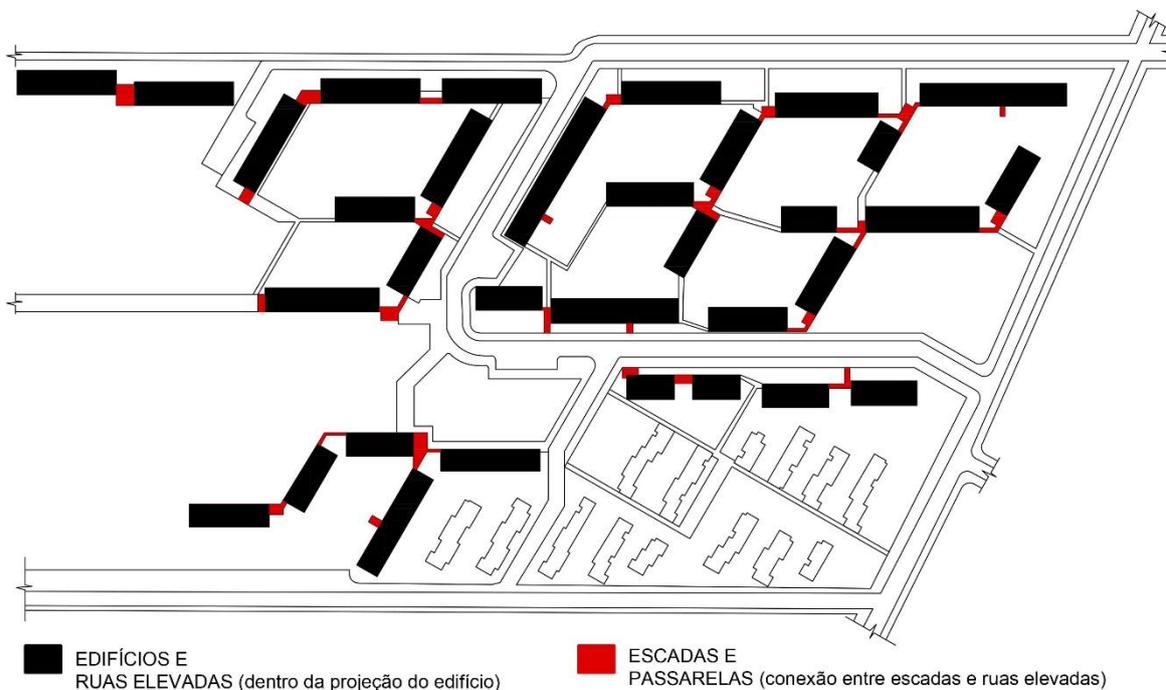


Figura 143: Esquema destacando as escadas e passarelas do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.



Figura 144: Circulações verticais. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2019.



Figura 145: Circulações verticais. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019

b) As relações/ conexões entre os edifícios (através das ruas elevadas dos edifícios) e os espaços coletivos descobertos

Em geral, as ruas elevadas dos edifícios se voltam ao interior do conjunto: para seus espaços coletivos abertos internos ou para suas ruas internas (caso presente em alguns dos edifícios localizados sobre eixos paralelos). Nesse sentido, existe um claro contato visual dessa rua elevada em relação a esses espaços – em geral, cada praça interna possui os “olhos” de dois edifícios entre os quatro de seu entorno (Figura 146). O morador/ visitante vigia esses lugares – a rua elevada é uma grande varanda –, onde seus filhos, outras crianças podem estar utilizando, onde a vida do conjunto, a vida coletiva, acontece. Diferente do que ocorre no Bulevar, em que todas as suas ruas elevadas estão voltadas à cidade, o JPV possui apenas uma voltada ao seu entorno (para a Rua Alberto Zum Felde). Espacialmente, as escadas e passarelas elevadas são os elementos que conectam os espaços coletivos no nível do solo com as ruas elevadas dos pavimentos superiores.

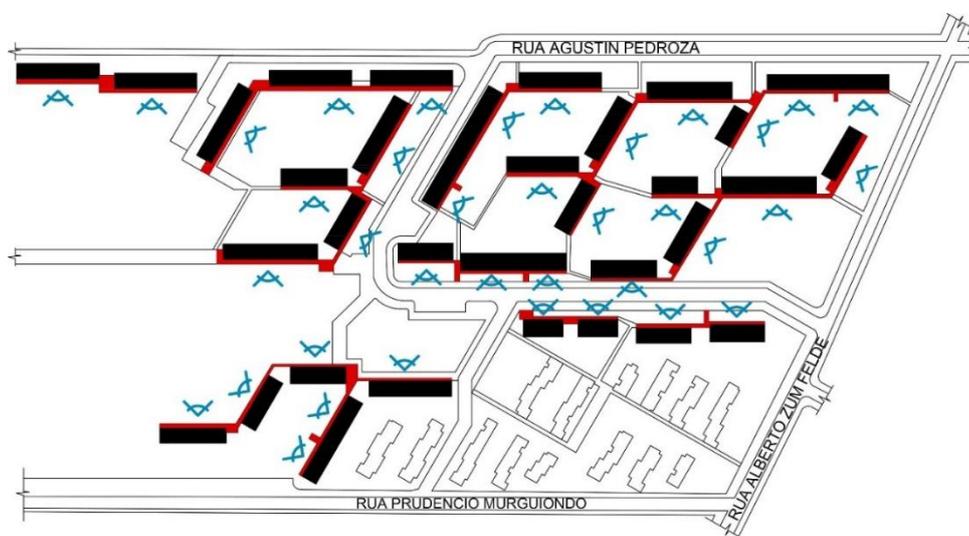


Figura 146: Esquema destacando as visuais a partir das ruas elevadas do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

3.4.2.4 Quarta escala: a casa – o âmbito privado e o espaço coletivo imediato

Na Zona 1 do JPV, os diferentes tipos de plantas baixas, que variam em número de dormitórios, foram unidos em combinações – como *subclusters*, dentro do *subcluster* edifício (Figura 147). Então, a unidade da casa será analisada, em grande parte aqui, no contexto de sua combinação com outras unidades, pois existe uma relação complementar entre os diferentes tipos.

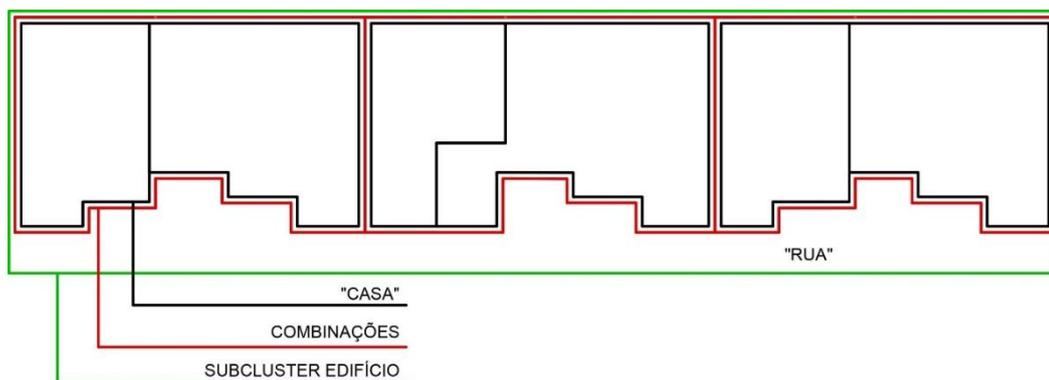


Figura 147: Esquema dos *subclusters* dentro de um dos edifícios do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2019.

a) A casa

Como no Bulevar Artigas, o processo participativo no José Pedro Varela garantiu, conforme a demanda específica da Zona 1, flexibilidade no número de dormitórios (de um a cinco) de suas unidades habitacionais – conforme material que se teve acesso através do IHA¹⁷ (Figura 148) e de Del Castillo e Vallés (2015). As plantas baixas indicam uma rígida modulação transversal (de 2,80 m) que dita a largura dos principais compartimentos – sala de estar, cozinha e dormitórios – em todos os edifícios, porém, o arranjo, através de uma combinação com módulos ou meio módulos, garante que as unidades difiram no número de dormitórios. A flexibilidade na organização interna das unidades habitacionais – o “elemento transitório” da “cidade metabolista” –, mesmo em um edifício em altura, implica esse atendimento adequado a diferentes grupos familiares moradores do conjunto.

¹⁷ As combinações em seguida apresentadas (A, B, C e D) foram redesenhadas através do material disponibilizado pelo IHA, mas elas se encontram ilustradas também em Cubría (1998), Cubría e Di Paula (1973, 1999). Destaca-se também que o material do IHA que se teve acesso não era completo – não se tem plantas baixas de todos edifícios e de todos seus andares, assim como se encontram pranchas com diferentes datas.

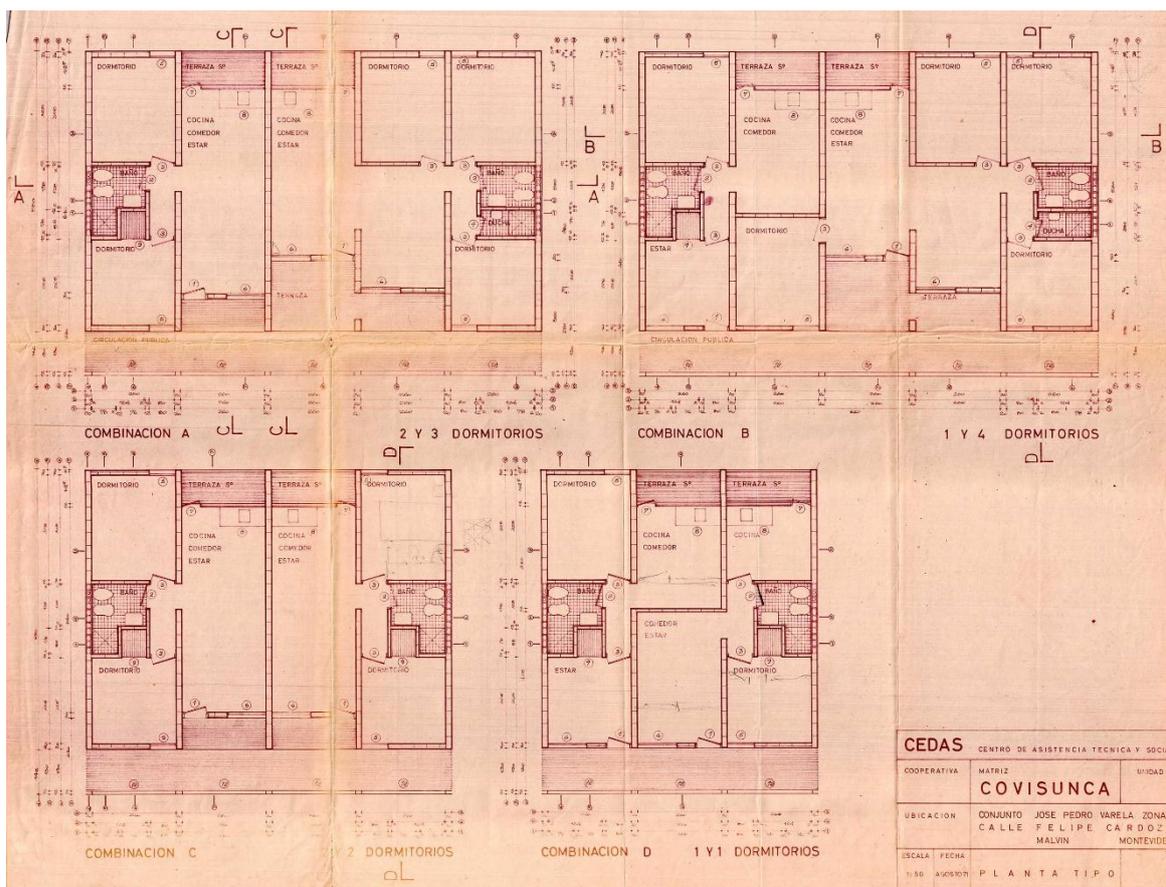


Figura 148: Combinações A, B, C e D, em seguida analisadas. Projeto datado como agosto de 1971. Fonte: acervo digital do INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

Em relação ao arranjo das unidades habitacionais, Cubría e Di Paula (1973) comentam o exemplo da relação entre as combinações A e B. A combinação A (entre dois e três dormitórios) e B (entre um e quatro dormitórios) (Figura 149) possuem uma relação complementar entre si, funcionando perfeitamente em conjunto. Foram projetadas para que também pudessem ser sobrepostas entre si: utilizam um mesmo número de módulos e possuem uma mesma localização e desenho de suas áreas molhadas – em seguida, os exemplos de arranjo de alguns edifícios vão ilustrar essa sobreposição de duas combinações diferentes. As somas de suas áreas também são as mesmas – a unidade de um dormitório possui 40 m², a de quatro 85 m²; a unidade de dois dormitórios possui 55 m², a de três 70 m² – totalizando nos dois casos 125 m² (CUBRÍA; DI PAULA, 1973). Destaca-se que as áreas das reentrâncias das ruas elevadas são contadas como parte da área da unidade.

Observa-se também que as unidades de um e dois dormitórios possuem um banheiro único, enquanto a de três e quatro possuem uma área com pia e vaso sanitário, e outra separada com pia e chuveiro. A variação, que permite a variação tipológica no número de dormitórios, está apenas no desenho de suas áreas secas.

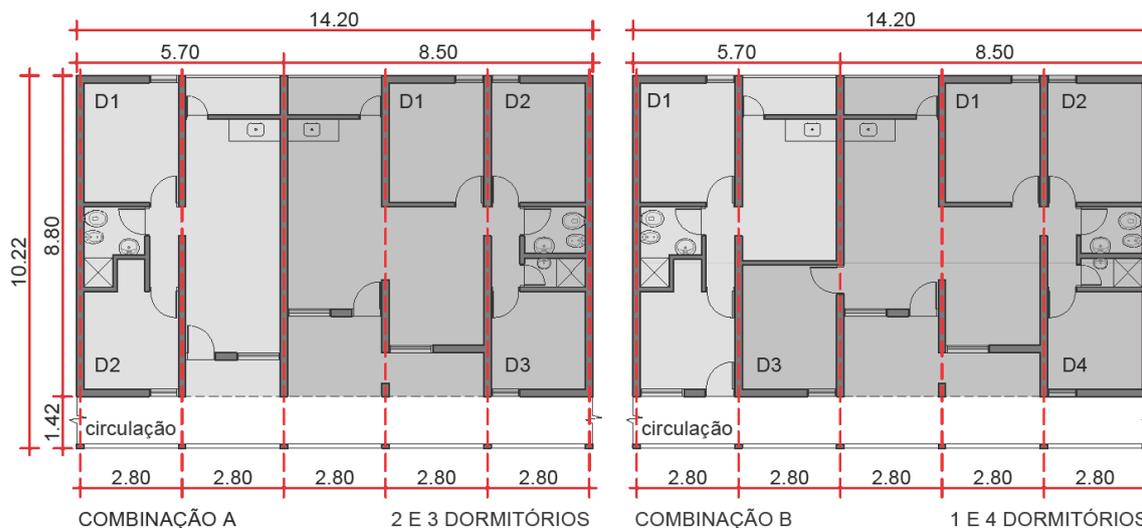


Figura 149: Combinações A e B, projeto datado como agosto de 1971. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

Nessa primeira escala de agrupamento, entre unidades habitacionais, já se observa uma relação entre “constância e mudança”, entre “ordem e caos” (Van Eyck), padronização e flexibilidade. Observa-se uma preocupação com a racionalização do projeto, ao mesmo tempo que uma preocupação de se inserir variações tipológicas dentro de um mesmo edifício, gerando a inserção de diferentes grupos familiares.

Outras combinações (Figura 150) encontradas no material do IHA – não comentadas em Cubría e Di Paula (1973), e não encontradas em exemplos de plantas de edifícios, no material que se teve acesso através do IHA – são entre duas unidades de dois dormitórios, e entre duas unidades de um dormitório. Neste caso, as combinações só poderiam se sobrepor entre si, pelo número de módulos não coincidirem. Teve-se acesso também ao projeto de uma unidade tipo com cinco dormitórios, datada de agosto de 1971, a qual é semelhante à unidade de quatro dormitórios, mas se utiliza de quatro módulos transversais integralmente (Figura 151).

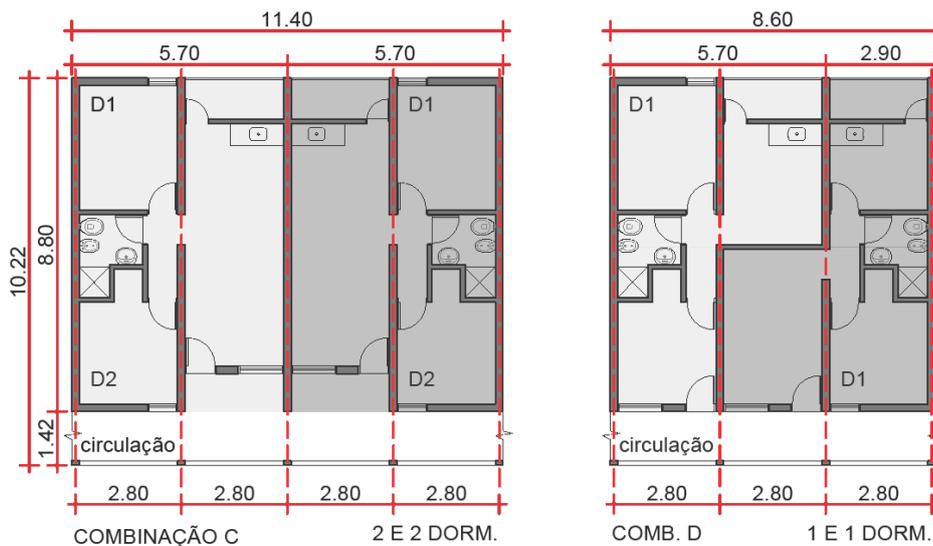


Figura 150: Combinações C e D, projeto datado como agosto de 1971. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

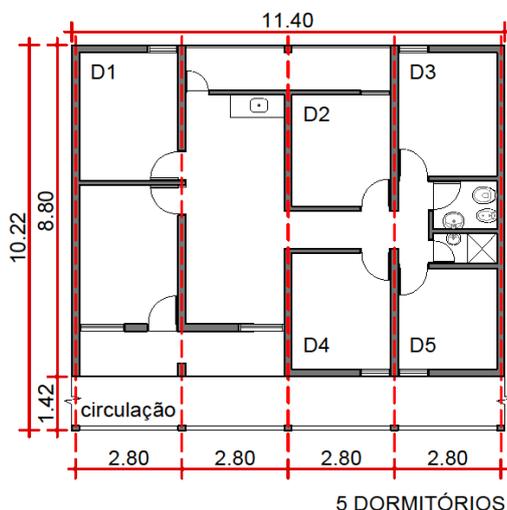


Figura 151: Unidade habitacional tipo, com cinco dormitórios. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

Serão analisados alguns exemplos – também através do material disponibilizado pelo IHA – que mostram como se deram, na escala do edifício, os arranjos de duas combinações e tipo apresentados. Primeiramente, no caso do edifício chamado 4B (Figura 152), observa-se uma sobreposição vertical entre as diferentes combinações A e B. Interessante também é observar o arranjo das unidades de forma individual (Figura 153). Essa sobreposição entre diferentes combinações reflete nas fachadas das unidades – mas de maneira sutil –, quebrando um pouco sua regularidade. Por exemplo, a porta da unidade de um dormitório não fica recuada no mesmo alinhamento das unidades de dois, três e quatro dormitórios (Figura 154).

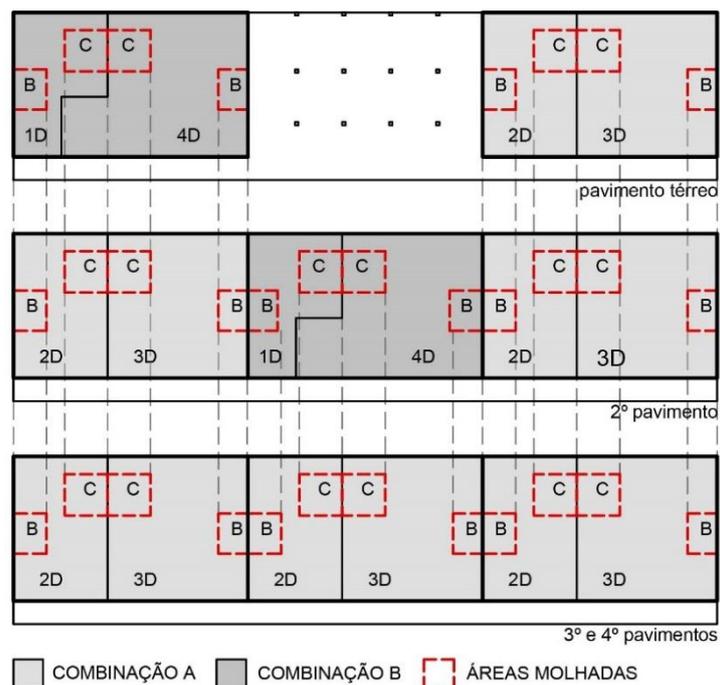


Figura 152: Edifício 4B, projetos datados em 1972. Fonte: Adaptação de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

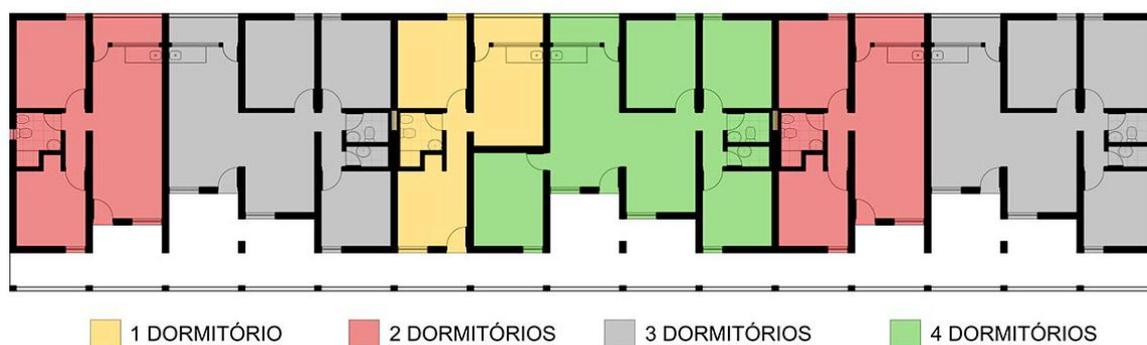


Figura 153: Exemplo de planta baixa de um dos edifícios do conjunto, destacando-se os limites internos de cada unidade habitacional individualmente. Fonte: Adaptação de C. Ritter, 2019, a partir de material encontrado em DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015, p. 110.



Figura 154: Exemplo de fachada do conjunto, com variações das combinações sobrepostas entre pavimentos. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

A maioria dos térreos dos edifícios que se teve acesso possui parte de seu pavimento livre com pilotis. Atualmente, todos os térreos estão construídos, possivelmente, foram definidos seus usos/ projetos posteriormente. No térreo dos edifícios se encontram usos comerciais, de serviço, usos administrativos, além de unidades habitacionais. Atualmente, suas fachadas e aberturas se diferem bastante entre os edifícios (Figura 155).



Figura 155: Fachada de um dos edifícios do conjunto. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

Já no exemplo 4G (Figura 156), algumas combinações foram modificadas: as unidades habitacionais foram espelhadas e a ordem invertida. Essa modificação permite que as cozinhas e varandas dos diferentes tipos fiquem sempre lado a lado (Figura 157). Alguns edifícios são arranjados de modo que as unidades fiquem sem combinação, o que ocorre nas pontas dos edifícios deste exemplo. Observa-se também a sobreposição vertical que é possível entre unidades de um e dois dormitórios.

Por fim, um exemplo de uma planta baixa térrea de um edifício (6A) com a combinação de duas unidades habitacionais com cinco dormitórios, datada de 1973 (Figura 158). Na unidade inserida no edifício, existem pequenas modificações em relação à unidade tipo, projeto de alguns anos antes. Neste exemplo, as unidades tipo estão espelhadas entre si, colocando lado a lado os banheiros de cada unidade e não a cozinha, como nos outros casos de combinação, possivelmente porque a varanda dessa unidade de cinco dormitórios possui o dobro do tamanho em relação às outras unidades.

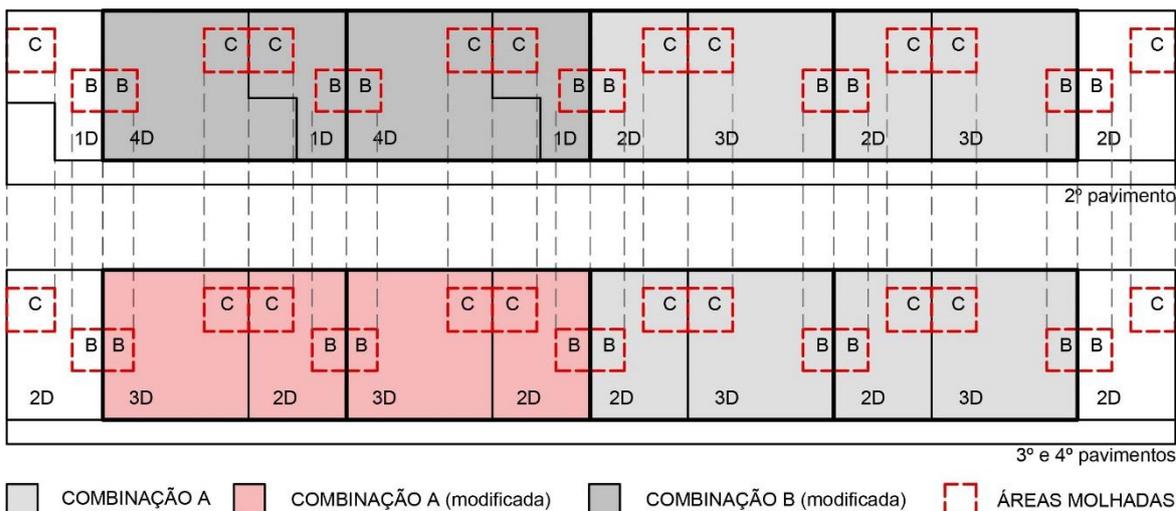


Figura 156: Edifício 4G, 2º pavimento sem data, 3º e 4º datado em 1972. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

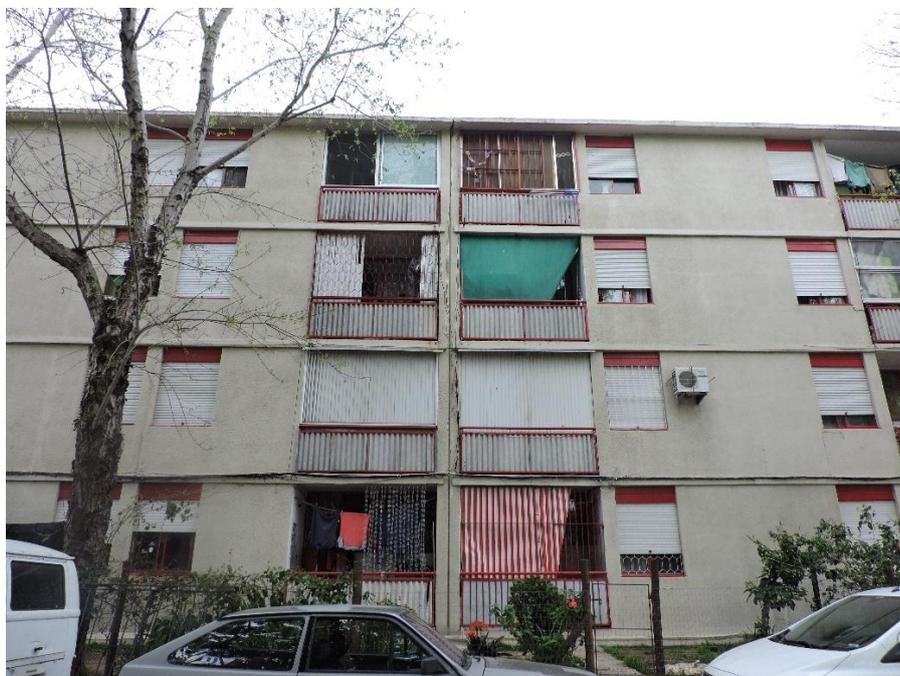


Figura 157: Fundos de um dos edifícios. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

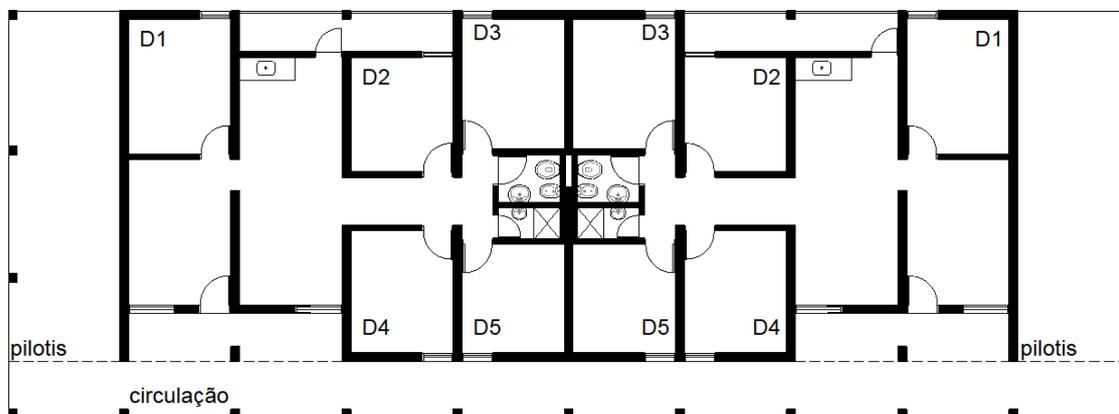


Figura 158: Pavimento térreo do edifício 6A. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, a partir de material disponibilizado pelo INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA).

b) As relações/ conexões entre escalas – entre as unidades habitacionais e os espaços coletivos mais imediatos

A relação entre a unidade habitacional e a rua elevada, na Zona 1 do JPV, ainda é intermediada pela presença de reentrâncias no limite interno dessas ruas – onde se situam a maioria dos acessos às unidades. Mesmo sendo parte da área da unidade habitacional – são locais de domínio privado dos moradores das habitações contíguas a essas reentrâncias –, foi projetada para ser um local aberto para o uso comum. Nesse sentido, as reentrâncias **conectam** unidade habitacional e rua elevada – privado e “público” –, sendo um local com um caráter mais privativo, mesmo que aberto ao coletivo, em comparação com a parte do recorrido mais uniforme da rua elevada. Tem-se então dois níveis de gradação nesse “**lugar intermediário**”, a rua elevada: o recorrido da rua elevada – com maior contato com o coletivo – e a reentrância – mais reservada, constituindo-se como um outro “lugar” (Figuras 159 e 160). Essas reentrâncias quebram a monotonia que poderia existir nesse caminho da rua elevada, assim como acontece no Byker Wall, de Erskine e no Robin Hood Gardens, dos Smithson.

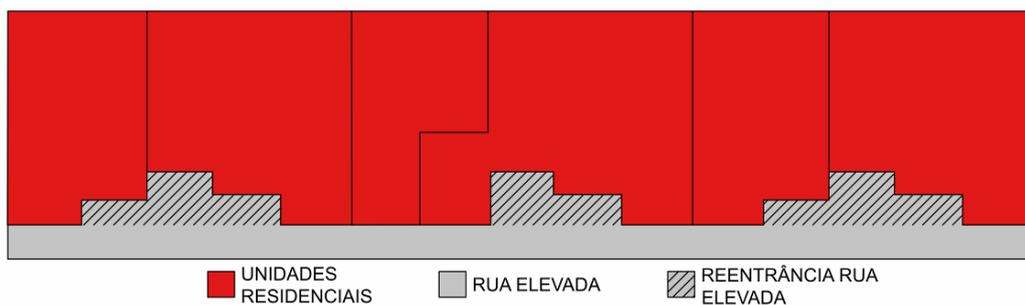


Figura 159: Esquema da planta baixa de um dos edifícios do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2018.



Figura 160: Ruas elevada e sua reentrância. Fonte: Fotografia de C. Ritter, 2018.

A apropriação dessas reentrâncias pelos moradores do conjunto se deu de maneira muito variada, sendo que alguns moradores realmente a tomaram como extensões de suas habitações. Alguns transformaram esses locais em varandas particulares: colocaram bancos, plantas, etc. (Figuras 161 e 162). Em função de “medidas de segurança”, alguns gradearam ou fecharam esse espaço. É bastante interessante observar essa variedade de maneiras com que os moradores tratam, ornamentam, utilizam esse local no entorno da entrada, da porta, de sua habitação. A porta de entrada de uma casa é um local bastante simbólico, como destacou Van Eyck: “uma porta é um lugar para uma ocasião. Uma porta é um lugar para um ato que é repetido milhões de vezes ao longo da vida entre a primeira entrada e a última saída. Creio que é simbólico¹⁸” (SMITHSON, 1966, p. 43, tradução nossa). Nesse “lugar”, a casa e a rua acabam sendo “estritamente mescladas” e “expressam suas reciprocidades” (Van Eyck).

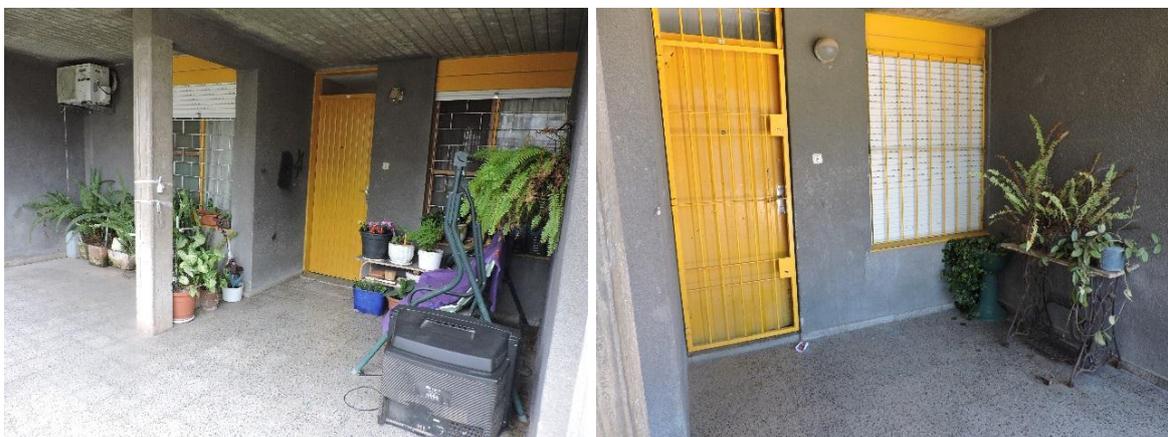


Figura 161: Reentrâncias da rua elevada. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2018 e 2019.



Figura 162: Reentrâncias da rua elevada. Fonte: Fotografias de C. Ritter, 2019.

¹⁸ Una puerta es un lugar para una ocasión. Una puerta es un lugar para un acto que se repite millones de veces a lo largo de una vida entre la primera entrada y la última salida. Creo que es simbólico.

3.4.2.5 Considerações

A gradação entre o público e o privado, somada à busca de tratamentos da inter-relação dos “fenômenos gêmeos”, assim como da relação entre elementos fixos e mutáveis – interpretações de propostas de além-mar – são atos que criaram uma positiva transição entre as diversas escalas da cidade, dentro do projeto do JPV. Parte-se do espaço público da cidade, chegando aos espaços descobertos coletivos do conjunto (praças internas e ruas internas), logo acessando os espaços coletivos “mais fechados” das circulações verticais e dos edifícios – as ruas elevadas –, entrando na reentrância da rua elevada, e por fim, na unidade habitacional – espaço privado/ fechado. Nesse sentido, conclui-se que, assim como o projeto do Bulevar Artigas, o projeto da Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela cria uma clara “associação”, atravessando as diversas escalas que vão da cidade ao espaço privado da unidade habitacional.

Igualmente ao Bulevar Artigas, esta análise focou em evidenciar os aspectos e estratégias projetuais que afastam a Zona do 1 do JPV de uma arquitetura e urbanismo mais próprios da cidade funcionalista do Movimento Moderno, e aproximam a urbanização do contexto – de críticas – arquitetônico e urbanístico, foco desta pesquisa.

São destaques da zona, nesse sentido, sua malha que não cria limites rígidos entre objeto arquitetônico e cidade através de seu arranjo mais orgânico, que também cria diversos espaços coletivos descobertos de menores proporções – praças –; a potencialização da relação entre os moradores do conjunto visada pelo projeto; a presença de diversos espaços/ “lugares” que possuem potencialidades de uso, apropriação, identidade; o complexo sistema circulatório, com grande expressividade e relevância das ruas elevadas – em todos os edifícios e seus pavimentos – e das circulações verticais, gerando conexões tridimensionais. Em relação à unidade habitacional, é importante destacar a flexibilidade com que são arranjadas as unidades, que variam entre um e cinco dormitórios, dentro da rígida modulação dos edifícios da zona.

4 A realidade das cooperativas habitacionais uruguaias

Este relato apresenta minhas impressões das *viagens* que realizei nas cooperativas habitacionais uruguaias. *Viagens* porque para mim não foram apenas visitas: saí do país para conhecer e tentar compreender a realidade desses conjuntos habitacionais. Destaca-se que este texto trata então de uma “imagem” daqueles momentos nos conjuntos e das pessoas que se teve contato naquelas manhãs e tardes, em setembro de 2018 – viagem 1 – e em fevereiro de 2019 – viagem 2.

No capítulo anterior desta dissertação, prevalecem as análises voltadas aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos da **concepção (o projeto foi o foco)** dos conjuntos estudados. Aqui, tem-se o intuito de refletir em cima da análise da **realidade** desses conjuntos, reconhecendo-se as limitações de se compreender com precisão/ perfeição essa realidade – não é essa a minha intenção –, em função do método mais livre aqui utilizado.

Nesse sentido, não existe uma proposta direta de comprovação da hipótese da pesquisa, mas propostas de **aproximações entre a realidade e o projeto**, procurando observar se algumas intenções presentes nos projetos se consolidaram/ concretizaram em alguma medida. Há, então, através de minha apreensão daquela realidade, uma breve relação entre as potencialidades encontradas nos projetos desses conjuntos, os conceitos que embasaram as estratégias projetuais e sua concretização “real”.

Fomos, então, ao encontro do Complexo Habitacional Bulevar Artigas e do Complexo Habitacional José Pedro Varela buscando absorver, de maneira bastante flexível, aquilo que poderia potencializar e então encerrar esta dissertação – absorvida sobretudo pelo campo da teoria da arquitetura e do urbanismo. *E foi muito bom para mim sair um pouco da teoria. Embora seja muito mais fácil falar sobre livros, do que sobre a realidade; seja mais confortável escrever com uma metodologia, do que escrever com liberdade.*

Estruturalmente, este relato foi dividido em três momentos: um primeiro momento que conta cronologicamente o que se observou e nos foi relatado em cada conjunto e em cada viagem (itens **Viagem 1** e **Viagem 2**); um segundo momento em que o texto é organizado por temáticas (item **Alguns pontos de destaque**); um encerramento (item **Para encerrar o relato...**).

Cena do Bulevar Artigas¹.

4.1 Viagem 1

A ideia dessa primeira viagem era estabelecer um contato inicial com alguns moradores das cooperativas, para depois retornar e falar com demais moradores – inicialmente, existia a intenção de realizar cartografias sociais com os residentes do conjunto –; além de realizar um levantamento fotográfico autoral. Foi combinado um encontro com Nelson Trías – sócio desde o princípio da cooperativa Bulevar Artigas, também arquiteto – às 10 horas da manhã de sábado, dia 23 de setembro de 2018. Conversamos com ele e depois fizemos um recorrido completo pelo conjunto, inclusive conhecemos seu apartamento. Já na primeira visita ao JPV, na tarde daquele mesmo sábado, não tínhamos conseguido estabelecer um contato certo com nenhum morador, então fizemos nosso recorrido pelo conjunto por conta própria.

Nesta primeira ida a Montevideú, na quinta e sexta anteriores, realizamos outras atividades pela cidade: fizemos pesquisas na biblioteca da FADU/ UdelaR, que nos renderam acesso a importantes bibliografias para esta pesquisa; tivemos acesso ao IHA, também na FADU, instituto que nos passou parte dos projetos digitalizados das duas cooperativas e nos encontramos com Raúl Vallés, figura importante para o cooperativismo habitacional uruguaio atualmente.

¹ Todas as fotografias apresentadas neste capítulo foram tiradas durante as viagens em 2018 e 2019.



Desenho da Zona 1 do JPV, imagem disponibilizada pelo IHA.

Primeiramente, é interessante relacionar o que disseram Nelson e Susana (uma moradora que encontramos ao acaso no JPV) na primeira viagem em cada conjunto. Para Nelson, “*é um modo de vida*”, viver no Bulevar Artigas. E para Susana, “*há de se saber conviver*” no José Pedro Varela, pela proximidade que se tem com a vida e a casa dos vizinhos. Mesmo assim, ela falou que gosta de ali viver.

Esses dois depoimentos possuem certa relação com o que Delgado Pereira (2018) comenta sobre o projeto Byker, de Ralph Erskine – apresentado no capítulo 1 desta pesquisa –, dizendo que seus apartamentos “redefinem a ideia de ‘viver juntos’ [...] e que apesar de apresentar problemas com a passagem do tempo, como o próprio Erskine disse, os aspectos positivos do planejamento superam os negativos²” (p. 20, tradução nossa). Nesse sentido, pode se entender também que, os aspectos positivos, encontrados durante as viagens nas cooperativas habitacionais estudadas, superam suas deficiências.

4.1.1 Bulevar Artigas

Ao se chegar pela primeira vez no Bulevar Artigas, comprova-se que o conjunto gera um grande impacto visual pela sua escala. Porém, quando se está no espaço entre seus edifícios, suas alturas não dão a sensação de sufocamento. Há realmente espaço suficiente para que aquele seja um local agradável, assim como em relação às ruas de seu entorno, principalmente à Av. Bulevar Artigas, que por ser bastante larga, comporta a escala do conjunto. O recuo e os escalonamentos (verticais e horizontais) dos edifícios também fazem com que o peso do conjunto seja suavizado em relação às ruas de seu entorno e ao espaço descoberto entre seus edifícios.

² [...] redefinen la idea de “vivir juntos” en un soporte habitacional poliédrico, que toma diferentes formas según las especificidades del contexto donde se implanta, y que si bien ha presentado debilidades con el transcurso del tiempo, como decía el propio Erskine, los aspectos positivos de la planificación superan a los negativos.



Av. Bulevar Artigas em primeiro plano, o conjunto ao fundo das imagens.

Naquela primeira viagem, a conversa com Nelson iniciou por onde as conversas sobre as cooperativas habitacionais uruguaias sempre iniciam: falando da importância da Lei Nacional de Habitação do Uruguai – já abordada por esta pesquisa – para a concretização das cooperativas, e então, dos conjuntos habitacionais. Nesse nosso primeiro contato, Nelson nos deu “uma aula” sobre o cooperativismo e aproveitamos para tirar algumas dúvidas em relação ao sistema e aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos do Bulevar Artigas.

Em relação ao projeto arquitetônico do Bulevar, perguntamos o que determinava a área de cada unidade habitacional no Bulevar e Nelson nos disse que esse limite vinha da legislação³, e que ele pensava que então não seriam questões de custo que determinariam o tamanho da habitação [*o que sempre parece ser o determinante aqui no Brasil*], mas sim de necessidade. Quando falamos para ele que nossa habitação social de dois dormitórios chega a possuir apenas 35 m², Nelson disse que era um “*disparate*”. Por outro lado, Nelson também comentou, em relação ao Bulevar, que por questões econômicas, simplificaram algumas especificações de projeto (diminuindo custos); como exemplo, mudaram o tipo de piso das habitações, os azulejos eram só brancos, etc.

Ainda sobre este assunto da habitação em si, Nelson nos disse algo mais ou menos assim:

[...] é político, que **a habitação não pode ser considerada com a lógica bancária**, é uma questão de um direito e de uma necessidade, e se deve buscar que se resolva que cada um possa ter sua habitação independente de sua capacidade econômica.

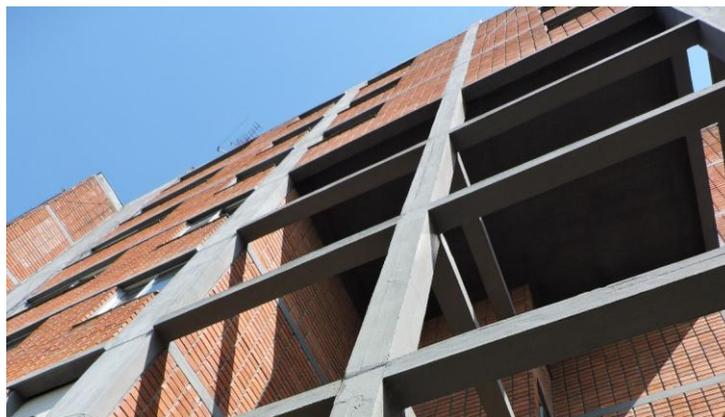
³ Segundo a Lei Nacional de Habitação, a unidade habitacional econômica, de um dormitório, não deveria passar de 40 m², adicionando-se 15 m², no máximo, por cada dormitório acrescentado. A unidade habitacional média, de um dormitório, não deveria passar de 50 m², adicionando-se, no máximo, 19 m² por dormitório acrescentado.

Comentamos com Nelson que chamava a atenção a diversa variação nos projetos das unidades habitacionais do Bulevar. Em relação a essa diversidade de opções, ele nos informou que, no momento em que as famílias foram escolher o tamanho de seus apartamentos, houve uma preocupação em orientar os jovens casais para o caso em que a família aumentasse. Essa indicação, de se prever na unidade, por exemplo, um dormitório a mais para famílias de jovens casais, aparece também na Lei Nacional de Habitação.

Nelson, no decorrer da conversa, falou que é “fanático” pelo Bulevar Artigas. Mesmo assim, admitiu um dos problemas de seu projeto: a falta de acessibilidade no conjunto – principalmente pela presença de elevadores a meio nível e pela grande presença de escadas resolvendo os desníveis. Comentou ainda que essa é uma questão bastante difícil de ser corrigida. Ainda em relação a esse assunto, Nelson relatou que houve limitações econômicas no projeto que levaram às soluções escolhidas e que na época do projeto ninguém se deu conta de que a grande quantidade de escadas pelo conjunto poderia virar um futuro problema.

Por outro lado, um dos destaques positivos do conjunto é sua manutenção exemplar, pois o Bulevar se encontra em bom estado de conservação, tanto em relação aos seus edifícios, como a seus espaços de uso comum. Percebe-se um cuidado que é despendido para manter o conjunto em ótimo estado de apresentação e para seu uso.

Durante o recorrido que fizemos com o arquiteto/ morador pelo conjunto, comentamos com ele sobre os vazios presentes nos volumes dos edifícios, se eles haviam sido projetados com a possibilidade de um dia serem preenchidos e ele logo nos disse que eles eram apenas “formalismos”. Informou que não havia essa intenção de futuros aumentos, embora algumas bibliografias que consultamos tragam essa informação equivocada. De qualquer maneira, esse jogo formal dos volumes pode ter a intenção de passar a mensagem de um edifício que pudesse, assim como intencionavam as obras dos metabolistas dos anos 1960, cambiar/ crescer, durante a “vida” da construção, dentro de uma estrutura já pensada para absorver essas mudanças. Poderia haver também uma ideia de uma arquitetura que é formada, que se completa, pela presença de vazios entre elementos.



Vazios nas estruturas dos edifícios.

4.1.2 José Pedro Varela (Zona 1)

Chegamos no JPV, perguntamos a um guarda que estava na guarita ao lado do portão – sempre aberto quando de nossas visitas –, se havia alguém disponível da diretoria para conversar conosco e, como não havia, perguntamos se podíamos conhecer o conjunto. Fomos autorizadas. Em comparação com o mais agitado sábado pela manhã no Bulevar, a Zona 1 do JPV parecia muito mais calma naquele início de tarde sem sol.



Primeiras fotografias da Zona 1.

Neste dia, como já comentamos, ao acaso, conversamos com uma moradora – Susana. Buscamos informações sobre a época da construção do JPV e então ela nos comentou que seu pai – morador original – dormia apenas umas quatro horas por noite na época da construção do conjunto. Sabe-se que Ajuda Mútua é um processo que demanda muita dedicação/ sacrifício de seus cooperativados, mas o que também se deve levar em conta é que sem essa possibilidade, infelizmente, essas pessoas não teriam conseguido acessar uma habitação com a qualidade alcançada no JPV.

Quanto à manutenção do conjunto, embora atualmente o estado de conservação varie entre os edifícios do JPV, a conservação e o cuidado de seus jardins são um destaque positivo do conjunto. Os espaços coletivos no JPV são numerosos e diferenciados, o que

poderia ser uma dificuldade para a manutenção, mas na verdade não parece haver essa complicação. Na viagem 2, comprovamos que a cooperativa possui uma política de manutenção desses espaços descobertos.

Na Zona 1 do JPV, cada espaço coletivo é então um diferente “lugar” no conjunto. A criação de praças menores pela zona propiciou uma aproximação – geográfica e emocional – maior com os espaços coletivos descobertos do conjunto. Nesse sentido, parece haver um cuidado mais atento, por parte dos moradores do conjunto, em relação a essas áreas, muito possivelmente por estarem próximas às habitações e dos moradores. Um lugar com o qual os moradores se identificam, um lugar apropriado, principalmente no sentido de estar bem cuidado. Lugares que, além de praças, são como jardins, aproximando a habitação coletiva e seus espaços coletivos, como a casa e o jardim da cidade tradicional.



Jardins e edifícios do JPV.



Jardins e edifícios do JPV.

Naquele dia, quando estávamos saindo do JPV, parecia que recém o conjunto estava acordando, já encontrávamos um pouco mais de pessoas pelos seus espaços coletivos e pelas ruas.



Uma das últimas fotos daquele dia.

Ainda voltamos ao JPV, no dia seguinte, domingo de manhã, para uma última espiada no conjunto, com esperanças de talvez ver seus espaços mais ocupados, mas aquele domingo pela manhã também estava cinzento, como a tarde do sábado anterior. Visitamos e observamos alguns espaços coletivos novamente e fomos enfim embora.



Fotografias do domingo pela manhã.

4.2 Viagem 2

Foi só um sábado – 16 de fevereiro de 2019 – em Montevidéu, mas ouvimos muitas histórias. Marcamos de nos encontrar com “Toto” Nuñez, morador da Zona 1 do JPV – não era um componente da atual diretoria do conjunto, mas continuava um participante ativo na organização e administração da cooperativa –, às 10 horas. E às 16 horas, novamente com Nelson e alguns outros moradores do Bulevar. Dessa vez fomos aos conjuntos de ônibus, saindo do Terminal Tres Cruces de Montevidéu, porque também saímos de ônibus de Pelotas. Ao me deslocar de ônibus pela cidade, assimilei melhor a localização dos dois conjuntos.

4.2.1 José Pedro Varela (Zona 1)

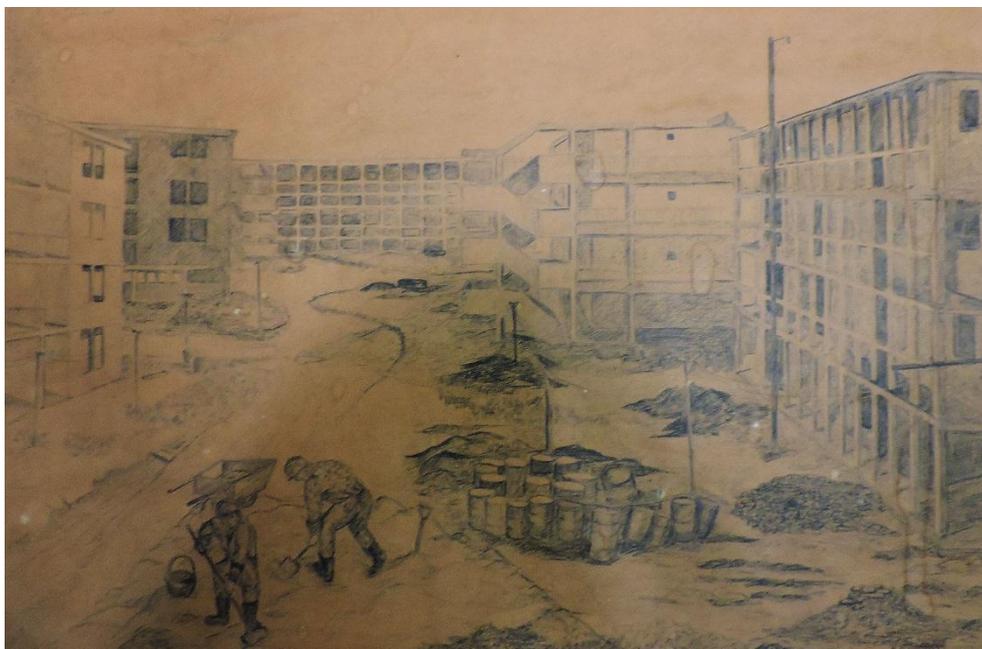
Nosso ônibus passou em frente à Zona 1 do JPV, mas decidimos descer mais adiante, no Parque Rivera. Subimos em direção ao conjunto atravessando parte do parque, andamos um pouco mais pela calçada da Rua Alberto Zum Felde e chegamos novamente ao conjunto. Desta vez o sol nos acompanhou todo o dia e as fotografias da Zona 1, que foram tiradas neste dia, são todas ensolaradas – mais tarde, algumas do Bulevar, são quase ao pôr do sol desse dia.

Tive a impressão que neste dia realmente conheci o JPV. Olhei a Zona 1 através de uma luz diferente, uma luz mais animada. Acho que faltava também interagir mais com os moradores de lá, para que o José Pedro Varela pudesse ganhar vida para mim.



Zona 1.

De longe, quando Toto estava chegando, já nos reconheceu: em um banco, com mochilas e máquina fotográfica. Convidou-nos a entrar em uma sala da administração da Zona 1 e por ali começamos a conversar. A conversa durou um bom tempo e foi sobre diversos assuntos. Tiramos algumas dúvidas em relação aos aspectos construtivos do conjunto. Durante a conversa, eu olhava para um quadro na parede, atrás de Toto, assinado por E. Espindola, datado de 1980:



Fotografia do desenho representando a obra da Zona 1.

Toto nos passou algumas informações importantes em relação à Zona 1. Por exemplo, que para manter os espaços coletivos, os espaços verdes, etc., os cooperados dão um aporte mensal⁴, que pode ter pequenas variações em cada mês, sendo que em fevereiro de 2019 precisaram pagar 1.105,25 pesos uruguaios (mais ou menos R\$ 130,00). Esse aporte é de sempre o mesmo valor entre os cooperados, não importando a área da unidade habitacional de cada família. Eles possuem também um fundo de emergência no caso de algum cooperado ter dificuldades de pagar o seu aporte, conforme também a legislação exige.

Em relação à gestão do JPV, existem comissões que mantêm a cooperativa funcionando em harmonia. As assembleias exigem de forma obrigatória a presença de todos os cooperados, assim como é obrigatório participar das eleições das diretorias. O não comparecimento gera multas⁵. Tem-se então, é claro, certas obrigações para quem mora no JPV – e nas cooperativas habitacionais de modo geral –, mas Toto destacou que é tudo muito democrático. Ele também falou que existe na zona uma cultura do diálogo, e o que influi muito no sistema é toda a organização social da cooperativa. Toto também comentou que eles possuem uma postura de defender os direitos e avançar.

Essas questões também são comentadas pela bibliografia, por exemplo, Vallés (2015) relata que, imprescindível para o sucesso das cooperativas habitacionais é toda a participação coletiva que possuem. Nessa estrutura, a própria cooperativa decide questões de gestão e produção. Especificamente em relação ao Complexo José Pedro Varela, Cubría e Di Paula (1999) citam como essenciais para o sucesso do sistema a participação e a autogestão. Os autores complementam que houve uma tomada de consciência quanto à importância da participação, a qual também era estruturada por mecanismos democráticos.

Em relação aos aspectos arquitetônicos dessa cooperativa, chamou nossa atenção o que Toto disse em relação à imagem plástica da Zona 1 do JPV, dizendo que “*não é linda*” e a comparou com um “*estilo União Soviética*”. Talvez essa impressão decorra da comparação com os conjuntos de seu entorno – o outro setor da Zona 1, as Zonas 3 e 6, outros conjuntos habitacionais de seu entorno –, em que se destaca a presença de tijolos à vista, em comparação com a rigidez da presença constante do branco e do cinza daqueles edifícios. Vale lembrar a recorrência no uso de tijolos à vista também em diversas cooperativas uruguaias espalhadas por Montevidéu.

⁴ Essa soma aportada pelos cooperados era desvinculada do aporte que os cooperados tinham de dar à cooperativa para a amortização do empréstimo feito para construção do conjunto em si.

⁵ Consta, no Decreto nº 633/ 69, de 17 de dezembro de 1969, Normas de Organização e Funcionamento, Art. 17, as obrigações dos associados das cooperativas. Algumas dessas obrigações são participar de todas as assembleias e reuniões, assim como votar em todas as eleições de representação. Cada cooperativa habitacional também tem seu regulamento próprio, embasado nas legislações gerais.



O cinza no JPV.

Toto também comentou as dificuldades geradas pelo regime militar no sistema cooperativo. As assembleias de sorteio das habitações eram realizadas à medida em que a construção de cada bloco ia sendo concluída. Essas assembleias eram clandestinas em função daquele regime estar vigente no final das obras – o regime se instalou em 1975. Assim, rapidamente eles precisavam ocupar as unidades para essas não serem tomadas pelos militares. Nelson (Bulevar Artigas), na primeira viagem, disse algo parecido em relação ao Bulevar: fizeram o sorteio com o conjunto ainda não acabado, para irem ocupando as unidades e essas não serem tomadas pelos vizinhos militares. Toda a história do sistema cooperativo foi muito sufocada pelo regime militar. Mérito ainda maior possuem as cooperativas por terem conseguido sobreviver a esse período crítico da história uruguaia.

Brevemente, vale citar o que Portillo (2010, p. 67, tradução nossa) comenta sobre os reflexos do golpe de estado no andamento das cooperativas uruguaias:

depois do golpe de estado de 1975, o cooperativismo habitacional e em particular por ajuda mútua, foi banido, deixando-se simplesmente finalizar aqueles projetos que já haviam sido aprovados e estavam em curso. Além das suspeitas políticas que o cooperativismo gerava, uma das coisas que despertava maior animosidade por parte das autoridades era a propriedade coletiva⁶.

Depois dessa conversa com Toto, ele nos apresentou a Zona 1. Visitamos as mulheres que estavam trabalhando naquele momento na administração, em uma sala ao lado de onde estávamos. Vale citar que os trabalhadores desse setor no JPV são

⁶ [...] a partir del golpe de estado de 1975, el cooperativismo de vivienda y en particular por ayuda mutua, fue proscripto dejando simplemente finalizar aquellos proyectos que ya habían sido aprobados y estaban en curso. Además de las sospechas políticas que generaba el cooperativismo, una de las cosas que despertaba mayor animadversión por parte de las autoridades era la propiedad colectiva.

contratados entre seus moradores. Em seguida, fomos conhecer o Salão Comunal e Cultural da COVISUNCA 456, no térreo de um dos blocos da zona, onde Susana – outra Susana, não a mesma que encontramos na primeira viagem – nos esperava. Susana é moradora da zona, e faz parte da Comissão de Fomento do conjunto, comissão que tem a responsabilidade de organizar diversas atividades ligadas à questões culturais na cooperativa.



Na sala de administração do conjunto. Foto de Toto.

No Salão, Toto e Susana nos relataram que aquele era o local onde até mais ou menos 1997 havia funcionado a escola do conjunto. Na época em que a escola prevista em projeto deveria ser construída, os militares não permitiram e segundo o que eles nos relataram, a justificativa era “*para não se ter uma escola em uma cooperativa e então formarem comunistas*”. Nas paredes do salão havia uma série de fotos documentando momentos da construção do conjunto. Ao fundo de algumas, estavam empilhados os blocos de cerâmica utilizados na construção.



Célia, Susana e Toto, na frente e dentro do Salão.



Antigas fotografias da Zona 1.

Logo após, conhecemos a biblioteca do conjunto. Em seguida, Susana nos levou para conhecer seu apartamento. Ela era artista plástica e mostrou em sua casa diversos de seus trabalhos. A escultura da cabeça de uma mulher nas fotografias abaixo é um deles. Enquanto íamos para seu apartamento, falou sobre os caminhos que fazia pelo conjunto: quando chovia, aproveitava ao máximo até onde podia ir pelas ruas elevadas, para não se molhar. Destacou que tinha muitas possibilidades de caminhos para chegar ao seu apartamento, sendo que então ela escolhia seu caminho de acordo com o contato que desejava estabelecer com os vizinhos.



Susana e Célia andando nas ruas elevadas do JPV.

Essas diversas possibilidades de caminhos relatadas por Susana, para se chegar a um mesmo lugar, só são possíveis em função da implantação do conjunto ser como uma “semitrama” (Alexander): conexões diversas entre os elementos de determinada estrutura. Em contraponto com uma implantação como uma “árvore”, com um sistema limitado de conexão entre os elementos, geralmente, criando conexões mais indiretas do que diretas. Como também, observa-se que a intenção para que exista um contato mais próximo entre vizinhos – critério valorizado para influir nas estratégias projetuais do conjunto, segundo relatado na bibliografia dos próprios arquitetos do conjunto –, realmente ocorre.



Casa da Susana.

Por outro lado, Susana admitiu, quando estávamos indo ao seu apartamento, que um dos problemas do conjunto é que, por exemplo, as ambulâncias se perdem, por isso há diversas indicações dos nomes dos blocos pelo conjunto. Obviamente, um desenho mais complexo – bastante comentado na análise deste conjunto – na implantação de projetos pode gerar esse tipo de dificuldade de localização, gerando também certas desvantagens. Confesso que na primeira viagem, e ainda na segunda, não consegui me localizar perfeitamente pelo conjunto, principalmente depois de sair das ruas principais e me embrenhar por suas diversas praças e ruas mais internas. Porém, pelo relato de Susana, esse complexo sistema gera, pelo menos para seus moradores, na verdade, potencialidades de conexão e de encontro; por fim, entendo que gera aspectos mais positivos do que negativos.



Observar indicações nomes e direções dos edifícios.

Susana mostrou para nós, ainda no caminho de seu apartamento, um informe colado em uma das escadas do conjunto. Esse informe era um convite para uma reunião entre moradores de determinados blocos, para discutirem assuntos em comum. Observa-se então a preocupação da organização coletiva desse conjunto, que pode se dar através de grupos menores. Outro exemplo de organização entre vizinhos é a construção de *parrilleros* para uso coletivo de um grupo de moradores. Em um desses espaços, realizamos nossa última conversa no conjunto. Nesse sentido, entende-se que os moradores possuem certa autonomia para se juntarem em grupos menores e então fazerem melhorias pelo conjunto.



Informe.

Susana, agora na porta de sua casa, disse-nos que antigamente não se podia fechar as reentrâncias das ruas elevadas, nem mesmo plantas eram permitidas que fossem ali colocadas, mas que agora isso era livre. E essa liberdade de uso deste espaço foi bastante observada pelo conjunto, porque cada reentrância é decorada/ mobiliada de maneira

diferente. Plantas também são colocadas até no caminho da rua elevada. Interessante também é observar as diversas cortinas ou toldos que protegem as ruas elevadas. Em alguns edifícios, observa-se a intenção de usar a mesma cor dos detalhes constitutivos nesses elementos. Diferente, ainda, é como se dão os fechamentos, ou não, das varandas dos fundos das unidades habitacionais, originalmente abertas e com a presença de um guarda-corpo apenas.



Reentrâncias do JPV.



Plantas nas bordas da rua elevada.



Cortinas e toldos no JPV.



Varandas dos fundos.

Depois fomos ao *parrillero*, onde Toto nos esperava. Lá, conversamos também com outra moradora – Carolina. Perguntamos para Carolina o que ela achava da contínua passagem de pessoas pela rua elevada, junto aos apartamentos, se a incomodava, e ela disse que não, que fazia parte do morar junto. Até salientou que, para morar na cooperativa, é preciso gostar de compartilhar, pois o contato entre as famílias e entre os moradores é extremamente estreito. Do contrário, viver ali pode se tornar uma *tortura*. Ainda em relação ao uso da rua elevada, falou que inclusive se reunia com sua família para ali sentar e que, na verdade, *chegavam então a atrapalhar o caminho*. Também falou que gostava de tomar mate na rua elevada, porque a rua – mesmo no segundo pavimento – chegava a ser sombreada por árvores. Carolina também comentou o que chamava muito a atenção de quem visitava o conjunto: *o verde, o cimento, as escadas abertas*.

Nesse sentido, novamente se observa que as ruas elevadas cumprem o seu papel como locais de encontro. As relações que ocorriam nas ruas públicas da cidade tradicional, agora podem ocorrer nos espaços coletivos dos edifícios do JPV – em contato direto com as casas dos moradores. Uma rua viva e com potencialidades sociais, em oposição à rua da cidade moderna, afastada das construções, e conseqüentemente, das pessoas.



O verde, o cimento, as escadas abertas.

Interessante também é o que Carolina nos comentou em relação à Ajuda Mútua. Para ela, é interessante esse processo em que as pessoas aprendem a construir já construindo. O processo todo é, no fim, um importante aprendizado, e isso era bom, segundo ela. Assim como nos comentou a importância do vínculo que se cria entre pessoas que trabalham em conjunto.



Conversa no *parrillero*. Fotografia tirada por Toto. Da esquerda para a direita: Célia, Carolina, Susana e eu.

Por fim, Susana nos levou a uma rua lateral, atravessamos a área verde que fica entre as Zonas 1 e 3 do José Pedro Varela e ela nos deixou ali no início da Zona 3. Essa área verde pública entre as zonas foi justamente pensada como um parque linear conectando as zonas do JPV, vinda a partir do Parque Rivera. Essa área estava em bom estado de conservação e permitia tranquilamente a conexão entre as zonas. Passamos

rapidamente pela Zona 3, observando alguns espaços coletivos daquele conjunto, os edifícios e então fomos embora, em direção à Avenida Itália, para pegar um ônibus de volta ao Tres Cruces. Dali, iríamos pegar na Av. Bulevar Artigas outro ônibus para o próximo conjunto.



Cenas na Zona 3 do José Pedro Varela.

4.2.2 Bulevar Artigas

No Bulevar Artigas nos reunimos com cinco moradores, incluindo o arquiteto Nelson, que nos recebeu na primeira visita. Todos tinham o que falar e contribuir para nossos questionamentos, demonstrando muita disposição naquele momento. Eles pareciam gostar de falar da cooperativa, de nos relatar acontecimentos diversos da vida deles ali. Como sempre, falaram da importância da Lei Nacional da Habitação para o processo do cooperativismo habitacional no Uruguai. Aparentaram também possuir um orgulho de sua morada e de toda a caminhada até ali. Após essa conversa, fizemos um passeio pelos espaços coletivos do Bulevar em conjunto com alguns desses moradores.



Eu e os moradores, e Célia e os moradores. Nelson ao nosso lado.

Durante esse encontro com os moradores do Bulevar, muito falamos/ discutimos sobre os aspectos arquitetônicos positivos do Bulevar, mas um dos moradores nos alertou de que não adiantaria o conjunto ter um bom projeto, se não existisse um “*grupo por trás*”, como que para realmente fazer a arquitetura funcionar.

E uma das questões que garantem a gestão dessas cooperativas habitacionais, são as já citadas comissões. No Bulevar, por exemplo, existem a Comissão de Administração, a de Manutenção e Jardinagem, a de Vigilância, a de Fiscalização e a de Fomento. A última parece ser uma comissão “de destaque” nas cooperativas, bastante citada pelos moradores do Bulevar e do JPV. Como já comentado, essa comissão é responsável pela organização de atividades coletivas entre os moradores, atividades esportivas, culturais, de recreação, etc.

Naquele sábado à tarde, observamos que o conjunto parecia estar em festa, seus espaços coletivos estavam tomados de crianças, adultos e idosos – os jardins, o *parrillero*, os brinquedos, as quadras de esportes. Não parece haver dúvidas de que esses espaços do Bulevar são muito apropriados pelos seus moradores. Vindo do entorno, atravessando os edifícios, esse grande lugar descoberto se materializa, com diversas possibilidades de uso e como um “respiro”. Parece-nos ser realmente um lugar de encontro, de associação, entre os moradores do Bulevar.



Sábado à tarde no Bulevar.

Em nosso primeiro encontro com Nelson, ele já havia nos dito que os espaços descobertos do conjunto, primeiramente, não tinham nada e que, aos poucos, se foi equipando-os. Acredita-se que isso também pode ter contribuído para que os espaços sejam apropriados pelos moradores da maneira como ocorre hoje, pois esses “espaços”, aos poucos, foram se transformando nos “lugares” que os moradores gostariam de habitar. Dina, uma das moradoras com quem conversamos no Bulevar, relatou ter ficado muito satisfeita com esses grandes espaços do conjunto, pensando no quanto seus filhos podiam desfrutar, fazendo piqueniques, como se morassem fora da cidade e não no “coração” de uma cidade.

Ainda em relação aos espaços coletivos descobertos do Bulevar, perguntamos aos moradores qual espaço eles mais usavam/ preferiam no conjunto e nos responderam ser a praça das crianças, porque aquele era o “*lugar do encontro*”. Comentaram também que os *parrilleros* e as quadras de esportes eram os locais mais utilizados pelos jovens.

Os moradores também comentaram sobre o permanente circuito de contato, presente nas estratégias projetuais do Bulevar, como também, uma intenção de fazer acontecer dentro dos “limites” do projeto, o que acontece na vida pública. Essas intenções, de aproximar a vida pública das habitações coletivas, tem muita relação com o apresentado no contexto estudado por esta pesquisa. Também nesse sentido, observaram que chama a atenção de crianças visitantes os diversos caminhos e escadas do conjunto, sendo como um brinquedo para elas, que correm para lá e para cá.

Durante nosso encontro, os moradores destacaram que o sistema cooperativo do Bulevar se constitui como um processo que vai além de apenas o acesso à habitação. Um dos moradores nos relatou que veio inicialmente para a cooperativa apenas “*pela casa*”, mas que então acabou virando um cooperativista. Eles reforçaram esse entendimento que ingressar no Bulevar “*não tratava da compra de um apartamento, mas do ingresso em uma cooperativa*”.

Atualmente, para se entrar na cooperativa, custa por volta 90.000 dólares (mais ou menos 348 mil reais) – mesmo assim, nos relataram que é mais barato do que um imóvel, daquela mesma qualidade, no mercado de Montevideu, nessa zona central. Porém, existe um sistema de prioridade no Bulevar, onde a “venda” de unidades não é uma “venda aberta”. Existe uma prioridade de “oferta” para quem quer se mudar dentro da própria cooperativa, pois é realizada uma divulgação interna quando da disponibilidade de alguma unidade habitacional, assim como existe uma prioridade de acesso para filhos de cooperados do Bulevar.

Observa-se então que, assim como no JPV, não existem aqueles anúncios de vende-se/ aluga-se, demonstrando o quanto esse sistema está situado dentro de outra lógica de mercado. Para entender um pouco o perfil econômico dos atuais moradores do Bulevar, perguntamos quanto era a renda média das pessoas que ali viviam. E os moradores responderam que moram ali pessoas de classe média – renda maior do que das pessoas que vivem no JPV.

Novamente, ouço de seus moradores, que viver no Bulevar é *uma forma de vida*. Então perguntamos se esses moradores viviam bem ali, eles nos disseram que sim, e *que não pretendiam vir a se mudar*.

4.3 Alguns pontos de destaque

4.3.1 Participação

A partir das rápidas viagens aos conjuntos, conseguimos perceber alguns reflexos da participação no processo de projeto nessas cooperativas. Para Nelson, o processo participativo faz parte da essência de todo o sistema e o projeto do Bulevar acabou sendo muito participativo. Nelson, talvez ainda mais por ser também arquiteto, explicou de maneira clara diversos aspectos projetuais do conjunto, explicando suas potencialidades e limitações.

Na conversa com os moradores do Bulevar, eles relataram que os arquitetos do CCU foram sempre muito presentes. Comentou-se também a importância do Instituto de Assistência Técnica para o sistema cooperativo, por ser formado de profissionais de diversas disciplinas – arquitetos, assistentes sociais, advogados, contadores. Duas pessoas do próprio instituto também faziam parte da cooperativa, ou seja, iriam vir a morar no conjunto também, por isso um dos moradores comentou que confiava no resultado do projeto.

Em determinado momento, quando caminhávamos pelo Bulevar na última visita, um dos moradores nos disse o motivo da variação na altura dos edifícios: para que não se formassem entre os edifícios fortes correntes de vento. Mais um exemplo de como os moradores são cientes dos motivos das estratégias projetuais e que também ainda se recordam dessas. O contato entre futuros moradores e arquitetos – como já comentado no primeiro capítulo desta pesquisa – é indicado por Collymore (1983) como benéfico, justamente por propiciar aos primeiros que assimilem as limitações e os motivos das escolhas projetuais de sua futura habitação.

Destaca-se também que a participação nas cooperativas não ocorre apenas quando de sua concepção, no processo de projeto e, em alguns casos, na sua construção. Existe uma contínua participação coletiva e um constante trabalho de vigilância em relação às regras de convivência, que gera esforços físicos e psicológicos por parte de seus moradores e das comissões por eles formadas, para garantir a continuidade de autogestão dessas cooperativas habitacionais, para então se ter também garantido o bem-estar que sentem esses moradores ao viverem nesses conjuntos.

4.3.2 Um conjunto habitacional aberto para seu entorno

Chama muito a atenção a imponência do Bulevar Artigas, como também, seus espaços fluídos e integrados com o entorno. Porém, já na primeira visita ao conjunto, Nelson nos relatou que é uma discussão permanente vir a cercar ou não o Bulevar. Embora o uso dos espaços coletivos descobertos do conjunto seja um pouco limitado para quem não é morador, a sua passagem é bastante livre.



Bulevar Artigas a partir da Av. Bulevar Artigas.

Quanto à permanência do conjunto sendo aberto ao bairro, para os moradores que conversamos na segunda visita, simplesmente disseram que o Bulevar não foi feito para ser fechado, porque todos do bairro vem ali, por exemplo. E quanto ao problema da violência urbana, responderam que se deveria então “*cerrar todo o país*”, porque violência há em todo lugar, e que fechar o conjunto não iria resolver essa situação. Vale destacar que o Bulevar possui vigilantes contratados para fazer a segurança do conjunto, e que não existem câmeras de monitoramento.

4.3.3 E as grades do JPV

Quanto ao fechamento da Zona 1 do JPV, Toto nos informou que ele foi feito há mais ou menos 15 ou 20 anos. E que esse tema foi muito discutido antes de sua efetivação. No JPV – diferente do Bulevar, que possui possibilidade de trancamento das portas nas torres de circulação –, quando aberto ao seu entorno, qualquer pessoa conseguiria chegar à porta da casa dos moradores. Situado ainda em área mais periférica de Montevidéu, o JPV sofre mais com problemas de segurança. Mesmo assim, embora possua grades em seu entorno, nos três dias que visitamos a Zona 1, seus portões – principais e secundários – estavam sempre abertos.



Grades e o JPV.

Porém, a presença de grades no JPV não está apenas cercando seu entorno. Alguns moradores de mesmo andar parecem ter se unido e decidido gradear parte da rua elevada, pois encontramos alguns casos pelos edifícios. Também algumas pessoas gradearam as reentrâncias das ruas elevadas frente as suas habitações – ou fecharam esse espaço de alguma outra maneira, utilizando diferentes materiais como o plástico, o vidro. Vale lembrar que as reentrâncias não são espaços coletivos do conjunto, mas pertencem individualmente aos moradores. Também aparece cercada uma das principais praças com brinquedos na Zona 1. Toto nos comentou que essa praça – que leva o nome do criador da cooperativa, Hederson Cardozo – é uma das melhores praças da zona, por isso estaria mais protegida.



Grades fechando uma reentrância.



Exemplo de diferentes fechamentos das reentrâncias.



Praça Hederson Cardozo.

4.3.4 “Privatizações” do espaço coletivo do JPV

Bastante comum, na Zona 1 do JPV, foi encontrar privatizações dos espaços coletivos descobertos contíguos aos fundos das habitações térreas. Havia inclusive um comércio voltado a uma das principais ruas internas do conjunto, mas nos fundos de uma unidade. Essas privatizações ocorrem tanto nos espaços coletivos limítrofes do terreno, quanto nos espaços coletivos internos. Perguntamos a Toto se havia alguma intenção de revertê-las – já que essas não são justas para todos os moradores. Ele comentou que há uma intenção da atual administração de investir no processo de reversão dessas privatizações indevidas – apesar do delicado que é a situação. Toto também comentou que a cooperativa teve diversas fases quanto à efetividade de sua organização coletiva, supomos, então, que essas privatizações podem ser reflexos de momentos de mais difícil gestão.



Comércio nos fundos de uma das unidades e privatizações nos limites com as ruas do entorno.



Privatizações nos espaços coletivos do JPV.

4.3.5 Bibliotecas

As duas cooperativas possuem bibliotecas bastante utilizadas. No JPV, ganhamos de seu bibliotecário uma folha com a história da Biblioteca 19 de Junio. Fechada naquela hora, encontramos o bibliotecário e Toto pediu que ele nos mostrasse o lugar. A história da biblioteca conta como ela foi “*uma formiga ambulante*” pela Zona 1. Essa biblioteca também é aberta para atender pessoas de fora da cooperativa. Atualmente, a cada mês, a cooperativa destina um valor para que sejam sempre comprados novos livros – talvez por isso, a biblioteca estava repleta de livros. Eles também pedem doações, comentaram que pediram livros em português para a embaixada do Brasil, e não receberam.

Nossas conversas com Nelson na primeira viagem, e na segunda, com os demais moradores do Bulevar Artigas, ocorreram na biblioteca daquele conjunto.



Biblioteca 19 de Junio. A foto também mostra a ocupação comum dos moradores na frente de sua casa, na reentrância da rua elevada.

4.3.6 Carros

Pode-se observar que foi bastante difícil retratar os dois conjuntos sem a presença de carros, reflexo natural da importância desse veículo atualmente para as pessoas. Enquanto no Bulevar eles permaneceram afastados dos espaços coletivos internos – tendo-se estacionamentos principalmente nos térreos dos edifícios –, na Zona 1 do JPV, eles estão presentes nas bordas de alguns dos espaços/ lugares entre os edifícios e estacionados nas ruas internas do conjunto. Algumas garagens também pontuam atualmente esses espaços. Neste caso do JPV, a entradas de carros nos espaços coletivos não aparecia prevista em seu projeto, mas se tornou “necessária” posteriormente.

4.4 Para encerrar o relato...

Comparando os dois conjuntos estudados, percebemos o destaque neste relato das “apropriações alternativas” – fechamentos de alguns espaços coletivos descobertos e internamente aos edifícios, por exemplo – da Zona 1 do JPV, em contraponto com a inexistência de algo do tipo no Bulevar, onde tudo é mais controlado. Esses detalhes – nem sempre positivos quando se fala de habitação coletiva – presentes no JPV, demonstram, por outro lado, uma adaptação que a vida coletiva e urbana demandou desse conjunto. Essas situações podem dar algumas pistas de quais são os limites práticos desses projetos, que possuem um forte embasamento teórico. Complementa-se que, neste caso, a apropriação pode ocorrer também porque os moradores adaptaram os espaços do conjunto as suas necessidades que aparecem no decorrer da vida em conjunto.

Em função dessas apropriações indevidas, da liberdade de tratamento das ruas elevadas e de suas reentrâncias, etc., havia muito o que se olhar e observar no JPV. Seria incomum se os espaços coletivos do conjunto, na verdade, tivessem permanecido intocados, pareceriam artificiais e distantes das pessoas – em um projeto que justamente procurou aproximar novamente a relação entre as pessoas e a cidade.

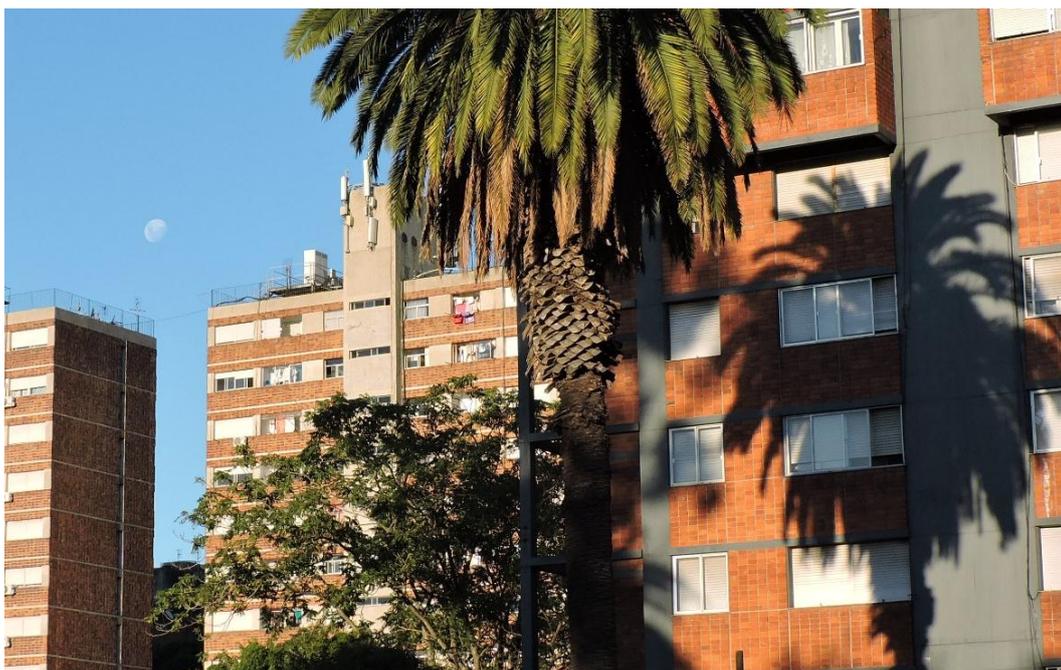
De todas as formas, esse breve relato também corrobora a bibliografia, como exemplo, Del Castillo (2015), que relata a existência de uma condição de **apropriação e manutenção** nos conjuntos habitacionais uruguaios desenvolvidos pelo sistema cooperativo. Para esse autor, esses aspectos – apropriação e manutenção – são provenientes dos seus sistemas de propriedade coletiva e das especificidades do seu modelo de gestão. Através do desenvolvimento desta pesquisa, e das viagens aos conjuntos, acredita-se que também **as potencialidades presentes nas estratégias projetuais** do Bulevar Artigas e do JPV, contribuíram na apropriação e manutenção nessas cooperativas habitacionais. Principalmente, por meio da criação de espaços coletivos que possibilitam usos diversos, apropriações, identificação com seu lugar, relações entre as pessoas – o encontro –, entre outras diversas questões que são relevantes e que influem na vida coletiva.

Finalmente, agradecemos aos moradores do Bulevar Artigas e da Zona 1 do José Pedro Varela por nos receberem *em suas casas*. Foi gratificante receber a atenção deles. E mais gratificante ainda conhecer e conviver, mesmo que por pouco tempo, com esses moradores. Ouvimos relatos que muito extravasam a cooperativa habitacional como apenas uma construção de habitações.

Destaca-se ainda o quão desafiador foi chegar ao primeiro contato com as cooperativas habitacionais, mas essencial estabelecer a rede de contatos que no fim criamos. *E para mim*, que saí do país pela primeira vez em função dessas viagens, tudo foi uma novidade. Deu até medo. Mas cada frio na barriga antes de ir, era compensado com a felicidade no retorno: missão cumprida.



A última foto da Zona 1.



Uma das últimas fotografias do Bulevar.

5 Conclusões

As cooperativas habitacionais uruguaias são consideradas exemplos bem-sucedidos no campo da habitação social, pelo fato de seus moradores possuírem um forte sentimento de pertencimento ao seu lugar e uma apropriação intensa e constante dos espaços coletivos. Sabe-se que o sistema cooperativo habitacional uruguaio tem sido fundamental nesse sentido, e embora alguns autores também mencionem a potencialidade e qualidade dos projetos dessas cooperativas, assim como a relação com o cenário de críticas estudado aqui, essa relação nunca havia sido aprofundada, como foi proposto nesta pesquisa.

Nessa perspectiva, procurou-se verificar a hipótese de que, ainda que o sistema cooperativo tenha sido essencial, as questões arquitetônicas e urbanísticas – conformadas em um contexto de críticas à cidade funcionalista – também colaboraram efetivamente no processo de apropriação dos moradores de seu habitat. Assim, esta pesquisa iniciou com o objetivo geral de investigar a presença da crítica à cidade funcionalista, estabelecida a partir dos anos 1950, nas estratégias projetuais de dois conjuntos habitacionais uruguaios, da década de 1970 – o Bulevar Artigas e a Zona 1 do José Pedro Varela.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, a dissertação foi assim estruturada:

O **capítulo 1: Contexto arquitetônico e urbanístico dos anos 1950 e 1960 – proposições teóricas e projetuais do cenário internacional** se constitui de uma análise do contexto arquitetônico e urbanístico internacional, pós Segunda Guerra Mundial, procurando trazer relatos autorais dos próprios arquitetos teóricos influentes daquele período. No **capítulo 2: Contexto das cooperativas habitacionais uruguaias dos anos 1970**, o sistema cooperativo habitacional do Uruguai é retratado de maneira geral. Neste momento, também se apresentam relatos que demonstram a relação dos projetos das cooperativas, com o contexto de críticas à cidade funcionalista.

O **capítulo 3: Análises arquitetônicas e urbanísticas** traz, enfim, as análises arquitetônicas e urbanísticas dos dois conjuntos estudados. As análises estruturam-se a partir do roteiro: **o conjunto habitacional e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960** – construído no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, a partir da revisão bibliográfica presente no primeiro capítulo e a partir do próprio desenvolvimento das análises.

Apesar de ter sido estruturado para este trabalho específico, a proposta é que este roteiro possa ser também utilizado quando do desenvolvimento de análises de outros projetos, que possuam alguma ligação com as teorias e conceitos nele apresentados. Projetos em que também se evidencie uma relação com a ideia de cidade do período pós Segunda Guerra.

Nesse sentido, as análises arquitetônicas e urbanísticas dos conjuntos habitacionais Bulevar Artigas e Zona 1 do JPV trouxeram parte dos resultados da pesquisa e já apresentam também algumas conclusões no decorrer de seus textos. Porém, outra parte importante dos resultados foi mostrada no relato da experiência das visitas/ *viagens* aos conjuntos – o **capítulo 4: A realidade das cooperativas habitacionais uruguaias**. Embora esse relato não tenha procurado diretamente e unicamente testar a hipótese da pesquisa, importantes aproximações entre projeto e realidade puderam ser observadas e então apontadas em seu texto. O relato possui uma descrição bastante livre da maneira como essa realidade foi absorvida durante as visitas.

Antes de seguir apresentando as conclusões desta pesquisa, é necessário destacar dois pontos importantes. Primeiramente, é preciso deixar claro que mais importante do que o nome dos conceitos ou como são adjetivados (como exemplo, *cluster*, lugar, semitrama, cidade metabolista), ligados ao contexto arquitetônico e urbanístico foco desta pesquisa, é o que eles significam, o que está por trás de suas definições.

Ou seja, mais importante para este trabalho é a ideia de conexão entre os elementos e escalas da cidade, a ideia de apropriação, a existência de espaços qualificados, a intenção de tornar as cidades mais habitáveis, mais conectadas entre si e com seus habitantes – quase sempre em oposição às definições dos conceitos e aos entendimentos das teorias referentes à cidade funcionalista do Movimento Moderno. Neste momento de encerramento do estudo, é o sentido por trás das intenções projetuais que serão sobretudo resgatadas.

Outro ponto importante é observar como esses conceitos de além-mar foram interpretados quando inseridos no contexto da América do Sul. Aqui e lá, os questionamentos eram semelhantes, pois, enquanto a Europa vivia uma situação de reconstrução no pós-guerra, na América do Sul, o êxodo rural e o aumento da população gerava um grande déficit habitacional nas cidades. Ambas as situações requeriam soluções habitacionais contundentes e que pudessem atender um grande número de pessoas sem moradia.

Nesse sentido, observou-se que os arquitetos uruguaios inseridos nos projetos das cooperativas habitacionais – e aqui se fala principalmente dos arquitetos dos dois projetos estudados, o Bulevar e o JPV –, encontraram as respostas aos seus questionamentos, nas proposições feitas pelos arquitetos e pensadores europeus e também norte-americanos naquela época. E possivelmente, por estarem inseridos no contexto das cooperativas, com uma diferente abertura de diálogo em relação aos seus projetos, conseguiram realizar uma interpretação local desse cenário de inflexão teórica de lá, que parece ter sido bastante

adequada, mesmo que, inicialmente, aquele contexto parecesse bastante distante da realidade sul-americana. O resultado se manifestou em projetos potentes, qualificados, apropriados. Projetos que possuem uma intenção de gerar uma qualidade de vida melhor aos seus moradores e uma vida urbana e coletiva mais efetiva.

O êxito desses conjuntos habitacionais também pode ser observado porque esses primeiros projetos das cooperativas, na década de 1970, surgiram como “experimentos”, mas por fim determinaram um caráter de projeto desse sistema, que até hoje ainda é referência para o contexto das atuais cooperativas, sobretudo porque o sistema continua vigente e próspero em seu país. Desse modo, aquilo que se apreendeu durante a análise da realidade nesses conjuntos, também confirma o quanto os projetos daquela época, de maneira geral, foram e continuam sendo bem-sucedidos.

Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) e a ideia de cidade nos anos 1950 e 1960

Assim como as análises dos conjuntos foram estruturadas a partir das escalas de associações proposta pelos Smithson – “nova” proposta de entendimento da cidade que surgiu no cenário de inflexão teórica estudado – e suas relações mútuas, a apresentação das conclusões também foram assim estruturadas:

a) Relação do bairro com a cidade

Tanto o Bulevar, como o JPV, possuem estratégias projetuais de relação com a cidade que **aproximam/ conectam as duas escalas**. As duas implantações conformam uma malha que não possui limites rígidos entre objeto arquitetônico e cidade. Os dois projetos também possuem espaços coletivos descobertos em contato com as ruas de seu entorno, mesclando – nesse lugar intermediário – cidade e conjunto, coletivo e público, sem existir uma fronteira rígida entre essas escalas.

Destaca-se no Bulevar a real permeabilidade entre conjunto e cidade, pelo mesmo ainda se encontrar aberto em relação ao seu entorno; como também, a diversidade de acessos espacializados ao conjunto, que proporcionam escolhas de uso. Por outro lado, uma “rua” que atravessa o Bulevar transversalmente, torna o conjunto, como um todo, um elemento de conexão. Nesse sentido, o conjunto “serve” à cidade de maneira muito clara. Os espaços intermediários entre cidade e edifícios – os recuos de ajardinamento –, alargam-se quanto mais próximos de seu edifício central, conformando um potente local – de considerável dimensão – de contato entre os moradores/ visitantes e seu entorno.

No entanto, através das *viagens* ao Bulevar, observou-se que esses espaços intermediários são apenas ajardinados e que então não estavam sendo utilizados pelos moradores ou visitantes. Observou-se também a existência de uma certa limitação no uso por não moradores dos espaços coletivos internos descobertos do conjunto,

possivelmente, devido a questões de segurança e até de capacidade desses espaços – já bastante movimentados apenas pelos moradores do Bulevar. De maneira positiva, ficou claro que a rua de passagem que atravessa o conjunto tem seu uso bastante aberto à cidade, cumprindo na realidade sua função.

Também quando observado na realidade, o recuo, os escalonamentos, a desmaterialização dos volumes dos altos edifícios do Bulevar, fez com que o peso e a rigidez desses edifícios – ao contrário de que se fossem conformados, por outro lado, de prismas mais regulares e racionais – fossem suavizados em relação à cidade. Mas essas características particulares dos volumes de seus edifícios também destacam o conjunto em relação ao seu entorno; características que lhe concedem um caráter específico.

A Zona 1 do JPV, mesmo que atualmente gradeada, ainda possui como caminhos mais secundários algumas conexões propostas em projeto: com as outras zonas do Complexo JPV e com as áreas verdes próximas. As grades também prejudicam a potencialidade de apropriação pela cidade de um espaço coletivo descoberto que “ficaria” em contato direto com uma das calçadas do entorno. No entanto, em todos os momentos que adentramos ao conjunto, pelos seus portões sempre abertos, não nos sentimos intimidadas.

b) Bairro

As implantações do Bulevar e da Zona 1 do JPV são únicas à sua maneira. Enquanto o Bulevar possui um edifício central de onde divergem transversalmente quatro longos e altos edifícios lineares escalonados, o JPV é como se formasse uma rede através da conformação de edifícios com quatro pavimentos em duas direções distintas. E enquanto os edifícios do JPV possuem uma conformação mais próxima de um prisma regular, os edifícios do Bulevar possuem uma rígida estrutura, mas que é preenchida flexivelmente.

Porém, os dois projetos também possuem análogas intenções: o arranjo das duas implantações, por fim, passa uma ideia geral de organicidade, em contraponto com arranjos mais rigidamente regulares de implantações inspiradas nos conceitos mais rígidos do Movimento Moderno; os espaços coletivos descobertos, formados entre seus edifícios, rememoram a quadra com miolo da cidade tradicional, em oposição aos espaços ilimitados da cidade funcionalista; os elementos do projeto, seus edifícios, nos dois casos, não tratam de elementos isolados e dispersos pelo terreno. Cada conjunto, do seu modo, conecta os edifícios entre si.

Chama a atenção, na realidade desses conjuntos, **a apropriação de seus espaços coletivos descobertos**. Acredita-se que suas conformações, “abraçadas” pelos edifícios, já criam um espaço com diferentes potencialidades em comparação com um espaço

ilimitado, sem bordas. No caso do JPV, a diversidade no número desses espaços, sua aproximação aos edifícios, suas menores dimensões, etc., na realidade, transformaram esses espaços em bem cuidados jardins, alguns lugares com brinquedos para crianças, alguns equipados com *parrilleros* coletivos. Em um relato de uma das moradoras dessa zona, há a menção que um dos aspectos do conjunto que mais chama a atenção é o “verde”, demonstrando a relevância dos espaços externos no entendimento geral do conjunto.

Atualmente, a Zona 1 do JPV possui algumas privatizações – apropriações indevidas – em seus espaços coletivos descobertos. Embora elas possam significar certo descontrole em relação à gestão da cooperativa, não podem ser tratadas como excepcionalidades. Modificações realizadas pelos próprios moradores em determinado projeto evidenciam na prática as limitações das estratégias projetuais, como também, as limitações que só aparecem durante o decorrer da vida em conjunto e durante as mudanças da própria sociedade – pois o conjunto já possui por volta de quarenta anos.

Embora neste trabalho não se tenha espaço para discussões aprofundadas nesse sentido, evidencia-se que certa apropriação está justamente na capacidade dos moradores adaptarem suas casas às necessidades que surgem com o tempo. Porém, essas privatizações no JPV também podem apontar uma falta de área útil das unidades habitacionais do conjunto, diante de uma possibilidade “facilitada” de aumento – principalmente no nível do térreo –, mesmo que indevida.

Já no Bulevar, destaca-se o grande movimento/ uso em seus espaços coletivos descobertos, onde, durante as visitas ao conjunto, observou-se serem locais de associação e de encontro entre muitos de seus moradores. A variada possibilidade de uso através de seus diversos equipamentos, voltados para públicos diversos (brinquedos para crianças, aparelhos de ginásticas, bancos, quadra de esportes, *parrillero*, etc.) e seu bom de estado de conservação, contribuem nesse sentido.

c) Rua

Nessa escala de análise da pesquisa, as circulações horizontais e verticais mais próximas da unidade habitacional foram consideradas a “rua” do conjunto. Nos dois conjuntos estudados, essa rua possui um protagonismo expressivo nos volumes dos edifícios. No caso do Bulevar, o diferenciado tratamento plástico das torres de circulação, assim como a saliência de seus volumes, é o que destacam esses elementos do corpo dos edifícios. Já as torres de circulação do JPV se destacam por estarem descoladas dos volumes dos edifícios e localizadas em diferentes posições pelo conjunto. Nesse sentido, uma moradora do JPV relata que as escadas do JPV é um outro aspecto do conjunto que muito chama a atenção das pessoas.

Nas duas cooperativas, também fazem parte do sistema circulatório as chamadas **ruas elevadas**. No Bulevar, a rua elevada se destaca pelas suas maiores dimensões potencializarem usos além de apenas a circulação. Nesse conjunto, esse elemento cria uma conexão extra entre as torres de circulação, que também se conectam livremente pelo pavimento térreo com pilotis. Essa rua também faz uma conexão entre os quatro edifícios lineares e o central. Nesse sentido, a rua elevada potencializa a mobilidade e cria conexões tridimensionais.

Subjetivamente, a rua elevada no Bulevar propiciaria mais oportunidades de encontro, incentivando relações sociais. Porém, na realidade, observou-se que ela é pouco utilizada para encontros. Apenas a rua em contato com os usos comerciais e de serviço, no edifício D, estava mais movimentada quando de nossas visitas ao conjunto, as demais, eram caminhos com poucos estímulos visuais e “intocados” pelos moradores, oposto do que foi observado no outro conjunto – onde a rua elevada é um dos destaques no projeto e na realidade do conjunto.

Na Zona 1 do JPV, a rua elevada possui um importante protagonismo no sistema de circulação do conjunto. Ela está presente em uma das fachadas longitudinais de todos os edifícios do JPV e também em todos os seus pavimentos – conectando assim alguns edifícios entre si, através das circulações verticais, em todos os andares. Nesse conjunto, ela está em contato com as unidades habitacionais, conectando-as e criando também um espaço de transição, antes de se chegar ao espaço privado da habitação. Em conjunto com suas reentrâncias – espaços “privados”, mas originalmente abertos e em contato com a rua elevada –, é um lugar dentro do conjunto que potencializa que venha a ser apropriado de maneira diferenciada. Essa rua realmente propicia o encontro, as relações sociais e o contato mais próximo entre os vizinhos.

Nesse sentido, a rua elevada também é entendida como uma das estratégias projetuais do conjunto que visam privilegiar as relações em uma primeira escala de agrupamento entre unidades habitacionais: a escala da vizinhança. E isso os próprios arquitetos citam ter sido uma das intenções do projeto.

Através das visitas ao JPV, essas intenções foram observadas em certa medida. E embora tenham sido observados alguns fechamentos em parte de seu recorrido ou de suas reentrâncias, de maneira geral, as reentrâncias dessas ruas foram tratadas como extensões das unidades habitacionais. Esse lugar também foi tratado de maneira bastante diferenciada pelo conjunto, pelos seus moradores – e isso é um dos aspectos que chama muito a atenção, principalmente, quando se caminha por essas ruas. Observou-se, assim, que a rua elevada realmente serve como uma grande varanda compartilhada, um local de

observação dos espaços coletivos descobertos do conjunto, um lugar de encontro, entre outros diversos usos.

Ainda sobre as visitas ao JPV, vale resgatar relatos de moradoras do conjunto em relação a essa estratégia projetual. Uma delas comenta que ao sentar com sua família nesse espaço da rua elevada, chegam a atrapalhar o caminho. Outra moradora relata que, em função do contato que desejava estabelecer com determinado vizinho, utilizava um caminho “x” para circular pelo conjunto, para chegar ao seu apartamento. Uma terceira moradora disse, por outro lado, que essa proximidade entre os vizinhos é algo que é necessário saber conviver.

Por fim, é preciso comentar a importância da rua elevada por se tratar de uma estratégia projetual bastante citada no contexto estudado pela pesquisa. A ideia por trás desse elemento é resgatar as relações que ocorrem na rua da cidade tradicional, para dentro da escala do edifício, já que, por exemplo, a Carta de Atenas disseminou a intenção de tornar a relação entre a casa e a rua – neste caso a via e o caminho de pedestres – distante. Porém, a rua elevada, naquele contexto, vem a ser criticada também negativamente, pelas características que a tornam um elemento controverso, principalmente em relação à privacidade e à segurança.

Mesmo assim, defende-se aqui que essas ruas, no contexto do país vizinho, tiveram bastante êxito quando aplicadas em alguns de seus projetos. Isso porque ela está presente em outros projetos de cooperativas da década de 1970, e inclusive, está presente também em alguns recentes projetos. Nesse sentido, no caso uruguaio, a rua elevada é uma estratégia recorrente nesses projetos fruto do sistema cooperativo e faz parte de seu caráter e identidade.

d) Casa

Semelhante cuidado projetual e detalhamento receberam as unidades habitacionais nesses projetos. Nos dois conjuntos, contrapõem-se a racionalidade na estrutura de seus edifícios (relembrando que as cooperativas habitacionais são conjuntos com habitações de interesse social e por isso precisam possuir projetos que sejam também econômicos e racionais) e a flexibilidade de suas unidades habitacionais. No Bulevar, uma mesma grade estrutural, do chão ao topo, acolhe unidades habitacionais de diferentes áreas finais. O volume final de seus edifícios lineares, possui, em consequência, vazios e saliências. No JPV, as diferentes áreas das unidades completam uma forma final de um edifício mais regular, através de duplas de combinações de plantas baixas, que compensam entre si a utilização flexível/ parcial dos módulos transversais do edifício.

A numerosa diversidade de variação das plantas baixas é um dos destaques do Bulevar. A unidade habitacional nesse conjunto é do padrão médio ou econômico. A do

primeiro tipo tem dois ou três dormitórios, ou dois ou três dormitórios mais um ambiente extra de 7 m², geralmente pensado como um dormitório extra. As unidades do padrão econômico têm de um a quatro dormitórios, sendo que as de dois e três podem ter acrescentados também um ambiente de 7 m², que pode ter seu uso flexibilizado em função de sua posição nas plantas baixas. Todos esses tipos ainda poderiam sofrer variações que não interferem em seus volumes. Já a unidade habitacional da Zona 1 do JPV varia de um a cinco dormitórios.

Nesse sentido, tanto o Bulevar como o JPV possuem unidades que realmente atendem à demanda de diferentes composições familiares que existem em qualquer meio – famílias reais e não idealizadas. As famílias cooperativadas que participam do processo de projeto desses conjuntos acabam se tornando, em certa medida, as promotoras de sua habitação e veem um reflexo de seus desejos nesses projetos, ainda que de maneira coletiva.

Também nos dois casos, a modulação presente nos desenhos das plantas baixas ainda permite um arranjo entre unidades de diferentes áreas, aproximando e misturando diferentes composições familiares e, no Bulevar, observa-se um arranjo também variado entre unidades econômicas e médias. No caso do Bulevar, essa última estratégia é importante porque não cria núcleos em função da renda familiar em determinada parte do edifício.

É claro que os projetos dessas cooperativas seguiram a demanda das famílias dos cooperados no momento de sua construção. Porém, para compensar possíveis mudanças posteriores nas composições familiares, quando alguma unidade fica vaga, vê-se primeiramente se alguma outra família necessita se mudar, sempre buscando essa correspondência mais adaptada entre a demanda de seus cooperativados e a área de sua unidade. A propriedade coletiva nessas cooperativas permite essas trocas, porque ninguém é dono de uma única unidade habitacional, mas dono de todas, coletivamente.

Pra fechar esta etapa da conclusão destacamos que, essa análise dos conjuntos habitacionais, através de suas escalas de agrupamento, evidencia as intenções de seus arquitetos projetistas de conceber um projeto congruente com uma ideia de cidade que buscasse resgatar as qualidades humanas presentes na cidade do passado. Uma ideia de cidade, como exaustivamente já comentado, em oposição à cidade funcionalista que surgiu através do Movimento Moderno – objetivo geral da pesquisa –, a qual deixou de lado alguns critérios importantes para um satisfatório desenvolvimento da vida coletiva.

Em certa medida, como acima destacado, as *viagens* aos conjuntos confirmaram existir na realidade desses conjuntos as intenções dos arquitetos: a existência de uma vida coletiva por excelência. Algumas palavras-chave encontradas nas bibliografias em relação

a esses conjuntos, como exemplo, a apropriação e a manutenção, também foram observadas nesse contato com as cooperativas. Mesmo com as limitações econômicas, principalmente do conjunto onde moram trabalhadores com menor renda – o JPV –, seus espaços coletivos não estão sofrendo pelo abandono por falta de cuidado ou até pela degradação. Na verdade, pelo contrário, são espaços bastante qualificados, cuidados, utilizados. De qualquer maneira, aprofundar análises e reflexões da realidade desses conjuntos poderia ser a intenção de um futuro estudo em relação a essas cooperativas habitacionais uruguaias, complementando as pistas aqui apresentadas, das potencialidades e limitações desses conjuntos.

Reflexões finais

Resgata-se uma última vez essa questão de que, por trás dos projetos dessas cooperativas, e de sua vivência coletiva, existe todo o sistema cooperativo que se observou ser essencial para garantir o bem-estar de seus moradores. Mesmo não sendo o foco deste trabalho, vale resgatar, neste momento, em que sentido esse sistema é fundamental, sendo destacados a autogestão dessas cooperativas, os mecanismos de tomadas de decisões democráticas, a propriedade coletiva e o sistema participativo. Importante mencionar o que significa a participação nesse sistema, pois ela ocorre de maneira contínua nas cooperativas habitacionais. Há a participação dos futuros moradores no processo de projeto desses conjuntos; no caso da ajuda Mútua, os moradores participam de sua construção; mas há, também, uma obrigatória participação nas tomadas de decisões coletivas nessas cooperativas durante “toda a vida”.

Por outro lado, conclui-se que também seus projetos qualificados combinam perfeitamente com o estilo de vida desses conjuntos fruto do sistema. Seus projetos potencializam que a vida coletiva aconteça, criam uma unidade habitacional que atende as demandas/ desejos das famílias cooperativadas, instalam equipamentos (escolas, comércios, serviços) que atendem suas necessidades como cidadãos, entre outros pontos positivos.

Nesse sentido, não se tem o intuito aqui de evidenciar o que seria mais importante nessa balança, porque se conclui que a relação, na verdade, é complementar – entre sistema cooperativo e o projeto do conjunto. Porque também um bom projeto, inspirado nas mesmas teorias que influenciaram os arquitetos dessas cooperativas, pode não ter êxito, sem um “grupo por trás”, como um dos moradores do Bulevar alertou. Assim como pode não ter êxito um projeto sem adequadas interpretações de “boas” teorias e conceitos para determinada realidade, como fizeram os arquitetos das cooperativas estudadas.

Encerrando a reflexão, destacamos que esta pesquisa quis apresentar todo um processo de circulação de ideias no campo disciplinar, em um importante período da teoria da arquitetura e do urbanismo.

Mesmo frente à extrema complexidade relativa à produção da habitação no cenário atual na América Latina – que sempre necessita de ajustadas interpretações teóricas e críticas –, as propostas habitacionais uruguaias aqui estudadas apresentam soluções projetuais, assim como pressupostos conceituais, que se mantêm consistentes e vigentes. Por outro lado, a realidade desses conjuntos mostra onde se encontram algumas limitações desses projetos, quando esses conjuntos são observados a partir de uma perspectiva contemporânea.

Por fim, espera-se que a pesquisa tenha mostrado sua relevância e que possa servir de referência para outros estudos no campo da arquitetura e do urbanismo, principalmente, para a área mais específica da habitação de interesse social. Uma área que demanda estudos contínuos, pelas suas atuais necessidades quantitativas e qualitativas em nosso atual contexto da América Latina.

Referências

ALEXANDER, C. A city is not a tree. **Design**, London: Council of Industrial Design, n. 206, 1966. Disponível em: https://www.chrisgagern.de/Media/A_City_is_not_a_tree.pdf. Acesso em: 7 jan. 2019.

ALEXANDER, C. La ciudad no es un árbol. **Summa-Nueva Visión – Christopher Alexander**: Nuevas ideas sobre diseño urbano, Buenos Aires, ano 1, n. 9, set. 1968. Disponível em: <https://sistemasdeproyecto.files.wordpress.com/2012/10/alexander-c-una-ciudad-no-es-un-c3a1rbol.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ALMEIDA, C.; PINTOS, A. **Corredor**: transición entre lo público y lo privado, en la vivienda. Tesina (Curso Producción de Vivienda con asesoramiento del Centro Cooperativista Uruguayo) – Facultad de Arquitectura, Universidad de la Republica, Montevideo, 2015. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/tesinas/files/2015/08/Tesina-Corredor.-Almeida-Pintos-2015-baja.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

AMORIM, M. S. P. de. **O Novo Brutalismo de Alison e Peter Smithson**. Em Busca da Ordem Espontânea da Vida. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp122143.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2019.

ARAÚJO, A.; OLIVEIRA, O. F. de. Claro e Labiríntico. Entrevistado: Aldo van Eyck. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 5, n. 1, 1999. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3142/2321>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ARIAS, D. **Conjunto Habitacional Bulevar Artigas**. Trabajo de investigación inédito (Máster Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI, Seminario Vivienda y Ciudad 2008-2009) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2009.

AZEVEDO COUTINHO, R. S. Identidade Nórdica, Construção de lugar na paisagem Norueguesa. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79402/2/35548.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BANHAM, R. **Megaestructuras**. Futuro urbano del pasado reciente. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BARONE, A. C. C. **Team 10**: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume, 2002.

BLECHMAN, M.; CASARAVILLA, J. **Habitando [lo] Colectivo**. Espacios de mediación en el habitar colectivo. Tesis (Especialización en Investigación Proyectual) – Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo, Universidad de la Republica, Montevideo, 2012. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/sepep/nota/aprobado-6/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

CANOURA, C. **Utopías de ladrillo y cemento**. Cuarenta años de historia del Complejo Bulevar. [Montevideo]: Doble Clic, 2015.

CALABUIG, D.; GOMEZ, R. C.; RAMOS, A. A. The Strategies of Mat-building. **The Architectural Review**, 13 ago. 2016. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/viewpoints/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CECILIO, M. Las cooperativas de habitación, procedimiento de gestión. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 3, p. 23-36.

CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO. **Cooperativa de Vivienda**: Complejo Habitacional Bulevar Artigas. Arquivo digital com projeto arquitetônico e fotografias do Complexo Habitacional Bulevar Artigas. Montevideo, Uruguai, 1971-1974.

COLLYMORE, P. **Ralph Erskine**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

COLQUHOUN, A. **Arquitectura moderna**. Una historia desapasionada. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

COMPLEXO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS. **Levantamento arquitetônico do Complexo Habitacional Bulevar Artigas**. [201-]. Desenhos técnicos em arquivo digital.

CORREA, C. BAAD: Baja Altura Alta Densidad. *In*: GARCÍA-HUIDOBRO, F.; TORRITI, D. T.; TUGAS, N. **¡El tiempo construye!** El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: genesis y desenlace. Barcelona: Gustavo Gili, 2008. p. 150-151.

CUBRÍA, N. Cooperativas de Vivienda: José Pedro Varela Zona 1. **Revista Vivienda Popular**, Montevideo, n. 4, p. 28-29, dez. 1998.

CUBRÍA, N.; DI PAULA, J. El desafío de la escala: conjunto “José Pedro Varela”. *In*: NAHOUM, B. (Comp.). **Una historia con quince mil protagonistas**: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Montevideo: Intendencia Municipal, 1999. Disponível em: https://ws147.juntadeandalucia.es/obraspublicasyvivienda/publicaciones/04%20COOPERACION%20INTERNACIONAL/las_cooperativas_vivienda_ayuda_mutua_uruguayas/cooperativas_vivienda_uruguayas.pdf. Acesso em: 4 jan. 2019.

CUBRÍA, N.; DI PAULA, J. Metodología aplicada en el conjunto Jose Pedro Varela. **CEDA** publicación del centro estudiantes de arquitectura, [Montevideu], n. 34, p. 83-91, feb. 1973.

DAVI, L. M. **Alison e Peter Smithson**: uma arquitetura da realidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24734>. Acesso em: 4 jan. 2019.

DEJTIAR, F. La Escuelita: mira aquí el documental completo de una enseñanza alternativa de arquitectura en la Argentina de 1976 – 1981. **Plataforma Arquitectura**, 14 mai. 2017. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/798045/la-escuelita-el-documental-ensenanza-alternativa-de-arquitectura-en-la-argentina-de-1976-1981>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DEL CASTILLO, A. Una exposición sobre las cooperativas de vivienda uruguayas. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 6, p. 57-84.

DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015.

DELGADO PEREIRA, F. **La galería bricolage**. La reconstrucción de Byker como paradigma del proyecto de viviendas participativo. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA EDIFICACIÓN DE UNA SOCIEDAD POST-CAPITALISTA*, 15., 2018, Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FerminDelgado.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2019.

FERNÁNDEZ, P. "La vivienda es el útero básico de la vida". Entrevistado: Thomas Sprechmann. **El País**, 4 dic. 2015. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/cultural/vivienda-utero-basico-vida-complejo-bulevar-sprechmann.html>. Acesso em: 8 jan. 2019.

FRACALOSI, I. **Clássicos da Arquitetura: Amsterdam Orphanage / Aldo van Eyck**. jul. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-108938/classicos-da-arquitetura-amsterdam-orphanage-slash-aldo-van-eyck>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUÃO, F. F. Brutalismo. A última trincheira do movimento moderno. **Arquitextos**, São Paulo, ano 1, n. 007.09, dez. 2000. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/949>. Acesso em: 4 jan. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONSALES, C. Urbanismo moderno no Brasil: três projetos, três momentos. *In: Seminário Docomomo Norte/ Nordeste*, 4., 2012, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2012.

GORELIK, A. A produção da "cidade latino americana". **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

GRUNOW, E.; SERAPIÃO, F. Entrevista Hector Vigliecca. Entrevistado: Héctor Vigliecca. **Projeto Design**, n. 349, 2009. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/projetodesign/internacional/hector-vigliecca-nesta-entrevista-25-05-2009>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO DE HISTORIA DE LA ARQUITECTURA (IHA). Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay. Acervo de imagens digitais dos projetos do Complexo Habitacional Bulevar Artigas e da Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Atenas. Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, nov. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 11 jan. 2019.

JACOBS, J. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KRUK, W. Ayuda mutua y tecnología. *In*: NAHOUM, B. (Comp.) **Una historia con quince mil protagonistas**: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Montevideo: Intendencia Municipal, 1999. Disponible em: https://ws147.juntadeandalucia.es/obraspublicasyvivienda/publicaciones/04%20COOPERACION%20INTERNACIONAL/las_cooperativas_vivienda_ayuda_mutua_uruguayas/cooperativas_vivienda_uruguayas.pdf. Acesso em: 4 jan. 2019.

LAND, P. El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: antecedentes e ideas. *In*: GARCÍA-HUIDOBRO, F.; TORRITI, D.T.; TUGAS, N. **¡El tiempo constroye!** Barcelona: Gustavo Gili, 2008. p. 10-25.

LANDAU, R. **Nuevos caminos de la arquitectura inglesa**. Barcelona: Editorial Blume, 1969.

LE CORBUSIER. **Principios de urbanismo** (La Carta de Atenas). Barcelona: Ariel, 1971.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LIMA, A. G. G.; VIEIRA, J. L. O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-53, 2017. Disponible em: <http://www.thesis.anparq.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

LUCAS ALONSO, P. **El concurso del tiempo**: las viviendas progresivas del PREVI-Lima. Tesis Doctoral (Máster en Proyectos Arquitectónicos Avanzados) – Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2015. Disponible em: <http://oa.upm.es/40345/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MAKI, F.; GOLDEBERG, J. Linkage in collective form. *In*: MAKI, F. **Investigations in collective form**. St. Louis: The School of Architecture Washington University, 1964. Disponible em: <https://library.wustl.edu/wp-content/uploads/2015/04/maki-entire.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAKI, F.; OHTAKA, M. Collective Form – Three Paradigm. *In*: MAKI, F. **Investigations in collective form**. St. Louis: The School of Architecture Washington University, 1964. Disponible em: <https://library.wustl.edu/wp-content/uploads/2015/04/maki-entire.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARTÍN, G. L. A. Cooperativismo, autoayuda y autogestión: una alternativa uruguaya para la vivienda de interés social. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 7, n. 146, 2003. Disponible em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(099\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(099).htm). Acesso em: 29 jan. 2019.

MEDVEDOVSKI, N. S. **A vida sem condomínio**: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponible em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/2016/06/20/teses-e-dissertacoes/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

MÉNDEZ, M.; BERMÚDEZ, S. 40 años del Complejo Habitacional Bulevar Artigas. **Boletín de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay (BSAU)**, Montevideo, p. 48-50, jun./ago. 2015. Disponible em: https://issuu.com/bsau/docs/bsau_-_junio_agosto_2015. Acesso em: 10 jan. 2019.

MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno**. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

MUMFORD, E. P. **The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

NAHOUM, B. Cuatro décadas de cooperativas de vivienda en Uruguay: Cambios y permanencias. **Osera**, Buenos Aires, n. 3, p. 1-11, 2010. Disponível em: http://webiigg.sociales.uba.ar/empresasrecuperadas/PDF/PDF_03/Cuatro_deca_cooperativas.pdf. Acesso em: 8 jan. 2019.

NAHOUM, B. **Algunas claves**. Reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Montevideo: Ediciones Trilce, 2013. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ART-28_-ALGUMAS-CLAVES-REFLEXIONES-SOBRE-ASPECTOS-ESSENCIALES-DE-LA-VIVIENDA-COOPERATIVA-POR-AYUDA-MUTUA.pdf. Acesso: 10 jan. 2019.

NAHOUM, B. El movimiento cooperativista del Uruguay. Autogestión, ayuda mutua, aporte propio, propiedad colectiva. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 4, p. 36-47.

NASCIMENTO, E. do. **Cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai**: um estudo de caso sobre a FUCVAM. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121081>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OTERO, R. Conjuntos y unidades: Una historia de continuidad. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 5, p. 49-56.

PALACIOS LABRADOR, L. **‘Hacia un método de configuración’ Van Eyck/ Blom/ Hertzberger**. Iniciadores y sucesores. Tesis (Doctoral en Arquitectura) – Escuela Técnica superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2017. Disponível em: <http://oa.upm.es/45865/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PORTILLO, A. J. **Vivienda y sociedad**. La situación actual de la vivienda en Uruguay. Montevideo, 2010. Disponível em: <http://www.farq.edu.uy/sociologia/files/2012/02/Vivienda-y-Sociedad.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RISSO, M.; BORONAT, Y. **La vivienda de interés social en el Uruguay: 1970 -1983**. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1992.

RUBANO, L. M. et al. Habitação Coletiva: Reconfigurando a quadra do Carmo, São Paulo. **PARC**. Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, v. 3, n. 8, p. 72-80, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8634576/2497>. Acesso em: 8 jan. 2019.

SCHELOTTO, S. Vivienda y ciudad en tempos de la Ley Nacional de Vivienda. El espíritu de la época y la arquitectura de las ciudades en Uruguay. **Revista Vivienda Popular**, Montevideo, n. 17, p. 6-15, nov. 2008.

SELBACH, J. F. et al. Complejo Bulevar. Análise com a técnica do redesenho. **Revista Vivienda Popular**, Montevideo, n. 29, p. 90-97, out. 2017.

SILVA, M. S. K. da. Redescobriendo a arquitetura do Archigram. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 048.05, mai. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/585>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SMITHSON, A. (ed.). **Manual del Team 10**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1966.

SMITHSON, A.; SMITHSON, P. An urban Project. **Architect's Yearbook**, v. 5, 1953.

SMITHSON, A.; SMITHSON, P. Cluster City. A new shape for the community. *Architectural Review*, nov. 1957.

SOLÀ-MORALES, I. de. Arquitectura y existencialismo. *In*: SOLÀ-MORALES, I. de. **Diferencias**. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995. p. 43-61.

SOLÀ-MORALES, I. de. Lugar: permanencia o producción. *In*: SOLÀ-MORALES, I. de. **Diferencias**. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995. p. 109-125.

SPRECHMANN-DANZA. Montevideo. Disponível em: <http://sprechmann-danza.com/estudio/equipo/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

TANGE, K. Tokaido – Megalópolis, el porvenir del archipiélago nipón. *In*: KULTERMANN, U. (Comp.). **Kenzo Tange 1946-1969**, arquitectura y urbanismo. Barcelona: Gustavo Gili, 1970.

TANGE, K. Un plan para Tokio, Hacia una reorganización de las estructuras. KULTERMANN, U. (Comp.). **Kenzo Tange 1946-1969**, arquitectura y urbanismo. Barcelona: Gustavo Gili, 1970.

TEAM 10 online. Disponível em: <http://www.team10online.org/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (Uruguay). **Visitas guiadas 1980-1984**. Montevideo: Facultad de Arquitectura, Instituto de Historia de la Arquitectura, Catedra de Historia de la Arquitectura Nacional, 1986.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (Uruguay). **Entrevistas (I) Giancarlo de Carlo**. Entrevistado: Giancarlo de Carlo. 2. ed. Montevideo: Facultad de Arquitectura e Centro de Estudiantes de Arquitectura, 1987.

UNIVERSITY OF WESTMINSTER. **The Archigram Archival Project**. Londres, 2010. Disponível em: <http://archigram.westminster.ac.uk/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

URUGUAY. **Decreto nº 633/ 69, del 17 de diciembre de 1969**. Normas de organización y funcionamiento.

URUGUAY. **Ley nº 13.728, del 17 de diciembre de 1968**. Ley de Vivienda.

VALLÉS, R. Una mirada al sistema cooperativo de viviendas en Uruguay. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 2, p. 15-22.

VAN EYCK, A. Door and Window. **Forum**, n. 3, 1960.

VAN EYCK, A. Steps toward a configurative discipline. **Forum**, n. 3, ago. 1962. http://www.arch.ttu.edu/courses/2008/summer/mexicostudio/Handouts%20Vernooy/Theory/Theory_van_Eyck.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

VÁZQUEZ RAMOS, F. G. Redesenho. Conceitos gerais para compreender uma prática de pesquisa histórica em arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 195.09, ago. 2016. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6181. Acesso em: 29 jan. 2019.

VIGLIECCA, H. **O terceiro território**: habitação coletiva e cidade. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2014.

VIGLIECCA & ASSOCIADOS. **Bulevar Artigas**. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/bulevar-artigas>. Acesso em: 10 jan. 2019.